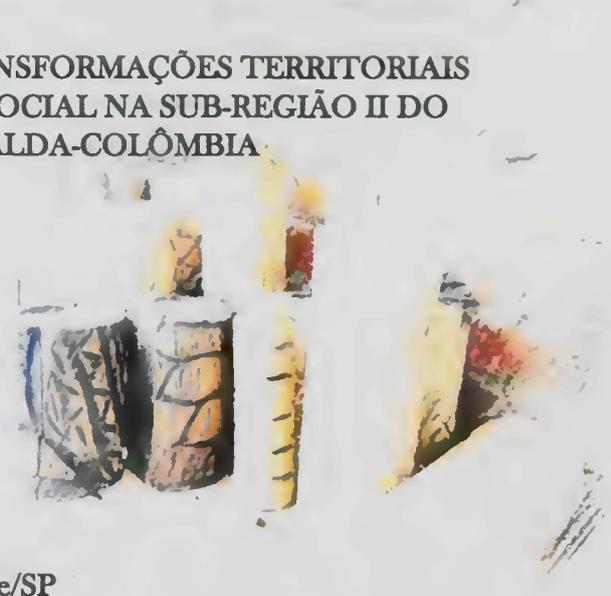
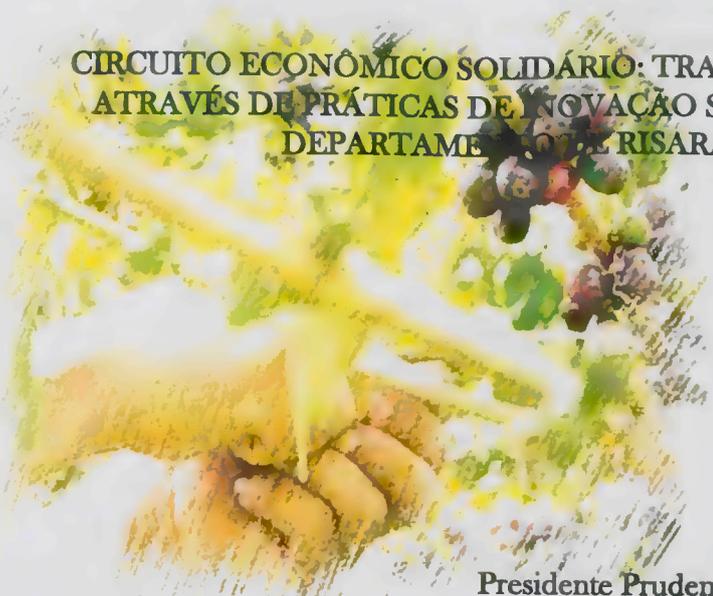




**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE - FACULDADE DE CIÊNCIAS E
TECNOLOGIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



CÉSAR ANDRÉS ALZATE HERNÁNDEZ



**CIRCUITO ECONÔMICO SOLIDÁRIO: TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS
ATRAVÉS DE PRÁTICAS DE INOVAÇÃO SOCIAL NA SUB-REGIÃO II DO
DEPARTAMENTO DE RISARALDA-COLÔMBIA**

**Presidente Prudente/SP
2016**

CÉSAR ANDRÉS ALZATE HOYOS



CIRCUITO ECONÔMICO SOLIDÁRIO: TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS
ATRAVÉS DE PRÁTICAS DE INOVAÇÃO SOCIAL NA SUB-REGIÃO II DO
DEPARTAMENTO DE RISARALDA-COLÔMBIA

Dissertação do Mestrado referente às atividades desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho FCT/UNESP - Presidente Prudente - SP.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet

Presidente Prudente/SP
2016

FICHA CATALOGRÁFICA

Alzate Hoyos, César Andrés.

A486c Circuito econômico solidário : transformações territoriais através de práticas de inovação social na sub-região II do Departamento de Risaralda-Colômbia / César Andrés Alzate Hoyos. - Presidente Prudente : [s.n], 2016

189 f.

Orientador: Marcos Aurelio Saquet

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia

Inclui bibliografia

1. Inovação social. I. Economia solidária. II. Circuito econômico solidário. III. Território. IV. Territorialidades. V. Interfaces. VI. Técnica. VII. Saquet, Marcos Aurelio. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

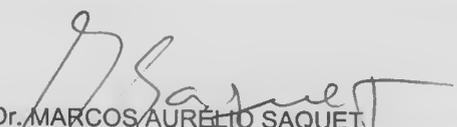
CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

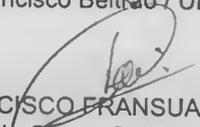
TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: CIRCUITO ECONÔMICO SOLIDÁRIO: TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS ATRAVÉS DE PRÁTICAS DE INOVAÇÃO SOCIAL NA SUB-REGIÃO II DO DEPARTAMENTO DE RISARALDA-COLÔMBIA

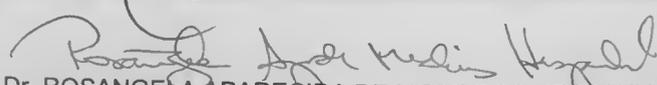
AUTOR: CÉSAR ANDRÉS ALZATE HOYOS

ORIENTADOR: MARCOS AURÉLIO SAQUET

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em GEOGRAFIA, área: PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO pela Comissão Examinadora:


Prof. Dr. MARCOS AURÉLIO SAQUET
Campus de Francisco Beltrão / UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ


Prof. Dr. FRANCISCO FRANSUALDO DE AZEVEDO
Departamento de Geografia / Universidade Federal do Rio Grande do Norte


Prof. Dr. ROSANGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente

Presidente Prudente, 09 de dezembro de 2016

Ao meu pai, por sempre acreditar.

À minha mãe, por seu apoio incondicional.

Aos meus irmãos, pela cumplicidade.

A toda minha família pelos espaços de afeto e cuidado.

À minha companheira, por seu amor e paciência.

A meu orientador, professores e amigos por seu apoio e dedicação.

E à UNESP, por possibilitar esta grande oportunidade.

É em especial reconhecimento, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e CAPES pelo grande apoio financeiro concedido aos processos nº 2014/06150-7 e nº 2015/24127-5, permitindo uma dedicação exclusiva na pesquisa.

RESUMO

Com o intuito de compreender as iniciativas coletivas que lutam por propor um desenvolvimento local mais justo, equitativo e autônomo, estudamos desde a inovação social, as diferentes práticas sócio-espaciais que configuram processos de territorialização em ambientes de economia solidária, para o qual precisamos identificar e diagnosticar ditas práticas em organizações que participaram de um projeto de integração denominado aqui de Circuito Econômico Solidário; além de analisar o caráter instrumentalizador da inovação social na construção das territorialidades vinculadas à ação técnica e simbólica e compreender e explicar estas territorialidades identificadas no circuito. Em busca de um marco referencial e metodológico que se ajustassem às necessidades do contexto e objetivos da pesquisa, adaptamos o conceito de interface para focar a análise num campo relacional que sublinhara a processualidade e multidimensionalidade do território. O resultado deste processo é uma compreensão, pelo menos aproximativa, das territorialidades que configuram três Circuitos Econômicos Solidários estudados, porém, aprofundando, por seu grau de desenvolvimento, sobre um em particular, o qual permitiu fazer uma síntese dialética entre teoria e empirismo.

Palavras-chave: inovação social, economia solidária, circuito econômico solidário, território, territorialidades, interfaces e técnica.

ABSTRACT

In order to understand the collective initiatives that are striving to propose fairer local development, equitable and autonomous, we study from the social innovation, the different socio-spatial practices that configure processes of territorialization in environments of solidarity economy, for which we need to identify and diagnose such practices in organizations that participated in an integration project called here Economic Circuit Solidary; in addition, the instrumentalizing character of social innovation in the construction of territorialities linked to the technical and symbolic action and to understand and explain these territorialities identified in the circuit. In search of a referential and methodological framework that fit the needs of the context and objectives of the research, we adapted the concept of interface to focus the analysis in a relational field that underlined the processuality and multidimensionality of the territory. The result of this process is an understanding, at least approximation, of the territorialities that configure three Solidarity Economic Circuits studied, however, deepening, by its degree of development, a particular one, which allowed to make a dialectical synthesis between theory and empiricism.

Key words: social innovation, solidarity economy, solidary economic circuit, territory, territorialities, interfaces and technique.

RESUMEN

Con el ánimo de comprender las iniciativas colectivas que luchan por proponer un desarrollo local más justo, equitativo y autónomo, estudiamos desde la innovación social las diferentes prácticas socio-espaciales que configuran procesos de territorialización en ambientes de economía solidaria, para lo cual fue necesario identificar y diagnosticar dichas prácticas en organizaciones que participan de un proyecto de integración denominado aquí de Circuito Económico Solidario; además de analizar el carácter instrumentalizador de la innovación social en la construcción de las territorialidades vinculadas a la acción técnica y simbólica, y comprender y explicar estas territorialidades identificadas en el circuito. En búsqueda de un marco de referencia y metodológico que se ajustase a las necesidades del contexto y objetivos de la investigación, adaptamos el concepto de interfaces para focalizar el análisis en un campo relacional que subrayara la procesualidad y multidimensionalidad del territorio. El resultado de este proceso es una comprensión, por lo menos aproximada, de las territorialidades que configuran tres Circuitos Económicos Solidarios estudiados, sin embargo, profundizando, por su grado de desarrollo, sobre uno en particular, el cual permitió hacer una síntesis dialéctica entre teoría e empirismo.

Palabras-clave: innovación social, economía solidaria, circuito económico solidario, territorio, territorialidades, interfaces y técnica.

SUMÁRIO

Introdução	12
CAPÍTULO 1 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLOGICA: A CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIO UM PROCESSO DE CONSTANTE INOVAÇÃO	15
1.1 Referencial teórico-conceitual e metodológico.....	15
CAPÍTULO 2 ANÁLISE DE CRITÉRIOS TERRITORIAIS NA FORMAÇÃO DO PERFIL DEPARTAMENTAL.....	37
2.1 Contextualizando a formação regional.....	37
2.2 Critérios territoriais: o modelo de desenvolvimento	45
2.2.1 Características do perfil de desenvolvimento econômico do Departamento de Risaralda ...	45
2.2.2 Modelo de gestão adotado	51
2.2.3 Aspectos gerais da economia solidária na Colômbia.....	57
CAPÍTULO 3 CARACTERIZAÇÃO DOS CIRCUITOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NO PAPEL TERRITORIAL	60
3.1 Os Circuitos Econômicos Solidários.....	60
3.1.1 O papel de uma organização solidária de desenvolvimento.....	62
3.1.2 Os filhos que superam: Agrosolidaria Seccional Apía.....	64
3.1.3 Agrosolidaria La Celia: em busca de um modelo local agroalimentar	67
3.1.4 ASCRUD e COOPROCOMD: um desafio integral	71
3.1.5 Aquí Somos Paz e COOPROPAZ: os caminhos que convocam.....	78
3.1.6 COOPGACOR: o retorno da integração.....	80
CAPÍTULO 4 AS PRÁTICAS DE INOVAÇÃO SOCIAL EM AMBIENTES SOLIDÁRIOS: FORMAS, MOVIMENTOS E CONTEÚDOS	83
4.1 Práticas de inovação social: formas, movimentos e conteúdos.....	83
4.2 As práticas de inovação social num campo de relações de força territorial: Conteúdo-Energia Intersubjetiva-Forma-Movimento.....	90
CAPÍTULO 5 O TRABALHO COMO INTERFACE METABÓLICA: A PRÁXIS DE UMA REDE DE INTEGRAÇÃO E UM MODELO DE EMPREENHIMENTO SOCIAL MISTO.....	94
5.1 Uma aproximação teórica do trabalho solidário	94
5.2 Inovação na construção de territorialidades: a ação técnica e simbólica	100
5.2.1 Ascrud-Cooprocomd: a medida dos possíveis	101
5.2.2 Aquí Somo Paz, Coopropaz e Aquí Somos Paz Productos y Servicios: três elementos pela construção territorial.....	108
CAPÍTULO 6 ENFOQUES TEÓRICO-METODOLÓGICOS TERRITORIAIS NAS PRÁTICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA REGIÃO PIEMONTE-ITALIA.....	116
6.1. Introdução da análise comparativa.....	116
6.1.1 As Possibilidades do Desenvolvimento Local.....	117

6.1.2 Sistema Territorial Agroalimentar.....	121
6.1.3 Slow Food, uma visão geral.....	122
6.2 Considerações finais do capítulo.....	135
CAPÍTULO 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS. TERRITORIALIDADE NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO-AMBIENTAL: UM PROCESSO DE SÍNTESE	136
7.1 As territorialidades do Circuito Econômico Solidário como fato geográfico	136
7.2 As territorialidades do Circuito Econômico Solidário como fato ambiental	140
7.3 Síntese final: algumas considerações	143
REFERÊNCIAS	146
APÊNDICE A.....	155
APÊNDICE B.....	160
APÊNDICE C.....	166
APÊNDICE D	181

Lista de Figuras

Figura 1 - Abordagem Teórico-Metodológica.....	16
Figura 2 - Localização da sub-região II do Departamento de Risaralda-Colômbia.....	40
Figura 3 - Paisagem do território cafeeiro, Río Cauca.....	41
Figura 4 - Vista parcial do município La Celia.....	46
Figura 5 - Cobertura e uso da terra do Departamento de Risaralda.....	48
Figura 6 - Circuitos Econômicos Solidários no Departamento de Risaralda-Colômbia.....	61
Figura 7 - Casa Campesina ASCRUD.....	71
Figura 8 - Circuito Ascrud-Cooprocómd.....	75
Figura 9 - Nuestra Historia en Imágenes: obras sociales.....	79
Figura 10 - COFOM.....	166
Figura 11 - Empresa Makalu, produtos e equipamento.....	102
Figura 12 - Cultura de Stevia, Cómbia, Risaralda.....	103
Figura 13 - Cultura de Moringa, Cómbia, Risaralda.....	103
Figura 14 - Produtos agropecuários exibidos.....	109
Figura 15 - Mel Argi, Coopropaz.....	109
Figura 16 - Chocolate Andino, Coopropaz.....	109
Figura 17 - Própolis La Ximena, Coopropaz.....	109
Figura 18 - Perspectiva de análise da pesquisa BEPE.....	117
Figura 19 - Ecoeredia na entrega de produtos mensal, Ivrea.....	124
Figura 20 - Produtos de Ecoeredia prontos para sua entrega.....	125
Figura 21 - Anfiteatro Morenico de Ivrea.....	130
Figura 22 - Panorâmica do Anfiteatro Morenico de Ivrea.....	130
Figura 23 - Geomorfologia do Anfiteatro Morenico de Ivrea.....	131
Figura 24 - Horta de um produtor de Ecoeredia.....	132
Figura 25 - Zone Attive di Cittadinanza, sede.....	133
Figura 26 - Zone Attive di Cittadinanza, salas.....	134
Figura 27 - Zone Attive di Cittadinanza, restaurante.....	134
Figura 28 - Níveis de territorialização.....	137
Figura 29 - Território-Ambiente.....	142
Figura 30 - Município de Belén de Umbría infraestrutura rodoviária.....	156
Figura 31 - Município de Apía infraestrutura rodoviária.....	157
Figura 32 - Município de La Celia uso do sol Município de La Celia infraestrutura rodoviária.....	158
Figura 33 - Departamento de Risaralda infraestrutura rodoviária.....	159

Lista de Quadros

Quadro 1 - O poder no território dos circuitos econômicos solidários.....	69
Quadro 2 - Indicadores e intensidade do indicador.....	86
Quadro 3 - Faixa da densidade.....	87
Quadro 4 - Densidades por quadrantes da Matriz COFOM.....	87

Lista de Matrizes

Matriz 1 - COFOM 1.....	167
Matriz 2 - COFOM 2.....	168
Matriz 3- COFOM 3.....	169
Matriz 4- COENIFOM 1.....	170
Matriz 5- COENIFOM 2.....	171
Matriz 6- COENIFOM 3.....	172

Lista de Gráficos

Gráfico 1- NBI dos municípios da Sub-região II e de Risaralda (%) 2011	42
Gráfico 2 - População por municípios de Risaralda 2015	42
Gráfico 3 - Porcentagem da distribuição populacional do Dept de Risa na Sub-região II em 2015.....	43
Gráfico 4 - Distribuição da área em relação à população de Risaralda.....	43
Gráfico 5 - Uso do solo e principais cultivos na Sub-região II 2013.....	49
Gráfico 6 - Número de Reses Sub-região II 2013	50
Gráfico 7. Transgressão vs Predominância COFOM 1	173
Gráfico 8. Transgressão vs Predominância. COFOM 2.....	174
Gráfico 9. Transgressão vs Predominância. COFOM 3.....	175
Gráfico 10. Densidades por variáveis de M2 nos quadrantes. COFOM 1	176
Gráfico 11. Densidades por variáveis de M2 nos quadrantes. COFOM 2	177
Gráfico 12. Densidades por variáveis de M2 nos quadrantes. COFOM 3	178
Gráfico 13 - Conteúdo-Energia Intersubjetiva-Forma-Movimento COENIFOM 1.	179
Gráfico 14 -Conteúdo-Energia Intersubjetiva-Forma-Movimento COENIFOM 2.	179
Gráfico 15 - Conteúdo-Energia Intersubjetiva-Forma-Movimento COENIFOM 3.	180

Introdução

As problemáticas Colombianas podem ser abordadas a partir de muitos ângulos, neste caso, pensamos no tema agrário como uma expressão territorial, resultado do uso e construção territorial, não obstante, o território precisa ser entendido desde sua materialidade, mas considerando sua habitabilidade, característica fundamental para dotar as formas visíveis da paisagem com conteúdo coproduzido no movimento do território, quer dizer, a partir das territorialidades e a territorialização, transformando um conceito por tradição reduzidamente “coisificado” em uma processualidade de inerência sócio-espacial histórica.

O primeiro conceito que delimita a escolha teórico-metodológica é o de Circuito Econômico Solidário, com isto pensamos em dar relevância à sinergia das organizações de economia solidária da região que, em algumas situações, trabalham como redes de integração. Porém, por que falar de economia solidária no Departamento de Risaralda e, sobretudo, por que na sub-região II deste Departamento? Se algo tem caracterizado à Colômbia, é a altíssima concentração da propriedade e do capital e as poucas oportunidades que apresenta o campo colombiano à maior parte da população, principalmente a população rural, com condições ainda mais desiguais em relação às cidades. Há muitos anos a economia solidária tem se apresentado como uma possibilidade de colocar rostos aos sujeitos mais esquecidos pelo Estado, pois seu sistema de lógica social, que tem sublinhado o trabalho justo e equitativo, sabe reutilizar os excedentes das atividades econômicas nos benefícios dos associados, tentando equilibrar as necessidades básicas e promover os princípios de solidariedade no contexto de atuação.

O Departamento de Risaralda, com uma tradição de “centro”, torna-se um lugar de alto valor geográfico para o país, que junto com outros Departamentos, tem-se considerado o eixo cafeeiro da Colômbia, além disso, está sendo subdividido em três sub-regiões, uma no norte que corresponde à sub-região III com dois municípios (Mistrató e Pueblo Rico), uma no sul, a sub-região I com quatro municípios (Pereira, Dosquebradas, Santa Rosa de Cabal e Marsella) onde se concentra a maior parte da população. Assim, resta a sub-região II, com oito municípios e a maior área rural, desempenhando um papel de ligação entre os dois extremos dos Departamento de Risaralda.

A escolha da sub-região II além de responder a uma lógica de localização, ocorre com base no reconhecimento do ganho da governança de alguns dos municípios que conseguem construir através dos processos de organização de economia solidária, processos de autonomia, auto-representação e autoprojeção. Sem desconhecer a trançescalaridade destes processos, analisamos também o município de Dosquebradas da sub-região I em que se configura um circuito de atuação regional. Este tipo de escolha também faz parte de uma aproximação acadêmica previa em municípios como Apía, o qual demonstrou grande amadurecimento em temas de desenvolvimento local alicerçado numa sólida base solidária, hoje a maior energia empresarial e poder na tomada de decisões do município.

Nesta esteira, é suficiente questionar a economia solidária como fator central das transformações territoriais? Ou pelo contrario, podemos questionar o “como” das práticas sócio-espaciais que, finalmente, movimentam a “energia intersubjetiva ética” que chamamos de

economia solidária? Pensamos que o conceito de inovação social não só se apresenta como um “impulso” criativo, mas também como um agir coletivo de legitimidade social. Sendo assim, colocamos especial importância neste conceito e construímos com base na proposta teórico-metodológica de interfaces do Foro Latinoamericano de Ciencias Ambientales (FLACAM) e dotamos o conceito, mas que a mesma metodologia, de total importância processual, neste caso as interfaces são os *canais* de interação e intercâmbio, aspecto de sublinhada relevância para entender os conceitos “suporte” da pesquisa: território, ambiente, economia solidária, técnica e inovação, além de outros conceitos secundários como as práticas sócio-espaciais e trabalho.

O objetivo geral da pesquisa é compreender as territorialidades do circuito econômico solidário na Sub-região II do Departamento de Risaralda-Colômbia, através das práticas de inovação social das organizações de economia solidária ali existentes. Os objetivos específicos são: 1) Identificar e diagnosticar as práticas de inovação social das organizações de economia solidária por meio de critérios sócio-espaciais, culturais e ecossistêmicos no âmbito das relações territoriais; 2) Analisar o caráter instrumentalizador da inovação na construção das territorialidades vinculadas à ação técnica e simbólica do trabalho no circuito econômico solidário; 3) Compreender as territorialidades identificadas no(s) circuito(s) econômico(s) solidário(s).

Levar à cena do contexto estudado a abordagem territorial permitiu identificar e diagnosticar as práticas de inovação social das organizações de economia solidária por meio de diferentes critérios, além de analisar o caráter instrumentalizador da inovação na construção das territorialidades e compreender as territorialidades identificadas no(s) circuito(s) econômico(s) solidário(s) num fluxo de constante interação urbano-rural na Sub-região II do Departamento de Risaralda-Colômbia. Pode-se dizer que um dos propósitos da pesquisa é dar visibilidade ao poder de transformação da inovação social, que em ambientes solidários, pode focalizar-se numa direção coerente de desenvolvimento local. As territorialidade nesta situação, densificam as práticas sócio-espaciais da ação técnico-simbólica que chamamos de cultura, força transformadora da materialidade espacial.

Nossa dissertação está dividida em sete capítulos, com os seguintes conteúdos. No primeiro capítulo, abordamos os principais conceitos que suportam a pesquisa e dão abertura a lógica metodológica que concatena o referencial teórico com o campo empírico. No segundo capítulo, fazemos uma aproximação contextual para o qual utilizamos três critérios de modelo de desenvolvimento: o perfil de desenvolvimento econômico Departamental (Risaralda), o modelo de gestão adotado e os aspectos gerais da economia solidária no país. Para o terceiro capítulo, fazemos uma caracterização dos circuitos econômicos solidários, analisando para este fim, cinco organizações que atuam em diferentes escalas; este capítulo é apresentado com recursos não somente textuais, também gráficos, como mapas, figuras e quadros. No quarto capítulo, desenvolvemos uma técnica metodológica própria, necessária para realizar uma leitura analítica integral das práticas de inovação social em ambientes solidários; os resultados são apresentados com gráficos, matrizes e figuras. Com o quinto capítulo, pretendemos analisar a inovação na construção de territorialidades na ação técnica e simbólica, a fim de trazer conteúdo teórico que permitisse organizar a segunda fase do trabalho de campo no conceito de “trabalho” como interface metabólica, neste caso, com o enfático viés solidário. O sexto capítulo, é a oportunidade que na pesquisa encontramos de trazer elementos de análise de

outros contextos, fazendo assim, uma análise comparativa de experiências italianas no marco referencial da geografia agroalimentar e, os elementos que daqui conseguimos extrair para o entendimento do contexto próprio da pesquisa. Finalmente, no sétimo capítulo fazemos uma síntese das territorialidades no pensamento geográfico-ambiental, processo necessário para atingir o último objetivo da pesquisa.

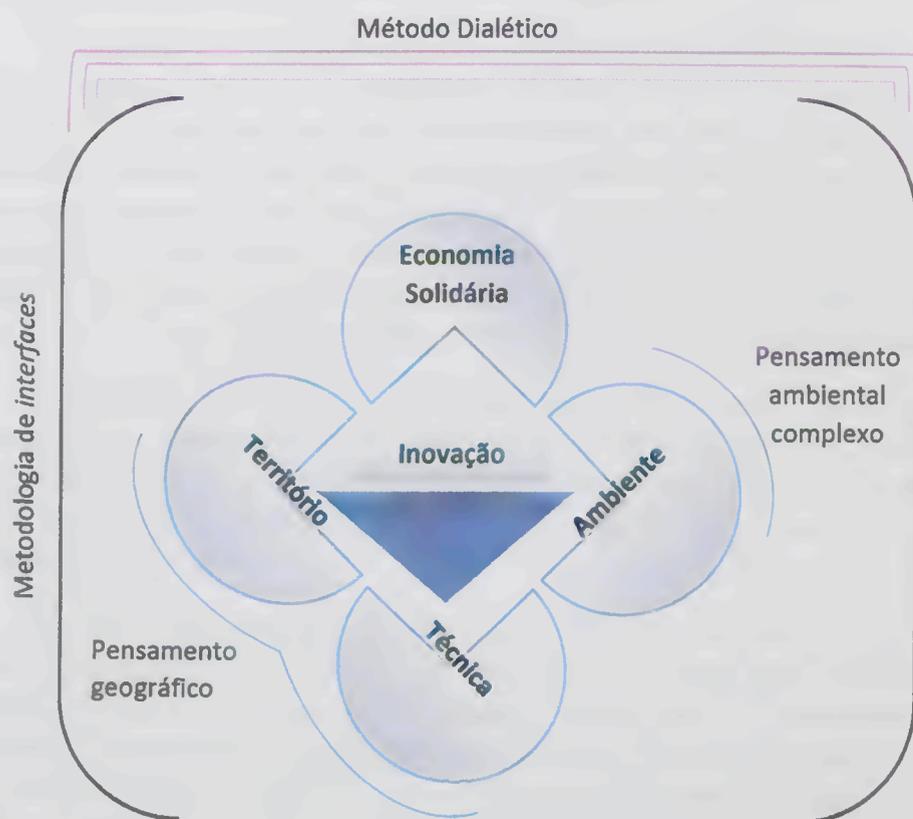
CAPÍTULO 1

ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA: A CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIO UM PROCESSO DE CONSTANTE INOVAÇÃO

1.1 Referencial teórico-conceitual e metodológico

Partindo-se do pressuposto de que a construção territorial tem um caráter multidimensional e o mesmo acontece com o ambiente, e que a abordagem territorial na teoria geográfica é bastante próxima do que chamaremos de “pensamento ambiental”, partimos da hipótese de que o amplo espectro no qual se move o território (social, político, econômico, cultural e ambiental), um processo constituinte e transformador, por sua carga paradigmática (contexto técnico-científico e suas relações com o modelo capitalista) não se permite uma aplicação conveniente para colocar a economia a serviço da população. Neste sentido, a inovação social como conceito permite, na sua própria desconstrução, ter uma aplicação concreta vinculada à economia solidária. Sua materialização e configuração repercutem numa matriz territorial formada por tensões sociais (ver Capítulo 4). Dentro de uma reconstrução, pelo menos aproximada, da inovação social como conceito de mudança que possa favorecer as iniciativas de economia solidária, pretende-se efetivar uma abordagem territorial através de uma ligação entre o pensamento geográfico e o pensamento ambiental, considerando as suas complexidades. Como se expõe na Figura 1, estamos operacionalizando a pesquisa por meio de uma metodologia chamada *interfaces*, efetivada através de etapas apresentadas no item três deste texto.

Figura 1 - Abordagem Teórico-Metodológica



Fonte: Elaboração própria (2014)

- Nível Conceitual
- Nível Teórico
- Nível Metodológico
- Método Dialético

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS CONCEITUAIS
Território (sociedade-espço) = Saquet (2011, 2009, 2007); Raffestin (1993 [1980])
Ambiente (cultura-ecossistema) = Maya (2003, 1993)
Técnica = Santos (2006. 4.ed, 1988)
Economia Solidária = Razeto (2006, 1998); Paul Singer (2002, 2004)
Inovação = CRISES (1990-2015)

Os procedimentos foram efetivados a partir de dois eixos: um eixo vertical e um horizontal. O primeiro eixo (vertical) corresponde ao objetivo específico 1 da pesquisa e se aproxima à desconstrução da inovação, e o segundo eixo (horizontal) corresponde aos objetivos específicos 2 e 3, procurando-se instrumentalizar a inovação como meio de mudança e

transformação do território e ambiente, a partir dos níveis teóricos (pensamento geográfico, geografia do trabalho e pensamento ambiental complexo).

A pesquisa está sendo realizada a partir de um primeiro nível conceitual, em que há um plano de interação (território e ambiente); um plano instrumental (trabalho e técnica); um plano simbólico (cultura); um plano transformador (inovação); e outro plano organizador vinculado à economia solidária. O centro do debate é feito a partir da geografia e do pensamento ambiental, destacando-se a relação sociedade-natureza, a economia solidária e a inovação social como práticas sócio-espaciais. Um aspecto de ligação entre estes conceitos é a abordagem da técnica como a instrumentalização sistematizada da prática sócio-espacial e, a inovação caracterizada por ser uma ação diferenciadora e de desconstrução criativa.

A inovação precisa ser compreendida para tentar entender também as construções territoriais sob o ponto de vista da criatividade, das técnicas criativas, revelando o jeito de transformar e inovar nos processos estudados, a intencionalidade do agir humano a serviço dos agentes econômicos. Por isso estudaremos as bases da inovação numa perspectiva crítica de abordagem.

A primeira aproximação conceitual tem que abordar uma relação aparentemente óbvia que não é sustentada só como um fato de preexistência, também como uma construção social e histórica, este é o caso do conceito de território. Porém, antes de compreender este conceito, precisamos, considerando a abordagem metodológica escolhida nesta pesquisa, estabelecer um ponto de partida com o conceito de espaço geográfico, necessário e indispensável no périplo teórico-metodológico que propomos fazer.

Para muitos autores – até mesmo num vocábulo cotidiano, não só dos pesquisadores – o território é confundido com o conceito de espaço geográfico numa vinculação ainda sinonímica. De fato, Souza (2013, p. 78) aponta, neste aspecto, que, “Na realidade, não se trata somente de “descuido”, mas, sim, de vícios de natureza ideológica que se reproduzem, turvando o nosso olhar”.

Neste aspecto, a compreensão do conceito de espaço geográfico tende a ser um pouco limitada, nas palavras de Raffestin (1993, p. 223), é importante esclarecer que “A matéria (ou substância), encontrando-se na superfície da terra ou acessível a partir dela, é assimilável a um “dado”, pois preexiste a toda ação humana. Nesse sentido, ela equivale ao espaço [...]”. De acordo com Saquet (2007, p. 77), Claude Raffestin entende o espaço como substrato, palco preexistente ao território:

Tem um conceito superficial, enquanto natureza-superfície, recursos naturais. Porém, o espaço geográfico não é apenas palco, receptor de ações, substrato. Ele tem um valor de uso e um valor de troca, distintos significados e é elemento constituinte do território, pois eles são indissociáveis.

Pode-se ver que, para Raffestin (1993 [1980]), o espaço geográfico é anterior ao território, fazendo parte da sua formação. O território é, assim, um produto das relações sócio-espaciais. No entanto, o espaço geográfico é assumido como produto da ação e relação dos sujeitos. Segundo Saquet (2011, p. 19), é mister, “Entender o espaço geográfico para

compreender o território, pois ambos, apesar de serem distintos epistemológica e ontologicamente, não estão separados”. O autor esclarece neste debate que a compreensão de espaço geográfico e de território depende das nossas opções teórico-metodológicas e políticas, significando, então, uma questão ontológica, assim como epistemológica e de método (SAQUET, 2011).

Na reflexão esboçada por Saquet (2007), ao tratar a relação espaço *versus* território, alguns autores preferem não separar os conceitos.

Dematteis (1985) não dicotomiza esses conceitos e processos e não entende o espaço geográfico apenas como substrato (palco) de relações sociais [...] Giuseppe Dematteis compreende o território ligado ao que denomina de *espaço-ambiente material modelado* pelas forças políticas e do mercado e não como duas instâncias separadas em níveis distintos” (SAQUET, 2007, p. 23).

Voltando ao conceito de território, observa-se que a escolha tem um caráter, neste caso, principalmente metodológico, como nos referimos anteriormente, os dois conceitos são bastante abrangentes, porém, vale ressaltar que nem um nem outro têm que ser “suficientes” na explicação da realidade. A esse respeito Souza (2013, p. 100) contribui na reflexão apontando que:

Sabemos muito bem que a sociedade concreta é una e indivisível, qual seria a necessidade de sobrecarregar um único conceito – no caso, o de território –, quando podemos e devemos, na realidade, nos servir de vários conceitos simultaneamente, integrando-os uns com os outros de modo complexo, ao sabê-los interdependentes e mutuamente complementares?

Em virtude do exposto, tanto o espaço geográfico quanto o território são, sem dúvida, conceitos polissêmicos vinculados à visão da multidimensionalidade e, como explica Souza (2013), o território coloca em primeiro plano a dimensão política, mas sem negligenciar as dimensões cultural e econômica. Pelo contrário, entende-se que esta separação é artificial, principalmente cartesiana, está mais preocupada em “Separar aquilo que é distinguível, mas não é propriamente separável” (SOUZA, 2009, p. 60).

Esse caráter indissociável que esses conceitos têm, na realidade, precisa se apoiar na compreensão da práxis do movimento sócio-espacial, o retorno orgânico da sociedade na natureza e a mediação da ação (trabalho) através do espaço. “O homem age no espaço (natural e social) de seu habitar, produzir, viver, objetiva e subjetivamente” (SAQUET, 2009, p. 81). “É o homem, pois, o sujeito, o ser regente das determinações que age a um só tempo sobre a natureza e a sociedade, através da mediação do espaço geográfico” (MOREIRA, 2012, p. 108).

Se pode falar da sociedade espacialmente organizada como um sistema de determinações, englobando num todo articulado e integrando determinações naturais e determinações sociais, ultimadas nas sobredeterminações espaciais, com o primado das histórico-sociais sobre o conjunto. Um todo que é tão maior em volume estrutural quanto mais conteúdo histórico-concreto contenha o espaço geográfico (MOREIRA, 2012, p. 108).

O espaço corresponde “Ao ambiente natural e ao ambiente organizado socialmente, com destaque para as formas/edificações e para as formas da natureza. Há unidade entre natureza e sociedade” (SAQUET e SPOSITO 2009, p. 81). E é neste sentido que o território também é caracterizado, pois é espaço natural, social, relacional, e histórico; produzido, apropriado e controlado socialmente.

Destacamos os três processos que estão na base da diferenciação metodológica (epistemológica e ontologicamente) do território em relação ao conceito de espaço na proposta sintética que realiza Saquet (2011, p. 22), referenciando-se em autores como Deleuze e Guattari (1976 [1972]), Raffestin (1993 [1980], 1984, 1986a e 2005) e Dematteis (1985), isto sem deixar de alertar de antemão, que sua diferenciação, no real, é muito tênue.

a) as relações de poder numa compreensão multidimensional, constituindo campos de força econômicos, políticos e culturais; b) a construção histórica e relacional de identidades; c) o movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR), (SAQUET, 2009, p. 22).

Neste sentido, a abordagem escolhida é, em concordância com a proposta de Saquet (2009, p. 91), “Multidimensional, relacional e processual” reconhecendo “A unidade dos tempos histórico e coexistente, as discontinuidades e continuidades”, “A relação dialética entre sociedade-natureza” no seio da relação espaço-tempo e da “Constituição dos territórios e das territorialidades”.

Por efeito, são muitos os enfoques utilizados nos estudos que inserem a abordagem territorial, e é, nessa esteira, que Heidrich (2010) destaca as contribuições significativas que fazem Haesbaert (2004) e Saquet (2007).

Haesbaert reconhece quatro amplas perspectivas, assim caracterizadas: (a) as concepções materialistas, nas quais o território é entendido como um objeto material e, mesmo se concebendo sua determinação por relações, é visto como um produto definido, consolidado; (b) as concepções idealistas, que vêm o território a partir da ação de sujeitos e comunidades; (c) as concepções que integram as diferentes dimensões do social e acolhem as objetivações delineadas pelos enfoques materialista e idealista; e, incluída neste último grupo, (d) a concepção relacional que compreende a articulação entre os processos sociais e o espaço material, nas quais o território é entendido primordialmente como uma relação do que por fato consolidado (HEIDRICH, 2010, p. 26).

Na reflexão esboçada por Heidrich (2010, p. 26), este assinala que Haesbaert (2004) explana as diferenças principalmente pelo aspecto metodológico, no entanto, Saquet (2007, p. 26) as explana a partir dos enfoques:

(a) estudos com enfoque econômico, apoiados por teorias marxistas; (b) estudos com enfoque geo-político; (c) estudos com enfoque nas dinâmicas política e cultural, que tratam das questões simbólico-identitárias e sociais; e (d) estudos sobre sustentabilidade e desenvolvimento local.

Porém, Hasbaert (1997, p. 40-1) propõe três vertentes mais próximas à abordagem feita por Saquet (2004), uma jurídico-política, sendo o território delimitado e controlado pelo poder (estatal e culturalista); e a econômica que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto da relação capital-trabalho; e as opções múltiplas que seriam o resultado das interfaces dessas duas vertentes (SILVA, 2010).

A abordagem crítica e histórico-relacional do território configura-se como uma espiral temporal que resulta de um processo longo e plural, abordado em diferentes disciplinas e contextos. Claro que um árduo trabalho coletivo será necessário para “descoisificar” o território, tornar complexos os olhares reducionistas e positivistas que fundamentaram no passar do tempo os paradigmas da ciência.

Os autores clássicos “Coisificaram o território rotineiramente, e havia, colaborando para isso, poderosos fatores ideológicos em jogo” (SOUZA, 2013, p. 91). Como explica Saquet (2007), são diferentes questões de ordem geopolítica, de desenvolvimento desigual, simbólicas e indentitárias, das redes e relações de poder, que condicionariam o arranjo das ciências sociais, como a geografia, a sociologia e a economia, em virtude de contradições e mudanças efetivadas no mundo da vida.

Essas primeiras explicações científicas caminham numa esteira fundamentada em pressupostos positivistas, teórico-metodológicos e mesmo filosóficos. O mesmo conceito de território não escapa da “Tradicionalíssima vinculação entre essa palavra e o discurso político do Estado-nação (‘território nacional’)” (SOUZA, 2013, p. 78).

O mesmo Ratzel, como salienta Saquet (2007, p. 31), “Naturaliza o povo e o território, ligando-os ao Estado-Nação”. “A geografia, desde Ratzel, volta-se para a análise da forma de organização do Estado, deixando de examinar as outras organizações dotadas de poder político” (GAGLIOTTO et al. 2009, p. 35). Nas obras de Ratzel o território é entendido como substrato, palco e ambiente, e como “Estado-Nação, a partir do momento em que há uma organização social para sua defesa” (SAQUET, 2007, p. 31).

De acordo com Picinatto et al. (2009, p. 69), “No momento em que se retorna à análise das relações de poder, e focaliza-se a prática espacial, o território volta a ser importante, não apenas como espaço próprio do Estado-Nação”, mas também dos atores sociais em seu exercício de poder espacial, particular e diverso. Converte-se, conforme o referido autor, como produto “produzido” e “consumido” pela prática sócio-espacial.

Sem desmerecer os aportes feitos por Ratzel e, pelo contrário, salientando seu reaparecimento com outros significados, é possível encontrar outras concepções de território. No entanto, essas concepções tiveram mudanças profundas, na geografia, somente a partir dos anos 1950-70, como examina Saquet (2007). “Entre os anos 1950 e 1980, o conceito de território é concebido de forma renovada na Filosofia e em estudos de Geografia, Economia, Antropologia e Sociologia” (SAQUET, 2011, p. 18). Destaca-se o pioneirismo de Jean Gottmann que, com uma concepção ampla do caráter político-administrativo para além do Estado-Nação, entende o território a partir da circulação e das iconografias, numa concepção crítica não marxista de Geografia (SAQUET, 2007, 2011). No processo de renovação e reelaboração da geografia, dois autores significativos que marcaram abordagens críticas são Jean

Gottmann e Giuseppe Dematteis, expoentes internacionais que reconheceram a centralidade das relações sociais, a construção histórica dos lugares e a transescalaridade do território.

Entre as principais contribuições de Giuseppe Dematteis à geografia está a abordagem histórico-crítica “Evidenciando a necessidade de superação da dicotomia existente entre a geografia física e a geografia antrópico-econômica e entre a geografia 'científica' (positivista e neopositivista) e a 'humanista' ou 'cultural'” (SAQUET, 2007, p. 57). É a centralidade que ganha o conceito de território e territorialidades desde sua materialidade, e abordagem relacional e transescalar, numa resposta ao reconhecimento da complexidade dos problemas territoriais. Uma ampla visão da natureza modificada pelo homem, relações sociais atuando sobre um suporte material que resultam na escolha metodológica e conceitual de Dematteis, para assim falar de sistemas territoriais abordados como processo histórico e acontecimentos coexistentes (SAQUET, 2007). Como destaca o próprio autor, o que torna altamente complexa a natureza metodológica da geografia, são tanto a heterogeneidade dos fenômenos quanto a sua própria ação de transformação (DEMATTEIS, 1970).

Avançando nesse movimento de renovação, vale apontar que:

De modo geral, Dematteis (1996a) resume muito bem esse movimento, quando afirma que, entre o final dos anos 1970 e o início dos 1980, altera-se o modo de ver o território, ou seja, permanece a atenção às políticas públicas e às intervenções, mas aumenta a atenção às diferenças e às especificidades dos lugares. Há um intenso trabalho teórico-metodológico e empírico-reflexivo para a compreensão de desigualdades presentes no território, principalmente, a partir das relações capital-trabalho, do uso do espaço e do movimento, traduzidos na processualidade histórica e transescalar (redes de circulação e comunicação). A problemática territorial do desenvolvimento, lentamente, ganha centralidade. No entanto, as preocupações e atenções com as condições ambientais, por exemplo, ganham força no decorrer dos anos 1980 e, sobretudo, a partir dos anos 1990 (SAQUET, 2007, p. 57).

Nestas décadas, principalmente desde 1970, observa-se a forte utilização na chamada geografia crítica, do materialismo histórico e dialético, pretendendo superar as abordagens positivistas e neopositivistas (marcadas principalmente por uma geografia quantitativa e fortemente descritiva). Sem dúvida a geografia ganha um caráter político fortemente ideológico representado numa abundante produção científica.

De fato, Saquet (2006, p. 75) trazendo os aportes de Vincenzo Vagaggini e Giuseppe Dematteis, acrescenta que: “É com o ideário do materialismo dialético que se possibilita uma compreensão mais coerente das relações inerentes ao território: totalidade, interconexão, transformação, dinâmica e contradições”. O território “Corresponde ao espaço ocupado, apropriado e controlado; produto de relações sociais de produção que se reproduzem cotidianamente” (SAQUET, 2011, p. 39).

Está claro, portanto, que o território é um conceito polissêmico e sua abordagem depende de uma escolha tanto ontológica, quanto epistemológica e metodológica. Concordamos deste modo, que a construção territorial é um complexo tecido relacional dotado de ação sócio-espacial, ou seja, de práticas sociais espacializadas. Para balizar o debate,

apresentar-se-á, primeiro, o território no campo relacional, para depois compreendê-lo a partir do poder, como uma dimensão do espaço social, dessa forma, finalizar-se-á a discussão com o conceito de territorialidades, elemento basilar para o desenvolvimento da pesquisa.

Neste ponto de vista, “A natureza que importa não é, em primeiro lugar, aquela das forças naturais (processos físicos, químicos e biológicos, e sua concretização como processos de modelagem da superfície terrestre), mas sim a ‘natureza-para-a-sociedade’” (SOUZA, 2013, p. 30). Não se pretende que esta concepção seja um retorno a um pensamento antropocentrista, pelo contrário, daremos ênfases ao espaço substantivado e construído como tal, reconhecendo a centralidade humana no complexo natural. Segundo Saquet (2003, p. 98), o “Homem que, ao estar na natureza, torna-a simultaneamente social e, ao estar na sociedade, torna-a, concomitantemente, natural. A natureza contém o homem multidimensional”.

Está claro que há uma humanização da natureza, porque o território é natureza “exterior” transformada. Citando Haesbaert (2002), Silva (2010, p. 44) complementa: “O sentido relacional presente no território traduz a incorporação simultânea do conjunto das relações sociais e de poder e da relação complexa entre processos sociais e espaço geográfico, este entendido como ambiente natural e ambiente socialmente produzido”. Deste modo, as relações sociais denotam a emergência (no sentido sistêmico) material e imaterial, ideia e matéria, objeto e ação, dualidades formadas na mútua dependência, processualidade, historicidade e movimento, e caracterizam uma mediação na prática sócio-espacial (trabalho, técnica, campo simbólico, etc.) entre a materialidade do espaço e a territorialidade.

Como aprofundaremos posteriormente, Souza (2013, p. 238) salienta que o conceito de *prática espacial* está indelevelmente ligado à contribuição de Henri Lefebvre: “Ele é, por excelência, e ainda mais claramente que conceitos tão complexos como território e lugar, a ponte conceitual entre as relações sociais e o espaço.” Para Raffestin e Bresso (1979), o espaço é construído socialmente por mediadores, especialmente pelo trabalho, contendo, assim, relações dos homens entre si e destes com a matéria. O homem inventa, tem uma atividade criadora que significa energia (manual e espiritual) e informação (SAQUET 2011, p. 20).

O processo de conceitualização dificilmente será resultado exclusivo de um só tempo e de um só lugar, pelo contrário, achamos que uma espiral espaço-temporal, pode explicar bem seu fluxo de evidente retroalimentação. Qualquer ponto de referência é resultado de um uso, uma experiência e uma primeira noção resultado de um imaginário coletivo. O conceito de território possibilitou, num processo de coabitação, a delimitação, controle e exclusão de outros indivíduos, não é resultado de um processo necessariamente negativo, mas é produto de um exercício próprio de nossa natureza social, o “poder”.

A comparação de um território com um ‘campo de força’ aparece, então, como uma analogia bastante razoável: ao mesmo tempo que o território corresponde a uma faceta do espaço social (ou, em outras palavras, a uma das formas de qualificá-lo), ele é, em si mesmo, intangível, assim como o próprio poder o é, por ser uma relação social (ou melhor, uma das dimensões das relações sociais). Se o poder é uma das dimensões das relações sociais, o território é a expressão espacial disso: uma relação social tornada espaço – mesmo que não de modo diretamente material, como ocorre com o substrato, ainda que o território dependa, de várias maneiras, deste último (SOUZA, 2013, p. 97).

Destacam-se, portanto, as relações de poder num plano político. Mas por que colocar em primeiro plano a dimensão política?

Para começar, cabe esclarecer que as dimensões: simbólico-culturais, econômicas, e, por conseguinte, políticas, são inerentes às relações de poder. “O poder significa relações, ações, fatos, dominação, influência, sempre com raízes sociais” (SAQUET, 2011, p. 19).

O poder é uma das essências do território, e este último foi considerado por muitos anos sinônimo do Estado, e esta instância leva consigo uma história bastante violenta, cheia de excessos e abusos de poder, mais do lado da heteronomia, que da autonomia dos povos. A propósito, Souza (2013) destaca do pensamento de Castoriadis, a capacidade que tem o poder de ser autônomo (radicalmente democrático), e não necessariamente heterônomo, ou seja, em que há uma assimetria (estrutural) de poder e uma dominação de alguns indivíduos e grupos por outros. Neste sentido o poder autônomo tem mais a ver com o imaginário social, em qualquer situação, o poder pode ser, de acordo com Castoriadis, “explícito” (poder visível vinculado ao governo) ou do tipo “infrapoder” (introjeção coletiva de valores).

Distinção similar fez Raffestin (1993, p. 52), diferenciando o Poder (com maiúscula) como referente à soberania do Estado “Ou da unidade global de uma dominação” e “Se manifesta por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos”, do poder (com minúscula), como no visível, e consubstancial com todas as relações, a “multidimensionalidade e imanência do poder em oposição à unidimensionalidade e à transcendência: “O poder está em todo lugar; não que englobe tudo, mas vem de todos os lugares”.

Um ponto-chave na compreensão desse poder autônomo, que aparece tanto na proposta de Cornélius Castoriadis como de Claude Raffestin, é a resistência. Conforme Saquet (2011, p. 98) apresenta, “Onde há relações de poder, em cada território substantivado, há condições para a resistência, para a insurreição e movimentação”. Ademais, “As resistências inscrevem-se nas relações de poder, no entanto, precisam, para serem efetivadas, significar contraponto, diferencialidade, oposição, inflamando indivíduos, grupos e classes sociais em sua unidade-identidade dialógica.”

Na argumentação de Raffestin (1993, p. 54), “O poder está ligado muito intimamente à manipulação dos fluxos que atravessam e desligam a relação, a saber, a energia e a informação. [...] A energia com a informação, se forma, se acumula, se combina e circula”. Na argumentação de Claude Raffestin, o trabalho e o caráter relacional são os fundamentos do poder, pois cada sociedade organiza seu espaço combinando esses elementos e, desta maneira, modela seu território, através da energia, da informação, de códigos, de estratégias de comunicação, de forma relacional e multidimensional.

Em resumo:

O poder significa, [...] relações sociais conflituosas e heterogêneas, múltiplas e intencionais; relações de forças que extrapolam a atuação do Estado e envolvem e estão envolvidas em outros processos da vida cotidiana, nas famílias, nas universidades, nas igrejas, nos lugares de trabalho etc. As territorialidades, nesse sentido, são plurais, multidimensionais, conflituosas, intencionais, complexas e estão em unidade. Tanto as relações de poder como a apropriação territorial são multiformes, materializando-se no movimento transtemporal descontínuo e contínuo da sociedade e da natureza. Há diferentes relações de poder e formas de apropriação do espaço historicamente definidas. Há um jogo de forças, conflitualidades, movimento e interação (SAQUET 2011, p. 64).

O último aspecto a trabalhar nesta reflexão sobre o território são as territorialidades. Como se apresentou, o território é produzido através de relações sociais, criadas e projetadas, de energia e informação, isto quer dizer que, o território como resultado das territorialidades pode ser definido como “[...] um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema (RAFFESTIN, 1993, p. 160)

Podemos entender as territorialidades em Saquet (2009) como relações sociais em movimento, isto é, as territorialidades são processuais e multitemporais, ou seja, continuidades (permanências) e discontinuidades (rupturas, mudanças); históricas (diacronia) e coexistentes (sincronia) em uma unidade espaço-temporal. Ademais, são multidimensionais, quer dizer, relações sociais simétricas ou dessimétricas produzidas historicamente; são dialéticas, portanto, materiais e imateriais, contraditórias e complementares; são transescalares, efetuam-se na vida cotidiana, estão intimamente ligadas a cada lugar, elas lhe dão identidade; implicam fluxo, especialmente quando se revelam na construção de *malhas, nós e redes* de circulação e comunicação; são relações de poder, pois são em essência dominação, controle, apropriação, influência, etc. As territorialidades revelam-se nas desigualdades socioeconômicas e político-culturais, ou, também, podem traduzir-se “Numa territorialidade ativa, que pode ser concretizada através da organização política e do planejamento participativo” (SAQUET, 2009, p. 88).

Neste processo, segundo Gagliotto (2009, p. 43), “A territorialidade não é só o modelo do espaço, mas também as características dos indivíduos e dos grupos que constituem um território”. Matte (2009, p. 20) compartilha as ideias de Deleuze e Guattari (1976), os quais compreendem o território ligado à subjetividade individual e coletiva, nas dimensões culturais, econômicas e existenciais, “Ocorre uma preocupação com o vivido, com as mudanças, ou seja, com o movimento que envolve cada situação espaço-tempo. Para eles, o próprio pensamento se desterritorializa e reterritorializa, desliga-se e se religa ao lugar”.

Raffestin (1993, p. 158), em sua compreensão das territorialidades, reflete a “Multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas”. Considerando as relações que se originam num sistema sociedade-espaço-tempo, salienta que os processos de troca e

comunicação implicam de fato, energia e informação, que podem ou não equilibrar ganhos e custos. O caráter relacional da concepção de Raffestin se faz evidente nas relações sociais que os sujeitos estabelecem com diferentes elementos (relações de poder, dominação, redes de circulação e comunicação, entre outros) do seu lugar, em que a apreensão dessas relações no seu contexto histórico e espaço-temporal vai determinar conseqüentemente as territorialidades.

Outra importante derivação nas territorialidades é a *TDR* (territorialização, desterritorialização e reterritorialização), neste sentido:

“A desterritorialização e a reterritorialização são contraditórias, mas complementam-se; coexistem no tempo e podem coexistir no espaço; são inseparáveis e são movidas pela relação EPC” (economia-política-cultura) (SAQUET, 2003, p. 218). Conseqüentemente as territorialidades influenciam cada território e, ao mesmo tempo, a sua própria reprodução a partir do território formado, isto é, são influenciadas pelo território em cada relação espaço-tempo, ou seja, são historicamente construídas.

O território configura-se desde a multiplicidade das relações sociais com o espaço, quer dizer, existe uma dialética entre o espaço e a sociedade; então, que tão afastado se encontra o conceito de ambiente do de território?

Do ponto de vista biológico, somos, sem dúvida, natureza, matéria orgânica que nasce, produz, reproduz-se e morre, quer dizer, que habita e está em constante metamorfose. Além disso, nosso pensamento transforma-se e transforma a outra matéria, investimos energia que provém da natureza para fazer voltá-la por meio da prática num movimento transformador.

O primeiro ponto a desenvolver em nossa compreensão de “ambiente”, e a postura ontológica e epistemológica que precisamos redescobrir, será, em primeira medida, a análise da redução e dicotomização do pensamento na construção conceitual homem-natureza; homem-espaço.

Na compreensão de Santos (1994, p. 44), “O mundo é a natureza e é a história que dá significado à sociedade humana. A natureza é um dado permanente, que se modifica à medida que avançamos no seu conhecimento”. E é no redescobrimento do homem pelo homem como natureza ativa, que nos tornamos progressiva e evolutivamente transformadores. “A história do homem sobre a Terra é a história de uma rotura progressiva entre o homem e o entorno. Esse processo se acelera quando [...] o homem se descobre como indivíduo e inicia a mecanização do Planeta” (SANTOS, 1994, p. 5).

Como explica Moreira (2012), no começo da modernidade, Descartes instaura um pensamento que dicotomiza o espaço do homem com altas conseqüências substantivas na relação sujeito-objeto, este problema de viés epistemológico terminará demarcando os paradigmas das ciências, do mesmo modo que o tratamento do ser pensante (*res cogitans*) e o espaço (*res extensa*), desencadeia numa divisão física, assumida pela ciência, e uma categoria metafísica utilizada para o entendimento da religião. Daí que qualquer construção do homem está “no espaço”.

A mesma separação sujeito-objeto chega a Kant e Hegel, como expressa Moreira (2012), isto não só é uma questão central do pensamento moderno ocidental, é toda uma estrutura

marcada por dualidades, alicerçada na história das sociedades. De fato, desespacialização é em consequência um “des” na natureza e no território, é dicotomia na relação homem-mundo. Como salienta o referido autor, a desnaturalização se encontra ligada ao nascimento da cultura judaica e implica dotar ao homem com os meios necessários para sobreviver e transformar, através do trabalho, a natureza da qual foi, por criação divina, excluído, já por efeito, a desespacialização, explica o autor, é “O efeito acumulativo dessa sequência de descolamento e exclusão. Todo ente é espacializado segundo se veja inserido na natureza, no todo relacional do meio e na localização de um dado lugar” (MOREIRA, 2012, p. 64).

Dando continuidade à matriz teórica que fundamentam as abordagens homem-natureza-espaco, encontramos um sistema, no começo, integrador e holístico, mas que em seu desdobrar, reduz e bifurca a matriz inicial¹.

Nesta perspectiva, duas foram as vertentes do pensamento geográfico que derivarão do reducionismo positivista e o neokantismo; de um lado o naturalismo mecanicista, “Redutor dos fenômenos naturais à esfera do a-histórico e inorgânico” tornando a geografia, “Abrigo de um conceito essencialmente físico-mecânico de natureza” (MOREIRA, 2012, p. 20), diferenciado no discurso geográfico, na “Perspectiva alemã, como uma geografia das paisagens através de Ratzel e Richtofen” (MOREIRA, 2012, p. 22); e do outro lado, o historicismo linear, “Redutor dos fenômenos sociais à esfera do comportamentalismo psicoculturalista, de um conceito literalmente metafísico de homem” (MOREIRA, 2012, p. 20), e do qual a perspectiva francesa se apoiaria, “Instituindo-se como uma geografia dos espaços organizados através de Reclus e Vidal, com Brunhes num caminho à parte” (MOREIRA, 2012, p. 22).

É neste sentido, que a derivação reducionista e dicotomizada teve visões no começo, com alcances muito mais integradores conforme ao entendimento da natureza. Exemplo disso foi Humboldt, com um conceito de natureza no movimento do mundo, “Noção do inorgânico, do orgânico e do humano como momentos do movimento da matéria, dos embutimentos recíprocos que eliminam uma esfera de forma a mantê-la como conteúdo dentro da forma momentaneamente prevalecente” (MOREIRA, 2012, p. 23).

É evidente que uma raiz integradora e totalizante, de grande importância na construção do pensamento, como se faz no materialismo histórico e dialético, seja uma boa matriz discursiva adequada, porém, há necessidade de reflexões sobre a processualidade histórica.

A base de referência utilizada por Marx são as expressões “natureza primeira” e “natureza segunda”, na primeira, designará a natureza exterior e ao homem (referida como inorgânica, e presente em sistemas do estrato natural), e na “natureza segunda”, a matéria transformada pela sociedade e os espaços simbólicos e as projeções espaciais do poder (SOUZA, 2013). No entanto, como esclarece Souza (2013, p. 30), “Élisée Reclus igualmente utilizou as expressões *première nature* e *seconde nature* com os mesmos sentidos — e, ao que parece, tendo chegado a essas noções por conta própria e sem ter sofrido influência de Marx”.

¹ Fazemos referência então, retomando de novo a abordagem de Moreira (2012), à Dialética da natureza de Engels que fundamenta a Tricart, e o entrecruzamento da teoria marxista da história com a economia política, que o fará com George. Ambos beberão do eixo holista de Humboldt e Ritter respectivamente, porém, são produtos do reducionismo positivista e o neokantismo de metade do século XIX que marcarão a divisão das ciências naturais e humanas.

“Há uma história que é natural e social ao mesmo tempo: o homem emerge da natureza e não pode se separar dela” (SAQUET, 2007, p. 173).

Em resumo, a construção esboçada de natureza, é, nesta esteira, movimento da relação homem-natureza-espço, e implica metabolismo no processo de mediação, instrumentalização e transformação da “natureza” através do espaço e efetivada na prática social. Neste sentido qualquer mediação técnico-simbólica implicará o uso da energia (como matéria em movimento) realizada através da sua liberação (trabalho), e determinada por relações de poder na construção de territórios por meio das territorialidades.

Os conceitos de natureza, espaço e território ganham relevância também quando, há construção do conhecimento relativo ao conceito de ambiente. Angel Maya (1995, p. 56, tradução nossa) afirma que:

O ambiente não consiste exclusivamente no meio ou entorno próximo e a soma das espécies ou às populações biológicas nele contidas. O ambiente representa também, uma categoria social constituída por comportamentos, valores e saberes; o ambiente como uma totalidade complexa e articulada está conformado pelas relações dinâmicas entre os sistemas naturais, social e construído.

O conceito de ambiente centra-se nos postulados de Augusto Ángel Maya no modelo cultura-ecossistema. Para este autor a clivagem entre homem-natureza desnaturaliza, posto que somos tão naturais como o ecossistema, porém a espécie humana tem logrado certa independência em relação às leis do ecossistema, entendido este como a articulação de muitos nichos ecológicos; neste sentido, o autor afirma que a espécie humana não tem nicho ecológico, o que significa que a adaptação humana não se realiza através de transformações orgânicas, senão por meio de uma plataforma instrumental complexa e ascendente que chamaremos “cultura” (ANGEL MAYA, 2003).

O mais importante nesta abordagem ambiental é que se permite fazer uma análise integrada da relação que a atividade humana tem sobre o ecossistema sem atribuir à atual problemática ambiental a qualificação de ser um problema somente tecnológico. No modelo cultura-ecossistema há uma população que constrói, sob um paradigma tecnológico, relações sociais, uma rede simbólica que faz parte de um sistema cultural que tem uma dependência e produz um impacto no ecossistema (o qual desencaixa ao homem para este inserir-se nos ecossistemas). De novo chega-se a um encontro dialético efetivado desde uma plataforma técnico-científica, um ângulo da construção de territorialidades necessário para compreender a abordagem que pretendemos fazer do objeto de estudo.

Desta maneira, em nossa opção teórico-conceitual, passamos pela construção do território e seu reconhecimento relacional na multi, inter e transdimensionalidade, temporalidade e *escalaridade*, mostrando ademais como essas relações são entendidas a partir do exercício do poder fundamentando os territórios e, ao mesmo tempo, são fundamentais para representar, projetar, compreender e transformar, no movimento, a dinâmica das territorialidades. Construimos não só um referente espacial, apelamos por um “ambiente” na fusão ontológica do ser humano-mundo quanto natureza em pertencimento na vida em geral se efetua.

Para discorrer sobre o conceito de prática sócio-espacial, vamos abordar o desdobramento que realiza Souza (2013) neste aspecto. Em primeiro lugar, entenda-se a prática espacial como uma prática social dotada de certa particularidade, sem existir de nenhum jeito, uma sociedade a-espacial, pelo contrário, redescobre-se no seu espaço. Então, as práticas espaciais são práticas sociais dotadas de certa densidade espacial; dialeticamente, há produção relacional, material e imaterial, valorização dos agentes e suas ações. Assim, o conceito de prática espacial também trabalhado por Henri Lefebvre revela-se numa ligação da relação sociedade-espaço.

Pela importância que tem no discurso geográfico a prática espacial, e reconhecendo o ganho histórico da importância do “espaço” na construção relacional, e sem depreciar o meramente espacial na simplicidade do uso cotidiano, nem o social na prática espacialmente inerente, retomaremos a escolha feita por Sousa (2013), no uso do conceito de “prática sócio-espacial” para o desenvolvimento desta pesquisa.

Em resumo, “Toda prática espacial, assim como, mais amplamente, toda prática social, é uma ação (ou um conjunto estruturado de ações) inscrita nos marcos de relações sociais” (SOUZA, 2013, p. 241). Ações e/ou comportamentos que, no pensar de Raffestin (1993), supõem posse de códigos e de sistemas sêmicos, que se traduz por uma “produção territorial”. As práticas espaço-temporais com mediadores *(i)materiais* na relação sociedade-natureza, traduz-se em territorialidades e intencionalidades (econômicas, políticas e culturais) (SAQUET, 2011).

Simultaneamente, na prática sócio-espacial existe mediação instrumentalizada pela técnica. Elemento que doravante (segundo capítulo), entenderemos no agir cultural, não só na plataforma técnico científico informacional elaborada por Milton Santos, mas na sua essência de “técnica” histórico-empírica, transferível e sistematizável, abordada nos seguintes parágrafos.

Segundo Santos (2006, p. 33):

[...] a técnica entra aqui como um traço de união, historicamente e epistemologicamente. As técnicas, de um lado, dão-nos a possibilidade de empiricização do tempo e, de outro lado, a possibilidade de uma qualificação precisa da materialidade sobre a qual as sociedades humanas trabalham. Então, essa empiricização pode ser a base de uma sistematização, solidária com as características de cada época. Ao longo da história, as técnicas se dão como sistemas, diferentemente caracterizadas. É por intermédio das técnicas que o homem, no trabalho, realiza essa união entre espaço e tempo.

A técnica ajuda-nos a historicizar, isto é, a considerar o espaço como fenômeno histórico e a geografizar, ou seja, a produzir uma geografia como ciência histórica (SANTOS, 2006). A técnica transforma-se num aspecto constitutivo do espaço num caráter histórico. Para Santos (2006), somente existe técnica quando o instrumento de trabalho, a máquina, o modelo de organização se inserem numa sociedade e se instalam num lugar. Daí o império das condições sociais sobre o processo de difusão das inovações.

Como explica Santos (1994, p. 4), a história do homem sobre a terra é uma ruptura homem-entorno, “Com a presença do Homem sobre a Terra, a Natureza está, sempre, sendo

redescoberta [...] Mas agora, quando o natural cede lugar ao artefato e a racionalidade triunfante se revela através da natureza instrumentalizada, está, portanto, domesticada”. É nessa ruptura, que o processo de transformação vai além da própria sobrevivência, o espaço se organiza de acordo com o conjunto de necessidades, desejos e possibilidades que envolvem cada lugar, cada tempo.

A transformação é um processo *coevolutivo*, é instrumentalização e meios de trabalho fundindo a materialidade espacial dos objetos com a força da ação que liberam as sociedades, os objetos em si, são intencionalidade, as técnicas permitem a fluidez da matéria, energia e informação, na circulação, no campo relacional de trocas e consumo. Esse conjunto de existências assegura “Do ponto de vista da tecnosfera, a circulação no atual momento histórico, em ao mesmo tempo, é o conjunto de oportunidades e possibilidades técnicas que permitem as mudanças de valor no espaço” (SILVA JUNIOR, 2007, p. 118).

Atualmente, o meio técnico-científico-informacional já não é somente um meio técnico, é, de fato, geográfico, e se sobrepõe a outros modelos instalando um novo sistema de natureza transformada, como território significa necessariamente ciência, tecnologia e informação (SANTOS, 1992).

A relação homem-espaço-natureza é uma relação metabólica, técnica e simbólica, mas sua construção social é dada através do trabalho. O conceito de trabalho estabelecerá uma ligação entre a plataforma instrumental-adaptativa que tem uma cultura simbólica e técnica, o trabalho está na base de um processo metabólico de construção territorial.

O trabalho está na interface entre a sociedade e a natureza, tem um conteúdo social e significa, portanto, relações de poder e ideologia. O trabalho está na base da construção, desconstrução e reconstrução do habitat e do território através da produção de objetos concretos (materializações) e de símbolos (econômicos, políticos e culturais), como a linguagem. No trabalho, o homem interage mão e cérebro, força e pensamento (SAQUET, 2011, p. 20).

É nesse processo de objetivação do trabalho, ao longo dos tempos, que reconhecemos o conteúdo do metabolismo social que faz com que sociedade e natureza, e as mediações que governam essa relação dialética, sejam “lidas” pela Geografia como base fundante da compreensão da polissemia do trabalho no mundo atual (THOMAZ JÚNIOR, 2002).

Neste processo da práxis social no qual o trabalho se insere numa dialética que integra as dimensões ambiental e geográfica, a referência ontológica desta unidade conceitual leva a pensar em dois aspectos. O primeiro refere-se à pergunta de que se é possível decidir a forma de fazer estas transformações, e se pode ter uma leitura particular e crítica dessa ação diferenciadora. A resposta está centrada na inovação vinculada à economia solidária.

A inovação não é um conceito meramente econômico, inclusive seu reconhecimento social interpõe uma série de valores que podem mudar esse paradigma, social, político e científico.

O conceito de inovação também é descrito como a “Implementação de um produto, ou processo, novo ou significativamente melhorado, um método de comercialização, ou um novo método organizacional nas práticas de negócio, a organização do lugar de trabalho ou as relações externas” (MANUAL DE OSLO, 2005, p. 56).

Ora o conceito de inovação (conceito abordado com maior profundidade no capítulo 2) é ainda mais amplo, apesar dele carregar com um contexto de aplicação reduzida, a escolha do termo inovação social redefine o mesmo termo de inovação, tirando a estreita visão de: inovação igual desenvolvimento técnico-científico e rentabilidade monetária, o mercado já não é um único indicador de êxito, vender só torna à inovação vendível, e conduzi-la por essa esteira simplificaria o dinamismo das transformações sociais e sua capacidade de reinventar-se, de reinventar o mundo.

Segundo Alborno (2009, p. 10, tradução nossa), “Para Schumpeter a inovação, como o próprio capitalismo, é perturbação das estruturas existentes e incessante novidade e mudança. As inovações seriam as responsáveis de tal fenômeno”. O pensamento Schumpeteriano contradiz a quem identifica o processo de inovação exclusivamente com o desenvolvimento de novos conhecimentos, por exemplo, refletir sobre a tecnologia a partir da ciência.

Faz mais de três décadas que a inovação é retomada de maneira tardia da teoria de Joseph Schumpeter dos anos de 1920, e é incorporada como elemento estruturante das políticas de reconversão industrial no contexto problemático da crise da energia de metade dos setenta e da reconversão industrial associada com ela (ALZATE, 2013). De acordo com Gibbons et al. (1997), estas políticas se estabeleceram num território difuso, entre as políticas industriais e as políticas de ciência e tecnologia, sem deixar de falar das políticas de educação superior.

Transcendendo esse reducionismo tecno-econômico, a inovação social traz um aporte valiosíssimo na perspectiva de focalizar a sociedade no centro das transformações, desvelando as intenções das ações coletivas, sua conectividade sócio-espacial, e a processualidade histórica, as redes que direta e indiretamente constroem a inovação e se territorializam por meio das ações dos sujeitos.

O conceito mais delimitado de inovação social emerge fundamentalmente no final do século XX. Foi trabalhado por pensadores sociais como Peter Druker ou Michael Young durante a década de 1960, também em escritores franceses na década de 1970, como Pierre Rosanvallon, Jacques Fournier e Jacques Attali (CHAMBON; DAVID; DEVEVEY, 1982). Não obstante, “Foram os que trabalhavam na nova sociologia econômica (SWEDBERG, 1991, SWEDBERG Y SMELSER, 1994) [...], os que deram conteúdo a dito conceito englobando não só as pessoas, mas também as normas e as redes sociais que contribuiram à geração de ações coletivas em benefício da própria comunidade” (MORALES 2009, p. 20, tradução nossa).

Um processo de inovação social implica a interação de um conjunto de atores, ou seja, uma ação coletiva (de natureza relacional), num contexto determinado (mas em ambientes interligados e interativos na produção e coprodução do conhecimento), em que se geram novas ideias, conceitos, enfoques, práticas ou aplicações (uso do conhecimento na práxis) com potencial de transformação criativa numa estrutura de legitimação social. Ademais, se fará

ênfase na sua natureza processual, mais que a materialização do produto, isto é, como processo de inovação, que não surja da “Confluência circunstancial de uma série de elementos, mas de uma sistemática que faz com que a inovação possa ser considerada um conjunto de atividades articuladas que se repetem uma e outra vez (quer dizer, um processo)” (SACANELL, 2009, p. 82 apud MORALES, 2009, tradução nossa).

Neste sentido, a inovação precisa ser entendida como um processo interativo de construção horizontal/transversal, considerando-se o relacionamento coletivo e participativo, a reinvenção organizativa, o reconhecimento de diversas fontes de conhecimento (ALZATE, 2013), a acumulação do aprendizado e o sistema reticular inter e transterritorial na consolidação da inovação. Quer dizer, através de um sistema reticular, social e territorialmente organizado. “Diversos autores – como Rothwell (1991) – preconizam que os processos de inovação de última geração são aqueles fundados na integração de sistemas e redes de cooperação, e, portanto, em que os elementos relacionais [...] têm um papel-chave para seu desenvolvimento” (MORALES, 2009, p. 47, tradução nossa). Além disso, a inovação se deve implicar num modelo de governança, entendido como organização da ação coletiva por meio da institucionalização formal e informal (ANSHELL; GASH, 2008). Portanto, autonomia, democracia, legitimação social e autogoverno no desenvolvimento territorial.

Tendo em vista que a inovação social provoca um forte impacto, transmissível e replicável, sua capacidade deve ser sistemática, de materialização e de difusão, inserindo-se desde o campo mais interativo e relacional da imaterialidade do território, como é a linguagem, com seu poder de transformação implícito no discurso (diversidade semântica e desconstrução e construção de novos conceitos), até a materialidade mais evidente no desenvolvimento de um território, como os circuitos de troca comercial, sistemas de mobilidade, e demais fluxos e fixos que mudam as mesmas relações espaço-temporais aí estabelecidas.

Na geografia, segundo Silva (2014, p. 1), a inovação na geografia tem sua vinculação essencial com “Os estudos econômicos, territoriais e em particular ao desenvolvimento regional, em que se pode destacar a difusão tecnológica (escola difusionista), o desenvolvimento endógeno (escola da regulação)”. Acrescenta, ademais, que “Esses estudos sobre espaço e inovação interessam por causa da influência das dimensões geográficas da produção, circulação e compartilhamento de inovações, e as mudanças socioespaciais decorrentes”.

Numa argumentação e perspectiva mais ampla da inovação social, esta corresponde a um processo iniciado e desenvolvido por atores sociais, isto é

O que leva, portanto, a novas relações de poder. Esse desejo de transformação afeta as relações sociais de produção, o consumo, distribuição, gênero, ambiental ou o todo espacial, superando, assim, visões de adaptações a novas realidades exigidas pelo mercado, mas de possíveis transformações sócio-espaciais (SILVA, 2014, p. 12).

Nessa vinculação profunda que tem a inovação social com o território, tomaremos uma citação de Fontan (2011 p. 201-25):

[...] Por ‘efeito território’, nós entendemos que o território constitui um lugar instituinte, ou seja, que ele age no processo de emergência e consolidação de

uma ideia nova, inovação ou de criação. Consideramos que essa influência se produz de maneira ambivalente, uma vez que elementos constituintes do território, dada a configuração das relações sociais, agem de maneira contraditória: seja para impor a ordem estabelecida e rejeitar o novo, seja para desenvolver as ações que facilitarão a promoção. Por essa segunda via, o território se torna protagonista. Ele contribui dessa forma para a superação da ordem instituída. O território acolhendo e incubando o novo se torna uma cena onde se constrói na cooperação e o conflito dos elementos podendo eventualmente conduzir à adoção de novos comportamentos sociais.

Nesta reduzidíssima abordagem, vemos como a inovação apresenta uma condição de debate e desconstrução conceitual, esta se dá no momento que os pilares tradicionais da inovação, como a economia de estilo capitalista e o modelo tecnocientífico, conformam-se num contexto particular e diverso, precisando de uma profunda mudança estrutural e conjuntural.

Para poder incorporar uma compreensão com uma carga semântica, política e econômica adequada, é preciso pensar numa ordem aparentemente já construída. Se as relações de poder, acumulação de capital, propriedade, efetividade, tomada de decisões, hierarquização, competência, etc., são próprias do modelo econômico atual, então, por que assumir um termo (como inovação) que alude tanta ambiguidade? Seguramente a resposta estará no exercício de erigir uma inovação que lhe signifique aterrissar um acúmulo de atitudes e capacidades criativas de um coletivo sobre um território, um jeito próprio de habitar, e habitar implica, entre muitas coisas, definir quais serão as relações econômicas que serão efetivadas.

Os avanços da economia solidária são notáveis, tentando trabalhar com um conceito mais abrangente como o circuito solidário, vamos recolher para seu melhor entendimento, algumas ideias de Luis Razeto sobre a teoria da produção no âmbito empresarial. A economia solidária surge como conceito, como explica Razeto (2006), na realidade das organizações sociais, numa necessidade de visibilizar-se, de dar um nome ao que estavam fazendo. Em 1981, num encontro de “organizações econômicas populares”, nome dado para estes tipos de organizações que se formavam pela população marginal da cidade de Santiago de Chile, no contexto da ditadura militar que tinha implementado o modelo econômico neoliberal, mudando o funcionamento do mercado e o papel que o Estado tinha sobre este. Este tipo de movimento se planteava como uma alternativa econômica não capitalista, dando mais importância ao trabalho por sobre o capital e aos valores humanos (solidariedade, justiça, autonomia, liberdade, etc.).

Conforme o referido autor, a economia solidária contém três dimensões: como realidade, como teoria e como projeto. Como realidade, ressalta-se a importância desta no contexto mundial, propondo e atuando com respostas éticas e abertas ao bem-estar social. Como projeto, a visão de futuro, a utopia mesma, os sonhos para mudar as relações do mercado: desiguais, individualistas e reducionistas. Já como teoria, vamos ver algumas ideias que propõe Luis Razeto (2006) na construção inicial da unidade básica de nosso circuito, a empresa.

Num plano muito mais geral e histórico da teoria, o autor propõe duas estruturas de pensamento distintas que acompanharam até hoje o movimento cooperativo. Estas podem ser doutrinas, ou também ideologias. A primeira como doutrina cooperativa fundamentou os valores, princípios e normas, é um tipo de pensamento que deriva de uma “Filosofia ou concepção do homem e da sociedade, e que se traduz num enunciado de princípios do qual deriva uma norma ou proposta que regula o funcionamento das organizações que a reconheçam” (RAZETO, 2006, p. 11, tradução nossa). A segunda estrutura é própria de movimentos que formam parte da economia solidária, como a economia social, economia ecológica e a economia autogestionada. Como salienta o autor, mas que “Fundar-se numa ética filosófica, o fazem num pensamento político ou em determinado interesse que se quer defender, promover e generalizar na sociedade” para ser coerente com a “Proposta ideológica (‘o dever ser’ com respeito ao modo de organizar-se e atuar)” (RAZETO, 2006, p. 12, tradução nossa)².

Qual é a natureza da economia que possibilita ressaltar sua importância na sociedade, sem que seja contrária aos valores éticos que levam a sociedade a ser mais humana. Não estamos falando das expressões que o capitalismo trouxe consigo (individualismo, acumulação e lucro), estamos validando a economia solidária quanto economia na reprodução da vida, “É a economia do governo da casa, é o organizar racionalmente as atividades para subsistir, para satisfazer necessidades, aspirações e desejos, para gerar progresso familiarmente, socialmente, para desenvolver qualquer tipo de projeto” (RAZETO, 2006, p. 16, tradução nossa). Deste modo, todos os aspectos da vida têm a ver com a economia, o solidário (como adjetivo) se estabelece como valor e conceito ético da solidariedade (como substantivo), sem negar os benefícios de produzir com eficiência, ou seja, com o mínimo de custo e sacrifícios, e com o máximo de resultados possíveis.

Não obstante, a economia solidária, se bem permeia todas as dimensões da vida, precisa ocorrer através de uma proposta econômica baseada em uma racionalidade e pensamento alternativo, e isto não quer dizer que não seja sólida e transformadora da própria dinâmica do mercado, dos circuitos de circulação e consumo. Como frisa Razeto (2006, p. 19, tradução nossa), “A Economia Solidária tem capacidade de integrar processos reais, de motivar pessoas, organizações, iniciativas em torno a projetos concretos, tem a capacidade de pensar e elaborar propostas mais amplas”, que se validem social, ética e economicamente (RAZETO, 2006, p. 19).

Na economia solidária há aportes tangíveis e concretos. Por um lado, amplia os clássicos três fatores econômicos: terra, capital e trabalho dos quais derivam diversas teorias, tais como: a renda da terra, do interesse e do salário. Como postula Razeto (2006), Marx deu preponderância ao fator trabalho como criador de riqueza e valor, e, por esse aspecto, merecedor genuíno de todos os excedentes. Já na economia neoclássica, o capital era o integrador de todos os outros fatores, a terra sai do cálculo matemático da economia, e o trabalho passa a ser um simples “custo de produção”. Com o tempo, entram os fatores gestão,

² Estas duas estruturas são importantes para entender o desenvolvimento do cooperativismo, no qual se negou durante muitos anos a essência econômica do cooperativismo, apresentando-o como uma proposta de organização, mudança e desenvolvimento social. Motivo pelo qual se afastam de uma ‘proposta de economia’ que extraia, na natureza da economia, uma nova racionalidade para praticá-la, ou seja, colocá-la na práxis.

como um processo de tomada de decisões; a tecnologia, como um elemento que imprime conhecimento"; os meios materiais de produção, como a materialidade onde o trabalho se realiza; e o "Fator C" próprio da economia solidária, como um componente de "união", cooperação, colaboração, coletivismo, convivência, etc. Que se insere no funcionamento mesmo da economia, que participa do valor econômico. O Fator C, o autor define como "Energia intersubjetiva, como uma energia social, que se constitui e aparece na união das consciências, vontades e emoções, dos integrantes de um grupo que se planteiam objetivos comuns" (RAZETO, 2006, p. 13, tradução nossa).

Neste aspecto, é muito interessante a apreciação que faz o autor desses três aspectos. A consciência como ato de compartilhar certo modo de pensar, de ter um projeto ou um objetivo; a vontade é por natureza "realizadora", e é essencial no Fator C, se esta é coletiva; e as emoções são o "coração comum", os sentimentos compartilhados, aderidos intimamente nos planos imediato e circunstancial, vinculado à projeção do futuro.

Para poder entender os elementos que diferenciam uma empresa solidária de outros tipos de organizações, é indispensável fazer três distinções que propõe Razeto (2006, p. 12, tradução nossa). Estes aspectos econômicos são: a condição de *recurso*, a condição de *fator* e a condição de *categoria*. O primeiro é uma "Força produtiva que tem a possibilidade de participar da economia, que tem a potencialidade de fazer um aporte produtivo, mas que não necessariamente o está fazendo"; pelo contrário, o fator produtivo "É uma força efetivamente operante e ativa, que está gerando valor, ou seja, que está participando da produção"; e o terceiro aspecto, é que esse fator não somente se encontra operando, senão que é organizador da empresa. Este último aspecto (a categoria) define, a partir do jeito como estes fatores se relacionarem, o tipo de empresa que se obtém, bem seja, uma empresa capitalista, organizada pelo financiamento; de trabalhadores, enfatizando o fator trabalho; de renda, sobre os meios materiais de produção; tecnológica, baseada nos possuidores do conhecimento; do Estado, sustentadas sobre o exercício do poder e autoridade; e as solidárias, fundamentadas sobre a força coletiva, o Fator C.

Para finalmente definir as características que fazem que uma empresa seja solidária ou não, temos que entender o poder organizador que tem que ter o Fator C, correspondendo a mais três pontos apresentados por Razeto (2006), isto quer dizer que os objetivos econômicos, que têm que ser próprios e autônomos, e orientarão a vocação e intenção de fundo da empresa; o poder de convocar e integrar os outros fatores, dito de outro modo, "chamando" os necessários para que a empresa funcione e atinja os objetivos; a categoria lhe dá à empresa sua forma particular, tendo em vista que as relações dos sujeitos que participam da empresa são marcadas pelo fator solidário, essa seria a sua marca distintiva; e por último, o significado e conteúdo do valor econômico criado pela empresa se imprimirão no produto ou serviço final desta, portanto, as relações e reconhecimento do papel que tem cada um dos fatores e seu trabalho em conjunto devem ir além do caráter monetário, devem ser compreendidos como o resultado sistêmico do conjunto de elementos que formaram essa unidade chamada empresa, no processo de sínteses, transferir parte deste fazer (trabalho), saber fazer (tecnologia), ter (meios materiais), poder (gestão), crer (financiamento), e unir (Fator C), condensados no produto ou serviço final, o mais tangível e visível do processo de "emergência sistêmica".

Para finalizar, vamos esclarecer outro aporte — de outros tantos —, que faz a economia solidária em nível de unidade mínima (empresa), mas que poderia ter um impacto muito maior. Se faz referência à “divisão social do trabalho”. Tendo em conta que, “A divisão social do trabalho começa a constituir-se quando certas pessoas se vão apropriando e especializando em alguma destas atividades” (RAZETO, 2006, p. 11, tradução nossa). Contrariamente, a economia solidária reverte o processo da divisão social do trabalho.

Es decir, haciendo que esta comunidad integre las especializaciones de estas diferentes acciones que son los factores, no destruye la división técnica del trabajo, lo que destruye es la división social del trabajo. La división técnica, es decir, estos diferentes haceres: poder decisional, posición y control de medios materiales, el conocimiento, etc. siguen diferenciados técnicamente, sigue siendo una economía compleja, sigue habiendo especialización. Pero las especializaciones ya no dan lugar, ya no configuran contraposición de intereses, [...] puesto que la comunidad vuelve a integrarse, vuelve a estar recompuesta, integrada, vuelve a adquirir el control de todas las actividades necesarias para producir la vida (RAZETO, 2006, p. 13).

Como foi descrito anteriormente, a economia solidária nasce como movimento reacionário das injustiças dadas num contexto capitalista sitiado por um modelo econômico neoliberal. Como afirma Paul Singer (2004, p. 5):

A economia solidária não pretende opor-se ao desenvolvimento, que, mesmo sendo capitalista, faz a humanidade progredir. O seu propósito é tornar o desenvolvimento mais justo, repartindo seus benefícios e prejuízos de forma mais igual e menos casual [...] O desenvolvimento solidário apoia-se sobre os mesmos avanços do conhecimento, e sua aplicação aos empreendimentos humanos, que o desenvolvimento capitalista. Mas o desenvolvimento solidário propõe um uso bem distinto das forças produtivas assim alcançadas: essas forças deveriam ser postas - à disposição de todos os produtores do mundo, de modo que nenhum país, região ou localidade seja excluído de sua utilização, e, portanto, dos benefícios que venham a proporcionar.

É preciso evidenciar o seguinte: “[...] Reafirmo essa ideia da articulação em rede, de cooperação dos empreendimentos e, para finalizar, afirmo também que economia solidária não é só solidariedade na produção, mas também na organização e na articulação com todos os setores sociais” (KAPRON, 2002, p. 51). E sobre este ponto, a economia solidária, também chamada por Coraggio (2002) *de economia do trabalho*, Sabaté (2002, p. 39, tradução nossa) afirma que:

No plano social e econômico, por exemplo, compreende e aperfeiçoa todos os aspectos indicados na economia social, agregando a noção de rede de empreendimento e a análise de circuitos de produção e circulação, que cobrem outras escalas organizativas de produção, além das empresas sociais, como são os microempreendimentos e os vínculos com as pequenas e medianas empresas.

Além disto, Kapron (2002, p. 51) afirma também que a economia solidária não se restringe à produção, ocorre também na organização e na articulação com todos os setores sociais. Portanto, o circuito econômico solidário tem como característica preponderante

relacionar diferentes elos que são comuns a qualquer processo produtivo e priorizar sua atuação num exercício de forças endógenas. Ampliar os canais de comercialização, priorizar o valor do trabalho sobre o capital, efetivar processos de cooperação, impactar o consumo e a produção do território, estabelecer preços justos, diminuir intermediários, gerar valores agregados, estes e outros são elementos próprios de um circuito econômico solidário.

Porém, o conceito de circuito econômico tem uma construção histórica que parte de um princípio de conexão de um sistema produtivo, como explica Bula et al. (2011) o conceito de circuito econômico tem sua origem na concepção da circulação sanguínea do economista e médico francês Francisco Quesnay, o qual em 1766 cria a conhecida Tabela Econômica de Quesnay (circulação do PIB entre as classes sociais e as suas relações de produção, distribuição e intercâmbio). Como salientam os referidos autores, temos desde a macroeconomia um “[...]Um conceito que foi inspirado e desenvolvido pelo economista John Maynard Keynes, quem determina a complexidade do circuito econômico nacional, integrado por economias domésticas e unidades de consumo”, assim como desde a microeconomia busca-se a “Circulação de um duplo circuito que junta aos empresários com os consumidores” (BULA et al. 2011, p. 11, tradução nossa).

A teoria de Circuitos Econômicos Solidários trabalhada por autores como Razeto (1982, 1994) que o define como um tipo de relações econômicas que alcançando um certo grau de difusão social em que os bens são transferidos, chegam a constituir num cenário global, uma realidade econômica significativa que configura um “mercado particular” originado pelas conexões e entrelaçamento de operações, fluxos e sujeitos que participam desse mercado.

O circuito econômico solidário corresponde a um conjunto coerente e predeterminado de decisões e ações orientadas a criar num espaço comunitário específico um circuito econômico, o qual é concebido como um processo organizado de todas as atividades e vocações econômicas da comunidade e os estamentos que a constituem, em função da geração e distribuição da riqueza e bem-estar social (ZABALA, 2007). Estas relações de cooperação, contrário às relações capitalistas, são predominantemente minoritárias, mas fortemente demonstrativas dos fenômenos relacionais de solidariedade em que a cooperação articula e coordena de maneira organizada as decisões econômicas de distintos sujeitos (BULA et al. 2011). Sucintamente, a inovação é compreendida como a qualificação criativa da ação diferenciadora do que significa instrumentalizar sistematicamente a prática sócio-espacial através da técnica, e a cultura como práxis inerente ao ser humano; o trabalho precisa ser sua liberação processual, metabolismo na intermediação sociedade-espaco-natureza transformada (ambiente), sua expressão social, política, econômica e cultural, é a construção mesma do território e das territorialidades enquanto processo histórico e relacional do habitar e “ser” no mundo vivido. Na economia solidária atua-se no plano organizador da inovação social enquanto interpretação e práxis técnico-simbólica, guia desde as bases o “como” axiológico e epistêmico do que fazer, e desconstrói no refazer (ver a Figura 1B como esquema da argumentação teórica no Apêndice A).

CAPÍTULO 2

ANÁLISE DE CRITÉRIOS TERRITORIAIS NA FORMAÇÃO DO PERFIL DEPARTAMENTAL

2.1 Contextualizando a formação regional

Numa primeira ordem de ideias, apresentaremos a conformação e localização da sub-região II, inserindo seguidamente uma etapa de descrição do trabalho de campo realizado, levando em conta a metodologia que orientou esta etapa, ademais de assinalar a importância que representa este para a pesquisa. Além de apresentar dados coletados no local de pesquisa, analisaremos também informações institucionais, públicas e privadas, com o intuito de identificar e analisar as práticas de inovação social de economia solidária por meio de diferentes aspectos. A seguir, analisaremos as formas, conteúdos e movimentos dos Circuitos Econômicos Solidários (CES) identificados, estabelecendo para esta etapa uma matriz de interfaces sócio-espacial, cultural e ecossistêmica para, posteriormente, realizar algumas considerações preliminares sobre o trabalho de campo.

O território da sub-região II do Departamento de Risaralda o qual se localiza no centro-ocidente colombiano é formado por 14 municípios, dos quais a cidade de Pereira é a capital; são classificados em sub-regiões, a sub-região II está formada por oito municípios: Apía, Balboa, Belén de Umbría, Guática, La Celia, La Virginia, Quinchía e Santuario (Figura 2). Atualmente, a sub-região II está formada por 68 cooperativas que fazem parte do setor agropecuário (32% de frutas; 27% de café, peixes, carne e leite; 12% de comercialização de produtos agropecuários e 29% de cacau, mel, ovos, etc.), as quais começam, por meio de inúmeras conexões de cooperação, a materializar um circuito econômico solidário (ainda tênue e setorizado), confrontando a atual problemática urbano-rural, situação para ser abordada nesta pesquisa a partir de uma análise relacional (relações sociais), da qual se quer compreender como as transformações criativas das organizações, funcionando num sistema maior, conseguem englobar uma profunda dialética sociedade-espaço, cultura-ecossistema materializada no território e nas territorialidades.

Pretendeu-se, nesta primeira parte, identificar e analisar as práticas de inovação social das cooperativas por meio de aspectos sócio-espaciais, culturais e ecossistêmicos no âmbito das relações territoriais. Para lograr isto, tentamos adotar princípios do método dialético, e em termos gerais, as reflexões serão permeadas principalmente por algumas categorias: *movimento e historicidade; interpenetração dos contrários e transformação qualidade-quantidade* (CHEPTULIN, 1982). Aproveitando o campo relacional espaço-temporal e escalar da pesquisa, utilizaremos a metodologia de *interfaces* proposta pelo Foro Latinoamericano de Ciencias Ambientales (FLACAM), a qual permitirá conceber as interações no ponto de encontro e superposição de sistemas distintos, através do qual podem dar-se múltiplos canais de interação, capazes de conter intensos fluxos de matéria, energia e informação (PESCI, 2007). A *interface* se dá por contato, concentração ou intercâmbio, pode ser física (natural ou construída) ou pode ser social. Ademais pode ser benéfica para a condição humana, sendo considerada

como *positiva*, ou pode ser *negativa* quando se obtém de sua interação ou choque com os ecossistemas que vinculam um impacto contraproducente para a sociedade ou os seres vivos que o habitam (PESCI, 2007). Esta primeira reflexão permite estabelecer um campo reticular de fluxos e fixos numa dinâmica material e imaterial, necessária para a leitura do(s) circuito(s) econômico(s) solidário(s) como produto da emergência sistêmica das interfaces, *conteúdo, forma e energia intersubjetiva em movimento*.

Neste sentido, as categorias movimento e historicidade abrangem, primordialmente, os objetivos específicos 1 e 2, e têm como finalidade apreender, como categoria histórica, os elementos que participam na reconstrução contextual do território, sobretudo técnico-simbólica, como parte da ação da configuração espacial e temporal que tem o circuito econômico solidário na sub-região II do Departamento de Risaralda-Colômbia.

Aliás, a interpenetração dos contrários permite trabalhar diferentes dimensões, como um campo relacional de complexa dialética, fundamental para a compreensão a partir da confrontação conceitual das interfaces: sociedade-espço; cultura-ecossistema; trabalho-capital; competição-solidariedade, etc. A terceira categoria denominada transformação qualidade-quantidade revela o caráter transformador dos fenômenos, permitindo compreender as mudanças das organizações no tempo, para qualificar seu papel como agente de transformação qualitativa. Esta processualidade estabelece relações transescalares, para além do nível municipal, atingindo os níveis sub-regional e regional.

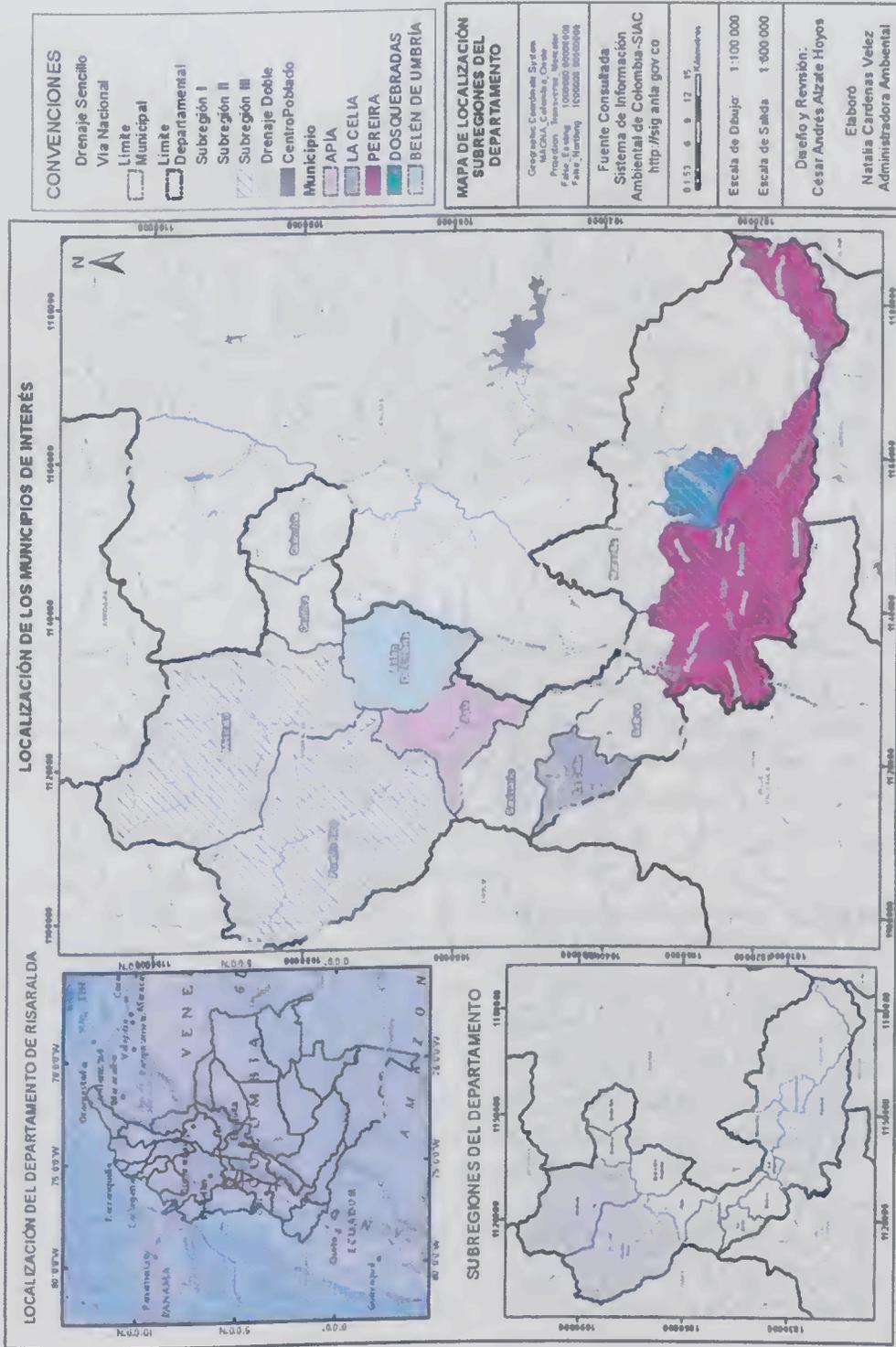
Para a realização da pesquisa, a primeira etapa do primeiro objetivo específico é a **exploração-descrição**: esta etapa enfocou-se na coleta, análise e síntese de dados primários e secundários, considerando-se informações relevantes ao tema de inovação social e referente aos conceitos de economia solidária, circuito econômico, território, ambiente, técnica, trabalho, prática e inovação, priorizando a escala sub-regional sem desconhecer outras escalas. A informação primária foi obtida a partir das entrevistas feitas a 7 atores (líderes das organizações e representantes legais), cobrindo uma parcela das 68 organizações que atualmente formam parte da sub-região II do Departamento de Risaralda-Colômbia, tentando identificar os pontos de origem ou encontros dos circuitos econômicos solidários identificados.

A segunda etapa corresponde à **identificação e análise de critérios** para a definição de práticas de inovação social: o propósito é identificar diversos fatores estratégicos que configuram as práticas de inovação social. Para isto, estabelecemos critérios sócio-espaciais e ecossistêmicos, os quais estão orientados através das formas (visibilizadas principalmente através das estruturas) e conteúdos e processos (relações, fluxos e processos). O objetivo desta etapa é identificar e compreender (através de sete entrevistas iniciais) como se dão expressões territoriais e apreender as representações de territorialidades manifestas num caráter de inovação social. A identificação e análise das práticas de inovação social acontecerão junto ao reconhecimento dos circuitos econômicos solidários e, antes de estabelecer uns critérios pontuais, nos apoiamos na descrição, observação e análise. Para a seleção das principais práticas de inovação social foi necessário ter uma lista de critérios de análise que permita identificar as variáveis chave e realizar uma revelação da influência que exercem umas sobre outras, e determinar quais são mais sobressalentes. Assim, utilizamos uma matriz de

relacionamento para a qual utilizamos e verificamos diferentes variáveis, facilitando a seleção, descrição e análise das práticas de inovação social mais relevantes.

Segundo informação extraída do Diagnóstico de Risaralda (2012), o Departamento de mesmo nome tem limites com outros 6 Departamentos, localiza-se no centro-ocidente da Colômbia (Figura 2), entre as Cordilheiras Central e Ocidental, iniciando com uns 4.500 m no nevado de Santa Isabel na Cordilheira Central, onde atinge uma topografia ondulada aos 2.000 m e desce até o Valle del Cauca a 900 m para subir pela vertente oriental da Cordilheira Ocidental até chegar a uns 4.000 m no Cerro Tatamá, estendendo-se pela vertente ocidental da Cordilheira Ocidental até os 950 m. Com um ambiente geológico com atividade vulcânica e sísmica (mais de 30 falhas geológicas) que confere ao solo condições especiais, o Departamento é banhado pelas bacias hidrográficas do Río Cauca (Figura 3) e Río San Juan e tem um bioclima predominantemente Subandino muito úmido (entre os 1.100 e 2.200 msnm) que representa 34% da superfície e 15,4% em Subandino úmido, e ademais uma faixa completa que inclui todos os pisos térmicos e 48% do território em cobertura de bosques, dá uma condição muito especial ao Departamento de Risaralda, que por sua vez se divide em 14 municípios e três sub-regiões de acordo com os processos de planificação ambiental territorial da Corporación Autónoma Regional de Risaralda - CARDER, a sub-região I com os municípios de Pereira (capital do Departamento), Dosquebradas, Santa Rosa de Cabal e Marsella; a sub-região II com 8 municípios: Apía, Balboa, Belén de Umbría, Guatica, La Celia, La Virginia, Quinchía e Santuario; e a sub-região III (Figura 3) ao norte do Departamento com os municípios de Mistrató e Pueblo Rico.

Figura 2 - Localización da sub-região II do Departamento de Risaralda-Colômbia.



Fonte: Sistema de Información Ambiental de Colombia-SIAC (2016). Elaboração Natalia Cárdenas V.

Figura 3 - Paisagem do território cafeeiro, Río Cauca



Fonte: Arquivo pessoal (2015).

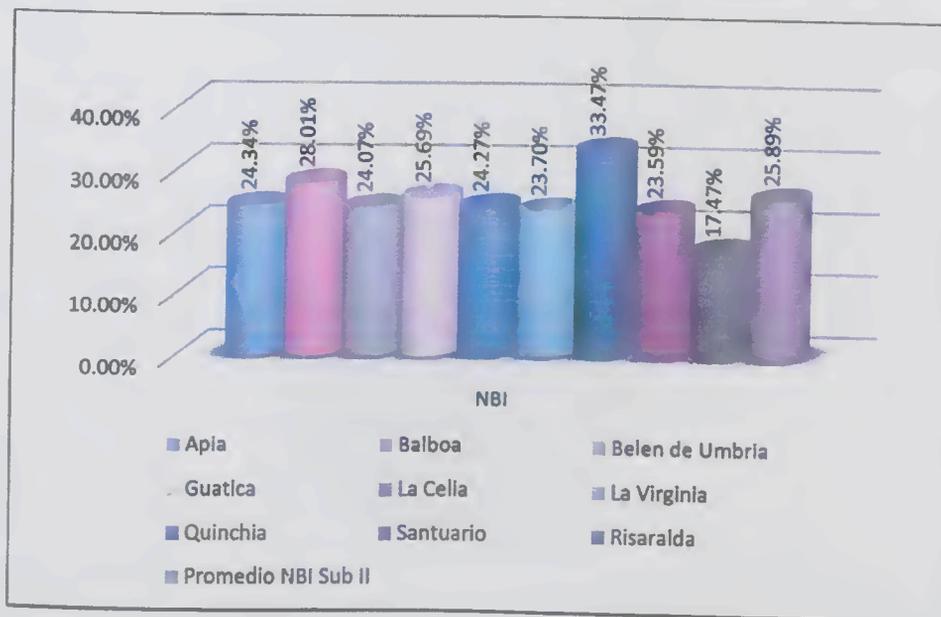
Risaralda é um Departamento de 4.140 km² (algumas fontes falam de 3.592 km²) com uma população total de 951.945 habitantes, dos quais 745.269 (78,3%) correspondem à área urbana e 206.676 (21,7%) à área rural, com uma população distribuída em 51,2% mulheres e 48,7% homens, ademais de uma composição étnica de 5,07% correspondente a comunidades afrodescendentes e 2,88% em indígenas (DANE, 2015). Conforme o Gráfico 4, a área rural, que tem 98,74% da área total do Departamento, concentra só 21,71% da população, e em 1,26% que corresponde à área urbana, concentra-se 78,29% da população total. As mesmas condições de desenvolvimento em torno ao bem-estar das condições humanas não se expressam de maneira equitativa. Aproximadamente 1,11% desse 1,26 total que corresponde à área urbanizada concentra-se na sub-região I, onde somente Pereira tem 49,34% da população total do Departamento e 53,16% da população urbana total de Risaralda mora na capital. Também vale destacar que os municípios de Pereira e Dosquebradas da sub-região I e La Virginia da sub-região II conformam a Área Metropolitana de Centro Occidente a qual concentra 73,59% da população do Departamento, ademais das melhores condições de infraestrutura, sistemas de saúde, educação, tratamento de águas, etc.

Para analisar mais de perto esta situação vale destacar que o Departamento de Risaralda em termos de caracterização da pobreza tem um Índice de Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI)³ de 17,47%, porém a média da sub-região II é de 25,89% como se apresenta no Gráfico

³ O NBI é um Método de identificação e instrumento de caracterização da pobreza, introduzido pela CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe) no início da década de 1980. Este método direto relaciona o bem-estar com o consumo efetivamente realizado. Porém, o método está restrito às informações dos censos, limitando seu estudo à insatisfação da necessidade a partir da avaliação das características da moradia e alguns aspectos demográficos (FERES; MANCERO, 2001).

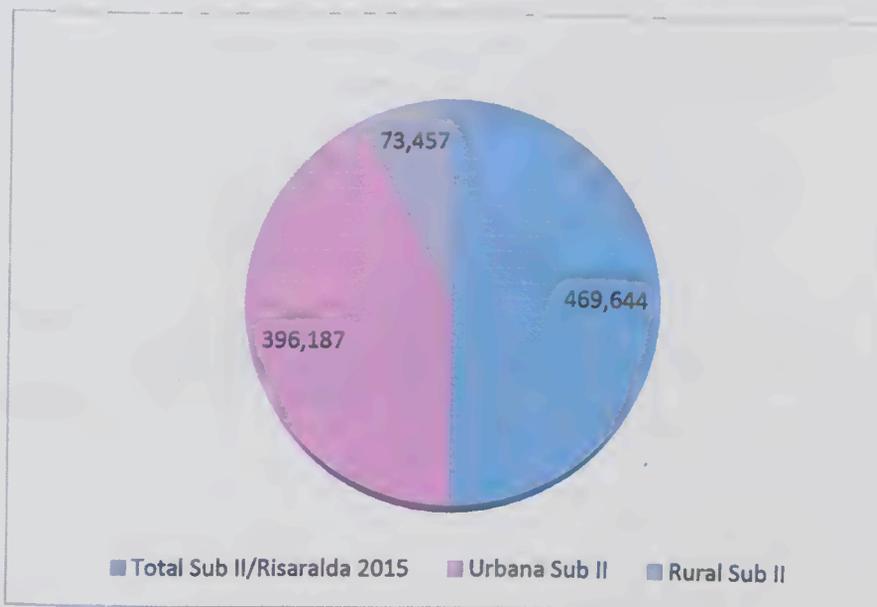
I com uma população principalmente rural (51% de toda a população da Sub-região II, ver Gráfico 2).

Gráfico 1- NBI dos municípios da Sub-região II e de Risaralda 2011 (%)



Fonte: Sistema de Informacion Ambiental y Estadistico. Elaboração própria (2015)

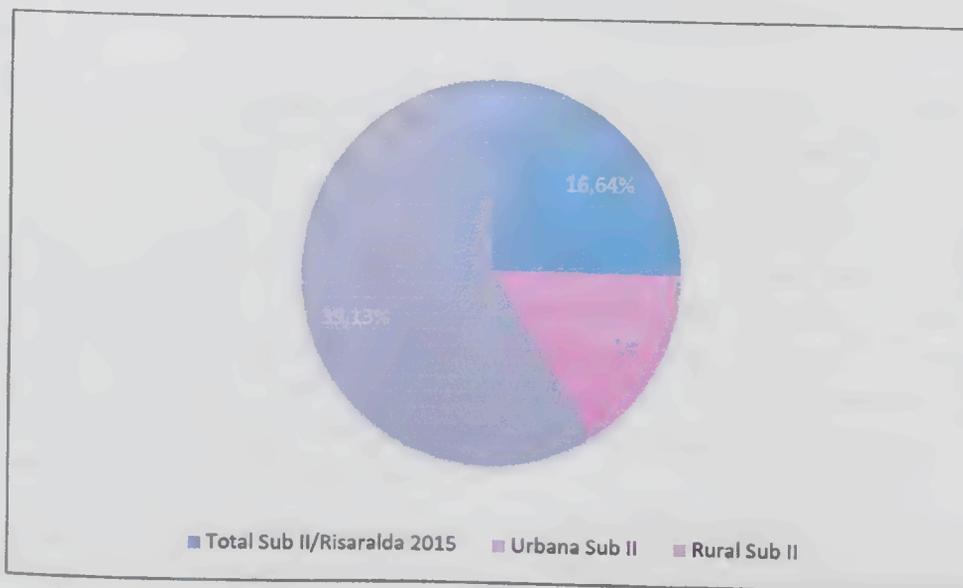
Gráfico 2 - População da Sub-região II de Risaralda 2015



Fonte: Sistema de Informacion Ambiental y Estadistico. Elaboração própria (2015)

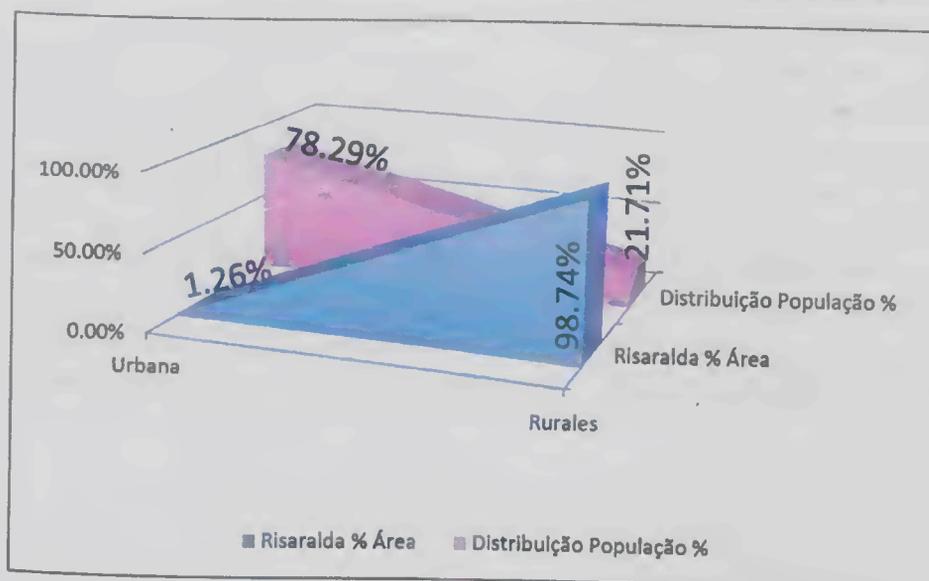
Como se mostra no Gráfico 3, a sub-região II possui 16,64% do total da população departamental em 24,4% da superfície, não obstante, esta sub-região concentra 39,13% da população rural de todo o Departamento de Risaralda. As condições na área rural são ainda mais preocupantes, já que o NBI da sub-região II tem na área rural uma média de 31,19% com uma diferença de 12,54 pontos na média urbana (18,65%).

Gráfico 3 - Porcentagem da distribuição populacional do Departamento de Risaralda na Sub-região II em 2015



Fonte: Sistema de Informacion Ambiental y Estadístico. Elaboração própria (2015)

Gráfico 4 - Distribuição da área em relação à população de Risaralda



Fonte: Sistema de Informacion Ambiental y Estadístico. Elaboração própria (2015)

Outro aspecto a ressaltar é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), medida comparativa que se suporta em três dimensões: longevidade, nível de educação e nível de vida. Conforme o Diagnóstico de Risaralda (2012), a metodologia do programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, o comportamento do IDH da Colômbia e Risaralda no período 2000-2010 houve uma evolução em Risaralda numa taxa média anual de 1,2% e, no caso da Colômbia, de 0,8%. Segundo informação deste diagnóstico a melhora se deu nos índices de esperança de vida e educação conseguidos, sobretudo, pelas estratégias assistencialistas do Estado mais que pelo incremento da capacidade produtiva de cada indivíduo.

Neste aspecto, cabe ressaltar que nem o crescimento populacional do Departamento (0,42%) que está abaixo da média nacional; nem as taxas qualitativas de moradia com serviços inadequados e taxas de superlotação, principalmente na área rural; nem a precária infraestrutura sanitária rural (aqueduto e esgoto) com uma cobertura só de 30% do subministro de água com algum tratamento; e muito menos a educação que no nível superior se concentra em Pereira com 89,6% em número de alunos formados segundo estudos entre 2001-2010 do Ministerio de Educación Nacional (2011); são condições que não favorecem o Departamento e muito menos a sub-região II com uma tendência que promova o desenvolvimento rural. Isto leva a crer que a concentração nas principais cidades do Departamento seja produto da grande migração campo-cidade, cidades satélites-capital.

Aliás, o PIB do Departamento é pouco significativo em relação ao peso porcentual no PIB nacional, isto é, passou de 1,6% no ano de 2000 para 1,5% em 2010, o que demonstra uma economia estacionada e dependente do investimento estatal, isso sem levar em conta que a área metropolitana, somando o município de Santa Rosa de Cabal, representa cerca de 90% do PIB do Departamento (GOBERNACIÓN DE RISARALDA, 2012). Por outro lado, a taxa de desemprego não deve ser desconsiderada, em 2010, Risaralda ocupou o segundo lugar com 18,3%, triste posição sem dúvida, e ainda mais se é comparada com a já alta taxa de 11,3% em nível nacional para esse mesmo ano. É importante entender que Risaralda é uma economia dinamizada pelas remessas, pois cerca de um 10% da população colombiana mora fora do país, fazendo a economia bastante dependente e instável. Em adição ao anteriormente exposto, poder-se-ia complementar o cenário com o Índice de Gini o qual mede até que ponto a distribuição do ingresso, gasto e consumo se afasta entre indivíduos ou lares de uma distribuição equitativa, segundo dados do Departamento Nacional de Planeación para o período 2002-2010 se evidencia um descenso em Risaralda para este período de -0,04%, descendendo a uma média anual de 0,9% e 0,1% para Colômbia, mostrando poucos esforços para combater esta péssima distribuição da riqueza (GOBERNACIÓN DE RISARALDA, 2012).

2.2 Critérios territoriais: o modelo de desenvolvimento

2.2.1 Características do perfil de desenvolvimento econômico do Departamento de Risaralda

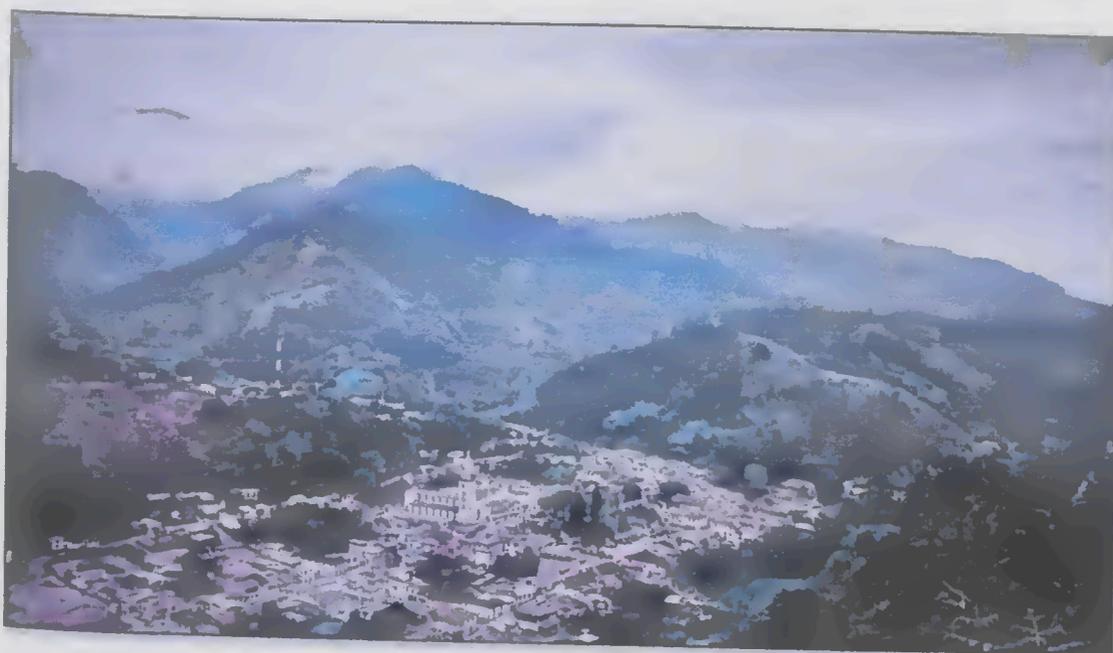
Na sequência, apresentaremos algumas características que ajudarão a entender o modelo econômico e político de Risaralda. Com o intuito de facilitar a compreensão, retomamos três elementos propostos por Salazar (2008), o *perfil de desenvolvimento econômico*; o *modelo de gestão*, que será balizado em dois aspectos, desde o *Sistema Nacional de Ciencia Tecnología e Innovación - SNCTI* e *O Sistema Nacional de Competitividad e Innovación - SNCI*, até chegar numa escala regional, destacando a legislação e atual aplicação de um *marco geral de economia solidária* no contexto nacional; e, por fim, apresentaremos os circuitos econômicos solidários identificados e caracterizados.

Este território pertence ao denominado *Eje Cafetero* que inclui também os Departamentos de Caldas, Quindío e Valle del Cauca na região nordeste, o sudeste de Antioquia e o noroeste de Tolima, Pereira é a capital do *eixo* cafeeiro e, Risaralda tem uma considerável tradição cafeeira, com níveis de bonança econômica muito altas no decorrer do pacto cafeeiro (1962-1989) no qual se respeitavam as quotas de exportação e preços. Segundo Croce (1989), este mecanismo de cooperação internacional que nasceu no ano de 1962 com um comitê de 16 países sob o mandato das Nações Unidas e com o desenvolvimento da política estadunidense *Alliance for Progress*, delibera-se e acorda-se o *Primer Convenio Internacional del Café* para o qual se inscreveram 32 países exportadores e 22 importadores que naquele momento, representavam 95% do mercado internacional, ademais, os Estados Unidos que nesse momento concentrava 30,1% do consumo do grão, desenvolvia um marco geopolítico voltado para a América Latina, Ásia e África com o intuito de ganhar relevância e controle. Como o papel da Colômbia, no mercado internacional, focou-se na produção e exportação de café suave colombiano, a economia em termos gerais sofreu muitas mudanças após o rompimento do convênio em 1989.

Atualmente, Risaralda faz parte da Paisaje Cultural Cafetero Colombiano - PCC, patrimônio cultural da humanidade declarado no ano 2011 e inserindo 10 dos 14 municípios do Departamento (Figura 4). Declaração que hoje poderia se encontrar em risco, além de tudo, a base da pirâmide cafeeira - os produtores - não enxerga nenhuma vantagem tangível e coerente com a realidade da cafeicultura, minguada de forma ascendente por políticas que pouco incentivam um campo mais justo e equitativo, de mais relevância para a economia⁴.

⁴ Esta é a primeira apreciação dos relatos orais feitos por líderes de organizações produtoras e comercializadoras de café.

Figura 4 - Vista parcial do município La Celia



Fonte: Arquivo pessoal, 2015.

Como consta no já citado Diagnóstico de Risaralda (2012), identificam-se como tendências da economia departamental um crescimento de longo prazo relativamente baixo, com uma economia pouco dinâmica no comércio internacional, e, sobretudo, uma tendência aberta à terceirização, assim como a evidente dependência das divisas vindas do exterior. Um dos primeiros setores da economia é o dos serviços sociais e pessoais nos quais se incluem a saúde e educação privada, os serviços de consultoria e assessoria, assim como os serviços terceirizados no âmbito empresarial e doméstico, entre outros, passando de uma representação porcentual no PIB de Risaralda de 13,5% em 1990 a 25% em 2010, só a terceirização em 2010 teve 64,2% do valor agregado total da economia. Os setores de transporte e de comunicações representaram em 2010, 10% do PIB departamental e o setor da construção que cresceu 8,2% na média anual. Aliás, a indústria manufatureira de Risaralda se concentra nos municípios de Pereira e Dosquebradas, e a atividade de metalomecânica, priorizada no Plan Regional de Competitividad de Risaralda, aumentou seu valor agregado aproveitando uma sólida plataforma técnico-científica.

Em contraste, o setor agropecuário, que ademais carece de um forte desenvolvimento industrial, cresceu só 0,8% na média anual no período 1990-2010. Segundo dados do Departamento de Planeación Nacional (DNP) (2011), o setor com a maior queda no PIB departamental é o agropecuário; com uma proporção de 18,1% no ano 1990 caindo para 9,3% em 2010, quase 50% de perda de valor, principalmente pela crise cafeeira que ocorre após o rompimento do convênio internacional e com uma redução na participação departamental frente ao setor agropecuário nacional, passando dos 0.14% no ano 2000 para 0.12% em 2010.

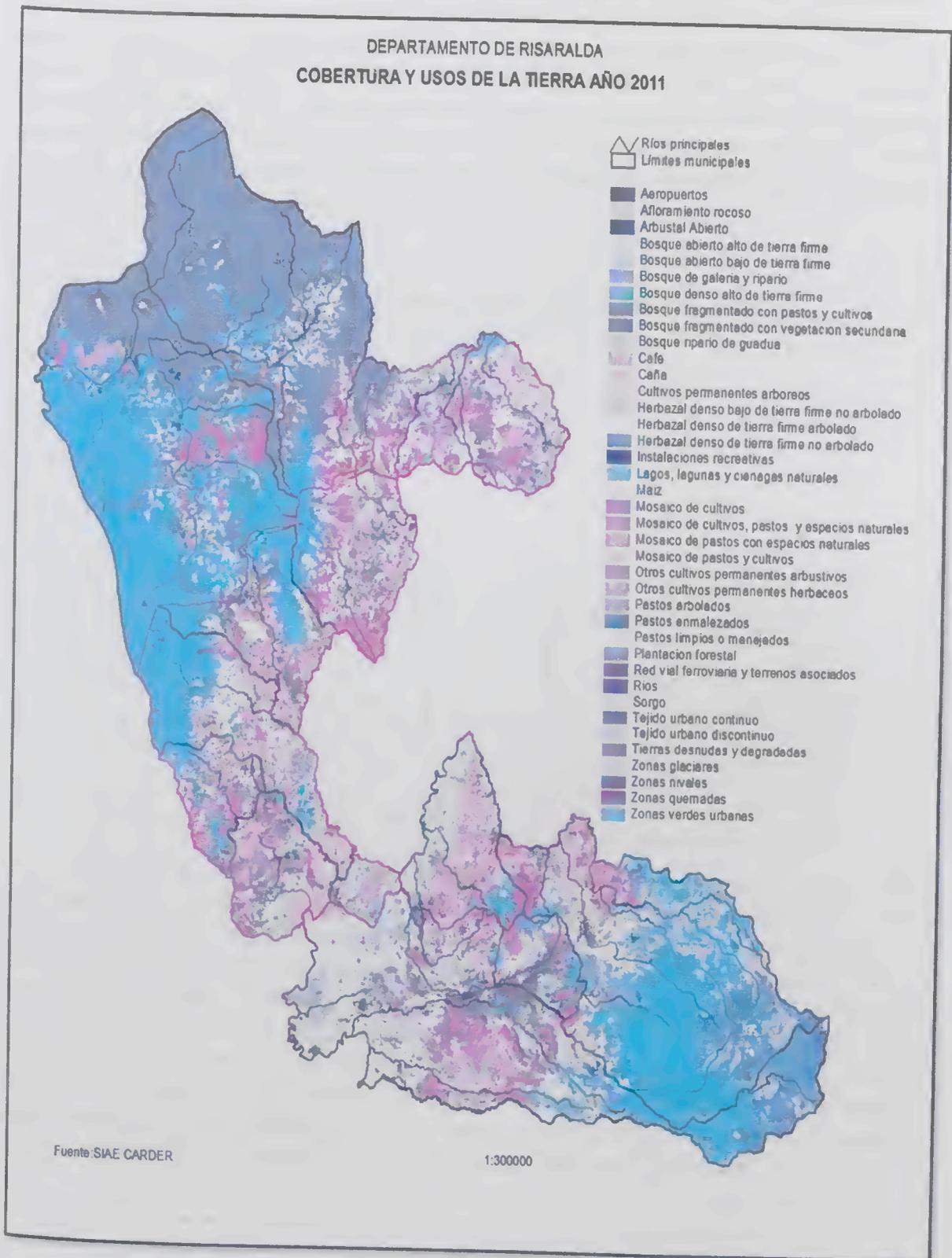
No âmbito departamental, a agropecuária no período 2001-2010, segundo a Secretaría de Desarrollo Agropecuario "Evaluaciones Agropecuarias Municipales" (2011), passou de

154.861 ha em 2001 para 162.256 ha em 2010 (4,7% de incremento), porém, é o subsetor pecuário que realmente cresceu, com uma área de pastos de 15,4% de aumento e com uma representação de 55,6% em área de pastos no total departamental da superfície agropecuária, enquanto, contrariamente, o subsetor agrícola apresentou uma diminuição de 6,1% de hectares no mesmo período. O que repercute muitas vezes com um uso inadequado no que diz respeito à aptidão do solo (Figura 5) e na criação de gado não sempre representado nas práticas silvo-pastorais. A sub-região II neste aspecto tem um uso potencial do solo em sistemas silvo-agrícolas de 0,31% e 2,74% em silvo-pastorais do 2,25% da área total departamental destinada a estes cultivos agroflorestais (Diagnóstico de Risaralda, 2012). Todavia, o uso potencial nos sistemas agroflorestais é de 6% e em cultivos sem árvores de 15,4%, dados que sem dúvida deveriam corresponder com políticas que incentivem o desenvolvimento agropecuário do Departamento, setor que aportou em matéria de emprego, segundo dados do Centro de Investigación Económica y Social (Fedesarrollo) (2013), 17,4% dos 20,5% que teve em 2002, levemente por debaixo dos Serviços comunais, sociais e pessoais (administração pública, educação, serviços domésticos, etc.) com 19,1%.

Isto indica a grande importância que ainda tem o setor agropecuário. Dados de 2011 mostram que o café continua ocupando o lugar mais importante com 11%, no uso do solo de cultivos permanentes, embora longe do que era antes, já que de 2006 a 2011 diminuiu 36,9%. Nos cultivos temporários destacam-se o milho, mamão, batata, mandioca, tomate, entre outros, estes só ocupam 0,1% do território departamental, e no mesmo período analisado (2006-2011) a queda foi de 61,15%. Por outro lado, reconhece-se a introdução de outros cultivos como o abacate, as flores e os cafés especiais que demandam um manejo especial; há um incremento de 27,2% (26.177 ha) da área tecnificada no período 2001-2010, principalmente de pastos, banana-da-terra e café (Diagnóstico de Risaralda, 2012).

A sub-região II não é alheia a esta realidade, como se observa no Gráfico 5 (e Apêndice B) com informações extraídas do Sistema de Información Ambiental y Estadístico da CARDER (2013), conforme a distribuição do uso do solo o setor agropecuário representa 69,75%, com proteção 28,68% e área construído 1,57%. Somente o café representa 39,21% do total de solo destinado para o setor agropecuário, e o segundo na ordem de área usada é a banana-da-terra com 12,12%; e entre outros cultivos como a cana (para rapadura e açúcar) com 5,21%, a amora, o abacate, o cacau, a laranja e a granadilha apenas ocupam menos de 1%, cada um na área total da agropecuária.

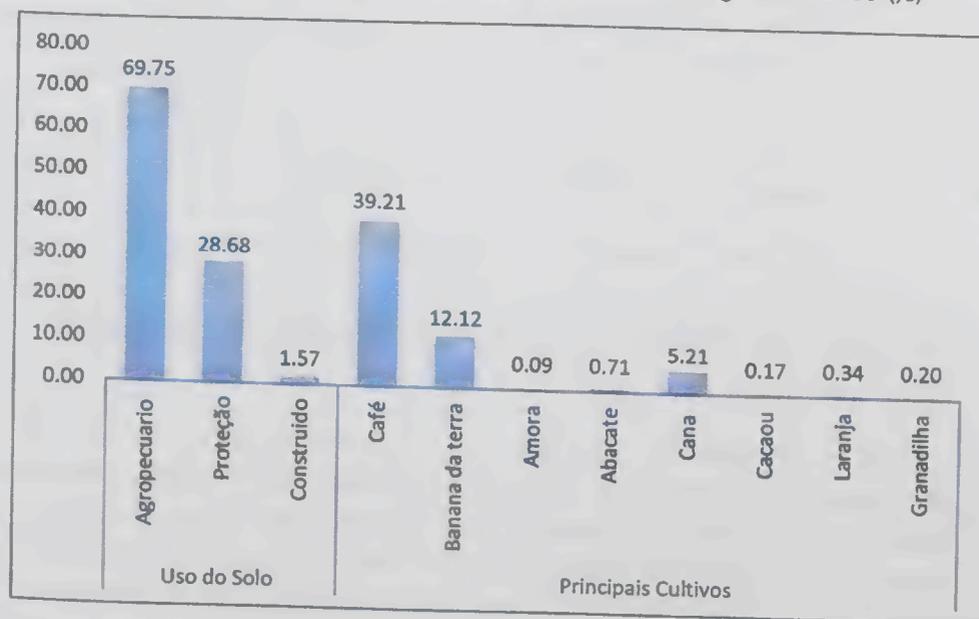
Figura 5 - Cobertura e uso do solo do Departamento de Risaralda.



Fonte: SIAE (2011). Adaptado pelo autor.

Em área cultivada, o café é o único cultivo, dos cultivos principais, que está presente em todos os municípios da sub-região II – pelo menos com uma produção significativa para a venda – e uma concentração relativamente alta principalmente nos municípios de Belén de Umbría, Santuario, Apía e Quinchía em ordem descendente, estes quatro municípios concentram 73,6% da área total cultivada com café na sub-região II. Neste sentido, Belén de Umbría e Quinchía produzem 65% da produção total de banana-da-terra e 60% do abacate; de outro lado a cana se concentra em Balboa, Quinchía e Santuario com 88% da área total na sub-região II destinada a esta cultura.

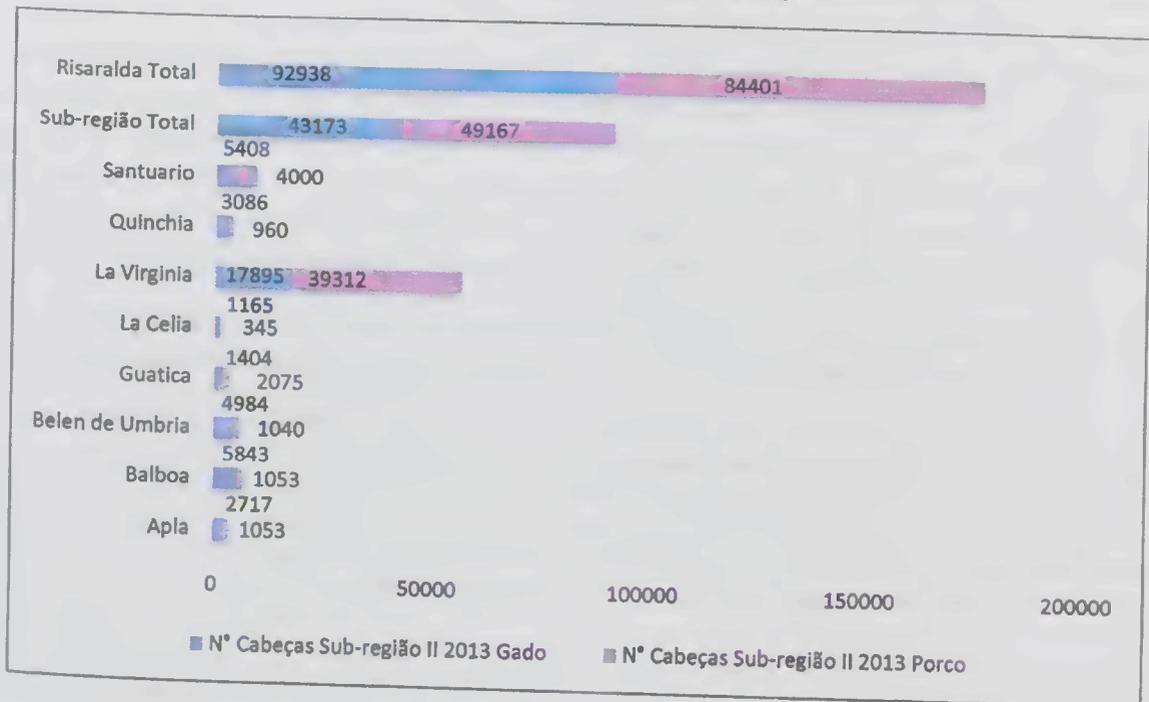
Gráfico 5 - Uso do solo e principais cultivos na Sub-região II - 2013 (%)



Fonte: Sistema de Informacion Ambiental y Estadístico. Elaboración propia (2015)

Além disso, a produção pecuária que também se estabelece como uma atividade muito importante na economia de Risaralda e faz parte de uma meta nacional que se propõe em 2019, fazer uma diminuição de 10 milhões de hectares de pasto e duplicar o número de cabeças, o que implica um aumento na intensidade da prática pecuária. Deste modo, ao que se refere à sub-região II, segundo dados extraídos do Sistema de Informacion Estadística y Territorial (SIETE) (2013) e, como se analisa no Gráfico 6, a produção de gado da Sub-região II em número de bovinos, no ano de 2013, era de 43.173, tendo como principais produtores La Virginia com 41,4% seguido de Balboa, Belén de Umbría e Santuario com uma representação individual entre 11-13%. Com respeito ao número de suínos, La Virginia está em primeiro lugar com 80% do total da sub-região II, seguido só por Santuario com 8,14%.

Gráfico 6 - Número de cabeças Sub-região II 2013



Fonte: Sistema de Informacion Ambiental y Estadístico. Elaboração própria (2015)

Em termos gerais, a sub-região II representa 46,45% dos bovinos do total do Departamento (92.938 reses bovinas) e 58,25% em cabeças de suínos, cifras bastante significativas que precisam ser analisadas no contexto de globalização, meramente o TLC (Tratado de Libre Comercio) com os EUA que entrou em vigor em 15 de maio de 2012 e gerou muitos impactos sobre o cenário agropecuário nacional: isto ocorre com a carne suína, tendo, segundo Garay et al. (2010), uma mudança no preço de -28%, uma mudança na produção de -51% e no valor dessa produção de -65%. Em termos gerais se fala de um cenário muito assimétrico com os EUA, “Uma negociação desfavorável para os pequenos agricultores da Colômbia, que representam 87% do total de produtores do país, 10% da população trabalhadora, e contribuem com 49% da produção agrícola nacional” (OXFAM, 2013, p. 5, tradução nossa).

Para finalizar esta descrição da caracterização do perfil de desenvolvimento econômico do Departamento de Risaralda, com ênfase no setor agropecuário, é importante ressaltar os 5 principais problemas apresentados no Diagnóstico de Risaralda (2012). O primeiro é a baixa produtividade e competitividade em alguns subsetores agropecuários, principalmente pelo alto custo de produção; os baixos níveis de inovação nos sistemas de produção; a baixa produtividade da mão de obra rural e as intensas variações climáticas. Incluindo os demais aspectos como a baixíssima taxa de educação na população rural (20,6% com ensino fundamental e 9% com ensino médio em nível nacional), uma informalidade no emprego de 75% e, evidentemente, com umas taxas elevadíssimas de migração campo-cidade, tem-se conjugado um panorama difícil para a substituição geracional. Um segundo aspecto é a débil operatividade das associações agropecuárias, subjacente numa gestão empresarial com pouca

orientação externa e ainda com muitas falhas. Como terceiro ponto ressalta-se a baixa capacidade para fazer transformação produtiva no setor agropecuário, o qual requer maior capacidade financeira e estudos de mercado. A limitada disponibilidade de infraestrutura para a comercialização é o quarto aspecto, com os centros de armazenagem, distribuição e venda ou as suas inadequadas condições. Como último problema identificado estão as limitações para ampliar e diversificar os mercados, pois isto exige, altos padrões de qualidade, volume e regularidade da produção, financiamento e, em geral, melhorias no acesso à informação, serviços financeiros e apoio na gestão dos riscos presentes nas atividades agropecuárias.

Este território não é alheio à problemática do campo do país: há conflitos de uso da terra, concentração da mesma, falta de segurança, etc. Segundo Machado (2014, p. 2):

O setor rural não tem sido considerado estratégico para o desenvolvimento na Colômbia, nem tem contado com uma visão ou estratégia de longo prazo, nem um acordo social que indique como, para que, e para quem se devem administrar os recursos que tem o setor. Esta falta de políticas estruturais associadas às necessidades e potencialidades manifesta-se numa precariedade institucional, sendo uns dos problemas mais críticos para o desenvolvimento do setor.

O tema da relação dos espaços rural e urbano, não é só do abandono institucional, ou da perda de importância da produção agropecuária, também é um problema de desconexão e fragmentação que esses dois espaços têm: a cidade fornece infraestrutura e serviços, e o espaço rural (abordado pelo governo de acordo com o “enfoque territorial de desenvolvimento” dando ênfase à necessidade de explorar a totalidade dos recursos disponíveis nos territórios rurais e não só a agricultura [SALGADO, 2012]), serviços ecológicos (produção e regulação hidroclimática, controle de erosão, etc.), produtivos (alimentos, madeira, formação do solo, etc.), recreativo (turismo, lazer, entre outros.), etc.

Pensamos que a partir desta descrição, que as condições gerais do Departamento não são muito coerentes com as projeções previstas para o território, e muito menos com os resultados das ações planejadas, com um hiato evidente em termos de desenvolvimento urbano e rural. É evidente que as políticas estão deslocadas da(s) realidade(s) de um território no qual se acredita num desenvolvimento integrado.

2.2.2 Modelo de gestão adotado

Quando fazemos referência ao Modelo de Gestão, analisaremos em primeiro lugar dois grandes sistemas: o Sistema Nacional de Ciencia, Tecnología e Innovación (SNCTI) e o Sistema Nacional de Competitividad e Innovación (SNCI), para desenvolvê-los, serão analisados a partir outros exercícios também muito importantes, os processos de visão nacional e departamental, encontros de mobilização social, planos de desenvolvimento, planos estratégicos e normativos e políticas públicas relacionadas.

Para começar devemos entender que é e como nasce e funciona o Sistema Nacional de Ciencia, Tecnología e Innovación e compreender assim a estrutura departamental derivada deste marco geral. O SNCTI é aquela estrutura institucional e normativa coordenada pelo Departamento Administrativo de Ciencia, Tecnología e Innovación (COLCIENCIAS), a Lei colombiana 1286 (2009, p. 14, tradução nossa) o define como

Um sistema aberto do qual formam parte as políticas, estratégias, programas, metodologias e mecanismos para a gestão, promoção, financiamento, proteção e divulgação da investigação científica e a inovação tecnológica, assim como as organizações públicas, privadas ou mistas que realizem ou promovam o desenvolvimento de atividades científicas, tecnológicas e de inovação.

Além disso, poder-se-ia visualizar o sistema como uma sociedade a qual possui um governo, entendendo-o como um entorno de poder onde se emitem estratégias e políticas, uma estrutura científico-tecnológica formada por indivíduos capacitados, universidades e centros de pesquisa, uma infraestrutura de transporte e telecomunicações, entre outros, e uma estrutura produtiva representada em empresas, empreendimentos, clusters, circuitos, redes, etc. Segundo o Plan Departamental de Ciencia, Tecnología e Innovación de Risaralda (2010), os sistemas de ciência, tecnologia e inovação têm uma origem interdisciplinar, involucrando fatores econômicos, culturais, sociais, políticos e institucionais marcados por uma visão integral da dinâmica própria da inovação como sistema complexo de interações.

Recolhendo informação do CONPES (Consejo Nacional de Política Económica y Social) 3582 (2009) o desenvolvimento institucional da ciência e tecnologia na Colômbia passa por três momentos. O primeiro entre 1968 e 1989, no qual se orientaram esforços na formação de recurso humano (ganho inicial na formação de cientistas), de grupos de pesquisa e de instituições descentralizadas; um segundo momento delimitado entre 1990 e 1999, no qual se promulga a lei de Ciencia y Tecnología (Lei 29 de 1990), a Lei de Incentivos Tributários, a criação do Observatorio Colombiano de Ciencia y Tecnología em 1999 e finalmente se dá a constituição do Sistema Nacional de Innovación. A partir do ano 2000 até hoje se consolida um sistema focado no desenvolvimento científico-tecnológico e econômico-produtivo do país, entre os principais fatos a ressaltar são a Visión Colombia 2019, o Acto Legislativo 5 de 2011 que destina 10% do Sistema General de Regalías para projetos de ciência, tecnologia e inovação, e a Lei 1286 de 2009 pela qual modifica-se a Lei 29 de 1990 e se transforma a Colciencias em Departamento Administrativo.

Na disposição deste marco normativo do SNCTI, a Lei 1286 de 2009 tem um papel muito importante na formação institucional do sistema, não só é o fato de que Colciencias adquira a categoria de Departamento Administrativo de Ciencia, Tecnología e Innovación, a lei constitui também o Fondo Nacional de Financiamiento para la Ciencia, la Tecnología y la Innovación Francisco José de Caldas e a definição de um marco de investimento no curto e longo prazo, ademais se criam o Consejo Asesor de CT+I (Ciência, Tecnologia e Inovação) com participação pública e privada e o Consejo de Estímulos Tributarios, órgão independente que aprova as solicitações de obtenção de incentivos ou créditos tributários em matéria de CT+I. No que diz respeito ao Plan Nacional de Ciencia Tecnología e Innovación (2010, p. 12,

tradução nossa), “Procura-se fortalecer o SNCTI [...] para conseguir um modelo produtivo sustentado na ciência, tecnologia e inovação para dar-lhe valor agregado aos produtos e serviços de nossa economia e propiciar o desenvolvimento produtivo e industrial”

Outro aspecto a ressaltar é o CONPES 3582 (2009) que estabelece a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Innovación, como se descreve no CONPES este esquematiza a política nacional do estado, definindo o financiamento e execução coordenada das Actividades de Ciencia, Tecnología e Innovación (ACTI), articulando políticas, programas e ações dos agentes que conformam o SNCTI, estabelecendo ademais dentro de seus lineamentos o incremento da capacidade de identificar, produzir, difundir e integrar o conhecimento científico e tecnológico. Além disso, definem-se 6 estratégias: 1. Fomentar a inovação nos sistemas produtivos através de instrumentos econômicos e de gestão operativa. 2. Fortalecer a institucionalidade do SNCTI através da Lei 1286 (2009) e o que a implementação desta implica (fundo de financiamento das ACTI, sistema de informação, nova categoria de Colciencias, etc.). 3. Fortalecer o recurso humano para a pesquisa e inovação, para o qual se deve investir no sistema educativo para o desenvolvimento de competências científicas, tecnológicas e de inovação e através do financiamento nos níveis superiores de formação, ou seja, com bolsas ou créditos de estudos para a formação de doutores. 4. Promover a apropriação social do conhecimento através de diferentes meios de comunicação e formação de mediadores. 5. Focalizar as ações do Estado no desenvolvimento de setores estratégicos, os quais se caracterizam pela produção de bens e serviços com alto valor agregado. 6. Desenvolver e fortalecer as capacidades de ciência, tecnologia e inovação a partir dos planos de cooperação, os sistemas regionais de ciência, tecnologia e inovação, assim como o desenvolvimento mútuo destes aspectos entre os países da região.

Com o objetivo de melhorar a competitividade e contribuir para a transformação produtiva do país, o CONPES 3582 (2009) estabelece a importância de fomentar a inovação nos sistemas produtivos através da criação e implementação de diferentes instrumentos em setores tão fundamentais para o desenvolvimento nacional como o setor agropecuário, no qual se pretende melhorar o sistema de transferências e trabalho conjunto Universidade-Empresa-Estado, principalmente a partir de convênios colaborativos e com instrumentos de cofinanciamento. Um segundo ponto a ressaltar é o marco normativo (acompanhado de instrumentos políticos, legais, administrativos e financeiros) que permite consolidar o SNCTI. Mesmo assim, o próprio CONPES 3582 (2009, p. 11, tradução nossa) reconhece os principais problemas do sistema, por exemplo, “A baixa capacidade para identificar, produzir, difundir, usar e integrar conhecimento”, problema que começa com um baixíssimo investimento em pesquisa e desenvolvimento, tendo para o ano de 2014, segundo dados do Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, 0,17% em participação do PIB (0,11% em 2000) e em ACTI para 2010, 0,41% e por regiões, Antioquia mais o eixo cafeeiro estão em segundo lugar depois do distrito capital na participação porcentual de investimento em ACTI com 21,79% e em pesquisa e desenvolvimento com 28,25%, em nível global, estes dados situam o país abaixo da média da América Latina. Tudo isto repercute, sem dúvida, nos baixos níveis de inovação e capacidade tecnológica das empresas, o insuficiente recurso humano capacitado, a ausência de projetos de alto impacto, etc.

Segundo Bitrán; Benavente e Maggi (2010), um dos desafios em termos de ciência, inovação e competitividade é ter um enfoque híbrido que combine o desenvolvimento de instrumentos “neutros” com mecanismos de seletividade, o que significa priorizar alguns setores com maior potencialidade e impacto, estes podem ter um peso histórico ou uma projeção promissória e adaptação às novas exigências do mercado. Esta nova porta que se abre no país implica uma coordenação público-privada, para priorizar setores produtivos e avançar numa institucionalidade descentralizada e contextualizada com as necessidades locais, suas demandas e sua capacidade; segundo informação da IV Encuesta de Desarrollo e Innovación Tecnológica 2007-2008 (2014), só 11,8% das empresas colombianas inovam e 5% dessas empresas usam instrumentos financeiros públicos e de apoio e fomento à inovação.

Neste aspecto, é necessário observar o Plan Departamental de Ciencia, Tecnología e Innovación de 2010 para após ver como se coordena com os setores estratégicos e o Plan Regional de Competitividad de Risaralda (2008). O SNCTI atua no âmbito regional e local através dos Consejos Departamentales de Ciencia y Tecnología (CODECYT) e diferentes atores estratégicos, cabendo esclarecer que no caso do sistema nacional este é formado pelo Consejo Asesor de CT+I (Ciencia, Tecnología e innovación). O principal objetivo da Estrategia de Regionalización de la Ciencia, Tecnología e Innovación de 2010 é fomentar um sistema de gestão do conhecimento e interesse na pesquisa e inovação no âmbito regional. Já desde 2009 se começa a planejar o Plan Departamental de Ciencia, Tecnología e Innovación de Risaralda 2011-2019 o qual se consolida no ano 2010 com o apoio do CODECYT e com a ajuda técnica e metodológica da Universidad Tecnológica de Pereira (UTP) e a participação cidadã e de diferentes agentes estratégicos. Cabe destacar que o processo procede do trabalho feito na Agenda de CT+I de Risaralda 2005, e o CONPES 3582 de 2009, a Visão de Risaralda 2017 e 2032, e as agendas do CODECYT, ademais de recolher uma base teórica e conceitual do Modelo Finbatec, o Manual de Frascati, o Manual de Oslo e o Manual de Bogotá, embora reconhecido pelo próprio plano departamental, como um marco de enfoque economicista e empresarial, de fato é um ponto para abordar criticamente, estabelecendo como um dos compromissos que deve encarar o plano, a inserção dos processos de inovação social em sua raiz e finalidade com as realidades, nos problemas sociais e não só empresariais, e incorporar deste jeito o conceito de inovação social, pois tanto a ciência e a tecnologia quanto a inovação são inerentes ao desenvolvimento humano em sua totalidade.

Finalmente este processo de *concertação* que pretende contribuir à consolidação de um Sistema Regional (primeiro departamental, depois em nível de ecorregião cafeeira) de Ciencia, Tecnología e Innovación (SRCTI) e, por conseguinte, para uma política pública de CT+I que se traduza em desenvolvimento social e produtivo contextualizado, ou seja, num desenvolvimento endógeno. Neste sentido o referido plano definiu assim 4 linhas estratégicas com seus respectivos componentes e indicadores: Ciencia, Tecnología e Innovación; Apropriación Social de Ciencia, Tecnología e Innovación y Saberes Ancestrales; Financiación e Inversión en Ciencia, Tecnología, Innovación; Territorio e Internacionalización.

Focando a análise no primeiro objetivo, encontramos, conforme se estipula no Plan Departamental de Ciencia, Tecnología e Innovación de Risaralda (2010, p. 64, tradução nossa), que é a “Construção de um marco institucional que propicie a participação e ação coletiva coordenada dos diferentes atores na construção e consolidação de um Sistema Regional de

Ciencia, Tecnología e Innovación”, este sistema deve partir das fortalezas e potencialidades expressadas na autonomia do território para fazer uma escolha própria (coletiva, participativa e concorde às realidades) do tipo de desenvolvimento do qual se quer formar parte, o qual se quer construir. Como se consigna neste documento, não é viável continuar copiando modelos de desenvolvimento exógenos que se baseiem em outras realidades, por exemplo, numa alta industrialização e forte capacidade da empresa privada de inovar através de processos de pesquisa autônomos em ciência e tecnologia⁵, pelo contrário, e aprendendo de experiências passadas (como os Centros de Desarrollo Productivo do sector têxtil-confecções, sericultura, floricultura, etc.) que falharam pela debilidade do aparato produtivo e produção de inovações baseadas na ciência e tecnologia, é que se deve fazer uma proposta de transformação em educação, gestão e apropriação do conhecimento em CT+I apoiado sobre as universidades e centros de pesquisa em inovação e desenvolvimento que desempenham na Colômbia um papel muito importante, ademais de possuir toda a capacidade de coordenação com o setor produtivo empresarial para fortalecer suas unidades de inovação conforme suas capacidades e demandas.

Como se pôde analisar, o Plan Departamental de Ciencia, Tecnología e Innovación de Risaralda faz uma identificação e priorização de projetos em torno de 5 estratégias: fomentar a inovação no sistema produtivo departamental; fortalecer o Sistema Departamental de CT+I através da coordenação do Estado, Empresa e Academia; participar dos programas nacionais para o fortalecimento do recurso humano em pesquisa; contribuir para a apropriação social do conhecimento e finalmente desenvolver e fortalecer as capacidades de CT+I, principalmente com projetos vinculados com a problemática local, econômica, social e ambiental do Departamento (CODECYT, 2010). Neste sentido, identificaram-se 17 projetos que pertencem à linha estratégica de Ciencia, Tecnología e Innovación, nos quais se ressaltam: Sistema Regional de Ciencia, Tecnología e Innovación - Risaralda Eje Cafetero; Sistema de Emprendimiento Innovador y de Base Tecnológica de la Educación Superior de Risaralda (SEBTIER); Clúster del Conocimiento en Biotecnología; Clúster del Software - Eje Cafetero; Red de Nodos de Innovación, Ciencia y Tecnología; entre outros.

Destes projetos será priorizado no Plan Regional de Competitividad de Risaralda, 2008, o projeto de Red de Nodos de Innovación, Ciencia y Tecnología, como um programa prioritário no desenvolvimento produtivo e competitivo do Departamento de Risaralda articulado ademais com várias estratégias regionais prioritárias.

É nesta esteira que o Plan Regional de Competitividad de Risaralda (PRCR) foi elaborado pela Comisión Regional de Competitividad (CRC), que faz parte das 21 Comisiones Regionales do Sistema Nacional de Competitividad, durante o ano 2008 e planejada desde 2001 com a criação do Consejo Metropolitano de Competitividad y Desarrollo (CMCD) (atual CRC), ademais de contar com a participação do setor público e privado, a academia e diferentes setores sociais.

⁵ Segundo estimaciones do Observatorio Colombiano de Ciencia y Tecnología (OCyT), 58,1% do gasto em I+D em 2010 corresponde a investimento financiado por entidades públicas, 36,3% a investimento financiado por privados, e o restante 5,6% a organismos internacionais.

Conforme consignado na Atualização PRCR (2012), o plano que se alimenta da Visión 2032 como a política de competitividade e produtividade definida pela Comisión Nacional de Competitividad, que propõe para esse ano posicionar a Colômbia como uns dos três países mais competitivos da América Latina através de uma economia exportadora de bens e serviços de alto valor agregado e de inovação; a Política Nacional de CT+I e o Sistema Nacional de Competitividad e Innovación que com a Agenda Nacional de Competitividad se prioriza o fortalecimento das CRC; na atualização com o Plan Nacional de Desarrollo 2010-2014 Prosperidad para Todos; a Visión de Desarrollo Territorial Departamental, Risaralda Futuro Posible: Construcción Social Visión 2032, processo desenvolvido entre 2008-2011 com a participação da Agenda Ambiental, CRC, Movilización Social, Plan Integral de Desarrollo Metropolitano e Prospectiva Pereira, entre outros, cuja visão projeta a Risaralda como um Departamento da sociedade e economia do conhecimento que estabelece trinta lineamentos dos quais ressaltamos o “Acompañamiento dos sistemas territoriais de inovação relacionados com a atividade social, ambiental e econômica” (VISIÓN DE DESARROLLO TERRITORIAL DEPARTAMENTAL, 2011, 46); o Plan Departamental de Desarrollo 2012-2015 suportado sobre quatro núcleos: Fortalecimiento de las Capacidades Humanas, Dinamización de la Productividad para la Competitividad, Dignificación del Hábitat y Construcción de Infraestructura Socioeconómica con Resultados e o Modelo de Gestión Institucional Orientado a Resultados; o Plan departamental de CTI, Risaralda Visión 2032; e a Movilización Social / Sociedad en Movimiento que durante o ano 2011 realizou 5 foros sub-regionais, um foro de expertos e um foro departamental contribuindo para a construção da Política Pública Departamental de Competitividad, destacando-se entre suas linhas de ação a promoção da associatividade e a formação de cadeias produtivas.

O Plan Regional de Competitividad de Risaralda PRCR (2008) estabelece seis objetivos estratégicos: o Fortalecimiento de Sectores Estratégicos del Sistema Nacional de Ciencia, Tecnología e Innovación, com o intuito de aplicar inovação e tecnologia aos setores priorizados, os tradicionais e os promissórios; o Emprendimiento, la Gestión y el Desarrollo Empresarial, que consiste no fortalecimento e sustentabilidade empresarial; o fortalecimiento del Mercado Interno y la Internacionalización de la Economía, no qual se busca desde a formalização empresarial, laboral e o *marketing* territorial a melhora das condições de poupança e investimento na construção de cadeias produtivas e clusters nos setores estratégicos; os outros três objetivos são a Ciencia, Tecnología e Innovación; a Cobertura Educativa con Calidad y Pertinencia e o Entorno, infraestructura y medio ambiente, ademais de fundamentar-se em outros seis objetivos transversais: Gestión para el Desarrollo del Sistema Departamental de CT+I; Mejoramiento de las Capacidades Científicas, Tecnológicas y de Innovación del Talento Humano; Alianzas Universidad-Empresa-Estado; Apropiación Social del Conocimiento; Política Pública para Innovación, Investigación, Ciencia y Tecnología; e a Financiación Pública y Privada para la Innovación, Investigación, Ciencia y Tecnología.

Cabe agregar que o plano se suporta sobre o Fortalecimiento de Sectores Estratégicos com nove setores estratégicos priorizados: Agroindustria, Biotecnología, BPO&O (Business Process Outsourcing e Offshoring), Café, Comercio, Confecciones (sistema moda), Logística, Metalmeccánica, Turismo; Emprendimiento, Gestión e Desarrollo Empresarial e o Mercado Interno e Internacionalización de la Economía, dos quais são priorizados na Agenda Interna os

setores de Metalomecânica, Agroindústria e turismo. Além disso, dentro do primeiro objetivo, a Ciencia Tecnología e Innovación, o projeto priorizado que obteve a maior pontuação, ou seja, considerado de alto impacto (sob critérios de impacto e facilidade na implementação), foi o projeto de Red de Nodos de Innovación, também priorizado no Plan Departamental de Ciencia, Tecnología e Innovación de Risaralda 2011-2019. Portanto, este projeto insere componentes básicos, tais como a gerência da rede (articulação do Sistema Regional de Innovación), o componente de infraestrutura para a CT+I, o recurso humano qualificado (melhoramento de capacidades, formação de pesquisadores e fortalecimento do tecido social) e o desenvolvimento de projetos inovadores (criação de instrumentos de fomento e apoio, transferência tecnológica, incremento dos níveis de produtividade, articulação com o Sistema Regional de CT+I e financiamento).

Um dos aspectos importantes em levar em conta no projeto de Red de *Nodos de Innovación* é o Nodo de Innovación Social, o qual, como se indica no Boletín Informativo (2013), será liderado pela Universidad Cooperativa de Colombia Sede Pereira, tentando subsidiar a transformação produtiva e social com equidade, mobilizar estratégias para o desenvolvimento institucional, fomentar o capital social e fortalecer os processos de associativismo, empreendimentos sociais, gestão do conhecimento e o fornecimento de ferramentas que facilitem o uso de recursos TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação), especialmente em empresas da economia solidária.

O modelo de gestão do Departamento se desenvolve numa lógica aparentemente coerente com o *Sistema de Ciencia, Tecnología e Innovación* e o *Sistema de Competitividad nacional*, regional e departamental, o setor agroindustrial é reconhecido como prioritário no desenvolvimento econômico, principalmente sob as aglomerações territoriais de empresas interconectadas num campo particular, como acontece com os clusters, e as cadeias produtivas. E a aplicação de instrumentos de fomento na inovação como pilar inerente do setor produtivo e dos avanços na ciência e tecnologia por meio da articulação dos grupos de pesquisa das universidades, os centros de pesquisa e desenvolvimento com os diferentes organismos do setor público conforme as demandas do mercado e as potencialidades e debilidades próprias das empresas. Se bem que ainda existe uma tendência bastante empresarial no processo de construção conceitual e teórico-prática da inovação, e se reconhece a importância de fazer uma leitura mais integral dos processos, atividades e redes que conformam de fato as inovações, cada vez mais sociais e pertinentes com as realidades locais, regionais e em seu conjunto diverso, numa projeção nacional.

2.2.3 Aspectos gerais da economia solidária na Colômbia

Como expõe Martínez (2011), entre a constituição política da Colômbia em 1886 e a constituição de 1991, estabeleceram-se normas, políticas e instituições relevantes para o setor solidário as quais poderíamos delimitar dentro de um primeiro período. Em 1916, a Lei 031 de fomento à poupança e crédito incorpora as cooperativas de consumo e associações mutualistas; em 1931, expede-se a Lei 134 sobre sociedades cooperativas (primeira lei cooperativa), gerando exceções políticas de estímulo e regulamentação para o desenvolvimento das cooperativas,

además os assuntos das cooperativas estavam sob o cargo do *Ministerio de Industria*; a Lei 128 de 1936 que adiciona e reforma a Lei 134; em 1947 se cria a Superintendencia de Cooperativas, dependente do *Ministerio de Trabajo, Higiene e Previsión Social*, esta superintendência funcionou desde 1947 até 1981; a Lei 115 de 1959 estabelece a obrigatoriedade da educação cooperativa nas instituições educativas; em 1963, o Decreto-Lei 1598 coloca um novo marco legal do cooperativismo colombiano e se inicia o auge do cooperativismo no país; com a Lei 24 de 1981 nasce o *Departamento Administrativo Nacional de Cooperativas* (DANCOOP), o qual funcionou até a expedição da Lei 454 de 1998; a Lei 79 de 1988 atualiza a legislação cooperativa e o setor cooperativo se unifica. E finalmente dentro da mesma *Constitución Política de Colombia* de 1991, destacam-se o Artículo 38 que garante o direito à livre associação, o Artículo 58 que estabelece a função social e ecológica da propriedade, ratificando además a proteção e promoção por parte do Estado das formas associativas e solidárias da propriedade e, finalmente o Artículo 333 que reconhece o dever do Estado no fortalecimento das organizações solidárias e em geral o desenvolvimento empresarial.

Estas duas últimas leis se tornam relevantes para o setor solidário do país. A já apresentada Lei 79 de 1988 é conhecida como a lei do cooperativismo colombiano cujo objetivo é dotar o setor cooperativo de um marco propício para seu desenvolvimento como parte fundamental da economia nacional (UNIDAD ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE ORGANIZACIONES SOLIDARIAS, 2013). Define-se o conceito de cooperativa a partir das responsabilidades, deveres e proibições, estatutos, número de associados e seus direitos fundamentais, a estrutura administrativa e de regulação, entre outros aspectos. Ora, a Lei 454 de 1998 é reconhecida como a lei da economia solidária, com o objetivo de desta lei é determinar o marco conceitual que a regula e define como

O sistema socioeconômico, cultural e ambiental, conformado pelo conjunto de forças sociais organizadas em forma associativa identificadas por práticas autogestionárias solidárias, democráticas e humanistas, sem ânimo de lucro para o desenvolvimento integral do ser humano como sujeito, ator e fim da economia (CONGRESO DE COLOMBIA, 1998, p. 1, tradução nossa).

Segundo a Lei 454 de 1998 e a *Unidad Administrativa Especial de Organizaciones Solidarias* (2010), a Lei 454 é pela qual se determina o marco conceitual que regula a economia solidária; transforma-se o *Departamento Administrativo Nacional de Cooperativas* (DANCOOP) no *Departamento Administrativo Nacional de la Economía Solidaria* (DANSOCIAL), com funções de fomento e educação; cria-se a *Superintendencia de la Economía Solidaria* (SUPERSOLIDARIA), com funções de controle legal e de tipo econômico; cria-se o *Fondo de Garantías para las Cooperativas Financieras y de Ahorro y Crédito* - Fogacoop, que estabelece proteção legal para os poupadores; o Consejo Nacional de Economía Solidaria - Cones, como órgão do setor solidário que promove a integração para o desenvolvimento e proteção e o *Fondo Nacional de Economía Solidaria* - Fones; também se ditam normas sobre a atividade financeira das entidades de natureza cooperativa e se expõem outras disposições.

Neste sentido a citada Lei 454 (CONGRESO DE COLOMBIA, 1998) considera como características das organizações de economia solidária: ter uma organização do tipo

empresarial na qual se dê uma atividade socioeconômica que satisfaça as necessidades dos associados, mas que leve em conta objetivos sociais e culturais e um serviço comunitário, precisa ter de um vínculo associativo, deverão-se ter uns estatutos ou regras básicas de funcionamento que garantam a igualdade dos direitos e obrigações de seus membros, buscando a integração social e econômica das organizações que tenham como objetivo o desenvolvimento humano integral. Além disso, a lei estabelece, caso seja necessário, a irreparabilidade das reservas sociais e do patrimônio, assim como a destinação dos excedentes deve ser para a prestação de serviços de caráter social, ao incremento das reservas e fundos e a reintegração respectiva aos associados em proporção ao uso dos serviços ou a participação do trabalho na empresa. Um ponto a ressaltar nesta lei é que ela incentiva estratégias de economia solidária no desenvolvimento territorial através de diferentes planos estratégicos, de planejamento e gestão, e atividades de economia ambiental e socialmente responsáveis.

Num segundo período se formula a lei 1391 de 2010 com o objetivo de reformar os Fondos de Empleados para adequá-los às condições sociais, econômicas, políticas e culturais que determinam o quefazer destas empresas, e o Decreto-Lei 4122, que transforma o *Departamento Administrativo Nacional de la Economía Solidaria -DANSOCIAL em Unidad Administrativa Especial de Organizaciones Solidarias*, com pessoa jurídica, autonomia administrativa, financeira, e patrimônio independente, além de ser uma entidade adstrita ao *Ministerio del Trabajo* (UNIDAD ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE ORGANIZACIONES SOLIDARIAS, 2013).

A *Unidad Administrativa Especial de Organizaciones Solidarias* tem o propósito de continuar com o fomento, desenvolvimento e proteção das organizações solidárias, cabendo esclarecer que dentro desta denominação encontramos dois grupos, as *Organizaciones de Economía Solidaria* que agrupa às *Cooperativas, Fondos de Empleados e as Asociaciones Mutuales* (também se incluem as Precooperativas, Cooperativas de Trabajo Asociado, Administraciones Públicas Cooperativas, Instituciones Auxiliares del Cooperativismo e Organismos de Grado Superior), são organizações que se desenvolvem sobre três eixos: o econômico (produção de bens e serviços), o social (sob as demandas dos associados e diferentes grupos sociais), e o cultural solidário (com o trabalho focado na participação democrática dos associados e autogestionária de processo de desenvolvimento em benefício da comunidade), e o grupo das *Organizaciones Solidarias de Desarrollo* conformado pelas *Asociaciones, Corporaciones, Fundaciones, Voluntariado e Organismos Comunales* (também se incluem Juntas de Acción Comunal, e ONGs), estas são organizações sem ânimo de lucro que aplicam recursos privados e governamentais, com a característica de exercer a solidariedade de dentro para fora, isto é, dirigida a terceiros e com o objetivo de posicionar o setor solidário como um modelo sócio-empresarial, que se bem deve ser competitivo, também deve ser justo e equitativo (UNIDAD ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE ORGANIZACIONES SOLIDARIAS, 2013).

CAPÍTULO 3

CARACTERIZAÇÃO DOS CIRCUITOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NO PAPEL TERRITORIAL

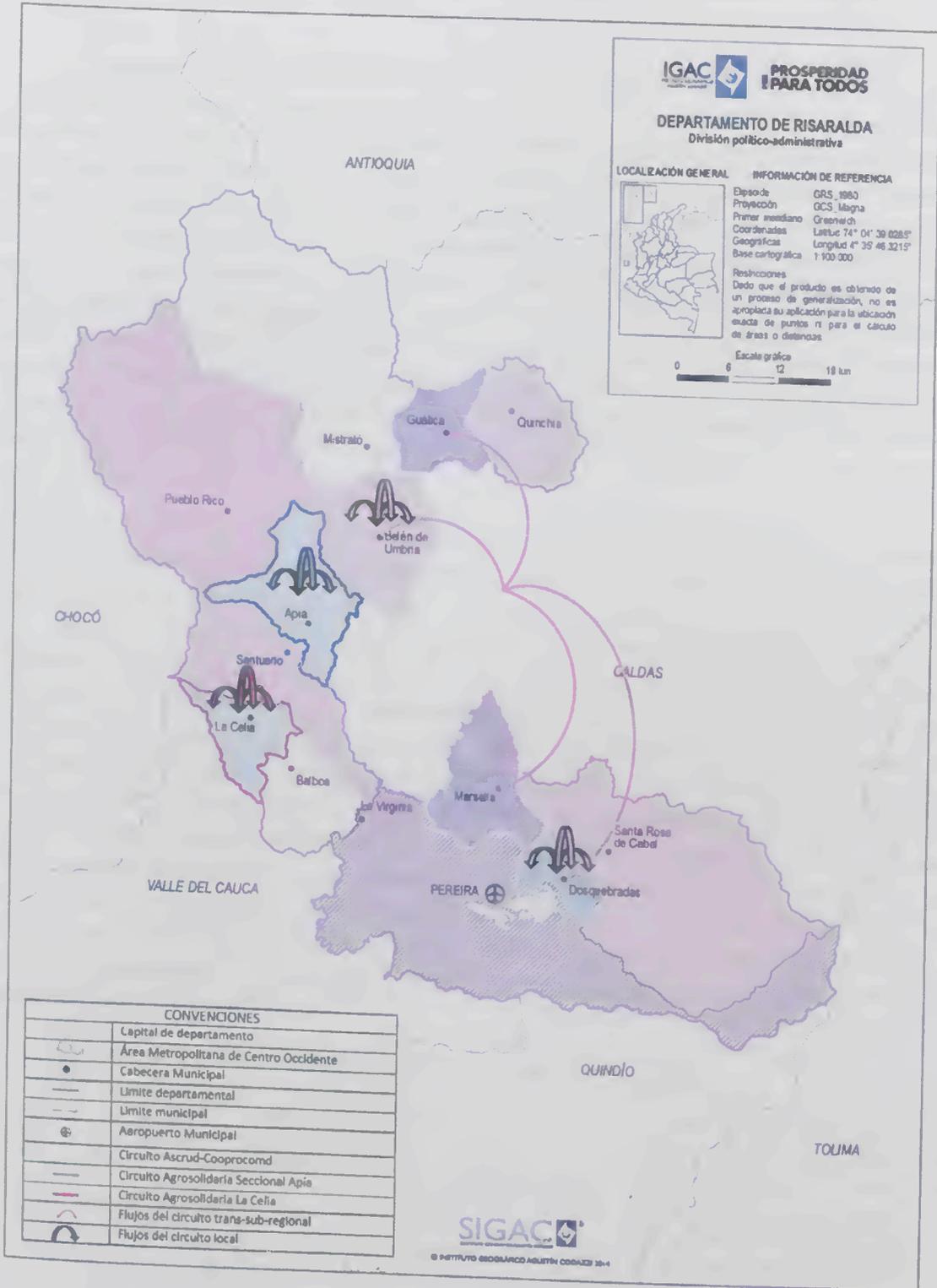
3.1 Os Circuitos Econômicos Solidários

Do total dos oito municípios que compõem a sub-região II, estudamos três deles: Apía, La Ceclia e Belén de Umbría, onde se identificaram três circuitos econômicos solidários com diferentes particularidades. Ademais, entrevistaram-se: um ator que deu uma visão mais geral de Risaralda (Dennis Augusto Rengifo Triana) e dois atores pontuais de organizações maiores (Andrés Hoyos e Victor Echeverry), e participou-se de um evento nacional em celebração do dia internacional da agricultura familiar, denominado *Agricultura Familiar, Economía Solidaria - Aportes para la Paz* e de uma reunião convocada pelo *Instituto de Economía Social y Cooperativismo -INDESCO*.

Podem-se caracterizar como circuitos econômicos solidários: *Agrosolidaria Apía*, ASCRUD (Asociación de Comunidades Rurales Unidas) e *Agrosolidaria Seccional La Celia* (Figura 6). O primeiro tem a característica de formar um dos mais antigos circuitos econômicos solidários da região, o qual com o tempo produz um amadurecimento nas organizações que o conformam, capaz de prescindir do sistema que as cria ou fortalece. O segundo caso conta com a força de uma cooperativa de poupança e crédito, suficientemente sólida para captar recursos e administrar projetos de cooperação internacional com apoio técnico e financeiro. E o terceiro, tendo apenas cinco anos de funcionamento, já visa mudar o perfil produtivo de um município através de autonomia político-econômica, segurança alimentar e consumo próprio.

Numa análise mais pontual, trabalhou-se também com uma cooperativa que faz parte de *Agrosolidaria Seccional Apía*, a *Cooperativa Multiactiva de Ganaderos y Comerciantes de Risaralda* (COOPGACOR). É uma organização que pertence ao circuito formado desde ASCRUD, a fundação *Aquí Somos Paz* e a cooperativa COOPROPAZ, organizações complementárias, mas com funções diferentes. Aliás, entrevistou-se a Dennis Augusto Rengifo Triana, diretor executivo de *Agrosolidaria Seccional Pereira*, o qual aportou desde sua experiência, uma visão muito mais geral do Departamento e participou-se de uma reunião na *Universidad Cooperativa de Colombia do Instituto de Economía Social y Cooperativismo* (INDESCO), ministrada pelo professor Pedro António Torres. O trabalho de campo, numa primeira etapa, se centrará nessas sete entrevistas, alimentando assim com as informações necessárias, a análise e desenvolvimento pertinente.

Figura 6 - Circuitos Económicos Solidários no Departamento de Risaralda-Colômbia.



Fonte: SIGAC (2011). Adaptado pelo autor.

3.1.1 O papel de uma organização solidária de desenvolvimento

Um primeiro contato se estabeleceu com o diretor executivo de *Agrosolidaria Seccional Pereira*, Dennis Augusto Rengifo Triana, que ademais coordena atividades da associação risaraldense de Agrosolidaria. O primeiro item a analisar é a crítica que ele faz às cooperativas, sem dizer que estas não fazem parte integral do que abrange a economia solidária, e, sobretudo do que se entende por esta na legislação colombiana. O cooperativismo exige uma grande organização administrativa (funções, procedimentos), sendo exigências difíceis para pequenos camponeses, salienta Rengifo, a sua estrutura é complexa e requer, por exemplo, de uma pessoa à cabeça com estudos avançados, como não ocorre com as *Asociaciones Mutuales*, que ademais se ocupam só de serviços, e não de bens e serviços como acontece com as cooperativas. Considera Rengifo que o cooperativismo tem se deformado, um exemplo disso são cooperativas muito grandes como COLANTA, SALUDCOOP, COOMEVA, entre outras, ou o modelo *keiretsu* do Sindicato Antioqueño formado por 125 companhias, entre essas algumas do setor solidário.

“As cooperativas, pelo contrário, deveriam ser mais simples, têm que se adaptar às escalas de desenvolvimento próprias, feitas as necessidades”, conforme frisa Rengifo (2015). As cooperativas, como expressão da economia solidária, precisam de um projeto com visão no futuro de uma educação nos princípios solidários, e apresentar-se neste caso como uma alternativa no setor rural. A ética pergunta por um “para que”, e a política pergunta “como” e neste sentido nos perguntamos se o papel político como uma rota necessária nas forças ativas do território, e a economia solidária como um “para que” por sobre qualquer agir, seria este então, anterior à abordagem do “como”? Que também é um papel da economia solidária. A diferença é que o cooperativismo negou por muitos anos a atividade que estavam fazendo como “econômica”, agora, sataniza-se a economia dentro do capitalismo como se fossem sinônimos. A economia tem, neste sentido, que recuperar a orientação ética no agir econômico, não fora deste. E a orientação política que é, sobretudo, um diferenciador na formação dos territórios, é poder na interlocução ética, é racionalidade atuante, por isso, a organização dos territórios são organização nas dimensões sociais no espaço e do espaço, ser e estar sobre uma dialética inerente.

Expõe Rengifo (2015, depoimento, tradução nossa) na sua fala:

Para ser consequente no ‘para que’ e no ‘como’, deve-se incorporar no coração e mente das pessoas a essência ética no quefazer político. Evidencia-se certa esquizofrenia quando se diz, não sou eu, é o outro. Não sou eu: a agricultura orgânica, é o capitalismo que vive em mim. Na medida em que as pessoas não se conectem, na medida em que não se eduquem para conectar-se, as cooperativas, as associações mutuais... todas as organizações do setor solidário vão fracassar.

Neste aspecto, como se apresentou anteriormente, são várias as organizações que compõem o setor solidário, cabendo esclarecer neste aspecto que as organizações de economia solidária são definidas pela Lei 454 de 1998 e as organizações solidárias de desenvolvimento

estão definidas num marco legal muito mais amplo e espalhado. As organizações solidárias, como explica Cardenas (2010, p. 1, tradução nossa), “São um conjunto de organizações que, sendo de iniciativa privada, desenvolvem fins de benefício coletivo ou social e não têm como fundamento o enriquecimento ou a possessão e crescimento do capital econômico”.

Nessa perspectiva é que podemos entender as três classes de organizações que são analisadas nesta pesquisa: as cooperativas, fundações e associações. Uma cooperativa é uma empresa associativa, sem fins lucrativos, na qual os associados são de maneira simultânea os contribuintes e os gestores da empresa, com o objeto de produzir ou distribuir conjunta ou eficientemente bens ou serviços para satisfazer as necessidades e desejos dos associados e da comunidade em geral (UNIDAD ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE ORGANIZACIONES SOLIDARIAS, 2013). Dependendo de seu objeto podem ser de distribuição, comercialização, trabalho associado, agropecuárias, educação, transporte e moradia, ou segundo o desenvolvimento de suas atividades: Especializadas (atendem uma necessidade específica), Multiactivas (realizam várias atividades desde uma mesma entidade jurídica) e Integrales (segundo seu objeto social realizam duas ou mais atividades conexas e complementares). Por outra parte, as fundações são iniciativas sem ânimo de lucro, formadas por patrimônios autônomos destinados conforme à vontade dos fundadores, mas sempre prestando serviços de interesse social. E a terceira forma de organização legal são as associações, as quais se conformam por um grupo de pessoas que têm um interesse comum. Nesta última organização entram as Agrosolidarias analisadas desde duas seccionais, Apía e La Celia, das 128 seccionais (com cinco seccionais ativas no Departamento de Risaralda: La Celia, Mistrató, Guatica, Pereira e Apía) que se têm no país em 19 Departamentos desde há 22 anos e que por sua vez formam uma confederação (organismo de terceiro grado formado por pelo menos 12 entidades de segundo grado) que se autodefine como um processo autogestionado de organização comunitária orientado a construir uma Comunidad Económica Solidaria dos setores Agroalimentario, Artesanal e do Turismo Sostenible.

A Agrosolidaria - como organização solidária de desenvolvimento - tem a característica de exercer práticas solidárias de dentro para fora, que além de ser uma organização sem fins lucrativos, emprega bens e serviços privados, também constitui bens e serviços públicos, e, por esse dizer, é de uso social (CARDENAS, 2010). Como argumenta Rengifo (2015), as empresas solidárias de desenvolvimento são similares às cooperativas, porém, liberam-se dos comitês, as *Juntas Directivas* são *Consejos de Administración* e sua estrutura é, em termos gerais, horizontal. Este tipo de empresa é produto de uma fusão entre uma iniciativa privada e uma solidária, formadas por grupos associativos autônomos (formado principalmente por famílias, com gerente e junta diretiva) que são a base de toda a estrutura de Agrosolidária. Criam-se grupos associativos em torno a cada elo do ciclo de produtividade: financiamento, produção, transformação, distribuição, comercialização e consumo. Tendo, além disso, os gerentes dos grupos associativos, lugar, voz e voto no conselho diretivo da seccional. De certo modo, em cada grupo associativo se inculca a propriedade privada, neste sentido, explica Rengifo, Agrosolidaria tem que ser autogestionária em seus recursos, ou seja, atuar igual a uma empresa privada, via projetos da prefeitura, *gobernación* (governo do estado), ministérios, cooperação internacional, Estatal ou da filantropia internacional, ou de instituições multilaterais de cooperação internacional ou ajuntamentos. Agrega o entrevistado que este modelo organizativo

é o resultado de muitos acertos e desacertos em nível associativo, a sua própria configuração recolhe os estatutos mais importantes das associações mutuais e das empresas privadas para consolidar assim uma empresa solidária de desenvolvimento.

Entrando em detalhes, Dennis Augusto Rengifo analisa as diferentes seccionais de Agrosolidaria no Departamento de Risaralda, das quais duas serão estudadas nesta pesquisa. Em primeira medida, salienta o autor que o esquema de Agrosolidaria é federativo, ou seja, as seccionais são autônomas. Isto torna ainda mais complexa a análise dos estudos de caso. Reconhece ganhos muito importantes por parte da Agrosolidaria Seccional Apía, sendo a primeira seccional do Departamento que tem sem dúvida uma história para contar. Uma primeira observação é que sua fundação foi bastante rápida, opinião que compartilha Francisco Javier Alzate, presidente e cofundador de Agrosolidaria neste município. Porém, um dos tantos ganhos foi a união dos *tenderos* (donos de minimercados para as vendas no atacado) que, por exemplo, conseguiu focalizar a compra e venda de ovos no município, tirando para isto alguns intermediários; inserindo-se ademais numa tendência que, em nível mundial, se denomina *comida* ou *alimento km 0*, ou seja, com produtos locais, pagando preços justos e evitando impactos ambientais negativos com custos sociais muito grandes como a geração de emprego fora do local, maior deslocamento, promoção dos grandes oligopólios, etc.

Outro estudo de caso a trabalhar nessa pesquisa é Agrosolidaria La Celia, destacando-o Rengifo (2015) como um caso interessante, não obstante em nível departamental, este autor não visualiza um circuito econômico solidário, talvez se vários, mas em nível local ou municipal. “Acho que ainda Agrosolidaria é muito pequeno, é um adolescente nesse tema”, esses circuitos se encontram em Boyaca (Departamento), com grupos associativos bem estruturados, por exemplo, em financiamento, produção com pacotes tecnológicos de agricultura convencional, limpa e orgânica, na transformação com café, geleia, sidras (bebida preparada a partir da fermentação do suco da maçã ou, neste caso, com outras frutas), arepas (à base de milho), rapadura, entre outros. Tendo uma venda e distribuição através dos *Ecomercados Tundama* (rede de comercialização sob práticas de Comercio Justo desenvolvida por Agrosolidaria), com produtos de agricultura convencional, limpa e orgânica. Também com comercialização na web, por exemplo, com Círculo Orgánico para a comercialização em Pereira e, claro, promovendo um consumo consciente e solidário.

Em vista do exposto, apresentam-se três estudos de caso que se demarcam dentro da definição que damos aos circuitos econômicos solidários (CES) e se expõem ademais duas organizações pertencentes a dois circuitos diferentes, conseguindo assim um *zoom* dos subsistemas que constituem os sistemas maiores que são denominados aqui de CES.

8.1.2 Os filhos que superam: Agrosolidaria Seccional Apía

Apía é um pequeno município do Departamento de Risaralda com uma área total de 146.03 km² e localizado a uma distância de 65 km da capital de Risaraldá, com uma projeção da população total para o ano de 2015 de 18.976, dos quais a área urbana concentra 8.236 e a área rural 10.740 habitantes (DANE, 2015). Segundo o *Esquema de Ordenamiento Territorial* (EOT) de Apía (2000), este território se caracteriza por ter várias áreas naturais protegidas,

como o *Parque Municipal Natural Agua Linda - La María, Zona de Amortiguación del Parque Nacional Natural Tatamá*, o *Jardín Botánico* criado desde o ano de 1987, algumas áreas de interesse ecoturístico e recreativo como o *Parque Regional Natural Cuchilla del San Juan, Alto de San Carlos, Vía Alta Campana - Miravalle, Parque del Viento*, e canteiros ecológicos, além de áreas de reserva florestal; áreas de produção agrícola e pecuária, tendo como políticas de uso a conservação e proteção de espécies florestais, o estabelecimento de coberturas arbóreas, a construção de *Beneficiaderos* (matadouros) *Ecológicos e Comunitários*, a implementação da cafeicultura orgânica com o uso do controle biológico e integrado de pragas e enfermidades, a proibição da implementação o semeadura de sementes transgênicas, etc.

Este território se caracteriza por ser densamente associativo, com organizações de mais de 19 anos de funcionamento e com outras mais recentes se compõe um caleidoscópio de 17 organizações no setor agropecuário das 32 organizações totais que possui o município. Para conhecer diretamente esta realidade, se entrevistou o co-fundador e atual presidente de *Agrosolidaria Seccional Apía*⁶, Francisco Javier Alzate Vallejo, neste aspecto, o referido autor manifesta as sempre presentes dificuldades que enfrentou e ainda enfrenta o setor solidário, porém, acredita ter conseguido um avanço enorme no transcurso destes anos, explicando adicionalmente como ele mesmo desde sua administração na prefeitura no período 2004-2007 foi possível fortalecer, a partir da integração de diferentes organizações, um esquema de desenvolvimento local através de um circuito econômico solidário. Para atingir este fim, comenta Alzate (2015), que conheceu em Bogotá, estando ainda na prefeitura, a *Dansocial*, isto somado à condição das organizações, ainda muito incipientes, e a pouca continuidade que costumam dar as administrações locais a este tipo de processos, manifestou-se como problemática que precisava de alguma orientação; em só 4 meses e com o respaldo de Mario Bonilla (atual codiretor da *Confederación AgroSolidaria Colombia*), e Cristobal Vaquero que acompanhou dito processo, se dá a fundação de *Agrosolidaria Seccional Apía* no ano 2008.

Analisando mais a fundo este processo, uma sensação de desconformidade com a rápida criação de *Agrosolidaria Seccional Apía* se torna manifesta na fala de Alzate e outros agentes. Atualmente esta organização perde muita relevância, se bem que seu papel foi fundamental na integração e fortalecimento de muitas organizações que, hoje, com o amadurecimento das mesmas, não veem em *Agrosolidaria* uma função muito esclarecida. Não obstante, com a análise de uma das organizações que pertencem ainda à *Agrosolidaria*, será visível a necessidade de integração e representatividade, papel que desempenhou por muitos anos *Agrosolidaria*.

As falhas de *Agrosolidaria* são que talvez pelo fato de as organizações já serem tão fortes elas separaram-se de *Agrosolidaria*. *Agrosolidaria* está com a intenção de se liquidar, mas o poder na tomada de decisões está ganhando voz por parte das organizações, um exemplo disso é que a atual gestão da prefeitura (2012-2015) esteve aberta às organizações, elas têm o poder de convocar, e foram eficientes nos cofinanciamento para as convocatórias de *Oportunidades Rurais* e *Alianzas Productivas*, no setor associativo estes programas trouxeram

⁶ Organização fundada no ano 2008 que atualmente com 132 associados tem como atividade principal a produção e comercialização de frutas, café, mel, carne, leite, etc.

⁷ Departamento Administrativo Nacional de Economía Solidaria, transformada pela Lei 4122 de 2011 na atual *Unidad Administrativa Especial de Organizaciones Solidarias*.

1.904 milhões de pesos colombianos⁸, com um aporte de contrapartida de 156 milhões. Além disso, a associatividade em Apía é um grande exemplo, a *Universidad Tecnológica de Pereira* mantém uma relação aberta com estes processos, e casos mais pontuais como a *Asociación de Cultivadores de Apía - ASOAPIA*, uma organização de 10 anos com mais de 450 associados (camponeses com pequenas propriedades, entre 5 e 10 hectares), fazem visível o sucesso da economia solidária, energia e matéria representada em união e coerência e incorporando em sua estrutura autonomia no financiamento (principalmente com um Fundo Rotativo Solidário próprio com retornos na poupança e outros serviços), comercialização suportada em padrões internacionais certificada como FLO e Café Orgânico, aproveitando assim as vantagens que traz consigo um preço mais alto na venda do produto, repercutindo claro, nos mesmos associados, em toda a organização, e exercendo um papel político relevante no município e na região. Além de outras organizações como COOPGACOR que será apresentada em breve nesta pesquisa.

Em resumo, pode-se dizer que o papel de Agrosolidaria foi outrora mais relevante do que pode ser atualmente, este deixou a semente de um desenvolvimento local autônomo, fortaleceu e integrou nesta esteira muitas das organizações que hoje determinam o futuro do território, porém, Agrosolidaria não foi alheia ao afastamento dos “filhos”, do amadurecimento das organizações, isto não quer dizer que o circuito seja 100% funcional, sobretudo quando as mesmas organizações começam a entender o papel do trabalho reticular, de um circuito econômico solidário que levou a voz da população além da representatividade, que deu relevância ao tecido social que está se configurando; em outras palavras, Agrosolidaria foi um importante catalizador dos processos de integração e formação de um território solidário, hoje não temos certeza de seu papel, o tempo determinará se o município requererá de está ou outra estrutura de suporte.

Neste contexto, não estaria demais, reequilibrar um pouco a formalidade do CES, para entender como o território está agindo desde uma outra perspectiva de integração, o que Santos (2000), chamou de solidariedade orgânica e horizontalidades. O autor inclui o conceito de espaço banal como uma continuidade geográfica onde diferentes atores caracterizam a produção local dentro das suas interdependências. “Em tais circunstâncias pode-se dizer que a partir do espaço geográfico cria-se uma solidariedade orgânica, o conjunto sendo formado pela existência comum dos agentes exercendo-se sobre um território comum” (SANTOS, 2000, p. 53). Deste modo, o espaço geográfico exerce um papel central no fornecimento de condições favoráveis, inclusive após a atuação do Estado, como salienta o autor, atua de tal maneira que as condições das macroempresas podem ampliar suas verticalidades, porém, o mesmo sistema permitirá paralelamente a reprodução e aprofundamento das horizontalidades. Além das diferenças que cada empresa tiver com diferentes níveis de “[...] técnicas, de capital e de organização, o princípio que permite a sobrevivência de cada uma é o da busca de certa integração no processo da ação” (SANTOS, 2000, p. 53).

⁸ Conforme cotação do dia 13 de dezembro de 2015, R\$ 1,00 equivale a 858,00 pesos colombianos (COP). Disponível em: http://www.conversor-dolar.com.br/Real_Peso_Colombiano. Acesso em: 13/12/2015.

Essa espécie de “solidariedades horizontais internas” estariam definidas na multidimensionalidade do território, a solidariedade orgânica por conseguinte, estaria no cerne das contra-racionalidades, “[...] as formas de convivência e de regulação criadas a partir do próprio território e que se mantêm nesse território a despeito da vontade de unificação e homogeneização, características da racionalidade hegemônica típica das verticalidades” (SANTOS, 2000, p. 54).

Nessa perspectiva o território de Apía tem se consolidado por uma extensa racionalidade socioeconômica solidária, a resposta dos atores não estaria atomizada, ao contrário, reconhece a necessidade de integração ao nível territorial, o ganho da “autonomia” do sistema democrático, só seria possível no exercício do autogoverno, situação que se beneficiaria dos atores que se imbricam na atuação coordenada, na medida do possível, obtendo os espaços criados para a negociação, ou quiçá, na criação mesma destes, assim como o controle progressivo dos instrumentos de gestão do município e ao poucos, também dos territórios da contiguidade regional que participariam deste tipo de horizontalidades.

3.1.3 Agrosolidaria La Celia: em busca de um modelo local agroalimentar

La Celia é um município localizado na cordilheira ocidental a 68 km da capital do Departamento de Risaralda, com 102 km² de área total, dividindo-se o território em 25 Veredas (subdivisão territorial utilizada principalmente em áreas rurais) e um Corregimiento (parte interna de um município que pode conter veredas) e com uma projeção da população total para 2015 de 8.598 habitantes dos quais 5.168 são rurais e 3.430 urbanos (DANE, 2015). Ademais, no município se encontram áreas protegidas que pertencem ao *Sistema Nacional de Áreas Protegidas* (SINAP) como o *Parque Natural Nacional Tatamá* e o *Parque Natural Regional Verdum*, além de diferentes áreas de interesse ecossistêmico como microbacias, áreas de proteção florestal e proteção da biodiversidade como a *Área de Reserva Cuchilla de La Julia*, *Área de Reserva Cuchilla La Polonia - Chorritos*, *Área de Reserva Cuchilla del Río Totuí* e do *Río Monos*, zonas úmidas, etc.

O caso do município La Celia é bastante diferente com respeito a Apía, este é um município com um sistema agroalimentar bastante incipiente, com uma dependência enorme no consumo de alimentos de primeira necessidade. Os principais produtos de produção e comercialização são café e banana-da-terra. Segundo William de Jesus Álvarez Chica, representante legal de *Agrosolidaria La Celia*, 90% dos alimentos são adquiridos de fora do município, entrando semanalmente 7 toneladas de frutas e verduras/legumes principalmente vindas de Pereira. É um problema cultural e político que não deixa sair do paradigma de dependência e insegurança alimentar em que os cultivos para alimentação não são vistos rentáveis, salienta Álvarez (2015). Depois de dois anos de análise se constitui em 2010 *Agrosolidaria*, organização que atualmente tem mais de 114 associados, pensada desde o começo para a ação e autonomia, não no assistencialismo, ratifica Álvares (2015).

Com dois caminhos bastante claros, que são melhorar a produção e comercialização do café e da banana-da-terra e o fortalecimento do sistema alimentar do município, *Agrosolidaria*

em 5 anos conseguiu ganhos importantes, principalmente culturais e políticos em torno à integração de forças, a procura do comércio justo e na luta política, ainda marginal, mas com projeções na governança territorial. Um dos primeiros ganhos visíveis é com a banana-da-terra, anteriormente todos, de forma individualizada, estavam comercializando, neste momento os produtores dão os produtos para a organização para, deste modo, poder vender de maneira conjunta, aumentando o pagamento de 230 pesos colombianos por kg para 400 e 410 pesos, com um valor agregado quando o produto se oferece em estojo e é de boa qualidade de até 460 pesos, o município produz atualmente mais ou menos 480 toneladas/mês. Com um convênio de entrega com preço fixo por um ano. Os produtores aumentaram em 70-80% o sistema de vendas (não de ingressos), mas a rentabilidade é 40% a mais, “Já somos entes reguladores do preço”, explica Álvarez (2015). A banana-da-terra não tem venda local, pois muitos têm acesso a seu consumo, e os principais lugares para a venda são fora do Departamento, como Quindío, Valle del Cauca, Antioquia e Cundinamarca. Este labor foi possível com a integração de visões e com o trabalho mancomunado das organizações, a representatividade e disciplina, nesse aspecto, permitiram conseguir verbas do ministério, *Alianzas Productivas*, do *Sistema Nacional de Regalias*, entre outros.

Quanto ao café, a situação é bem mais difícil, explica Álvarez (2015), pois a rentabilidade é menos de 1%. Recebem café com um fator de rendimento de 94% e um ganho de 0,04%, se vende café pergaminho a uma empresa de Cartago e logo este é exportado. Mas as vantagens se revelam, já que a empresa que compra o café dá 100% do recurso em antecipação para o sistema de compra, isto quer dizer que os produtores têm maior garantia na produção e consequentemente na venda.

A fim de melhorar o sistema alimentar na produção, no autoconsumo e na comercialização, já se abriram convênios com a prefeitura para fornecer aos restaurantes escolares as refeições diárias e, naturalmente, só temos Mandioca, Banana-da-Terra, Cidra, Abóbora e ovos, segundo esclarece Álvarez (2015), eles garantem a venda, e por *regalias* (ganhos *royalties*) se adquiriram 5 hortas de 1.000 m² e insumos para a produção. Apesar disso, há um problema de compromisso que se conjuga com as forças políticas que configuram o território: o poder do prefeito, em representação da administração municipal, e o sacerdote investido do poder da igreja, quase nenhuma decisão se toma sem o consentimento destes dois poderes. Se não há cultura associativa e empoderamento do sistema administrativo e dos poderes políticos do município (Quadro 1), e a convicção de que a qualidade de vida não só se consegue através da acumulação monetária, mas sim satisfazendo de maneira integral as necessidades humanas, a mudança não será possível, frisa Álvarez (2015), valores de fundo são sublinhados pelo entrevistado, tais como: a saúde no adequado consumo de alimentos livres de agrotóxicos, o bem-estar e coesão social como princípio da solidariedade, etc.

Quadro 1 - O poder no território dos circuitos econômicos solidários

<p>Produção e comercialização de produtos agropecuários (frutas, café, mel, carne, leite, etc.). Município: Apía, Risaralda. Associados: 132. Ano de fundação: 2008.</p>	<p>Proativo, ganha espaços de representação e de base organizativa-produtiva.</p>	<p>Local-rural, com impacto regional e internacional</p>	<p>Com o amadurecimento das organizações, ganham-se espaços de tomada de decisões, gestando-se sistemas de governança que desencadeiam ações desde a base da pirâmide social; os ciclos tendem a ser mais longos e contínuos, porém, a atuação, assim como o circuito mesmo, não representa de maneira organizada todos os agentes.</p>
<p>Produção e distribuição de produtos agropecuários de origem rural ou urbano, organizados através de micro empresas. Municípios: Dosquebradas, Guática, Belén de Umbria e Marsella (Risaralda). Associados: 31 (COOPROCOMD). Ano de fundação: 2001.</p>	<p>Proativo, independente dos ciclos de gestão.</p>	<p>Regional-urbano-rural</p>	<p>Com uma alta capacidade de gestão, configura-se uma eficiente rede de atuação que atua numa interface de conurbação urbano-rural, o qual implica enfrentar uma estrutura política administrativa mais complexa, o que provoca uma resistência da atuação do circuito frente às exigências e ciclos da administração municipal, isto obriga que circuito tenha que abrir novos espaços de gestão.</p>
<p>Produção e comercialização local (principalmente banana da terra e café). Município: La Calia, Risaralda. Associados: 114. Ano de fundação: 2010.</p>	<p>Proativo, iniciante, de base organizativa-produtiva e sem um espaço político eleitoral definido.</p>	<p>Local-rural com impacto regional</p>	<p>Ainda muito novo, este circuito pertence a uma iniciativa totalmente de base social respondendo de maneira organizada às demandas dos associados. Levando em consideração o mercado poder político, a atuação política se faz mais na abertura de novos espaços que convoquem os interesses dos associados.</p>

Fonte: Elaboração própria (2015), a partir das entrevistas realizadas.

Neste sentido, se ressaltam vários serviços oferecidos por *Agrosolidaria La Celia*: acompanhamento técnico, com uma fundação para a assistência técnica; um comitê de trabalho de melhoramento dos sítios; de certificação; um fundo rotativo (fundo que conta com duas linhas de crédito, uma agropecuária e outra para aquisição de maquinaria) com legalização do dinheiro através de um banco e com 98% (40 milhões de pesos colombianos) dos recursos do fundo que se encontram em circulação através dos créditos, atualmente está em execução um projeto de *Alianzas Productivas* que terminados os primeiros três anos de execução, se terão no fundo 273 milhões de pesos colombianos e, se os recursos são bem administrados, com a possibilidade de ficar completamente em mãos da organização.

Em termos de estrutura, Agrosolidaria está constituída por 5 zonas (entre 3 e 5 veredas cada uma), das 25 veredas que tem o município, a organização está presente em 18 delas. Em cada zona se reúnem mensalmente, os delegados destas o fazem a cada 2 meses e as juntas se reúnem mensalmente, da mesma maneira que o fundo rotativo formado por 5 delegados o fazem periodicamente. Outro ponto a ressaltar é a venda em escala local dos produtos da organização. Cada semana são vendidos produtos de Agrosolidaria no ecomercado, espaço desenhado pela organização. No começo, assinala Álvarez (2015), o ecomercado não tinha absolutamente nada, com o tempo, mas com uma inserção muito devagar, se reconhece este ponto de venda em toda La Celia, explicando-se ao consumidor que os preços estabelecidos para a venda provêm de um sistema que apela pelo comércio justo. Porém, o comércio justo é um tema também cultural que muitas pessoas não entendem, e acham que tudo é mais caro, mas é um tema de qualidade, de responsabilidade, de impacto social, de preço justo, segundo afirma Álvares (2015). Agrega o autor que, já o município produz mais ovos, umas 300 bandejas das 3.000 consumidas mensalmente. Resumindo a fala do presidente de Agrosolidaria, este insiste que a concorrência sempre será importante, desde que seja de maneira justa.

Outro aspecto a salientar é o processo de planejamento, a organização elaborou um plano estratégico para 5 anos, levando em conta itens muito importantes como o orçamento e as diferentes atividades, projetos e programas a executar ao curto e médio prazo. Com um esquema de informação aberta e transparente, com divisão social do trabalho (sobretudo uma divisão técnica) que se dá por afinidade, desejos e capacidades, também se conta com programas de inserção de gênero dos quais participam as mulheres com negócios diversos, como a produção de produtos de asseio pessoal e de limpeza, também se tem a participação dos jovens que têm hoje, frango e um viveiro de café, além de contar com uma linha exclusiva de crédito para estes associados, executa-se este ano através de um convênio com uma fundação, a *Fundación de Cooperativas Holandesas*, um sistema de apoio integral na organização, como a equidade de gênero, administração, produção e comercialização. Mesmo assim o problema de substituição geracional é evidente, pois o campo tem que ser rentável, argumenta Álvarez (2015), tem que ser um bom negócio.

Em vista do apresentado, se evidencia uma organização que está ganhando muita força, com uma visão muito sólida em termos de melhoramento do sistema produtivo e comercial, através do poder organizativo (financeira, administrativa, comercial e culturalmente) e o consumo local e autónomo para mudar o perfil produtivo, e, sobretudo, a mentalidade da população. Também se entende a importância na representação que a organização deve ter nos espaços de tomada de decisões, espaços que aos poucos possivelmente serão abertos a este tipo de iniciativa. “Visualizo a organização em cinco anos com mais associados, com mais compromisso, que seja viável e diversa, que seja um centro de encontros, com alianças (por exemplo, ter um revisor pago por várias organizações), e com uma proposta de modelo produtivo-comercial e político-administrativa para o município, ademais queremos uma proposta de desenvolvimento não eleitoral, fazemos propostas, não pedimos esmola, nós fazemos política de desenvolvimento”, aponta Álvarez (2015).

3.1.4 ASCRUD e COOPROCOMD: um desafio integral

O terceiro circuito econômico solidário identificado encontrou-se dentro do Departamento, mas com seu núcleo fora da sub-região II, porém, por ser o único dos três circuitos que se visualiza regionalmente, o consideramos na análise. Atualmente aproveita a execução de um projeto de cooperação internacional para trabalhar de maneira conjunta com mais 3 organizações, isto quer dizer 4 organizações em 4 municípios do Departamento (Dosquebradas, Guatica, Belén de Umbria e Marsella) dos quais 2 são da sub-região II (Guatica e Belén de Umbria).

Em termos gerais e para dimensionar o papel de Dosquebradas na região, caracteriza-se este por ter uma área total de 70,8 km², dos quais 15,94 km² correspondem a solo urbano. Localiza-se no vale, ao norte de Pereira, e se caracteriza morfológicamente por ser uma meseta conformada por montanhas de relevo suave e variado (PLAN DE ORDENAMIENTO TERRITORIAL MUNICIPIO DE DOSQUEBRADAS, 2015). Dosquebradas, segundo projeções, tem uma população total de 198.874 habitantes dos quais 190.388 é urbana e 8.486 rural (DANE, 2015), ou seja, o 95,73% da população se concentra em 22,51% da área total, que corresponde à área urbana, e só 4,27% habitam 77,49% que correspondem à área rural. Uma divisão político-administrativa conformada por um centro subdividido em 12 comunas (unidade administrativa da área urbana que agrupa setores ou bairros), uma área rural organizada em dois corregimientos e uma conexão das atividades urbanas com as rurais em 30 veredas, este tipo de aglomeração corresponde a um modelo urbano-industrial legado historicamente, ademais, Dosquebradas como município da conurbação Pereira-Dosquebradas tem sido influenciado pelo desenvolvimento da capital do Departamento em termos de equipamento urbano e no conjunto das decisões político-administrativas (PLAN DE ORDENAMIENTO TERRITORIAL MUNICIPIO DE DOSQUEBRADAS, 2015).

Figura 7 - Casa Campesina ASCRUD



Fonte: Arquivo pessoal (2015).

Como centro do circuito, serão analisadas a *Cooperativa de Produtores e Comerciantes de Dosquebradas* (COOPROCOMD) e a *Asociación de Comunidades Rurales Unidas* (ASCRUD) como duas organizações mutuamente colaborativas e complementares, tendo como atividade principal a produção e distribuição de produtos alimentícios de origem rural ou urbano, organizados através de microempresas. ASCRUD nasce em 2001 como uma organização demarcada pelo assistencialismo, sempre em busca de satisfazer necessidades no curto prazo, porém, no mesmo ano funda os mercados camponeses de Dosquebradas, até atingir 5 mercados que funcionavam um dia por semana. Segundo Fernando Betancourt Méndez (2015), membro do conselho de administração de Cooplarosa (Cooperativa La Rosa), vendo a necessidade de melhorar a comercialização dos camponeses, excelentes produtores, mas péssimos comerciantes, no ano de 2007 se apresenta uma proposta para a Ecopetrol para formar as *Tiendas Campesinas* (minimercados camponeses), o que foi possível graças ao apoio de Cooplarosa e a prefeitura de Dosquebradas que entregou em comodato a Casa del Campesino, formando com a *Central de Acopio* (centro de armazenagem e distribuição de bens) (Figura 7) um importante sistema de armazenagem, distribuição e venda. No começo se pensaram em 100 lojas, conforme relata Betancourt (2015), entregando os materiais necessários para o funcionamento, dar umas capacitações e comprometer as pessoas que comprassem lá os produtos; não obstante, não se tinha bem articulada a produção com a Central de Acopio, nem a entrega correspondente a cada uma das lojas de venda. Depois de 3 ou 4 meses, 60% das lojas estavam fechadas, e com isto se perde o apoio da prefeitura por afinidade política.

Nesta esteira, em 2009 se apresenta uma proposta para *Oportunidades Rurales*, para plantas aromáticas e medicinais, no entanto, com o cancelamento do *Agro Ingreso Seguro* (programa de subsídios para os agricultores colombianos), congela-se o projeto, e só no ano 2012 *Oportunidades Rurales* se comunica com eles para reativar o convênio. Como expõe Betancourt (2015), a raiz do bom desempenho, ganham o *Premio Escuela Empresa* no ano 2012, prêmio entregue pelo *Ministerio de Agricultura*. Após são recomendados, com a Asohofrucol (*Asociación Hortifrutícola de Colombia*) apoiando-os para a produção de Platano (banana-da-terra). Também se criou o programa radial “*El Campo Mi Empresa*” (anos 2012, 2013, 2015), no qual se discutiam temas referentes ao campo. No ano de 2014 fazem parte de “*Risaralda Vive Digital*”, entregando tudo o que fora relacionado para a adequação de uma *Aulateca* (sala interativa) com 21 Notebooks, com mesas, cadeiras, Data-show, sonido, etc. E conseguiram ademais um espaço na cooperativa Cooplarosa, para assim entrar em funcionamento. Já se capacitaram 500 pessoas para alfabetização em sistemas, segundo destaca Betancourt (2015).

No ano de 2013, como diretivo de Cooplarosa, Fernando Betancourt entrou em contato com Gestando (*Incubadora Empresarial de Colombia*), uma incubadora empresarial, e se trabalharam 5 eixos: Organizativo, Administrativo, Financeiro, Produção e Comercialização. Do mesmo modo, Gestando gera recursos com a *Asociación de Cooperativas de Canada* (CCA) (siglas em inglês), para ajudar 40 organizações colombianas através de Gestando. Em 2014, ASCRUD cria uma cooperativa: a COOPROCOMD (com 45 associados para 2015) e participam junto com outras três organizações do Departamento a *Cooperativa de Productores de Guática*, com Cacau, Café, banana-da-terra e frutais principalmente; COOPROMAR em Marsella com cacau, cerdos e banana-da-terra; COOPROPAS em Belén de Umbría com Café,

banana-da-terra e frutas; e finalmente COOPROCOMD em Dosquebradas com banana-da-terra, aromáticas, plantas medicinais e legumes. Este projeto inclui: capacitação, comercialização, transformação, aporte e crédito (Figura 5). Cabe esclarecer que as verbas são entregues em empréstimo por meio do Copcentral (banco do setor cooperativo), e um trabalho em rede com Equidad Seguros, ou Solidaria Seguros (2015-2019).

Após este breve relato de ASCRUD e COOPROCOMD, Fernando Betancour apresenta alguns pontos a levar em conta para entender o funcionamento desta rede de integração, como denomina o autor ao esquema elaborado, e denominado de circuito econômico solidário dentro da conceptualização proposta nesta pesquisa. Neste sentido, as duas organizações, e uma terceira, Cooplarosa, trabalham de maneira conjunta, apresentando-se esta última como “músculo financeiro” e por suposto como grande respaldo institucional, já que é uma entidade com mais de 55 anos. Uma das linhas fortes são os créditos brandos oferecidos pela cooperativa Multiactiva, créditos cuja quantia entregue dependerá do comportamento de pagamento, dinheiro que bem pode retornar como capital institucional ou como aporte e crédito (Fundo Rotativo). Aliás, se partem de duas debilidades, conforme assinala Betancourt (2015), a transformação para dar valor agregado à produção agropecuária e à comercialização, primeiro em nível interno e aprendendo com a experiência de ASCRUD, comprando ao parceiro produtor e vendendo de igual maneira seus produtos na Central de Acopio, distribuindo nas lojas próprias e outras em convênio, a meta é ter 12 lojas, uma por comuna (atualmente em três comunas), segundo a conclusão do referido autor.

Na *Central de Acopio* também se entregam insumos e ferramentas com preços especiais ao produtor, se este compra à vista, porém 2% são deixados em uma poupança programada para ser entregue em dezembro (se entrega só o capital, pois os juros ficam no fundo {6% anual} até o momento que o associado sai da organização) e os 2% do que ele compra também vão para esse fundo. Os aportes não têm interesse, contudo, as poupanças voluntárias e programadas ganham 6% de interesse. Ademais o associado paga 25 mil pesos colombianos de afiliação e 7 mil de aporte mensal, todos estes pagos, igual aos aportes, podem ser feitos também em espécie, ou seja, qualquer produto do associado é valorizado na hora, para transformar-se em pago ou depósito. Outro tema a destacar é o transporte, o qual também se faz com associados que compraram um veículo com um crédito da mesma associação, para depois trabalhar com a organização. Este é talvez um modelo bastante inovador na Colômbia, segundo salienta Betancourt (2015).

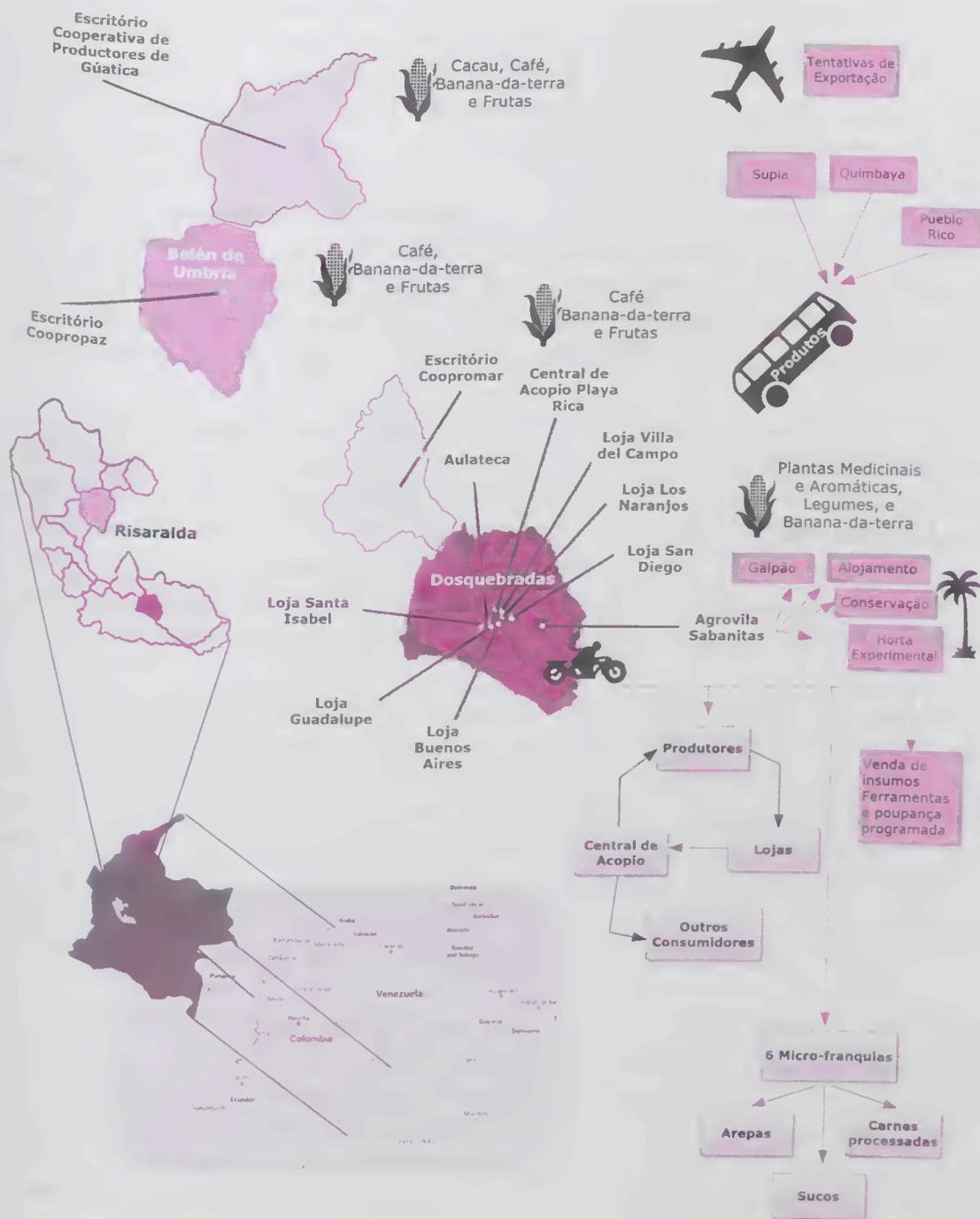
Mesmo assim, como funciona este circuito? O associado produz, o motorista (motorista) recebe a produção e a leva para a Central de Acopio, que depois será distribuída nas lojas. Quem administra a loja é um associado, este paga o aluguel e as contas do local, e a associação fornece tudo para que a loja funcione, ele dá um aporte como associado e 50 mil pesos colombianos a mais pela loja. Ora, as projeções são maiores, pois com a prefeitura se obtém dois lotes em comodato que serão transformados em agrovila, o primeiro lote com 14.400 m² e o segundo lote com 55.000 m². O primeiro com duas casas para restaurar, e um campo de esporte, de acordo com Betancourt (2015) a ideia é recuperar as duas casas, para no primeiro andar da primeira casa se adequar uma moradia para um associado que cultive com insumos da cooperativa e vendas nas lojas da cooperativa, ademais de oferecer outros serviços,

e o segundo andar para uma sala de conferências, a outra casa seria destinada para a armazenagem de maquinaria e para receber hóspedes. Além disso, está criando-se uma nova parceria com uma escola do local que tem vocação agropecuária, para que possa participar da agrovila e obter no futuro algum tipo de certificação. Já para o segundo lote se tem como objetivo a conservação de um bosque, principalmente de bambu, aproveitando assim a água de nascente natural, e as vantagens ecológicas para adequar um apiário.

Em resumo, eles conseguiram avanços importantes com uma visão centrada nos princípios da economia solidária, materializados em fatos muito evidentes, como numa maquinaria de uso conjunto para melhorar a eficiência desta, concentrando a produção e transformação numa unidade maior, e centralizar a transformação em módulos empresariais, por exemplo. Como explica Betancourt (2015), o café em Belén de Umbría (que unificou 14 marcas de café), os Chorizos (enchidos de porco e boi) com uma única planta de transformação, ou o cacau em Marsella com 25 produtores em um único sistema de comercialização, revelam justamente processos de integração. Os principais pontos a destacar são: a autonomia financeira obtida através do fundo rotativo com sistema de aporte e crédito com capitalização e serviços de benefício social e ampliado aos aportes e pagamentos não monetários; a articulação desse sistema com um sistema comercial baseado no consumo interno; o emprego sistemático dos mesmos associados (como no transporte, distribuição, venda e outros serviços complementares); e o caráter de visão de rede a partir da confluência de diferentes forças na integração e atuação solidária de diferentes organizações (Figura 8).

A economia solidária é por natureza economia de escalas, e, como aponta Coraggio (2002), a articulação territorial com outras organizações e redes, é fundamentalmente. A comercialização e a produção precisam ser administradas de maneira integrada, como princípio central da economia solidária.

Figura 1 - Circuito Ascrud-Cooprocomd



Elaboração própria (2015).

Faremos em complemento deste epígrafe, uma abordagem complementar a partir da figura apresentada (Figura 8) como um dispositivo derivado do conjunto de práticas de inovação social que aqui temos trabalhado, da mesma maneira que as outras inovações se desenvolvem em diferentes contextos, a categoria “território” permite acoplar conceitos que consideramos mais pontuais, sem embargo, o grau de especificidade não subordinado em termos de importância nem impacto, pelo contrario, trazemos o conceito de tecnologia social (TS), como uma vertente trabalhada na última década no Brasil e definida de acordo com a Rede de Tecnologia Social (RTS), como aquela que compreende “Produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidos na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social” (BARRETTO; PIAZZALUNGA, 2012, p. 1). Conceito que permite olhar para a resolução de um problema específico, neste caso, a comercialização.

Quando falamos de tecnologia social, estamos indo além do paradigma da tecnologia convencional, já que, é preciso desconstruir o carácter autónomo, instrumentalizador, determinista e neutro da tecnologia, que junto com a ciência têm estabelecido o bem-estar social como derivado da simples incorporação de tecnologias num esquema eficiente nos meios e produtor de riquezas nos fins. Para propor um esquema de desenvolvimento democrático e pluralizado, devemos desencaixar a tecnologia como parte de um arranjo de sistemas técnicos deterministas com potencial de “seduzir” uma demanda passiva representada pela sociedade.

Como explica Varanda (2013), o conceito de tecnologia social é abordado no Brasil, envolvendo estudos no campo das relações entre ciência, tecnologia e sociedade; papel de integração de atores que a Rede de Tecnologia Social assume, colocando no centro das discussões as relações entre desenvolvimento tecnológico e desigualdades sociais, tendo como aspecto central a crítica à neutralidade da ciência e da tecnologia. Deste modo, as TS que derivam em parte do conceito de Tecnologias Apropriadas, avançariam no rompimento de paradigmas na superação de desigualdades sociais, encarando a construção coletiva nos processos, meios e objetivos dessa tecnologia.

Dentro das contribuições teóricas que alimentaram a conceptualização das tecnologias sociais, estão a Teoria Crítica da Tecnologia, elaborada por Andrew Feenberg, “[...] combinando as percepções da tecnologia como humanamente controlada e como portadora de valores” (DAGNINO; CRUVINEL E TAHAN, 2004, p. 50). “De acordo com as principais abordagens sobre este conceito, é preciso democratizar a tecnologia com a introdução de novos valores e sujeitos na definição de projetos e trajetórias tecnológicas” (VARANDA, 2013, p. 6). Uma estreita relação entre o acesso da tecnologia e a participação e destinação dos benefícios no ganho de valores na promoção da inclusão e equidade.

Uma das características das TS é a construção sociotécnica, em que a tese central do construtivismo estaria determinando que no caminho da escolha de uma ideia transformada em uma aplicação bem-sucedida, estariam-se naturalmente, abandonando outras alternativas igualmente viáveis por critérios que teriam mais relação com o sistema de valores e interesses sociais que com critérios científicos e técnicos (DAGNINO; BRANDÃO e NOVAES, 2004). “As tecnologias seriam construídas socialmente na medida em que os grupos de

consumidores, os interesses políticos e outros similares influenciam não apenas a forma final que toma a tecnologia, mas seu conteúdo” (DAGNINO; BRANDÃO e NOVAES, 2004, p. 38). Dentro do marco referencial da inovação social, os sistemas técnicos estariam sujeitos à conotação dos sistemas sociais, não mais alvo simplificado da transferência tecnológica nem configuração de uma demanda passiva receptora, pelo contrário, encontraria nos caminhos da construção social, uma autoria no âmago do alcance das necessidades dos sujeitos em contexto com o potencial transformador da tecnologia.

Finalmente, podemos extrair algumas questões das tecnologias sociais abordadas por Bava (2004) em relação à Figura 8 como uma possível tecnologia social. **Sobre a produção do conhecimento**, a experiência de ASCRUD-COOPROCOMD não tem sistematizado o processo, porém, o esquema é produto da congruência criativa de ideias e da observação de um processo de troca que parece bastante lógico no contexto rural, o valor agregado do conhecimento tácito, vem sem dúvida, de uma processualidade histórica de acumulação de experiências diversas, não obstante, o processo de comercialização próprio e autogestionado, teria uma grande solidez se pudesse implicar universidades ou centros de pesquisa na sua análise e modelização.

De acordo com a noção de **inclusão de social**, como outra questão de análise, a valorização de cada indivíduo e seu acolhimento em coletivos que promovam a representação de interesses e pertencimento (BAVA, 2004), estariam no coração da mesma construção da problemática e, em consequência, a abordagem envolvente e integral dos atores participantes. Neste caso, todas as experiências de inovação social estudadas, conformariam um projeto criado desde a base dos associados e organizado para ter um funcionamento horizontal, sempre o mais inclusivo possível.

Um terceiro aspecto é o **desenvolvimento sustentável**, por um lado, o compromisso com o desenvolvimento social, econômico e ambiental como três dimensões inerentes ao projeto coletivo, priorizando a sua capacidade, por parte dos atores envolvidos na tecnologia social, na tomada de decisões de interesse público, de algum modo, a tecnologia deve ultrapassar a incidência mais privativa da inovação para fazer um salto qualitativo de escala de atuação e impacto, a reaplicabilidade neste caso seria essencial no processo. No caso das inovações sociais aqui expostas, teriam ingerência no poder decisional, pelo menos parcial no começo, mesmo assim, sua sustentabilidade e, ainda mais, sua reaplicabilidade como **tecnologia social** – eis a quarta questão –, estariam na espera do sucesso da inovação, convencimento e adoção da tecnologia como um elemento a levar em conta nas políticas públicas do território. Nesse sentido, Bava (2004, p. 116), apresenta as TS com a capacidade metodológica e técnica de

“[...] impulsionar processos de empoderamento das representações coletivas da cidadania para habilitá-las a disputar, nos espaços públicos, as alternativas de desenvolvimento que se originam das experiências inovadoras e que se orientem pela defesa dos interesses das maiorias e pela distribuição de renda”.

3.1.5 Aquí Somos Paz e COOPROPAZ: os caminhos que convocam

Aquí Somos Paz é uma fundação do município de Belén de Umbría, a organização que lhe dá vida é a COOPROPAZ, uma das 4 cooperativas do circuito econômico solidário anteriormente descrito. Belén de Umbría é um município de 182,4 km² de área total, dos quais 181,14 km² correspondem à área rural e só 1,28 km² à área urbana, e está a uma distância de 75 km da capital do Departamento. Sua população total é de 27.721 habitantes, com uma distribuição demográfica de 14.595 na área rural e 13.102 na urbana. Belén de Umbría se organiza na área rural em dois corregimientos: Taparcal e Culumbia subdivididos em 52 veredas, ademais de ser um território alicerçado sobre a atividade agropecuária, o município conta com áreas para a conservação e preservação do sistema orográfico como o *Parque Municipal Natural Santa Emilia (Cuchilla del San Juan)*; do sistema hídrico como o *Alto de Piñales*, margens protetoras dos rios e nascimentos; e áreas de especial interesse ambiental, científico e paisagístico como o *Corredor Paisajístico Valle de Umbría-Columbia-Palo Redondo-Santa Emilia-Piñales-Taparcal-El Aguacate-Los Angeles-La Argentina-Remolinos* (PBOT, 2000).

Aquí Somos Paz, mais que uma simples organização isolada, é um projeto de desenvolvimento local cuja criação no ano de 2010 se deve a Victor Echeverry, um jovem de origem camponesa, mas que se sustenta a partir do conserto de celulares, ofício que o levou a criar uma microempresa dedicada a este trabalho. Echeverry (2015) relata como começou a poupar um pouco de dinheiro com cada celular consertado, isto com a finalidade de entregar presentes para as crianças das veredas, e, aos poucos, muitas pessoas vendo aquilo começaram a dar mais presentes para que ele os entregasse, assim, com a orientação de outras pessoas, o jovem descobriu que o que ele tinha era denominado formalmente como fundação, deste modo passa a legalizá-la. Uns dos primeiros ganhos da fundação foi a realização de um censo do total das crianças do município, com isto e com o apoio da polícia, bombeiros e a prefeitura, o projeto conseguiu dar presentes a 5.332 crianças, ou seja, o 100% de todas as crianças de Belém de Umbría (Figura 9).

Depois de continuar trabalhando em outros aspectos (como o setor agroalimentar), sobre outras necessidades e mantendo um rigoroso registro fotográfico difundido principalmente pelas redes sociais, a secretaria de *Desarrollo y Competitividad de Dosquebradas* os convidou para apresentarem um projeto e deste modo participar da *ExpoCamello 2013* (feira comercial e espaço de encontro para empreendimentos). Em virtude desta experiência, abriram-se as portas para a escolha desta iniciativa como um projeto de alto impacto, para o qual se avançou juntando 14 marcas de café de Belén de Umbría numa única marca, *Granos de Paz*. Após um intenso caminho, descobrem que não era só o café, e sim era toda uma produção que precisava de uma urgente integração. Sob esta premissa e necessidade, cria-se com o apoio do *Ministerio de Trabajo* e através da ONG *Asoadam*, a cooperativa *Croopropaz* (atualmente com 39 associados e 130 em estudo de ingresso). Estas duas organizações altamente interdependentes se dão a conhecer através de diversos espaços de difusão (rádio, tv, redes sociais), personagens da esfera pública como um ex-presidente da república, generais da polícia e funcionários do FNC (*Federación Nacional de Cafeteros de Colombia*) e *Proexport*, e diversos padrinhos dispostos a investir neste projeto.

Figura 9 - Nuestra Historia en Imágenes: obras sociales



Fonte: Aquí Somos Paz (2014)

https://www.facebook.com/fundacionaquisomospaz?hc_ref=NEWSFEED<<Acesso Mar 2014>>

Os resultados desta iniciativa não tardaram em aparecer, com uma sede emprestada de maneira solidária e com a paixão que sempre demonstraram os associados, ou simplesmente pessoas que começaram a crer neste projeto, o café *Granos de Paz* começou a “viajar” por diferentes países (EUA, Itália, Inglaterra, Espanha, Índia, França, etc.) nas malas destas pessoas (entre 20 e 30 libras por pessoa). Neste sentido, e com o apoio da FNC e Proexpor, foi dado para eles o selo de *Café de Colombia* por dois anos para que pudessem exportar com mais garantias. Segundo Echeverry (2015), eles se veem como um canal comercializador de muitos produtos, por exemplo, com a stévia (família Asteraceae) e frutas, que já de fato está acontecendo. “Não queremos que doem dinheiro, queremos que comprem os produtos de *Aquí Somos Paz*, que paguem o preço justo pelo consumo de um café de alta qualidade, sem ocratoxinas⁹”, frisa Echeverry (2015). Na venda deste café como produto de alta qualidade requereu-se estabelecer uns padrões (mais de 80 pontos de acordo com a metodologia SCAA, siglas em inglês da Avaliação Sensorial de Café) de alta qualidade, incluindo a rastreabilidade originada na diferenciação do café por sítio, além disso, optou-se pela transformação do mesmo, ou seja, como café processado, processo que se conseguiu com a ajuda de outra empresa (Flor de Apía). Reconhecendo-se que o café, assim como os demais produtos, enquadra-se numa estratégia comercial, o pombo do símbolo de *Aquí Somos Paz* representa um momento de conjuntura para a Colômbia, acreditando com isto que com um campo empobrecido jamais se atingirá a paz.

Dentro desta estratégia comercial, nasce uma terceira organização, *Aquí Somos Paz Bienes y Servicios*, empresa encarregada exclusivamente da comercialização dos bens e serviços, tendo ademais uma mirada muito mais abrangente que se projeta na comercialização de muitos mais produtos do município e inclusive da região. Nesse caminho quiçá o café seja o produto

⁹ As Ocratoxinas são micotoxinas produzidas por fungos dos géneros *Aspergillus* y *Penicillium* com grandes implicações para a saúde humana.

“estrela”, abriram-se parcerias com empresas internacionais através dos programas da fundação para melhorar a qualidade de vida da população do município e, num sentido mais comercial, 14 toneladas de café estipuladas para a exportação e umas 400 toneladas projetadas para vender em 9 países (Alemanha, França, Inglaterra, Espanha, EUA, Chile, Equador, Canadá e Israel) e com o intuito de que mais camponeses da região possam participar deste projeto, um projeto que “constrói vidas”, conforme destaca Echeverry (2015).

Sem dúvida são muitos os méritos desta iniciativa. Recapitulando todos os resultados obtidos: tem-se desenvolvido uma fundação focada nas obras sociais e interligando uma cooperativa Multiativa que busca produzir e comercializar conjuntamente e sob princípios de equidade, justiça e dignidade humana, e uma terceira organização focada na comercialização, significa que está se triangulando um sistema virtuoso de financiamento, produção, transformação, distribuição, comercialização e consumo, aberto à institucionalidade e ao apoio vindo da cooperação internacional, como a participação que tem COOPROPAZ nas 4 organizações escolhidas em nível departamental no projeto Impact com a *Asociación de Cooperativas de Cauca* (CCA) (siglas em inglês); conseguiu-se ademais tecer uma relação produtor-vendedor mais próxima, mas sem esquecer que o êxito está em chegar ao final da rota comercial, ou seja, vendendo com seu próprio ponto de vendas e pagando assim o preço justo¹⁰; com a inclusão financeira, feita através do *Consejo Mundial de Cooperativas de Ahorro y Credito* que apoia a 30 cooperativas de poupança e crédito da Colômbia, utilizando a *Corresponsalia* (correspondente solidário) e um assessor financeiro rural diminuíram-se custos de deslocamento e de administração; um processo de ecoturismo centrado nas vantagens do território e aproveitando a declaratória de *Paisaje Cultural Cafetero de Colombia*; houve uma educação no consumo dos próprios produtos, mormente o café, às vezes consumido e valorado pelos próprios produtores; e também ocorreu uma inclusão paulatina das novas gerações na iniciativa, apresentada com uma nova face do campo, pois aprender a produzir já não é suficiente, precisa-se organização e coerência em todos os elos do sistema produtivo do circuito inteiro.

3.1.6 COOPGACOR: o retorno da integração

Depois de apresentar quatro importantes projetos de economia solidária, emerge uma quinta organização, o que poderíamos chamar de um subsistema de Agrosolidaria Seccional Apía, porém, com autonomia e com possibilidades de tornar-se o gestor de um novo circuito

¹⁰ O conceito de preço justo deriva do Comercio Justo, conceito muito importante na escala local, mas verdadeiramente determinante na escala internacional, una definición consensual, resultado das principais organizações de Comercio Justo é: “El Comercio Justo es una asociación de comercio, basada en el diálogo, la transparencia y el respeto, que busca una mayor equidad en el comercio internacional. Contribuye a un desarrollo sostenible ofreciendo mejores condiciones comerciales y asegurando los derechos de productores y trabajadores marginados, especialmente en el Sur. Las organizaciones de Comercio Justo, apoyadas por los consumidores, están implicadas activamente en apoyar a los productores, sensibilizar y desarrollar campañas para conseguir cambios en las reglas y prácticas del comercio internacional convencional.” Rejeitando, nesta perspectiva a exploração laboral, a escravidão, a exploração infantil, a discriminação da mulher, os salários de miséria, as condições de trabalho insalubres e a destruição da natureza (<http://www.economiasolidaria.org/comercio_justo> Acesso em: 08 Jan. 2016.).

econômico solidário. A *Cooperativa Multiactiva de Ganaderos y Comerciantes de Risaralda* – (COOPGACOR) nasce num período de conjuntura, quando o apoio da prefeitura de Francisco Javier Alzate Vallejo 2004-2007, se faz visível, os *Expendedores* (quem fornece os animais) de carne e os *Faenadores* (pessoal de abate) ficam à deriva a raiz do fechamento do matadouro por parte da Secretaría de Salud de Risaralda por não responderem com os padrões de inocuidade, criando-se assim a cooperativa como uma alternativa para esta situação, é o que explica Andrés Hoyos (2015), representante legal da cooperativa. Porém o primeiro grande trabalho foi falar de organização, implementar uma cultura de trabalho coletivo e solidário. Antes o *Faenador* não ganhava dinheiro, o pagamento era feito com as mesmas partes do animal, e agora recebem salário com prestações sociais, recebendo capacitações periodicamente, créditos com baixos juros, etc.

Com 60 milhões de pesos colombianos (1.000,00 COP = 1,19 BRL 13/05/2016) da prefeitura começaram as primeiras reformas das instalações (instalações de 1959), depois se fez um empréstimo para comprar um carro, atualmente já adquiriram o segundo (atualmente com 25 milhões do segundo ano de administração local e o terceiro com 38 para um estudo de caracterização da água, aqueduto de água e esgoto; uma importante ferramenta técnica para futuros projetos). Andrés Hoyos, junto com os associados, fez um diagnóstico, uma auditoria para saber que a organização estava literalmente em falência e com isto a moral dos trabalhadores foi muito difícil de se levantar. Uma das primeiras tarefas de Andrés Hoyos foi precisamente a de ter que mudar o ambiente do matadouro, arrumando e reformando o mesmo, dando uniformes e equipamento para o desenvolvimento da atividade. O que se vive neste ofício é sobretudo uma luta de classes socioeconômicas, Hoyos (2015) explica que o *Expendedor* é geralmente uma pessoa de alto padrão (maior acesso econômico e formação educativa), sendo o oposto do *Faenador* que possivelmente vem de um bairro marginal, com pouco acesso à educação (muitos sem educação do ensino fundamental) e com uma difícil situação econômica. Como salienta Hoyos (2015), foi uma tarefa difícil para que eles entendessem que o dinheiro não tinha nada a ver com a dignidade humana, o qual foi um acerto inserir no matadouro uma organização de economia solidária, pois o trabalho se revitaliza colocando-o por sobre o capital. De fato, a apropriação se ganhou a partir de pequenas ações, como a indumentária ou o conhecimento de seus direitos como trabalhadores, a mesma autoestima se teceu com o conhecimento de seu papel na sociedade, de saber que eles são importantes. Divulga-se e pratica-se uma participação horizontal sem uma hierarquia excludente, ou seja, uma divisão técnica do trabalho e, em geral, uma integração da comunidade aos processos da organização como sujeitos vitais. O investimento deve ser humano, reflete Hoyos (2015). Outro ganho a sublinhar é o avanço na autonomia financeira que tem a organização com respeito ao sistema de aporte e crédito do qual os associados acessam, o fundo rotativo é uma necessidade do associado que lhe permite melhorar sua qualidade de vida (com empréstimos de até 2 milhões de pesos colombianos), o fundo de aporte recolhe atualmente 200 mil pesos colombianos de aportes semanais que entram de novo em recirculação, com 14 milhões de pesos colombianos em empréstimos e 600 mil pesos colombianos semanais de aportes somados ao capital com juros de 1%. Aliás, a cooperativa faz parcerias com diferentes entidades, ou seja, oferecem-se serviços funerais, seguros de vida, entre outros.

Cabe ressaltar que ao redor do matadouro se consolidou um bairro de 35 casas, já que este tipo de atividade deixa muitos subprodutos que são procurados pela população. Mas também, o matadouro dá 10 empregos diretos, 8 *Faenadores*, um administrador e uma

secretária, um motorista como emprego indireto e o gerente da cooperativa (Andrés Hoyos), que é o encarregado da praça de mercado, as feiras de mercado, os *Expendedores*, o matadouro e a representação legal da cooperativa.

Atualmente os animais chegam desde diferentes municípios da região, contando com 50 reses de gado vindas desde Pereira, Viterbo, Supía, Antioquia, etc. Atualmente se abastece um 100% do mercado local e 50% aproximadamente do município de Santuário, também com vendas em Chocó, principalmente o município de Istmina. A organização tem a capacidade para refrigerar as reses com um quarto frio para 20 reses, frigorífico obtido com Oportunidades Rurales, dois carros para sua distribuição e diferentes pontos de venda. “Aliás, não estamos projetando-nos só no negócio do matadouro”, salienta Hoyos (2015), “Pensamos como cooperativa Multiactiva, quer dizer, a cooperativa está pensada para todo tipo de comerciantes, deste modo se abriram a diversos associados”, como, por exemplo, uma loja de venda de material de construção, restaurantes, pessoas naturais, entre outros, ademais é importante levar em conta que os motivos são diversos, os fruteiros, por exemplo, se associaram à cooperativa porque nunca tiveram uma representação, uma voz que garanta seus direitos. Este último ponto é importante, Hoyos (2015) compartilha o que imagina poderia ser a organização, atualmente tem 45 associados, embora pensamos poderia ser maior e ter a força suficiente para atuar politicamente (vivendas de interesse social, educação para os jovens, melhores condições no campo, etc.), hoje COOPGACOR é visto no município como uma empresa exemplar, como um patrimônio do município, parte dessa identidade é construída através de um coletivo organizado, 32 organizações de diferentes áreas, embora difundindo a mesma mensagem, que não é mais que a simples vontade de crer que sim é possível.

CAPÍTULO 4

AS PRÁTICAS DE INOVAÇÃO SOCIAL EM AMBIENTES SOLIDÁRIOS: FORMAS, MOVIMENTOS E CONTEÚDOS

4.1 Práticas de inovação social: formas, movimentos e conteúdos

Após apresentar uma reflexão teórico-conceitual realizada no primeiro capítulo e aproximando elementos dos principais processos e resultados que correspondem ao trabalho de campo (sete entrevistas e informações secundárias que alimentaram as matrizes), mostraremos os principais critérios selecionados e o campo relacional nos quais são dinamizados, com a finalidade de identificar e analisar as práticas de inovação social numa dinâmica territorial.

Para este fim, desenvolvemos uma técnica metodológica que denominamos de “Interfaces Territoriais para Estudos de Práticas de Inovação Social em Ambientes Solidários”, através da Matriz Conteúdo-Energia Intersubjetiva-Forma-Movimento (COENIFOM). Esta técnica se desdobra em 8 etapas e envolve elementos da Metodologia de Interfaces de FLACAM, especificamente do que denominamos aqui de “Forma da Interface” (Matriz-Elemento 4). Ela é uma elaboração de nossa autoria, em que utilizamos ademais os conceitos de *fixos* e *fluxos* trabalhados por Santos (1996). O total da técnica conforma-se de 4 Matrizes-Elemento, 6 Matrizes de Análise, 3 Quadros de Apoio, 9 Gráficos e um texto de análise dos resultados. Dita técnica nasce da necessidade de abordar um campo interdisciplinar bastante trabalhado teórica e empiricamente, porém, que carece de propostas metodológicas que permitam valorizar inovações sociais como grandes processos interativos e sobretudo com o intuito de estudá-lo, como fazemos nesta pesquisa, numa abordagem territorial.

Assim, elaboramos duas matrizes de escala maior e outras duas de escala menor (para dar coerência ao processo de transescalaridade anteriormente descrito), as duas primeiras no âmbito da análise da forma como aquilo que se apresenta no campo do visível, e do movimento como aquilo que imprime energia no desdobramento relacional dos objetos. Já com as duas matrizes de escala menor, estudamos a inovação a partir de uma lógica linguística que busca delimitar e precisar seus limites para num último momento da técnica metodológica, analisar a inovação de maneira integral frente à capacidade de interatuar como processo de economia solidária num entorno que denominamos, neste percurso, de ambiente (num uso muito simplificado, mas prático do conceito), para delimitar assim os alcances fora do controle direto que tem o sistema organizacional.

Os procedimentos aqui descritos são o resultado da informação coletada no trabalho de campo, com o intuito de retornar da melhor maneira possível pelo menos um pouco da complexidade que emerge das inovações, apesar das simplificações que normalmente fazemos da realidade. Propomos, neste sentido, considerar a processualidade do território em movimento da forma e o conteúdo e, sendo assim, compreender que as transformações qualitativas que um coletivo organizado provoca, ocorrem no espaço e tempo onde

identificamos as territorialidades. Finalmente, gostaríamos de esclarecer que esta técnica foi elaborada para refletir em ambientes de intensidade solidária, como âmbitos propícios para estudar práticas de inovação social, em que, sua estrutura corresponde a uma necessidade particular e a uma escolha teórico-metodológica, quaisquer alterações e reajustes futuros, serão bem-vindos para obter uma melhor aplicação e entendimento multidimensional das realidades das quais formam parte as inovações sociais.

Etapa 1: Definição das inovações sociais

A continuação será delimitada a inovação social através de dois passos: o primeiro é a atribuição da **Ação** no “Verbo” principal da inovação, a qual descreve seu processo; o(s) **Atributo(s)** da inovação, os quais apresentam as principais qualidades do processo, este será representado pelo(s) “Adjetivo(s)”, denominando-os de positivos ou negativos; e finalmente o(s) “Advérbio(s)”, com a capacidade de modificar a Ação (Verbo) e os Atributos (Adjetivos) dentro do que chamamos de **Tecido Circunstancial**, com a capacidade de quantificar, ordenar (afirmar, negar, questionar ou imprimir dúvida) e atribuir-lhe propriedades espaço-temporais à inovação. E um segundo passo é **A Inovação num Enunciado**, no qual se constrói uma sequência linguística que permite controlar a dinâmica verbal da inovação, para torná-la mais esclarecida, precisa e moldável. Este enunciado conta ademais com um **Texto de Apoio**, com o intuito de complementar o enunciado (com mais elementos verbais), o qual deve ser o mais conciso possível.

I. **Inovação Social:** Agrosolidaria Seccional Apía

Verbo principal: fortalecer as organizações.

Adjetivo(s) principal(is): visão integral.

Advérbio(s) principal(is): (+) aqui, além, ademais (-) depressa, ontem.

A inovação num enunciado: fortalecer as organizações através da visão integral de um circuito econômico solidário.

Texto de apoio: levando em conta seu papel solidário, para e sobre as empresas, esta inovação vai além, trabalhando-se para um desenvolvimento local; porém, sua constituição foi muito rápida e seu papel atualmente é a lembrança do que foi no passado (ontem).

II. **Inovação Social:** ASCRUD-COOPROCOMD

Verbo principal: gerir um modelo de comercialização.

Adjetivo(s) principal(is): autoconsumo organizado e eficaz.

Advérbio(s) principal(is): (+) dentro, constantemente, satisfatoriamente (-) dependentemente.

A inovação num enunciado: gerenciar um modelo de comercialização reticular através do autoconsumo organizado e eficaz.

Texto de apoio: é uma inovação que aproveita os recursos que ficam dentro da organização, atuando satisfatoriamente sobre as principais necessidades dos associados; não obstante, pode ser uma inovação dependentemente configurada e visualizada frente às ações e interesses de outros agentes.

III. Inovação Social: Agrosolidaria La Celia

Verbo principal: transformar o perfil produtivo.

Adjetivo(s) principal(is): bom governo, autônomo e socialmente legitimado, economia solidária autossustentável.

Advérbio(s) principal(is): (+) hoje, doravante (-) ainda, poderes intensamente influentes.

A inovação num enunciado: transformar o perfil produtivo do município através de um autogoverno alicerçado sobre o bem-estar.

Texto de apoio: em outras palavras, uma inovação com a capacidade de mudar (hoje e doravante) as relações sociais em uma economia mais solidária e autossustentável e um bom governo, autônomo e socialmente legitimado. A inovação tem que fazer frente à curta visão das duas forças intensamente poderosas (Prefeitura e Igreja) que ainda permanecem nos imaginários da população e, que em consequência, terminam configurando o território.

Etapa 2: Descrever as 4 Matrizes-Elemento: objetivos e indicadores

As matrizes M1 e M4 são as de maior alcance, suas escalas correspondem a uma visão mais geral do território e, de modo contrário, a matriz M2 está diretamente vinculada à inovação e a matriz M3 ao sentido mais solidário daquela inovação.

M1. Movimento da Interface

Objetivo: definir o campo reticular da interface através do movimento.

Indicador: grau de predominância dos fluxos e fixos através do contato (fixos=fluxos), concentração (fixos>fluxos) e intercâmbio (fluxos>fixos). Estes se representam em três interfaces: socioespacial, cultural e ecossistêmica.

M2. Conteúdo da Interface

Objetivo: substantivar o conteúdo (não no sentido gramatical estrito, mas sim na atribuição de substância) atribuindo-lhe uma designação nominal à ação (processo), ao atributo (qualidade) e ao tecido circunstancial (em propriedade principalmente espaço-temporal).

Indicador: grau de impacto da ação, atributo e tecido circunstancial da inovação sobre a relação dinâmica M1-M2. E o grau de densidade do conteúdo da ação, atributo e tecido circunstancial, dividido sobre a valoração obtida em relação M1-M2.

M3. Energia Intersubjetiva

Objetivo: definir as necessidades, desejos e projeções coletivas frente à Matriz de Análise Conteúdo-Forma-Movimento (COFOM).

Indicador: grau de permeabilidade organização-ambiente e ambiente-organização, caracterizada principalmente pela porosidade da inovação em duplo fluxo de influência, aqui não se mede o impacto, mas sim a intensidade em coerência e correspondência dos fluxos, transferências de energia e informação que determinam que tão aberta é a organização.

M4. Forma da Interface

Objetivo: definir a forma da interface a partir do visível, sendo uma interface Físico-Construída, Físico-Natural ou Social.

Indicador: grau de transgressão (como a ação de exceder ou ultrapassar) das interfaces de M4 sobre as interfaces de M1. Estas são expressadas como P (possibilita), OB (obstaculiza) e não intervém significativamente (NI).

Etapa 3: Indicadores e graus de intensidade (Quadros 2, 3 e 4)

Quadro 2 - Indicadores e intensidade do indicador

Símbolo	Descrição	Intensidade do indicador		
		Alta	Média	Baixa
Impac	Impacto			
Trans	Transgressão			
Perm	Permeabilidade			
Pred	Predominância			
ρ Trans	Densidade de Transgressão= Impc/Trans			
ρ Pred	Densidade de Predominância= Impc/Pred			
CO	Contato: Fixos=Fluxos	3	2	1
CC	Concentração: Fixos>Fluxos			
INT	Intercâmbio: Fluxos>Fixos			
P	Possibilita			
NI	Não intervém significativamente			
OB	Obstaculiza			

Fonte: Elaboração própria (2015)

Quadro 3 - Faixa da densidade

Faixa de densidades			
Densidades	0,0-0,99	1,0-1,99	2,0-3,0
	Baixa	Média	Alta

Fonte: Elaboração própria (2015)

Quadro 4 - Densidades por quadrantes da Matriz COFOM

Símbolo			Quadrante
Ação	Atributo	T. C	Nº
+	+	+	1
×	×	×	2
■	■	■	3
★	★	★	4
▲	▲	▲	5
○	○	○	6
⚡	⚡	⚡	7
☾	☾	☾	8
☾	☾	☾	9

Fonte: Elaboração própria (2015)

Etapa 4: Lista de componentes das variáveis

Nesta etapa são apresentados os principais elementos que escolhemos para compor cada uma das três variáveis que tem cada uma das Matrizes-Elemento. O objetivo aqui é delimitar através de elementos ou componentes, matrizes meramente relacionais e assim delimitar nossos subsistemas de referência, facilitando a construção mental de quem analisa.

M1. Movimento

- **Interface Sócio-espacial:** localização interurbana, nós, redes e malhas, lugares de interação, habitats e paisagens.
- **Interface Cultural:** significações, padrões comportamentais, códigos ético-morais e expressões culturais.
- **Interface Ecológica:** todos os sistemas naturais que intervêm intensamente nos processos sócio-espaciais, quer dizer, na produção e reprodução, lazer, extração, ou mesmo os valores cênicos da paisagem.

M2. Conteúdo

- **Ações:** as principais ações ou processos que definem a inovação expressadas em verbos, por exemplo: convergir, desenvolver, transformar, comunicar, gerir, fortalecer, etc.
- **Atributos:** os principais atributos que qualificam a inovação, referenciados pelos adjetivos, por exemplo: boa, rápida, eficiente, abrangente, integral, organizada, autônoma, etc.
- **Tecido Circunstancial:** são os advérbios que temporizam, espacializam, modificam, organizam, quantificam, afirmam, negam e questionam a ação e os atributos da inovação. Sua representação dependerá diretamente dos advérbios designados, sejam positivos ou negativos.

M3. Energia Intersubjetiva

- **Necessidades:** o que corresponde às necessidades humanas fundamentais (ratificando a ideia de Neef [1994]), segundo as necessidades existenciais (ser, ter, fazer e estar) e axiológicas (subsistência, proteção, afeto, entretenimento, lazer, participação, criação, identidade e liberdade) dos agentes que vivem a inovação.
- **Desejos:** os objetivos, interesses, sonhos, emoções, etc., que são comuns a uma coletividade e sua interação com a exterioridade, neste caso, o que denominamos de ambiente, ou seja, fora dos limites de jurisdição e controle do sistema organizacional.
- **Projeções:** o projeto a futuro da inovação conforme a interação de duplo fluxo organização-ambiente.

M4. Forma

- **Interface Físico-Construída:** sistema de transporte, serviços básicos, moradia, sistema de saúde e educação, etc.
- **Interface Físico-Natural:** bacias hidrográficas, unidades de conservação, topografia, reservas florestais, etc.
- **Interface Social:** são os processos de institucionalização da ação coletiva formal e informal, como esta se organiza, reconhece-se e legitima-se frente aos imaginários da população.

Etapa 5: Caminho metodológico

COFOM: na elaboração da Matriz de Análise Conteúdo-Forma-Movimento (ver etapa 6), explica-se o modo de proceder na elaboração e interpretação desta. O Conteúdo da Interface (M2) está diretamente relacionado com a organização interna da oração que define a inovação em suas três variáveis (verbo, adjetivo, advérbio) determinadas na Etapa 1. Antes de analisar o grau de impacto que tem cada uma destas variáveis, é indispensável determinar o tipo (Contato - CO, Concentração - CC e Intercâmbio - INT) e grau de intensidade (Alto, Médio, Baixo) da Predominância (Pred), a qual vai indicar a dinâmica relacional entre fixos e fluxos de

M1 (Movimento da Interface) sobre a M4 (Forma da Interface), a análise de cada quadrante (dos 9 quadrantes) dará como resultado um valor de Predominância independente da influência que possa ter a inovação, isto também acontece com o indicador de M4, que corresponde ao grau de transgressão da interface que será de tipo P (possibilita), NI (não intervém significativamente) ou OB (obstaculiza) e valorado no mesmo nível de intensidade, neste caso, a influência se exerce de M4 para M1 e expressa-se como Trans.

O segundo passo, como se explicou anteriormente, corresponde ao impacto que exercem as variáveis de M2 sobre a dinâmica integral da relação em duplo sentido M1-M4, ou seja, sobre a escala territorial expressada em Predominância e Transgressão do movimento e da forma sem separar os resultados. Uma vez assinado o valor de intensidade do Impacto (Impac), elaboram-se os indicadores de Densidade de Predominância (ρ Pred) e Transgressão (ρ Trans), os quais consistem em dividir o Impacto obtido em cada variável de M2 pelo valor de Predominância e Transgressão separadamente. Os valores obtêm um grau de intensidade conforme se apresentou no Quadro 2 da Etapa 3. O principal papel da densidade é mostrar como a concentração do impacto pode ser maior, igual ou inferior em relação ao contexto do movimento e das formas, em outras palavras, diluindo a inovação em sua expressão de Ação, Atributo e Tecido Circunstancial de menor escala, sobre as interfaces de maior escala em termos de fluxos e fixos em dinâmica e em corporização (visibilidade). Finalmente, lembremos da importância de não esquecer de levar em conta a lista de componentes das variáveis definidas na Etapa 4, para facilitar o construto mental no relacionamento e valoração das interfaces.

COENIFOM: o passo a seguir é a leitura de M3 (Matriz de Energia Intersubjetiva) como elemento representativo dos valores coletivos dos quais se alimenta a economia solidária. Depois de analisar duas matrizes de escala maior e uma delimitada pela inovação, o resultado foi o que denominamos de Matriz de Análise COFOM, nesta esteira, a elaboração da Matriz COENIFOM (Conteúdo-Energia Intersubjetiva-Forma-Movimento) partirá do resultado de Predominância e Transgressão e das médias aritméticas das densidades (\bar{x} ρ Pred e \bar{x} ρ Trans) designadas para cada quadrante, deste jeito, a M3 representada pelas variáveis de Necessidades, Desejos e Projeções, adquirirá um valor de Permeabilidade (Perm) valorado na mesma faixa de intensidades antes utilizada. A finalidade deste indicador é mostrar como a porosidade da organização permite um fluxo coerente entre as Necessidades, Desejos e Projeções da inovação em conjunto (já não mais separada, por isso utilizamos a média das densidades para tirar um valor representativo) com o ambiente, quer dizer, com a externalidade do sistema organizacional. A leitura deve ser feita em direção horizontal para somar o valor de cada variável sobre todos os quadrantes em direção vertical, para conhecer o valor de cada quadrante sobre o total da Matriz Intersubjetiva (M3). Em termos gerais, este exercício permite analisar como as práticas de inovação social atuam em um ambiente de economia solidária, retroalimentando-se e formando parte simultaneamente de uma construção territorial.

4.2 As práticas de inovação social num campo de relações de força territorial: Conteúdo-Energia Intersubjetiva-Forma-Movimento.

Neste subtítulo, apresentaremos a Etapa 6 elaborando a Matriz de Análise COFOM e a COENIFOM para cada inovação identificada, já para a Etapa 7 mostraremos os gráficos que resultaram destas duas matrizes, para finalmente concluir com a análise dos resultados apresentados na Etapa 8 da técnica metodológica proposta.

Etapa 6: Matrizes de Análise COFOM e COENIFOM (todas de elaboração própria) (Apêndice C)

Nota: As numerações de 1 a 3 das Matrizes COFOM e COENIFOM em quadros e gráficos, correspondem com as inovações descritas na **Etapa 1**. Ver o resto da **Etapa 6** e toda a **Etapa 7** no Apêndice C que contém a figura 10, os gráficos 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15 e as Matrizes 1, 2, 3, 4, 5, 6.

Etapa 8: Análise dos resultados

Primeira Inovação: Agrosolidaria Seccional Apía

Com o Gráfico 7 obtivemos um resumo da interação das matrizes de Movimento e Forma, M1 e M4 respectivamente, em termos gerais, observam-se 5 quadrantes na área de Intercâmbio entre os valores 2 e 3 de intensidade, por exemplo, no Quadrante 1 na interação da Interface Sócio-espacial em relação à Interface Físico-Construída caracteriza-se pela predominância dos fluxos, principalmente representados nas redes do município, a plataforma físico-construída, não obstante, obstaculiza com uma intensidade Média o desenvolvimento de muitos processos dentro de Apía, um exemplo disso é o estado das estradas que o comunicam com o resto do Departamento. No caso das interfaces Cultural e Ecossistêmica em relação com as variáveis de M4, ou seja, a Físico-Natural e a Social, podemos analisar como o Intercâmbio responde a um indicador que possibilita aproveitar as vantagens naturais da região para o desenvolvimento de ecossistemas de produção que desencadeiam num processo de institucionalização e legitimação social, em outras palavras, a Interface Cultural representa os movimentos de autonomia e poder conquistados com a organização.

Outros aspectos a ressaltar são os de Contato (CO), em que os fluxos e fixos são relativamente iguais, no caso da Interface Físico-Construída, note-se que mesmo contando com uma boa atividade representada em objetos e ações, os fluxos dos produtos (como o café, banana-da-terra, carne, etc.) que precisam ser comercializados fora do município são obstaculizados muitas vezes pelas condições climáticas ou pela manutenção de rodovias que não permite uma adequada mobilidade.

Com o Gráfico 10 podemos terminar de analisar os resultados obtidos na COFOM 1. Aqui a inovação ganha relevância e, como se explicou na Etapa 1, a ação principal é fortalecer as organizações com o atributo de ter uma visão integral, neste sentido, as densidades dão-nos a capacidade de valorar o Impacto das variáveis de M2 em contexto, sobre as forças que exerce o território. Nesta análise nenhuma variável obteve uma densidade de Predominância Alta, porém, muitas se concentraram na intensidade Média, intensidade que no caso dos quadrantes

4, 7, 9 e 5 estão em indicadores de Predominância e Transgressão simultaneamente em relação à ação e, além do mais, no sentido da transgressão, possibilita; isto quer dizer que fortalecer as organizações é um processo altamente eficiente em duplo sentido Movimento-Forma nas relações das Interfaces: Ecológica e Cultural com a Físico-Natural, e a Sócio-espacial com a Social. Este primeiro resultado apresenta uma inovação na qual o sistema produtivo representa cada vez mais a voz da população organizada, legitimando processos de ampla e longa visão. Na formação de redes, nós e malhas de interação, ademais ressalta-se uma Interface Cultural que denota responsabilidade ambiental.

Neste último aspecto, o Quadrante 9 (Interface Ecológica-Interface Social) mostra como se institucionalizam diferentes processos em torno a um sistema produtivo, no qual tanto a Ação como o Atributo e o Tecido Circunstancial permitem um ótimo desenvolvimento por parte da inovação. O que não acontece com o Quadrante 3, no qual se concentram os fixos e a densidade de Transgressão média é obstaculizada nas três variáveis de M2 com as condições de infraestrutura que não permitem as melhores condições para viabilizar e dinamizar a inovação social.

Finalmente com o Gráfico 13 podemos analisar a inovação social e seu papel solidário segundo o referencial teórico trabalhado, quer dizer, a partir da noção de Energia Intersubjetiva. Para elaborar a Matriz de Análise COENIFOM 1, recolhemos elementos da matriz anterior, sobretudo os valores de densidade em uma média de densidade de Predominância e Transgressão, com isto, é possível integralizar a inovação com um indicador de Permeabilidade (Perm). Como principal resultado se tem que as necessidades são em definitivo altamente permeáveis, algo compreensível porque o município é pequeno e as organizações, principalmente do setor solidário, têm ganhado com o tempo um espaço na tomada de decisões políticas do território, e, apesar disso, tanto os desejos quanto as projeções sofrem com o Tecido Circunstancial, os “depressa” e os “ontem” da inovação fazem com que Agrosolidaria não desempenhe o papel que outrora desempenhava; deste modo, é notável o poder que exercem as três organizações no território, mas supor que o atributo da visão integral seja hoje um exercício terminado é, de fato, um processo ainda por atingir.

Segunda Inovação: ASCRUD-COOPROCOMD

Conforme se apresentou no Gráfico 8, as variáveis de M1 se caracterizam pela Concentração, num entorno de reciprocidade, os Quadrantes 8, 7, 5 e 4 dinamizam esforços na conformação de redes, mas a plataforma Físico-Natural concentra, e a Físico-Construída obstaculiza (Quadrante 2) tanto na formação dessas redes, quanto no desenvolvimento da interface ecológica como um projeto institucional (Quadrante 9). Num aspecto mais geral, o contexto onde se insere esta inovação pela sua condição de ser mais urbana e de se organizar numa rede de quatro organizações (a cooperativa de Dosquebradas, Guática, Marsella e Belén de Umbría), duas da Sub-região I e outras duas da Sub-região II, tanto a distância quanto os mesmos custos e tempos de mobilização fazem desta uma inovação ainda muito local.

Aliás, no Gráfico 11 em que se analisam as densidades por variáveis de M2, notamos que a Interface Ecológica se desenvolve mais por Contato nos Quadrantes 3 e 9, isto quer dizer, gerir um modelo de comercialização através do autoconsumo organizado, se bem que ganha nestes quadrantes em Tecido Circunstancial (dentro, satisfatoriamente e constantemente) a

Interface Físico-Construída e Social, obstaculizando em muitos casos o que poderia ser um melhor avanço para estes processos sócio-espaciais, já no Quadrante 6, em relação à Interface Físico-Natural, os processos de comercialização são bastante dinâmicos em fluxos e possibilidades em desenvolvimento, principalmente por ter uma plataforma biofísica em proximidade com os atributos urbanos.

Por outro lado, os Quadrantes 4 e 7 que correspondem à relação de densidades Pred e Trans de média intensidade da Interface Sócio-espacial com as Interfaces Físico-Natural e Social de M4, observa-se num contexto determinado pela concentração e possibilidade, no qual a ação de gerir um modelo de comercialização reticular e com a qualidade de que este seja desenvolvido a partir de um autoconsumo organizado e eficaz, permite inserir, aos poucos, um plano de vida com características endógenas que começa a permear cultural e socialmente uma institucionalidade formal, e informal em alguns casos, em um circuito econômico solidário, demandante de apoio por parte dos organismos públicos e privados do Departamento e, doravante, um polo de poder e desenvolvimento regional mais autônomo e autossustentável.

Para finalizar esta análise, é importante mostrar como em relação à inovação de Agrosolidaria Seccional Apía, o Gráfico 14 apresenta umas Necessidades e Desejos (COENIFOM 2) por debaixo dos resultados obtidos na COENIFOM1, porém, com umas projeções maiores, isto pode-se explicar pelo fato de que a inovação ASCRUD-COOPROCOMD tem que se dinamizar num contexto urbano e de menor ingerência por parte da organização, a permeabilidade das Necessidades e Desejos é parcialmente intensa, não obstante as projeções alimentam-se de um Tecido Circunstancial favorável, já que a atuação é permanente e constante e, aos poucos, poderá impactar com maior força sobre o complexo territorial, isto é, com um plano sistemático de gestão política.

Terceira Inovação: Agrosolidaria La Celia

Como se apresentou no Gráfico 9, o município La Celia caracteriza-se pela Concentração, sobretudo nas Interfaces Sócio-espacial e Cultural em relação às Interfaces Físico-Construída, Físico-Natural e Social, isto indica que o município se obstaculiza em nível principalmente de infraestrutura e institucional, pois não se conta com respaldo significativo para desenvolver muitos processos internos, entretanto, novos espaços de intercâmbio, redes e em geral novos imaginários ganham relevância no tecido relacional da população, de fato, muitos processos têm provocado mais mudanças na Interface Cultural em relação à percepção mesma do desenvolvimento, que em resultados tangíveis e concretos.

De outro lado, numa leitura baseada nos resultados obtidos no Gráfico 12 que mostra as densidades por variáveis da Matriz-Elemento Conteúdo da Interface (M2), das variáveis antes mencionadas, ressaltamos com numa densidade média de 1,5 em ρ Trans e ρ Pred num contexto que Concentra (CC=2) e Possibilita (P=3) o Quadrante 5, em que a ação de transformar o perfil produtivo num Tecido Circunstancial atual (hoje), mas progressivo (futuro), permite que a Interface Cultural dentro das significações que esta possa conter, possibilite visualizar mudanças no futuro não somente na Interface Físico-Natural e Construída, também na legitimidade social que a inovação está ganhando. Por exemplo, nos quadrantes 8 e 9 não só a ação e o Tecido Circunstancial que caracterizam a inovação são muito relevantes, os atributos de promulgar e praticar uma economia solidária autossustentável e menos dependente do

mercado externo leva a projetar um futuro autogoverno em mãos de um coletivo que atua legitimamente e com maior autonomia sobre os principais processos do território.

Com a pontuação das Projeções mais alta em relação às outras inovações como se apresenta no Gráfico 15 e na Matriz 6 COENIFOM 3, em definitivo o Tecido Circunstancial permite valorizar o papel que possivelmente vai ter a inovação no futuro, o que não aconteceu com as Necessidades e Desejos, que, com a pontuação mais baixa com respeito às outras duas inovações, fica bastante esclarecida a força de contramão que exerce o contexto político alicerçado sobre os dois poderes antes apresentados (igreja e prefeitura), que ademais configuram o território. Neste caso, só o Quadrante 9 obteve uma valoração alta em grau de permeabilidade, ou seja, a Interface Ecológica frente à Interface Social, principalmente na ação e atributos (transformar o perfil produtivo através do bom governo, autônomo e legitimado socialmente e a partir de uma economia solidária autossustentável), influencia em dupla via o que poderíamos considerar como a processualidade e temporalidade do ambiente no qual se encontra inserida a inovação, essa alta coerência e convicção que tem a organização para atuar, convocar e projetar-se, atingirá sem dúvida, no futuro, um desenvolvimento mais justo, equitativo, consciente e autônomo.

CAPÍTULO 5

O TRABALHO COMO INTERFACE METABÓLICA: A PRÁXIS DE UMA REDE DE INTEGRAÇÃO E UM MODELO DE EMPREENHIMENTO SOCIAL MISTO

5.1 Uma aproximação teórica do trabalho solidário

Para o desenvolvimento do quinto capítulo, precisaremos, neste segmento, analisar o papel do trabalho na economia solidária como um elemento diferenciador na estrutura interna do CES, e na caracterização da “solidariedade” como processo central nas territorialidades.

Como pode um mecanismo de sobrevivência uma função e necessidade do ser humano de manter-se com vida, tornar-se um processo de tão grande complexidade? O trabalho é, sem dúvida, essencial na existência do homem, embora a divisão do trabalho; a posse da terra, dos meios de produção e da força de trabalho; o controle do capital; o trabalho subsumido e subordinado e assalariado, etc., formem processos de exploração, adaptação e transformação da natureza, num jogo de classes, de poderes, de acumulação e privilégios, tanto assim que a liberação e a focalização de energia, que entregam cada indivíduo a uma grande “engrenagem societária”, manteriam as normas e condições com as quais os grandes sistemas “territoriais” entrariam em funcionamento. Eis uma separação marcante nos modos de produção e o principal testemunho das mudanças efervescentes da economia solidária, o resgate do trabalho como processo reivindicador de uma justiça social.

Para poder entender as múltiplas tentativas de conformação de uma nova ordem econômica e social, devemos encaixar as estruturas relacionais predominantes da sociedade em grandes formações históricas. Nesse aspecto, a categoria utilizada por Marx de “modo de produção” apresenta diferentes determinações que se encontram no modo como os indivíduos de uma sociedade se organizam, na forma que estes assumem as relações sociais de produção (produção, distribuição e consumo dos bens materiais) em correspondência com um estado histórico de desenvolvimento das forças produtivas (GAIGER, 2003).

Com respeito ao modo material de produção, Godelier (1981) explica como os meios materiais fazem parte dos arranjos sociais do trabalho, processo que determina o agir dos homens sobre a natureza, alterando o modo como eles a apropriam, alterando assim a formação social que tem cada sociedade em resposta a diferentes necessidades de desenvolvimento. Formação que lhe dará traços históricos à dinâmica de relacionamento do trabalho na reprodução de bens e serviços, distribuição e consumo. No que tange ao modo de produção capitalista, Gaiger (2003, p. 7) apresenta quatro características da vida econômica:

- a) um regime de produção de mercadorias, de produtos que não visam senão ao mercado; b) a separação entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores, desprovidos e objetivamente apartados daqueles meios; c) a conversão da força de trabalho igualmente em mercadoria, sob forma de trabalho assalariado; d) a extração da mais-valia, sobre o trabalho assim cedido ao detentor dos meios de produção, como meio para a ampliação incessante do valor investido na produção. O capitalismo está fundado numa relação social, entre indivíduos

desigualmente posicionados face aos meios de produção e às condições de posta em valor de sua capacidade de trabalho.

Este modo de produção reproduz desigualdades num aparente jogo aberto e desregulado, em que as condições históricas criaram atores desiguais em termos de recursos e poderes, a separação entre capital e trabalho, o processo de apropriação e acumulação privada que geram conseqüentemente ingressos díspares que subordinam ascendentemente o trabalho ao capital (SANTOS; RODRIGUEZ, 2007). As mesmas relações individualistas de concorrência do qual depende o mercado, ou melhor, alimenta-se, produz formas de sociabilidade empobrecidas que se suportam em detrimento de outrem.

A estrutura deste modo de produção está determinada por umas relações sociais de produção que não só afetam o modo como se apropria a natureza, é a natureza mesma das relações sociais as quais se manifestam em forma de sobre-exploração, e captação por parte dos detentores dos meios de produção e do capital da mais-valia e excedentes vindos da força de trabalho.

Cabe esclarecer as tentativas de emancipação e associativismo do século XIX, e ainda os aportes intelectuais do século XVIII que adubaram a base do que hoje chamam de “outras economias” ou “economias alternativas”. “Referimo-nos ao Iluminismo e aos conceitos relacionados com a liberdade política, com a igualdade e com a separação dos poderes que compõem o Estado, e que foram desenvolvidos por filósofos como Voltaire, Rousseau, Montesquieu, etc.” (ZAAR, 2013, p. 2). Ideias que serviriam de referência teórica para diferentes tipos de movimentos sociais, processos de emancipação e insurreição que tentaram acabar com as estruturas absolutistas que dominavam grande parte da Europa. Aliás, o pensamento liberal trouxe uma nova concepção do trabalho (liberdade individual, propriedade privada e livre concorrência) ao século XIX, em que o associacionismo melhorou as condições de vida sem alterar o *status quo*, fomentando o consumo e o lucro do setor produtivo (ZAAR, 2013).

O discurso socialista adotaria posteriormente este tipo de experiências, de uma proletarização do trabalho que trouxe consigo as primeiras cooperativas. Segundo Zaar (2013), há algumas diferenças substanciais no pensamento socialista; por um lado, o socialismo utópico idealizado por Saint Simon, Charles Fourier e por Robert Owen impulsando fortemente o associativismo e a cooperação, principalmente Robert Owen com a experiência da cooperativa de Rochdale que alcançaria um êxito notável; e durante a segunda metade do século XIX o anarquismo com Proudhon, Bakunin e Kropotkin defendendo a liberdade individual através do coletivismo e o marxismo-leninismo dentro das chamadas teorias científicas e revolucionárias reclamando liberdade e igualdade frente às instituições e defendendo a tomada do poder do Estado pelo proletariado.

Anarquistas como Pierre-Joseph Proudhon trouxeram aportes muito importantes no pensamento da época, desde a negação da propriedade, do trabalho alienante e do Estado, assim como sucessores muito relevantes, tais como Peter Kropotkin e Mij ail Bakunin. Este último “Defendia a tese que o indivíduo necessitava ser livre para realizar-se, o que para ele

significava viver em comunidades não deformadas pela propriedade, pela exploração e pela autoridade” (ZAAR, 2013). Em resumo, a partir do século XIX, e com grande poder ideológico, o socialismo começa a olhar para os processos de cooperação em que a esquerda e seus movimentos de emancipação começam a se tornar muito relevantes no jogo geopolítico, sobretudo na segunda metade do século XX com a bipolarização do mundo no decorrer da guerra fria.

Sejam no controle do poder, ou da coletivização de indivíduos que buscam a liberdade (política, econômica, social e religiosa), desenvolvida por obreiros, camponeses artesãos ou simplesmente intelectuais, os processos de cooperação, sem dúvida, alimentaram-se destas primeiras iniciativas, porém, a economia social e solidária daria um passo muito importante, não só nas expressões éticas da economia, mas também na formação de novas estruturas de relacionamento econômico, o que talvez o cooperativismo havia evadido historicamente, em palavras de Razeto (2007), “Muchas de las debilidades del cooperativismo y de otros modos ‘no-capitalistas’ se originan en esta dificultad para asumir conceptos económicos necesarios”.

As respostas destes diferentes movimentos na segunda metade do século XX vêm determinadas por uma virada no ponto de gravitação do capitalismo, sistema de acumulação que, como explicam Serrano e Mutuberría (2010), na década de 1960, deixa de ter o papel preponderante do Estado, em que o mercado passa a ser autorregulado. Fatos importantes como a expansão do mercado financeiro e a crise do petróleo contribuíram à mudança.

Em termos gerais, a América Latina responde ao novo panorama, na década de 1970 e 1980 entraria com grande força o modelo neoliberal com um abandono progressivo do modelo de Industrialização por Substituição de Importações e na década de 1990 com a entrada do Consenso de Washington o qual estabeleceu, em palavras de Serrano e Mutuberría (2010), um decálogo sob a Teoria Modernizadora do Estado, com medidas de disciplina fiscal, gestão privada dos meios de produção, promoção da propriedade privada, liberação da taxa de juros e desregulação dos mercados financeiros e abertura do comércio mundial. Os movimentos de solidariedade autodenominados de “economia solidária” ganham voz internacional com o Encuentro Latinoamericano de Cultura y Socioeconomía Solidarias que aconteceu em Porto Alegre em 1998, ou o Fórum Social Mundial em 2001 que daria passo à formação das políticas de economia solidária neste país, e com novos encontros na formação de redes mundiais.

Conforme o apresentado, questionamo-nos quais seriam as principais características da economia solidária que, enaltecendo o papel do trabalho sobre o capital, apresenta-se como uma alternativa viável ao modo de produção capitalista? Em primeiro lugar trazemos no debate três conceitos, princípios ou formas de integração social que fundamentam a economia solidária: *reciprocidade, redistribuição e troca*. O conceito de reciprocidade denota cooperação, compartilhamento entre duas ou mais partes, visto como uma norma ou pacto social na qual entram em jogo vários princípios, normas e valores éticos, sendo para autores como Polanyi (1975), um movimento de correlação de grupos sociais simétricos. Por outro lado, alguns autores defendem a ideia de que “O princípio de reciprocidade não se limita a uma relação de dádiva/contradáviva entre pares ou grupos sociais simétricos” (SABOURIN, 2015, p. 9). Podendo, ademais, assumir uma forma positiva ou negativa (ciclos de vingança), analisada em termos de estrutura na geração de diferentes valores ou em diferentes planos de reciprocidade

(real, simbólico, imaginário); ou de acordo com Temple (1998), classificada como reciprocidade binária (cara a cara) e reciprocidade ternária envolvendo pelo menos três partes (SABOURIN, 2015).

Aliás, a redistribuição corresponde “Aos movimentos de apropriação em direção de um centro e, em seguida, deste em direção ao exterior” (POLANYI, 1975, p. 245). Este denotaria um centro de poder, o qual é assumido usualmente pelo Estado. No entanto, a troca corresponde a um sistema de mercado de oferta e demanda, no qual se desenvolve a concorrência e a formação dos preços. Como salienta Sabourin (2015, p. 7), essas três formas de integração social para Karl Polanyi, “Não são lineares nem exclusivas e não correspondem a estágios de desenvolvimento [...] Elas coexistem em quase todos os sistemas econômicos, embora uma dentre elas possa ser predominante”.

Com estes elementos podemos construir um marco comparativo entre a economia solidária e o modo de produção capitalista, principalmente desde uma globalização neoliberal. Para começar, o citado autor Sabourin (2015, p. 16) traz a argumentação de Eme & Laville (1996), Laville (2000, 2003), Cattani (2003) e França Filho (2006) o princípio de hibridação “Entre as três formas da economia plural herdadas de Polanyi: reciprocidade, redistribuição e troca”, o que Sabourin (2015, p. 16) decide denominar de “sistema misto”, “Que pode se aplicar às situações nas quais coabitam relações de reciprocidade e de troca, o que corresponde à maioria das nossas sociedades contemporâneas”. De acordo com a reflexão esboçada por Gaiger (2003, p. 22), esta nova forma de produção “Não estaria criando uma nova base técnica em sentido estrito, mas sim em vias de absorver soluções já disponíveis, convertendo-as à sua lógica própria”.

Na continuação desenvolveremos cinco aspectos que caracterizam a economia solidária como realidade e proposta diferenciadora, a qual dentro ou fora do modelo sócioeconômico dominante, apresenta sim, uns elementos próprios e facilmente delimitáveis.

a) Propriedade social e coletiva

Na diferença do capitalismo, na economia solidária defende-se a coletivização dos meios de produção em que o trabalho e a posse destes se mantêm concatenados, do mesmo modo que o trabalho e o capital, os quais estão “Fundidos porque todos os que trabalham são proprietários da empresa e não há proprietários que não trabalhem na empresa. E a propriedade da empresa é dividida por igual entre todos os trabalhadores” (SINGER 2002, p. 82), o que resultará numa distribuição mais equitativa da renda, em que acompanhado de processos de autogestão, formará uma organização sólida e sustentável no tempo.

b) Poder de decisão, poder de transformação

Um primeiro componente e princípio da economia solidária herdada do cooperativismo é a democratização nas tomadas de decisões, autonomia que atua desde uma lógica de relacionamento horizontal. “O controle do empreendimento e o poder de decisão pertencem à sociedade de trabalhadores, em regime de paridade de direitos” (GAIGER, 2003). Um segundo nível do poder ao interior da organização exterioriza-se em energia transformadora, o poder emancipador e questionador que tem a economia solidária apresenta,

como salienta Azevedo (2014, p. 18), uma natureza política na “Medida em que impulsiona a efetivação de relações sociais pautadas na descentralização do poder e na igualdade de direitos entre os sujeitos sociais”. Agrega o autor que este tipo de práticas pode em longo prazo colocar os “Homens simples, que vivem os tempos históricos lentos, imersos muitas vezes na pobreza, ou nas desigualdades e injustiças sociais, em se organizarem e, por conseguinte, superarem tais vulnerabilidades”.

Não estaria demais esclarecer com a intervenção de Serrano e Mutuberría (2010) dois enfoques que tecem o papel da economia solidária frente ao sistema capitalista. De um lado um primeiro enfoque se concebe dentro do mesmo capitalismo, aqui se sublinha como uma economia de pobres e para pobres; além disso, reduz-se a um sistema de garantias de direitos sociais fornecidos sob a tutela do Estado de Bem-estar; finalmente a economia social adquire a reduzida forma de cooperativa. O segundo enfoque faz alusão às práticas de transformação e emancipação, destacando o caráter social da economia como um atributo na produção de sociedades e não apenas de utilidades econômicas, já que estão se gerando constantemente valores de uso para satisfazer necessidades geralmente de base territorial, étnica, social ou cultural (CORAGGIO, 2002).

c) Cooperação e autogestão: dois poderosos legitimadores

A autogestão da qual faremos referência é de natureza cooperativa, esta espécie de reciprocidade, como assinala Guerra (2002, p. 230, tradução nossa), é de transferência bidirecional múltipla, de “Bens aportados por sujeitos individuais para um sujeito coletivo do qual formam parte”. Como explica Gaiger (2003, p. 192), a cooperação na gestão e no trabalho, em lugar de opor-se à eficiência, “Atua como vetor de racionalização do processo produtivo, com efeitos tangíveis e vantagens reais, comparativamente ao trabalho individual e à cooperação, entre os assalariados, induzida pela empresa capitalista”. Este tipo de empresa é o que poderíamos denominar, conforme a proposta de Puga e Luna (2012), de associação de alta complexidade, contando com um alto grau de autonomia, interdependência e dinamismo, tanto internamente, como entre outras organizações.

O processo de autogestão claro que tem interesses por parte dos trabalhadores, o motor desses interesses; estes são o desenvolvimento do bem-estar individual e coletivo em demanda de necessidades outrora afastadas de uma possibilidade real de satisfação. Segundo Sabourin (2015, p. 19), na teoria da reciprocidade desenvolvida por Temple (1997), “Esses valores humanos não são dados, devem ser constituídos. São precisamente gerados e reproduzidos pela institucionalização dos ciclos de reciprocidade e de redistribuição em estruturas, não apenas sociais, mas, também, econômicas”. O que Gaiger (2001) denomina de um empreendimento associativo autogestionário vai depender da densidade dos vínculos coletivos que podem atingir a socialização total dos meios de produção sobrepondo-os aos interesses de cada indivíduo.

d) A centralidade do trabalho na economia solidária

Este ponto é basilar na compreensão do papel do trabalho na diferenciação dada entre um e outro modo de produção. O trabalho apresenta-se como uma chave de saída na reivindicação do homem quando se concatena com as forças produtivas, os excedentes antes captados pelo sujeito detentor do capital agora são reinvestidos em uma organização de posse coletiva, de poder sobre os meios de produção, esta nova capacidade de resiliência responde á influência do mercado com uma complexa rede de fatores produtivos subordinados ao poder cooperativo de autogestão, nesta ocasião o capital responde às necessidades dos trabalhadores, pois são estes quem comandam as decisões da empresa; já não mais serão necessidades exclusivamente monetárias, fundam-se na integralidade de sujeitos pensantes e atuantes que aprendem a se reconhecerem como sujeitos produtores de sociedade.

Neste aspecto, “O trabalho se constitui numa categoria central e fundante, forma originária do ser social, porque possibilita a síntese entre teleologia e causalidade, que dá origem ao ser social” (ANTUNES, 2005, p. 151). Razeto (1993) define o trabalho considerando-o como atividade e meio principal a partir do qual o homem desenvolve suas potencialidades conforme apreende a sua própria realidade e a transforma segundo suas necessidades e objetivos, manifestando e acrescentando sua criatividade para abrir o caminho do conhecimento, humanizando o mundo, e autoconstrói-se em níveis ascendentes de subjetividade. Com este papel central que adquire o trabalho, a economia solidária como uma nova racionalidade, contrapõe o caráter individual e egoísta nas relações de produção promovidas pelo capitalismo, assim, surge um novo reconhecimento sobre os custos sociais subjacentes nos objetos produzidos, comercializados, consumidos e expulsos, sob este reconhecimento a síntese por trás produzida enaltece o papel do trabalho em um novo marco relacional.

e) O “prosumo”: a poesia criadora do consumo

O consumo apresenta-se como o eterno comum denominador de todos os elos produtivos, separado da produção segundo Toffler, na revolução industrial na chamada segunda onda, em que o valor de uso passa a ser substituído pelo valor de troca, excluindo labores como o de tipo doméstico (CONILL et al. 2010). Como alternativa ao consumo tradicional, diversos aspectos ganham relevância, eis que o papel da cooperação, dos processos horizontais, o reconhecimento e valorização dos saberes locais, os circuitos de proximidade produtor-consumidor, o desenvolvimento local, entre outros, tornam-se fundamentais para os outros modos de vida.

O conceito de “prosumo” foi abordado por Marshall McLuhan na década de 1970, por Alvin Toffler com o termo “prosumidores” em 1980, Philip Kotler no ano de 1986 e recentemente por Tapscott em 2006 e 2009, como explica Conill (2010), sofrendo assim diversas alterações, o conceito denota basicamente uma confluência entre o consumo e a produção, seja em termos de consumo próprio, participação ativa, contínua e integrada por parte dos produtores e consumidores. “El prosumidor es aquella persona que se piensa a sí

misma como persona que recibe y que ofrece, que necesita y que da, que consume y que produce [...] porque todos consumimos y todos podemos producir” (CONILL et al., 2010, p. 158).

Um dos principais elementos do consumo na economia solidária é a dimensão local, favorecendo, deste modo, a disponibilidade de recursos, os saberes populares e, em geral, todo o entorno de relações que felicitam um contato mais próximo entre a produção e o consumo, além de incentivar circuitos curtos de produção onde o ator local é promotor ativo de um sistema de reciprocidade bidirecional densamente social e de baixos custos socioambientais. Finalmente, o consumo local lhe dá “rosto” e responsabilidade aos atores que participam nesse “pacto comercial”, e é de vital importância conhecer o verdadeiro valor dos objetos, pois quem assume realmente o custo de um produto barato? Daí a importância de sintetizar a racionalidade solidária de um alto nível de consciência no processo de intercâmbio como processo criativo.

A partir do exposto, tentamos dar algum grau de relevância ao papel do trabalho na economia solidária, olhar para o modo como se pluraliza a economia, a atitude e condições dos sujeitos que procuram dar respostas a um mundo desigual e individualizado, possibilita compreender as feições do metabolismo mediador cultura-ecossistema para estabelecer, assim, um diálogo entre a economia solidária como organizadora de vontades colaborativas e as inovações sociais como um significado valorativo que marca as espirais transformadoras dos territórios, as quais estarão sempre presas dos meios e fins estabelecidos pelo trabalho.

5.2 Inovação na construção de territorialidades: a ação técnica e simbólica

Nesta etapa do capítulo, desenvolve-se a parte empírica do objetivo 2: “Analisar o caráter instrumentalizador da inovação na construção de territorialidades vinculadas à ação técnica e simbólica do trabalho no circuito econômico solidário”. O qual se realizou por meio de quatro questionários-entrevistas (o que poderíamos chamar de entrevistas estruturadas) e sete entrevistas focadas no circuito Ascrud-Cooprocomd incluindo neste Coopropaz-Aquí Somos Paz, o motivo da escolha deste circuito e não dos outros dois é o nível de desenvolvimento que tem frente aos outros. No que respeita aos questionários, foram executados através de duas etapas apresentadas a seguir:

Etapa 1) : interdependências do capital territorial na escala relacional: produção, transformação distribuição-comercialização e valor agregado territorial. Dando como resultado a caracterização da percepção que se tem do capital territorial do circuito econômico solidário na descrição dos espaços de dependência e dos espaços de ação. De acordo com a coletânea de Dematteis e Governa (2005), extraímos diferentes elementos que conformam a etapa para poder explicá-la.

Capital Territorial: conjunto localizado de bens comuns que produzem vantagens coletivas não divisíveis nem apropriáveis privadamente (DEMATTEIS; GOVERNA, 2005).

Bens Relacionais: instrumentos ativos da valorização local que implicam a mediação da ação coletiva (STORPER 1997 apud DEMATTEIS; GOVERNA, 2005).

Espaços de dependência: divisão política e território político regulado. São definidos nas relações sociais, mais ou menos localizados, em que os sujeitos locais dependem da realização de interesses essenciais e pela qual não há substitutos noutra parte. Estas relações definem condições locais para o benefício material dos sujeitos e para a atribuição de uma identidade territorial (SANTANGELO, 2005).

Espaços de ação: ligados às construções de redes transescalares de sujeitos, assim podem "saltare le scale" e conhecer e fazer suas próprias logicas que pertencem a um nível territorial diverso. Além de estarem ligadas a determinadas estratégias (desenvolvimento transescalar), caracterizam a ação coletiva territorializada. Deste modo, são ambientes espaciais diversos entre os quais os sujeitos locais se movimentam para colocar em ato a própria estratégia de desenvolvimento (SANTANGELO, 2005).

Valor Agregado territorial: transformação dos recursos potenciais específicos territoriais dando valor, adicionando o incrementando o capital territorial (Milieu + ativação coletiva + integração escalar) (DEMATTEIS; GOVERNA, 2005).

Etapa 2): auto-organização, autorrepresentação e autoprojeção da ação coletiva na construção de territorialidade vinculadas ao agir técnico e simbólico do trabalho como interfase metabólica cultura-ecossistêma. Procurando assim, um aprofundamento do conhecimento das territorialidades do CES.

Auto-organização: focada nos processos de governança.

Autorepresentação: focada nos processos de identidade.

Autoprojeção: focada nos processos de sustentabilidade.

Energia Intersubjetiva: fator solidário no interior da organização.

Cooperação: fator solidário entre organizações.

Ação técnica: os "como" (o modo de fazer as coisas) sistematizados das práticas sócio-espaciais com grau de empirização e historicidade.

Ação Simbólica: a identidade coletiva acumulada e sedimentada através da construção territorial.

5.2.1 Ascrud-Cooprocomd: a medida dos possíveis

Transcorrido um ano do primeiro trabalho de campo, a associação Ascrud e a cooperativa Cooprocomd de Dosquebradas perderam o apoio da cooperação internacional do Canadá, com isto a clareza e solidez que tinha o projeto coletivo intermunicipal caem com força, deixando, assim, uma grande oportunidade de cooperação, hoje com poucas ferramentas de execução, quiçá o surgimento deste projeto nasceu com uma dependência muito alta da influência externa, em que a não operatividade desta resulta numa frágil autonomia e controle da ação coletiva. Questionamo-nos a esse respeito, o que deste projeto pode ser ainda tão representativo e admirado na região?

Recentemente, explica Fernando Betancourt (representante promotor e líder das organizações) que o interesse do projeto faz com que se acorde uma especial simpatia por este na região da Costa Atlântica da Colômbia inicialmente no Departamento Atlântico, querendo que este se implementasse em 15 municípios e, no futuro, nos Departamentos de Bolívar, Córdoba, Sucre, Magdalena, Cesar e Guajira, com o apoio inicial da Confecoop Atlântico (Confederación de Cooperativas de Colômbia) e da Unidad Administrativa de Organizaciones Solidarias. Inicia-se desta maneira, e através de capacitações, a criação de uma confederação de cooperativas agropecuárias com a finalidade de comercializar a produção agropecuária, processo que inicia com a comercialização de arroz do Departamento de Córdoba em Risaralda e desde este, com a comercialização de rapadura, banana-da-terra e biscoitos.

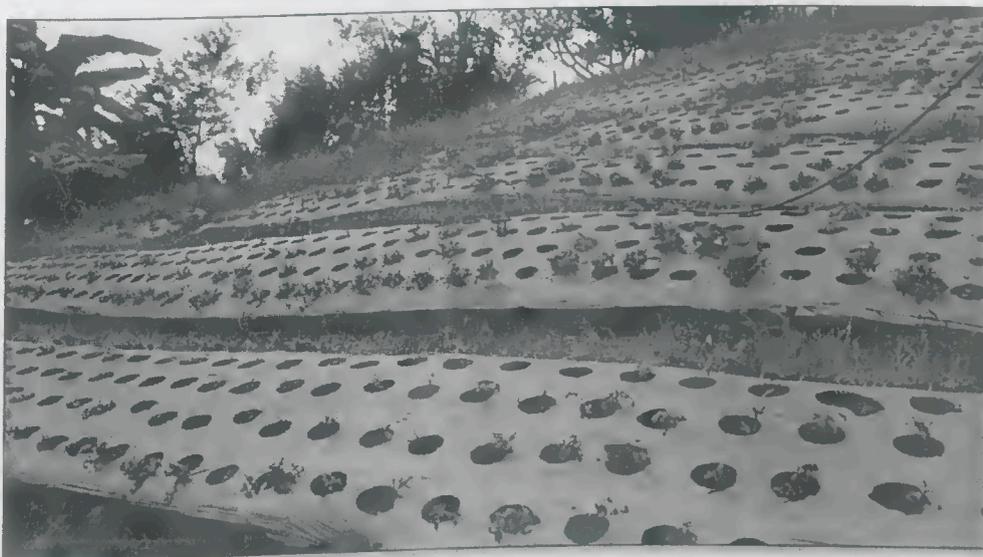
Em nível local, destacam-se vários empreendimentos, dos quais pudemos entrevistar e fazer questionários para: Supersazones MAKALU, NUTRIAVEN e à Asociación de Stevia e Moringa (Figuras 11, 12 e 13). Cabe esclarecer, que várias destas empresas não trabalham como grupos associativos, e sim com empresas que fazem parte da cooperativa. Outros projetos a sublinhar são: Renacer Cultural, a Auloteca, organização de artesanato e *barranquismo* e cultivos na Granja Experimental com projeções de formar uma universidade em educação agropecuária. Porém, o modelo de comercialização tem mudado e os antigos pontos de venda desapareceram, principalmente pelo pouco compromisso e a grande responsabilidade que significava manter as lojas, isto deixou só a Central de Acopio, focando as atividades de distribuição e comercialização nas cadeias de supermercados minoritários da região, como Ara, Red unidos, Olímpica e Tiendas D1.

Figura 11- Empresa Makalu, produtos e equipamento.



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

Figura 12- Cultura de Stevia, Cómbia, Risaralda



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

Figura 13- Cultura de Moringa, Cómbia, Risaralda



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

Outro programa a destacar é Semilla Cooperativa, o qual consiste em levar assessores rurais a todos os municípios de Risaralda para fazer inclusão financeira e de serviços, fortalecendo as cooperativas que ficam fora da Confecoop Risaralda, quer dizer, das 162 cooperativas do Departamento, só 31 pertencem à Confecoop, as outras 131 cooperativas são inscritas na Cooperativa La Rosa, dando, para estas, apoio financeiro, comercial, administrativo, organizativo e de produção, suportado em capital e serviços próprios da cooperativa.

Estudando a situação particular da organização desde a primeira etapa, ou seja, desde as interdependências do capital territorial na escala relacional, foram analisadas de um jeito ainda aproximativo, quatro categorias da Materialidade Específica Potencial (MEP) da configuração inicial do modelo de análise SLoT proposto pela escola territorialista de Turim. Para isso, incorporaram-se as categorias: Condições e Recursos Ambientais (CRA); Patrimônio Histórico Cultural (PHC) e Capital Físico Acumulado em Infraestrutura (CFAI) e Bens Relacionais (BR), estudando, assim, os subsistemas do Circuito Econômico Solidário, ou seja, a produção, transformação, distribuição e consumo (Apêndice C).

Os Níveis em ordem de importância nas Condições e Recursos Ambientais (CRA) escolhidos são: o recurso hídrico, o solo e a paisagem no sistema de produção numa escala de dependência – conceito que nos ajudará a formar os espaços de dependência ou transformação, seja a situação respectiva – supralocal e de transformação principalmente local, quer dizer, de incidência direta na transformação e distribuição da tecnologia, os produtos e os espaços são mais valorizados, seu relacionamento é na maioria das situações de caráter regional, nacional ou internacional, pois sua transferência tecnológica limita sua aquisição, o grau de transformação, neste aspecto, é multi-escalar, no que respeita ao consumo, pensa-se que o recurso ambiental mais valorizado é o solo, já que se manifesta de maneira direta. Do mesmo modo, o Valor Agregado Territorial, considera-se que incrementa ou adiciona valor a este tipo de recursos ambientais em alto grau. Ainda assim, as condições destes recursos se consideram deterioradas, assim como o grau de conhecimento e consciência que podem ter os consumidores dos recursos implícitos considera-se muito baixo. De novo é ratificada a ausência generalizada de um consumo crítico.

De acordo com o Patrimônio Histórico Cultural (PHC), apresentaram-se os saberes tradicionais, a identidade local ou regional, a linguagem e comunicação e a paisagem cafeeira como possível patrimônio, em que dita importância concentrou-se na paisagem cafeeira com escalas de dependência e transformação principalmente regionais, nos processos de produção e distribuição. Na transformação, pelo contrário, ressaltaram-se os saberes tradicionais, assim como na valorização que se pensa têm os consumidores do PHC implícito nos produtos e adicionando ou incrementando simultaneamente com as atividades da organização, o valor do mesmo em grau relativamente alto; além de ser considerado como um patrimônio interdependente e incidente numa escala supralocal, sem desconhecer as particularidades acumuladas localmente, mas ressaltando uma cultura cafeeira muito mais abrangente territorialmente falando. Neste ponto, pensa-se que as atividades da organização incrementam valor ao PHC com condições boas no resgate do mesmo.

O Capital Físico Acumulado em Infraestrutura (CFAI) é um ponto muito importante na Materialidade Específica Potencial do território. Deste modo, é considerada a infraestrutura rodoviária como a mais relevante em todos os subsistemas do CES frente ao espaço público, os serviços domésticos e essenciais e o sistema de transporte, onde se depende tanto de uma escala local quanto supralocal e, com a característica de incidir pouco ou nada no melhoramento deste capital, apresentando-se em condições pouco boas, principalmente na área rural, ademais de um evidente desconhecimento ou ainda desinteresse pelo CFAI.

Outra categoria para ser analisada são os Bens Relacionais dos quais foi escolhido o capital social como o mais importante, acima do capital cognitivo local, a diversidade cultural e a capacidade institucional, de escala fortemente local em interdependências e incidências diretas, principalmente como princípio e objetivo da cooperativa que produz excedente e não utilidades que serão reinvestidas em benefícios sociais para os associados. Aliás, as condições em que se encontra, podem ser não muito boas, assim como o grau de conhecimento e consciência, que pensam ter os consumidores dos BR implícitos, avaliado como baixo. Apesar disso, nota-se que a produção não é a etapa possivelmente mais demandante de capital social, quiçá vista como um processo operativo e, de algum jeito, individualizado.

Conforme o aprofundamento no conhecimento das territorialidades do CES, desenvolve-se a Etapa 2. Num primeiro componente da ação coletiva local, a auto-organização numa Ação Técnica interna, ou seja, como Energia Intersubjetiva no interior da organização, responde a uma lógica de origem, questionando este como solidário ou não (em realidade se pensa que é). Além disso, outra possível motivação pode ser a representatividade para se inserir no mercado, os melhores pagos e segurança na compra e o melhoramento na qualidade do produto e certificação da propriedade.

Outros aspectos importantes são: a) a organização é considerada autônoma em sua tomada de decisões, mas com um significativo grau de dependência externa institucional, pública ou privada, como foi destacado no capítulo 4, o circuito Ascrud-Cooprocomd tem um bom respaldo institucional, principalmente com a Cooperativa La Rosa; b) a participação dos associados e a coordenação na atuação integral da organização, quer dizer, que trabalha mais ou menos como uma unidade, atualmente atua mais vinculado às empresas da cooperativa do que aos grupos associativos, isto significa que a adesão e encadeamento que faz a Cooprocomd são de empreendimentos com algum tempo de amadurecimento, porém, também com evidentes falhas comerciais.

Já no campo da cooperação da Ação Técnica, ou dito em outras palavras, a sistematização de algumas práticas na construção de rede, encontra-se um alto interesse desta e as outras organizações para formar um CES, ou seja, uma rede solidária de trabalho cooperativo, existindo espaços onde a comunicação permite agir coletivamente, por exemplo, desde o programa "Semilla Cooperativa", e os projetos de consolidação de uma "macro-organização" de grande abrangência, contudo, existe desconhecimento dos projetos coletivos, situação que expõe um ainda centralizado planejamento, dependente da liderança de uns poucos associados. No entanto, pensa-se que este CES exerce alguma mudança no desenvolvimento local e que este é de tipo principalmente social, econômico e cultural, mesmo assim quando se visualiza um processo de governança do CES, ou seja, uma apropriação política, econômica e social autônoma, a opinião muda, já que, sim, exercem-se mudanças no desenvolvimento local, mas o que este representa em termos de autonomia, apresenta-se como um objetivo ainda longe de ser atingido.

Outro alcance a estudar é a Ação Simbólica, em que, além da operatividade da ação e de saber se esta se faz ou não, indagamos a essência desta. Neste sentido, perguntamos. O que significa para você pertencer a uma organização de economia solidária? Defina-o com uma palavra, tendo como resposta, o cooperativismo e a união, resposta que evidencia uma função

da organização que vai além do lucro econômico e se concentra na responsabilidade e compromisso social. Num sentido mais amplo, pensa-se que os processos de cooperação entre organizações do CES podem reorganizar a dinâmica do mercado, principalmente desde a distribuição e o consumo, isto significa que a mudança do mercado não depende diretamente da produção, que já é boa, nem a diminuição ou eficiência resultante na incorporação de tecnologia, é, além disso, um processo de consciência, um fim e uma decisão que traduz o poder da “escolha” individual em uma força de dimensões coletivas, reorganizar a compra é reorganizar a produção.

Após apresentar alguns resultados do componente da ação coletiva, denominado auto-organização, obtido a partir das entrevistas e questionários, agora vamos ver alguns resultados do componente autorrepresentação. Quando do papel que representa a organização em nível local, a união como noção aparece novamente como uma característica central; podendo ou não representar todos os interesses dos associados, a organização está focada no bem-estar coletivo, finalidade que procura no trabalho coletivo a agregação de valor do produto necessária na diferenciação da organização, dando ademais um suporte de segurança ao consumidor, de apoio e coerência no agir desta. Outro aspecto a destacar é que o elo que se considera ter maior representatividade na consolidação da economia solidária é o de transformação, que junto com a comercialização tem se apresentado como os pontos que precisam mais atenção e apoio.

Outro ponto a salientar é que a inovação social antes descrita para esse circuito, como “gerir um modelo de comercialização”, continua mantendo a essência do circuito, porém, tendo mudado alguns atributos como o consumo endógeno e organizado, processo que não desaparece como objetivo, mas se adapta à realidade do território e na qual flutua a incidência direta por parte do circuito. Não obstante, as principais práticas comuns na produção e consumo que identificam ao CES são a qualidade destacável dos produtos e o nível de consciência no consumo que aumenta com o tempo, principalmente num primeiro reconhecimento e valorização da produção local.

Outro ponto importante da autorrepresentação é o conceito de autonomia, resultado de um conjunto de práticas que tem mudado no campo político do CES; de novo o papel da organização na escala local adquire uma destacada qualidade de união e compromisso. Ademais, um aspecto que sintetiza dita qualidade sustentando a operatividade da organização é a administração, sublinhada fortaleza também do circuito e alicerçada sobre a experiência das organizações mais antigas. Claro, sem desconhecer que tem se construído uma identidade própria através dos processos de economia solidária do CES, processos que trabalham conjuntamente no desenvolvimento local; conceito visto como um progresso que deve afrontar o território numa ética e agir solidário.

O terceiro componente é a autoprojeção; neste âmbito, pensa-se que há uma ação sistematizada e consecutiva das práticas de inovação social da organização; alimentando o debate, tanto a exportação como as vendas locais e, ainda a integração se projeta como condições *sine qua non* do projeto coletivo local. Para a consolidação dessa integração é importante o melhoramento das relações interpessoais ao interior da organização para o qual se propõe melhorar os espaços de conscientização. Outro ponto importante na Ação Técnica é a

formação da Energia Intersubjetiva em todos os subsistemas do circuito (tomando o circuito como um grande sistema), através de aspectos muito específicos, mas com muita incidência, como o compartilhamento de tecnologia, por exemplo, de equipamento utilizado na transformação por diferentes grupos associativos, empresas ou cooperativas do CES. Cabe esclarecer que este aspecto é ainda um projeto pouco materializado, através de diferentes depoimentos analisamos a necessidade do uso eficiente dos recursos, mais fáceis de ser concretados nos grupos associativos que nas empresas associadas à cooperativa.

Retomando ao tema do consumo crítico, perguntamos se pensa que um consumo crítico poderia modificar os outros elos do CES e que processos ele propõe para isto. A resposta é positiva e o processo é a regulação na compra, ou seja, um bom acompanhamento que normalize e regularize o consumo poderia orientar adequadamente o processo de produção e comercialização, um bom exemplo disso seria a incorporação de estratégias que exigem das empresas uma quota de compra em produtos locais e comercializados com preços justos, além de poder valorizar com isto a qualidade diferenciada dos produtos, os custos de produção, a geração de emprego local, a origem, o compromisso ambiental e social, etc. (SOCORRO, 2016)¹¹.

Neste caminho, questionou-se pelo papel que gostaria que o CES exercesse na localidade. Mostrando as bondades da integração - responderam: *a integração* que, como temos salientado, forma parte de um projeto coletivo em que o circuito pode ser melhorado através do consumo local, a partir da complementaridade das ações, a troca de produtos e com uma ótima comunicação. Além disso, como melhoramento específico do CES, propõe-se incentivar o consumo por meio de um canal de comercialização próprio, considerando também o melhoramento na qualidade dos produtos e através de ações concretas por parte do Estado.

Outra resposta de grande importância é a visão da organização, que foi definida como “crescimento”. O que significa que, para suportar o futuro da organização sobre o trabalho solidário coletivo e não somente sobre o capital, é mais adequado falar de benefícios e equidade. Como tem sido exposto, abordamos o trabalho como um processo reivindicador de uma justiça social, a qual é fundamental para falar de desenvolvimento local desde uma posição crítica à atual racionalidade econômica e com uma resposta que inicie desde o “fazer”, sem se restringir ao “ter” que posiciona o capital e condiciona as “regras do jogo” em condições de desigualdade histórica.

Com todos estes elementos e relacionamentos apresentados, tentamos analisar o caráter instrumentalizador da inovação social na construção de territorialidades. O resultado é a congruência de diversas visões que tentamos compreender através da operacionalização do modelo de análise chamado Sistema Local Territorial (SLoT), indagando para isto, nas ações técnicas e simbólicas no agir da organização e esta em relação com outros atores, além de questionar o conhecimento e significância e uso da materialidade do território e como se constroem territorialidades na auto-organização, autorrepresentação e .autoprojeção, três componentes da ação coletiva multi e transescalar. Em resumo, uma visão de integração e

¹¹ Depoimento da Sr. Maria Socorro, representante legal da empresa Nutriaven.

trabalho coletivo permeia a consciência dos associados, configurando nas conquistas do devir solidário, uma identidade de constante transformação e projeção legitimada pelas práticas coerentes do agir coletivo.

5.2.2 Aquí Somo Paz, Coopropaz e Aquí Somos Paz Productos y Servicios: três elementos pela construção territorial.

Com um trabalho de mais de oito anos por parte da fundação, o CES apresenta características interessantes de ser analisadas. A construção das territorialidades foi pesquisada com dois questionários-entrevistas e cinco entrevistas, na qual participam dois apicultores, um *chef* de sucos naturais, um associado agricultor e o dono de um restaurante de comida fusão orgânica e mais duas entrevistas com o representante legal da fundação.

Em termos gerais, a fundação Aquí Somos Paz é a segunda organização que analisamos, a escolha desta dependeu da participação que se estabeleceu com o circuito Ascrud-Cooprocomd, hoje com projetos coletivos espalhados, principalmente porque a cooperação canadense não pôde se consolidar como foi esperado, porém, se mantém o apoio mútuo e a visão de integração.

Neste sentido, que elementos esclarecem a visão e agir atual da organização na configuração das territorialidades por meio das práticas de inovação social? Dentro do *slogan* da organização aparecem a agricultura, tecnologia e paz, o que significou incorporar estes três conceitos para que trabalhassem juntos, e explica-se a origem da organização, a práxis e a visão desta. Aquí Somos Paz, como já temos explicado, nasce do interesse de um só sujeito que utilizou a tecnologia para interatuar com diferentes atores, para poupar e entregar presentes para as crianças do município. Atualmente, essa tecnologia transformou-se na ponte entre a ação e a difusão, por este motivo, plataformas como as redes sociais são meios muito eficazes, com a publicação de fotografias que relatam todas as atividades da fundação, vídeos, artigos de interesse, entre outros, e são componentes de uma grande rede que aproveita a virtualidade para materializar grades de conexões. Além de utilizar aplicativos do celular, site web, o posicionamento em Google e o espaço para venda de celulares para mostrar os produtos transformados dos associados (Figuras 14, 15, 16 e 17).

Figura 14 - Produtos agropecuários exibidos



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

Figura 15 - Mel Argi, Coopropaz



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

Figura 16 - Chocolate Andino, Coopropaz



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

Figura 17 - Própolis La Ximena, Coopropaz



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

Uma primeira característica deste projeto é que por ter começado por uma fundação, o reinvestimento dos processos de comercialização é produto do excedente e não da geração de utilidade, quer dizer, como função social, os benefícios monetários fazem parte de uma engrenagem maior. Isto significa que se prioriza o trabalho e não o capital. Como temos explicado, a centralidade do trabalho na economia solidária representa a chave da circulação dos benefícios e não a concentração de capital e exploração do trabalhador por meio da detenção dos meios de produção.

Como explica Victor Echeverry, em seu depoimento, o café pergaminho se vende normalmente por arroba, esta se compõe de 25 lb, ou seja, 11,34 kg, os quais, depois do processo de torra, podem ficar ao redor de 16 lb pagas mais ou menos a 64.000 COP (Pesos Colombianos), isto é, 20,67 USD (cotação de 01 de agosto de 2016), preço que muitas vezes representa perdas econômicas para o cafeicultor. A Cooperativa (o braço de produção da fundação), por meio de Aquí Somos Paz Productos y Servicios (comercializadora), pode vender em 152.000 COP (49,18 USD) a arroba de café torrado, desse dinheiro, uma parte é destinada para a embalagem, outra para a fundação e uma para a comercializadora, ficando 9.500 COP (3,07 USD)/lb para o associado, ou seja, 42% a mais do pagamento normal por lb de café vendido (1,29 USD/lb).

Atualmente existe uma comercialização regional nos municípios de Santa Rosa de Cabal, Pereira, Dosquebradas, Belén de Umbría y Salento em Risaralda y na Costa Atlántica em nível nacional, e no âmbito internacional, Canadá, EE.UU e Inglaterra como compradores potenciais. O desafio na importação vai ser assumido com um ponto de comercialização, em realidade uma franquia 50% do investidor e 50% da organização. O processo até agora tem se caracterizado por utilizar duas estratégias, uma de pequena comercialização através das malas ou mochilas dos associados ou dos amigos do projeto (aproximadamente em 12 países tem se levado os produtos), em outras palavras, as pessoas que conformam a rede de contatos da rede social, quem tem interesse. A outra estratégia é de uma escala e volume maior, menos intermitente e com compradores diretos, aqui entram a exportação direta de café transformado, processo levado a cabo com ajuda de empresas especializadas como Flor de Apía (com certificados de *Café de Colombia* e *Paisaje Cultural Cafetero*) e futuramente Tropik com o valor agregado de embalagem tipo cápsulas, venda completamente rentável, já que podem sair mais de 80 cápsulas de uma libra de café, cerca de 25 USD/libra, mais do dobro do ganho da libra vendida na embalagem normal.

Ao respeito, podemos estabelecer quatro componentes na visão e construção de um novo paradigma de relacionamento produtivo, reorganização do capital territorial e comercialização. O primeiro aspecto a sublinhar é o **trabalho coletivo solidário Vs. Capital**. Como mostramos anteriormente, este tipo de centralidade e relevância que dá a fundação e a cooperativa aos processos de trabalho justo se transformam em reinvestimento social, pois a posse é coletiva e os excedentes se focalizam na organização e o ambiente desta, ou seja, seu contexto de atuação. Aqui entra em jogo o segundo aspecto, o **modelo de empreendimento social misto**, o qual se conforma como uma fundação, que neste caso é o “ponto” de início e engrenagem dos outros componentes, esta organização permite receber num ambiente solidário e de extensão social que justifica qualquer aporte ou compra focada nos produtos do circuito, bens produzidos por Coopropaz, a vertente produtiva do circuito, que através da

organização cooperativa pode produzir e comercializar. Neste modelo, a fundação tem que se autopropor como sustentável, aberto aos aportes externos, mas sem depender destes, pelo contrário a compra dos produtos é reutilizada no bem-estar dos associados, como excedente da cooperativa e no projeto coletivo, focando no bem-estar e bem-viver da população, projeto e objetivo intrínseco da fundação.

Com um problema já amplamente detectado, a comercialização se apresenta como uma fraqueza comum nas atividades dos produtores, pois o labor da produção é reconhecido, produto de uma síntese do saber tradicional e de construção histórico-cultural, porém, a tendência do governo é tornar o camponês empresário, e aqui utilizamos de novo este termo, porque nem todos os produtores são camponeses, alguns sujeitos concentram terras, têm acesso à tecnologia e até possuem grandes capitais de investimento, ainda com canais próprios de comercialização. Nesta esteira, aparece um terceiro elemento que chamamos de **camponês ou empresário produtor**. Como aproveitar esta fraqueza comercial em uma potencialidade? Capacitar é uma opção quase obrigatória, já que precisam ganhar autonomia em todo o ciclo de vida de seus produtos, não obstante, o esquema deste CES é ter controle da comercialização sem que esta se torne uma intermediação exploradora do trabalhador. Deste modo, nasce Aquí Somos Paz Productos y Servicios e, assim, podemos completar os primeiros três elementos do quadro, uma empresa que se retroalimenta das vendas dos produtos, mas que não é alheia, só completa a atividade que os produtores, especialmente os camponeses, foco do circuito, por tradição não sabem fazer bem, diferente de produzir, que emerge como uma condição natural na construção identitária de território e por agregação conceitual, formação do sujeito social.

O quarto aspecto a ser destacado, e que permite alicerçar nossa análise sobre as territorialidades e o papel da inovação social como instrumento técnico simbólico, é a **governança no uso da governabilidade**. Neste campo podemos lembrar-nos do papel que tem o circuito, ou pelo menos a parte desde que estamos visualizando no município de Belén de Umbria; quando falamos de um processo de governança estamos incluindo um conjunto de ações orientadas desde a base, a parte organizada dos sujeitos trabalhadores, os cidadãos que se organizam para atuar e propor estratégias em defesa da autonomia do território. Porém, e por efeito deste fenômeno, a posição de Aquí Somos Paz orienta-se no uso das ajudas que oferece o Estado, com programas do governo ou simplesmente com o apoio institucional que fornece representatividade e visibilidade. A título de ilustração, mencionamos o apoio que a Proexport oferece, promovendo as exportações da Colômbia, ProColombia, que é a entidade encarregada do turismo e o investimento estrangeiro, estabelecendo contato entre os empreendimentos e os compradores internacionais com mais de 28 pontos no mundo e ExpoColombia Internacional, uma rede de negócios. Por meio destes espaços a organização tem aberto possibilidades, nacional e internacionalmente, além disso, o ganho interno no âmbito de tomada de decisões, como a prefeitura, facilita o encaminhamento de políticas, programas, projetos e atividades focadas à dinamização da rede de sujeitos coletivos, cada vez mais forte, grande e incidente no desenvolvimento local de uma população de aproximadamente 73.000 habitantes e regionalmente de pouco mais de 2.700.000 no eixo cafeeiro.

Como explica Victor Echeverry, o problema detectado é que na Colômbia existem três mil marcas ou projetos relacionados com o café, ainda assim, não existe uma comercializadora de produtos agropecuários na região e muito menos conexões que abrangiam a diversidade de

produtos e produtores. Com esta problemática o modelo apresentado leva à integração, concentrar muitas marcas em uma e criar seu próprio canal de comercialização, sem intermediação direta e com condições de sustentabilidade, comércio justo, adição de valor por meio da transformação e a valoração das condições locais e característica de qualidade e a extensão social para o contexto de impacto territorial.

Neste sentido, ficará sempre um pensamento de que tanto esforço para consolidar este modelo, e, sua visão é ainda numa escala de vendas globais e não internas, não é esta uma atuação contraditória? Em realidade as condições para manter uma segurança e garantir uma compra bem paga, estão muito afastadas, o modelo atual de comercialização, que se vê na maioria das situações como uma meta a ser atingida, é a venda em supermercados, grandes cadeias comerciais ou em diferentes lojas do país, processo que pode gerar pouca liquidez, pois, transcorridos três ou mais meses, pode não dar como resultado uma venda, em outras palavras, colocar uma libra de café ou mel, por exemplo, num destes pontos, pode significar para os pequenos produtores a *crônica de uma morte anunciada*¹². Em virtude do exposto, a comercialização direta foi posta em prática com a iniciativa de Ascrud-Cooprocomd, mesmo assim, esta fracassou (principalmente na perspectiva de um depoimento, por causa da falta de compromisso de alguns associados). Atualmente o projeto a ser consolidado é instalar uma loja no município de Salento no Departamento de Quindío e comercializar os produtos locais.

Não obstante, não tudo está funcionando como parece, depois de entrevistar a Mario Muñoz, associado de Coopropaz e agricultor de tradição cafeeira familiar, ele pensa que é possível vender café transformado e acredita no modelo proposto, vendendo para isto a ideia social e depois o produto de qualidade; contudo, tanto a fundação como a cooperativa e a comercializadora carecem de uma estrutura empresarial, o que significam falhas administrativas, a não vigilância e administração de carteira, registros, plano financeiro e de trabalho a curto, médio e longo prazos, melhora das instalações, escritórios de atendimento ao cliente e de operações logísticas. Aliás, muitos dos associados não fazem o pagamento da quota correspondente, a participação é relativamente baixa e o capital de investimento é muito limitado para assumir o desafio da exportação, como a solicitação de 20 toneladas que requer o Canadá. Deste modo, consideramos que é importante reconhecer o desempenho da organização, no entanto, falta uma estrutura operante, a qual tem que ganhar, aos poucos, ferramentas e capacidades de execução, planejamento e controle.

Como última parte deste capítulo, apresentaremos os principais elementos na construção das territorialidades a partir do modelo de análise SLoT e do desempenho instrumental da inovação social identificada nos capítulos precedentes. Sendo assim, na etapa de análise da ação coletiva em seu agir técnico-simbólico e formação da interfase metabólica que representa o trabalho e, em seu conjunto, apresenta-se como resultado de dois questionários-entrevistas e várias entrevistas, totalizando dez pessoas, como foi mencionado anteriormente, principalmente de apicultores e cafeiteiros que compartilharam conosco suas visões e perspectivas.

¹² Analogia ao libro de literatura do escritor colombiano Gabriel García Márquez, publicado pela primera vez em 1981.

No componente de auto-organização, considera-se a origem da organização completamente solidária, em que os processos e espaços de tomada de decisões são funcionais e voltados à consolidação da autonomia da organização, porém são dependentes da ação externa institucional, seja pública ou privada, ademais de configurar uma força de trabalho coordenada e organizada em uma unidade, respeitando os diferentes pontos de vista e com destacado interesse em formar rede, como ocorre na formação do CES. Para isto existem espaços que são promovidos através de uma comunicação presencial e não presencial, como as redes sociais virtuais, com a transformação de tipo político, social, ambiental e, sobretudo, através de uma mudança cultural fundamental no desenvolvimento local e processos de governança.

É interessante notar que o consumo também é considerado um reorganizador dinâmico do mercado, permitindo com outros elementos integrar a produção do campo com a comercialização das cidades, o desenvolvimento humano que suportam estas ações tornam a práxis, às vezes despercebida, em conhecimento aplicado.

De acordo com o componente de autorepresentação interrogando sobre as atividades e processos que poderiam definir o papel da organização, encontra-se o poder de convocar e obter participação, por exemplo, nas atividades da fundação e, o intercâmbio de saberes nos processos de difusão, o que se traduz numa integração coerente que agrega valor aos produtos, saberes que se sintetizam profundamente nos produtos, mas que requerem de “olhos” conscientes por parte dos consumidores para poder valorizá-lo. Sob esta argumentação, o consumo local – levando em conta que ainda falta maior conhecimento de causa e sentido de pertença – e o intercâmbio de saberes, são considerados como parte da inovação social que representa a essência do CES, a qual se conjuga com a já mencionada integração e ganho de autonomia, como acontece com o novo prefeito que faz parte da organização, o qual prometeu capacitação à população em agricultura orgânica a partir do desenvolvimento humano e as boas práticas ambientais BPA.

Outro aspecto a ressaltar, é a construção de identidade do CES a partir de uma busca de aceitação e posicionamento de um consumo consciente, que conheça o que está atrás de uma produção, local, justa e de qualidade. Em complemento, apresenta-se o componente de autoprojeção, com este encontramos um reconhecimento da ação sistematizada e consecutiva das práticas de inovação social, com uma organização que se visualiza mais dinâmica, capacitando (como um processo de educação pontual e aplicada), comercializando, trocando saberes e pré-saberes (considerados pelo Sr. Dario Aricapa como o conhecimento transferível que só virá saber quando é vivido e adquirido na práxis), incentivando o consumo crítico, já que este pode modificar todos os subsistemas do CES. Também tenta-se demonstrar que os processos são transparentes, para o qual, deposita-se confiança na organização para assumir um papel a futuro de educação, transferência e intercâmbio de conhecimento, saberes, práticas e até produtos.

Resumindo, a organização, projeta-se como um órgão promotor de bem-estar social, no qual a ação coletiva de sujeitos organizados na economia solidária cria no fazer e não somente no conhecimento da realidade. O saber não é suficiente, precisa-se de um motor ativo no desenvolvimento local e um projeto coletivo de integração do território.

Na seguinte etapa, a interdependência do capital territorial na escala relacional e sua interação em cada subsistema do CES, serão analisadas a partir da importância do clima, do recurso hídrico e do solo para seu processo produtivo, a tecnologia na transformação, a imagem do produto (embalagem) na distribuição e comercialização e, a densa síntese da cultura que se concentra no interior do produto, processos da organização que por meio de suas atividades não só incrementam, mas também adicionam valor a este tipo de recursos. As escalas de dependência e, sobretudo, de interdependência são consideradas na transformação, distribuição e consumo, principalmente locais, mesmo assim, a produção que podemos considerar meramente local, quando esta é pensada na interconexão de recursos e fatores climáticos a podemos abordar desde escalas maiores. Em termos de escala de transformação, a escala local é mais susceptível de ser influenciada pela atividade própria da organização, isto sem desconhecer a atual incidência na escala regional, nacional e global. Além disso, as condições destes recursos se consideram não muito boas, no qual se insere responsabilidade nos consumidores que, aos poucos, vão entendendo a importância de ter um consumo consciente, em que a produção e transformação estão agregando valor constantemente, por exemplo, desde a biodiversidade floral, que no caso do mel, depende da multiplicidade floral da região e da atividade predominante de cultura, que se faz preferivelmente sem agroquímicos e em entornos com densidade arbórea.

No Patrimônio Histórico Cultural (PHC), os saberes tradicionais são considerados como de elevada importância em todos os subsistemas do CES, assim como a identidade local, sempre inerente dos diferentes processos, com uma forte dependência da escala local e transformando, neste aspecto, múltiplas escalas. Pensa-se que dito PHC se mantém em boas condições, mas que seu reconhecimento está ainda em andamento. Por outro lado, de todos os subsistemas, considera-se que a produção concentra mais o PHC, principalmente por ser resultado de saberes empíricos, produto do trabalho e acumulados historicamente num campo interativo, em que participam a família, a vizinhança e os agentes externos.

No Capital Físico Acumulado em Infraestrutura (CFAI), a infraestrutura rodoviária apresenta-se de novo como fundamental no CES, suas escalas de dependência e transformação são principalmente supralocais e em condições qualificadas como "ruim", em que a incidência dos sujeitos do circuito ao respeito é quase nula. Por outro lado, os Bens Relacionais (BR) são valorizados em sua totalidade, em que suas escalas, tanto de dependência, quanto de transformação são em preponderância, supralocais, e isso é que dá luz para entender o baixo reconhecimento e consciência que se pensa podem ter os consumidores do valor implícito em cada produto, principalmente obtidos nos processos de produção e transformação, sem desconhecer o capital social, cognitivo e institucional.

Para concluir este capítulo, utilizamos o modelo de análise SLoT e operacionalizamos seus principais elementos e relações num campo de interface entre a materialidade espacial e a rede local de sujeitos, compreendendo suas escalas de dependência e interdependência no movimento em perspectiva dos componentes que configuram a inovação social como prática, horizonte e meio de interpretação. Nesta perspectiva de análise, a instrumentalização da inovação na ação técnica e simbólica ativa-se na capacidade metabólica do trabalho como interface espaço-ecossistema e a sociedade-cultura, mediando práticas de construção do ser sócio-espacial numa acumulação histórica de longa duração. Para o qual, é muito difícil

estabelecer uma verdade completa, pois são visões e interpretações dos associados das organizações que tentamos valorizar. Tanto os espaços de dependência e ação como expõe Santangelo (2005) em análise de Cox (1998 apud SANTANGELO, 2005), nos primeiros espaços, os de dependência, que se alimentam do benefício material exclusivo do território. Podem ser lidos como espaços, que nos CES estão aparentemente delimitados, e às vezes se pensa que o controle deste não é competência direta da ação coletiva dos sujeitos, a governança do território se limita na medida em que limitamos nossas possibilidades, e os ganhos na tomada de decisões são superpostos por escalas que pensamos e não pertencem às responsabilidades que temos como cidadãos. Não existe, ao nosso modo de ver, espaços de dependência negativos quando tornamos a materialidade inerente dos territórios, um mecanismo de conjugação sistêmica de ações coletivas organizadas e direcionadas à autonomia dos povos, com os espaços de ação, e isto quer dizer, na construção de um território do tamanho dos sonhos de quem o vive e projeta.

Observamos em todas as situações, que os agentes externos tomadores de decisões das localidades, por uma falta de solidez nas suas propostas, ficam, com o percurso do tempo, no apoio dos processos ativos de base social que redirecionam, aos poucos, a tendência do território. A essência das inovações sociais está no caráter ativo das territorialidades, reorganiza, representa e projeta em movimentos de retroalimentação o melhor do trabalho coletivo, integral, simbiótico e criativo.

CAPÍTULO 6

ENFOQUES TEÓRICO-METODOLÓGICOS TERRITORIAIS NAS PRÁTICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA REGIÃO PIEMONTE-ITALIA

6.1. Introdução da análise comparativa

Com o intuito de analisar a contribuição teórico-metodológica na formação de vários enfoques territoriais focados do desenvolvimento local, e, sobretudo, na transformação social e ambiental, estudaram-se no contexto do Piemonte italiano as experiências exitosas em termos de inovação social e economia solidária, que fazem parte de um sistema territorial agroalimentar, encontrando um tecido conetivo entre o território, o desenvolvimento local e a Alternative Food Network (AFN), os quais permitem duas perspectivas complementares: Slow Food e os Gruppi d'Acquisto Solidale (G.A.S), experiências altamente significativas na leitura de territorialidades ativas no processo de transformação das realidades.

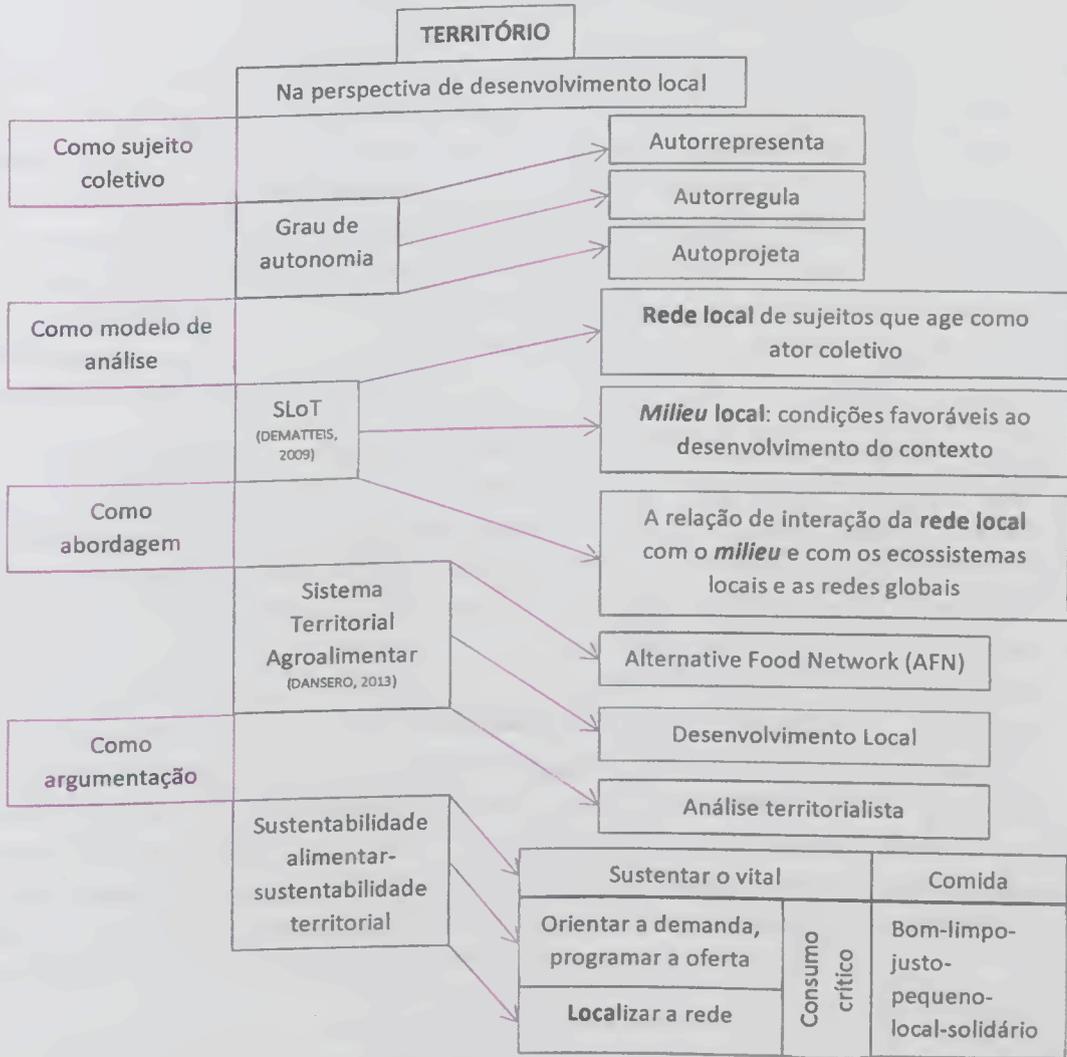
Não obstante, que ralação mantêm estas duas experiências, por que dois contextos tão diversos poderiam ser mutuamente retroalimentados? Em primeiro lugar, estamos falando de feições da economia solidária, organizações que buscam um comercio mais justo socialmente, coerente com o ambiente e potencialmente transformador no contexto local. Ambos estudos de caso atendem uma problemática de segurança agroalimentar, só que no caso colombiano, a subsistência coloca em primeiro lugar o trabalho, neste caso, numa dimensão de coletivização.

O argumento central que foi utilizado na escolha das experiências do Piemonte italiano, alicerçasse sobre a integração e retroalimentação dada no avanço teórico-conceitual, que chamaremos aqui de geografia agroalimentar, a qual se nutre de uma escola territorialista no contexto do norte italiano e, um caminho formado na práxis por movimentos que estão ao poucos, mudando a realidade de seus territórios. Mas, por que é de vital importância conhecer este tipo evolução entre a prática e a teoria? Porque evidentemente há uma ausência no contexto colombiano de trabalho de extensão, em que as universidades e os centros de pesquisa possam integrar seus estudos em contextos altamente dinâmicos e complexos, com tal teor de articulação e sistematização histórica. Deste modo, apresentamos elementos que relacionaremos nos capítulos subsequentes, não à toa, construímos um diálogo muito mais relacional em termos da abordagem e compreensão territorial.

Como resultado do Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE) na Università degli Studi di Torino, principalmente desde o Dipartimento Culture, Politica e Società, e aproveitando nessa perspectiva os espaços abertos num processo de intercâmbio de mais de 10 anos entre o Brasil e a Itália, principalmente, com pesquisadores do Politécnico e da Università degli Studi di Torino, encontraram-se várias fortalezas teóricas e metodológicas na abordagem territorial, principalmente pela necessidade de configurar um corpus teórico robusto e dinâmico em termos de retroalimentação e participação ativa da comunidade científica. Neste caminho, recolhemos, dos objetivos 2 e 3 da pesquisa, a essência integradora que retoma os resultados dos dois objetivos anteriores, para centrar assim a pesquisa no entendimento das territorialidades do circuito econômico solidário, dado que com os novos elementos de análise,

como o modelo SLoT e a sua teoria de desenvolvimento local e a teoria do consumo crítico baseado sobre a leitura das práticas sócio-espaciais das redes agroalimentares (Figura 18), podemos retroalimentar o objetivo principal da pesquisa. Além de ganhar em força de análise e em pontos de projeção que permitem comparar as experiências italianas da Região Piemonte com as estudadas experiências colombianas do Departamento de Risaralda.

Figura - 18. Perspectiva de análise da pesquisa BEPE



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

6.1.1 As Possibilidades do Desenvolvimento Local

O território é um conceito de pesquisa com uma dupla natureza, comporta-se como “objeto”, como uma evidente plataforma espacializada no tempo por aquilo que a “contém”, porém, quando o entendimento do ser humano se torna altamente complexo, o território surge então de sua construção, tanto de sua apropriação, organização e projeção, quanto de sua

própria negação, caos e ambição. Esta segunda natureza também foi nosso alvo de trabalho, e isto se requer um desafio pouco cartesiano, colocar o “objeto” de estudo como “sujeito”, quer dizer, respeitar a autonomia e mutabilidade do território, desde a processualidade e sedimentação histórica que o torna “sujeito coletivo”, autor dinâmico de seu próprio destino e a matriz do que chamaremos de territorialidades ativas.

Mediante uma superposição entre método, teoria e realidade empírica, desdobramos em virtude da abordagem o conceito de território, para estudar a realidade do Piemonte italiano desde a escala “artesanal” das coisas: o local, e entrar assim na perspectiva de desenvolvimento das Redes Agroalimentares Alternativas (AFN siglas em inglês), para o qual se utilizou o modelo de análise Sistema Local Territorial (SLoT) que em grau de Sistema Territorial Agroalimentar (como um grande objetivo e ponto de partida ao mesmo tempo), analisamos as experiências de Slow Food e os Gruppi d’Acquisto Solidale (G.A.S). O porquê desta escolha nasce de um propósito maior, devolver a vitalidade “ambiental” do território, para o qual precisamos tomar emprestado o conceito de sustentabilidade e devolvê-lo desde uma premissa fundamental para qualquer processo de autonomia e soberania alimentar, no qual abordaremos desde o consumo, pois achamos que este processo - e necessidade - comanda a racionalidade socioeconômica da humanidade, comum denominador que se torna neste sentido uma chave de transformação.

Um primeiro componente do modelo de análise SLoT, como se explica na Figura 18, é o *milieu* o qual configura toda a materialidade coevolutiva da interação território-ambiente, sem tornar o segundo como “natureza inaculada” e sim de coexistência antrópica. O debate sobre os recursos naturais, que, numa linguagem menos utilitarista, poder-se-ia denominar de patrimônio ou “capital territorial”, este último abordado por Dematteis; Governa, (2005) como um conceito relacional e funcional que compreende um conjunto de recursos comuns localizados, com certas especificidades que produzem vantagens coletivas não divisíveis nem apropriadas privadamente. Não obstante, os citados autores identificam algumas características gerais, isto é, a sua imobilidade, especificidade e patrimonialidade, os quais ademais podem ser classificados em quatro grandes grupos: como condição de recursos do ambiente natural; como patrimônio histórico-cultural (material e imaterial); como capital físico acumulado em infraestrutura e instalações e como bem relacional (STORPER, 1997), “Incorporado no capital humano local, como capital cognitivo local, capital social, diversidade cultural e capacidade institucional” (DEMATTEIS; GOVERNA, 2005, p. 27, tradução nossa).

Este último grupo permite que o capital territorial em seu conjunto seja orientado pela ação coletiva, implicando territorialidades de relação ativa e positiva, “os bens relacionais implicam necessariamente a mediação da ação coletiva local e em boa parte se autorreproduzem desta e são os instrumentos ativos da valorização local de outros componentes (le dotazioni “passive”)(DEMATTEIS; GOVERNA, p. 28, 2005, tradução nossa)”. Dita ação coletiva constitui o “valor agregado territorial”, valor que se configura na transformação dos recursos potenciais específicos, dando valor e adicionando ou incrementando o capital territorial.

O segundo elemento do Sistema Local Territorial é a rede local de sujeitos, em que se conjugam a especificidade do *milieu*, “[...] a potencialidade endógena de cada lugar e a

“construção” da identidade coletiva dos sujeitos locais (GOVERNA, 2005, p. 29, tradução nossa). O qual permite, no melhor dos casos, que o sistema local se comporte e atue como um sujeito coletivo. Neste aspecto, o papel ativo da territorialidade é fundamental, segundo Dematteis (2011), os territórios se apresentam como sistemas “ativos” quando a territorialidade exerce uma mediação simbólica, cognitiva e prática entre a materialidade do lugar e o agir social nos processos de desenvolvimento local. Como explica Raffestin (1981, p. 69, tradução nossa) “Territorialidade é um conjunto de relações que nascem em um sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo em vista de atingir a maior autonomia possível compatível com os recursos do sistema”. Este papel que tem a rede de sujeitos locais com a materialidade em grau de territorialidade ativa constitui um conjunto de ações inovadoras que podem se tornar estratégias de resposta e resistência àquelas impositivas de controle (GOVERNA, 2005).

Em resumo:

Il modello si propone di descrivere le relazioni tra interazione sociale, potenzialità del territorio locale, governance e sviluppo. Il sistema locale è così pensato come costituito da due insiemi di componenti e tre insiemi di relazioni. Le componenti sono le reti locali dei soggetti e il milieu territoriale locale. Le relazioni sono quelle dei soggetti locali tra di loro, quelle tra i soggetti locali e il milieu territoriale e quelle tra le componenti locali e i livelli di scala sovralocali. Tutte queste relazioni sono interdipendenti tra loro (DEMATTEIS; GOVERNA, 2005, p. 29)

A construção de território-ambiente é forte quando se atua numa escala relacional local, que comporta um capital territorial sedimentado historicamente através de uma rede de sujeitos coletivos que imprimem transformação e conservação num processo de representação, autorregulação e autoprojeção. É neste sentido, que a biodiversidade expressada através de uma diversidade, também cultural, comporta-se como um ponto de resistência à influência externa-global que pode simplificar o poder de autonomia e diversidade que afeta diretamente essa governança e transformação do sistema local territorial.

O *sistema territorial* é altamente complexo, o bem relacional emerge de um processo coevolutivo entre sociedade e ambiente, em que a influência externa pode “esgotar a fonte histórica da diversificação cultural”, ademais as técnicas da produção e o habitar “[...] com as representações simbólicas associadas, tendem a se tornar mais ou menos o mesmo em todos os lugares, independentemente dos saberes locais e das variações ambientais produzidas na natureza e na história”. (DEMATTEIS, 2005, p. 109, tradução nossa).

Isto quer dizer que desde um ponto de vista escalar, de acordo com Dematteis; Governa (2005), a diversidade local em seu conjunto corresponde a um processo coevolutivo de longa duração entre a sociedade local e seu território-ambiente e é considerada uma riqueza coletiva porque desenvolve o rol de pool genético-cultural acrescentando a capacidade inovadora e, portanto, autônoma dos sistemas territoriais (DEMATTEIS; GOVERNA, 2005). A interação com a escala global tende a homogeneizar a cultura, reduzindo a complexidade com a qual esta se expressa; neste sentido, o sistema local territorial deve elevar a potencialidade da diversidade cultural, dado que os processos de adaptação vêm acompanhados de uma forte transmissão da informação genética que salvaguarda o capital

cognitivo, social e cultural, as respostas na biodiversidade sintetizam melhor a influência externa. Como frisa Dematteis (2005, p. 103, tradução nossa) fazendo uma analogia do SLoT com o modelo autopoietico, este funciona “[...] como um sistema funcionalmente aberto e operativamente fechado. Isto lhe permite realizar internamente um equilíbrio entre conservação e inovação”. Mesmo assim, as capacidades de resistência e resiliência do sistema local dependem dos processos de autonomia e identidade que filtram o controle externo e canalizam os esforços de governança.

Levando em consideração a intensidade das relações de territorialidade do SLoT, e a autonomia que desde o âmbito das ações coletivas se ganha, o conceito de escalaridade nos permite entender a relação e o papel do desenvolvimento local com outros fluxos de exterioridade, como salienta Santangelo (2005, p. 80),

“La ridefinizione territoriale di un sistema locale e le sue dinamiche di sviluppo non possono fare riferimento ad un insieme esclusivamente locale di soggetti e risorse, ma, nello stesso tempo, occorre distinguere tra rapporti transcolari del sistema e dello sviluppo locale e la presenza di sistemi multiscolari che influenzano tali processi”.

Como explica Santangelo (2005), levando em conta a interdependência entre o desenvolvimento local com outros níveis de desenvolvimento, a mesma interação e estratégia escalar do Sistema Territorial Local podem ser redefinidas socioespacialmente e orientar o processo de desenvolvimento. A esse respeito Cox (1998 apud SANTANGELO, 2005) propõe, no contexto da globalização, a distinção entre espaços de interdependência e espaços de ação. “Gli spazi di dipendenza sono definiti da quelle relazioni sociali, più o meno localizzate, dalle quali i soggetti locali dipendono per la realizzazione di interessi essenziali e per le quali non ci sono sostituti da altre parti”, pelo contrário os espaços de ação “[...] sono invece gli spazi entro i quali si attuano politiche volte ad assicurare l’esistenza degli spazi di dipendenza”, que dizer, que fazem parte da “Costruzione di reti transcolari di soggetti” permitindo um raciocínio a um nível territorial diverso (SANTANGELO, 2005, p. 77). O conflito entre estes dois espaços parece evidente, porém, uma territorialidade ativa que saiba aproveitar seu capital territorial pode fazer a sua própria síntese no cenário global e valorizar e aproveitar as especificidades locais, sejam estas de natureza ecossistêmica ou social.

Um último aspecto a abordar neste capítulo é a força da organização da ação coletiva e a configuração de um território como sujeito coletivo, indenitário e autônomo, autorregulativo e projetual, isto é, a governança territorial no desenvolvimento local. Neste sentido, Le Galés (1995, p. 90) define a governança territorial como

capacità di integrare e dare forma agli interessi locali, alle organizzazioni, ai gruppi sociali e, contemporaneamente (come) capacita da rappresentarli all’esterno, di sviluppare delle strategie più o meno unificate in relazione al mercato, allo Stato, alle altre città e agli altri livelli di governo.

Segundo este autor sob a análise de Salone (2005), seis dimensões constituem a governança: a ação pública; as definições dos objetivos das ações que se constroem com as

especificidades dos lugares na interação dos atores; a orientação da estratégia da ação de governança numa ligação do conjunto de ações e projetos individuais; a integração interna sobre a base da organização de atores e interesses com o objetivo de elaborar uma estratégia comum; a capacidade de integração de um território de se representar coletivamente no exterior; a territorialização da ação coletiva que reconhece na regulação territorial um tipo de regulação que se suporta sobre o rol do Estado, do mercado ou da cooperação entre os membros da comunidade.

Finalmente, todos estes elementos e relações do desenvolvimento local configuram o modelo de análise SLoT, como veremos, os casos de estudo poderão ser lidos com uma chave de leitura mais ampla e complexa. Em conclusão, como nos explica Dematteis (2005), o *sistema territorial* local produz diversidade e inovação cultural, isto é possível, porque a interface supralocal põe em valor a potencialidade específica do território, ademais aumenta a capacidade produtiva do planeta, em parte porque são meios de transmissão do saber contextual da biodiversidade. O desenvolvimento local sustentável tende a aumentar o autoconhecimento dos fluxos de matéria e energia e, por último, demonstrar o sucesso da produção local através de saberes contextuais que respondem a um consumo localmente diversificado, o que chamaremos nesta pesquisa de “consumo crítico”, conforme já mencionamos, como um estado avançado do consumo consciente e organizado.

6.1.2 Sistema Territorial Agroalimentar

A economia rural italiana se encontra cruzada por dois caminhos incompatíveis: por um lado “[...] l’affermarsi di una nuova agricoltura di massa basata sull’applicazione industriale delle innovazioni tecnologiche” por outro, “[...] l’espansione di complesse forme innovative di produzione, distribuzione e consumo degli alimenti, orientate a valorizzare le diversità territoriali (ATKINSON; GIBBS; REIMER; CAPINERI 2008 apud DANSERO; PUTTILLI, 2013, p. 77)”.

Neste percurso de mudança em que o atual modelo produtivo, comercial e de consumo se encaixa nos esquemas técnico-científicos de concentração de capital e perda de soberania alimentar, a resposta social não tarda em emergir e, suportado sobre discursos de conservação ambiental, qualidade na produção, valorização do produto e o produtor com mecanismos de comércio justo, entre outros, o atual processo ganha mais e mais voz nos movimentos sociais.

As leituras das inovações em sua acepção mais abrangente requalificam o papel das práticas territoriais e territorializantes que conseguem, por difícil que pareça, reorganizar a produção, distribuição, comercialização e consumo, isto é, reorientar a ação coletiva. É deste modo, que a Alternative Food Networks (AFN), conforme a apresenta Dansero; Puttilli (2013, p. 78), “[...] comprende una varietà di pratiche accomunate dall’obiettivo di proporre un nuovo rapporto tra prodotto, consumatore e produttore rispetto alla sempre più marcata separazione tra luoghi, tempi e modi di produzione e consumo”. Como argumentam os citados autores, a AFN está profundamente modificando as relações entre a produção agroalimentar e o território, sendo este conceito uma oportunidade para dar a necessária relevância às experiências alternativas e o que este conceito em si pode significar.

Estas práticas de resistência contra-hegemônica assumem uma postura alternativa à poderosa maquinaria agroindustrial de grande distribuição mundial, com princípios tais como bom, limpo, justo, pequeno, local e solidário, se assume de entrada uma postura ética consciente e propositiva. As AFN atuam sob um perfil principalmente social, político, econômico e ambiental que progressivamente está redefinindo a relação entre produção e consumo, incentivando as redes de confiança e reciprocidade, que em muitos momentos somente são possíveis de estabelecer através de relações de proximidade e participação direta dos consumidores, que inclui conhecimento dos ciclos e origens da produção, transformação e intermediação – no caso em que esta ainda exista.

São precisamente sobre estes pontos expostos que vamos nos deter na análise empírica, pois uma das principais características das Redes Agroalimentares Alternativas, é a sua capacidade de organizar a relação produção-consumo e propor outra geografia agroalimentar com alcances de governança local trans e multiescalar. Veremos como as diversas experiências de consumo convergem para reorientar os outros elos da produção, comercialização e distribuição, já que este comum denominador, que denominaremos de “consumo crítico”, comporta-se na chave de comando das relações socioeconômicas, uma sutil, mas poderosa, arma de consciência coletiva com “rosto de humanidade”.

6.1.3 Slow Food, uma visão geral

Slow Food é um grande projeto que nasce em 1986 na cidade de Bra, na província de Cuneo, Norte da Itália. Como salienta Bonetto (2011), começa a construção de uma rede de atores locais que debatem os conceitos ligados ao gosto e história dos produtos tradicionais. Sobretudo, se levamos em conta que nesta década a crise no setor vinícola era evidente na região piemontês, o resgate do prestígio da qualidade deste setor se torna uma prioridade, a estratégia é a educação dos consumidores pela autenticidade e qualidade do produto.

Como explica Bonetto (2011, p. 103):

Vino e prodotti tipici sono dunque “strumenti veicolari”, certamente commerciali, ma che divengono l’anima per nuove forme di aggregazione sociale. Sulla scala nazionale poi, l’evoluzione e la crescita di Slow Food sono stati a loro volta frutto di un percorso volto alla riconsiderazione del patrimonio enogastronomico italiano, messo a dura prova dalla superficialità, legata anche al cibo, che il cambiamento economico e sociale degli anni Ottanta ha portato con sé, insieme ai disvalori della fast life, dell’individualismo, dell’accumulazione e all’esaltazione della ricchezza e del rapido arricchimento, che purtroppo, e in parte, caratterizzano ancora il nostro periodo storico.

Este movimento de resistência ganha visibilidade internacional desde a publicação do “Manifesto ufficiale di Slow Food” celebrado em Paris em 1989 com 250 representantes italianos da organização. Hoje Slow Food é uma grande rede na qual participam mais de 100.000 sócios em mais de 130 países, 7 associações internacionais sob sua coordenação, 400

delegações italianas e mais de 500 *Convivia* (grupos locais organizados numa lógica gastronômica e cultural), sob a presidência de seu cofundador Carlo Petrini e a coordenação de um concelhio internacional (BONETTO, 2011).

Poderíamos centralizar o movimento de Slow Food como uma grande estratégia de promoção, fomento, integração e difusão das experiências locais, isto através da valoração dos produtos de qualidade numa perspectiva inovadora, qualidade que, como salientam Peano; Sottile (2013, p. 4), não é somente uma relação técnica, no agir do Slow Food “la qualità di un prodotto alimentare è una narrazione” que inicia na origem do produto, o conhecimento do território, a reputação local do produto, a técnica de transformação, as receitas, os métodos de conservação e sustentabilidade ambiental, comercialização e resgate das características organolépticas e nutricionais. Por outro lado, pode-se dizer que existe um princípio gastronômico ou eco-gastronômico e cultural associado ao gosto, daí esse slogan: *buono, pulito e giusto*, que envolve o saber local territorial e a ligação deste princípio com uma estratégia de aproximação física, econômica e social entre produtores e consumidores.

Dentro do papel deste movimento, observa-se uma forte estratégia de difusão, na qual organiza, através de grandes feiras e eventos internacionais, um conjunto de atores interessados na qualidade, autenticidade e justiça dos produtos. Destaca-se entre estes eventos o “Salone del Gusto e Arca del Gusto” celebrado em Turim desde 1996, onde se satisfaz uma grande demanda de reconhecimento e trabalho em rede sob a filosofia própria de Slow Food; neste sentido, a “Arca del Gusto”, fazendo uma metáfora bíblica, busca resgatar espécies vegetais e produtos (gastronômicos, artesanais, etc.) esquecidos ou em perigo de extinção.

Outra importantíssima função de Slow Food é a seleção de “Presìdi” o que poderíamos chamar de “Presidium local”, o que significa a proteção e defesa de bons produtos com destacada e particular qualidade com fortes raízes na cultura local, e busca-se, com este reconhecimento, promover ou reforçar a organização existente, valorizar os saberes tradicionais, trabalho justo, técnicas e práticas locais sustentáveis. Como esclarece Bonetto (2011, p. 107), “La formazione dei Presìdi nasce da un lavoro di ricerca e selezione dello staff di Slow Food, nei diversi sistemi territoriali locali, di potenziali risorse della cultura materiale legata al cibo” em que participam agentes especializados e instituições interessados na valorização do produto “[...] si mette in moto un meccanismo che parte dalla raccolta dei dati e delle informazioni e porta alla stesura di un disciplinare della produzione in modo da garantire la tracciabilità e l’eccellenza qualitativa del prodotto”.

Os critérios de seleção dos “Presìdi” segundo Peano; Sottile (2013) são: o gosto, com produtos de qualidade organoléptica; a história, cultura e a ligação com o território; a pequena escala de produção artesanal e saber tradicional; o risco de extinção, real o potencial; sustentabilidade ambiental e a sustentabilidade social numa participação ativa na tomada de decisões.

Em resumo, podemos destacar que o papel ativo do movimento Slow Food tem uma visão global que é conformada por nós locais, utilizando uma estratégia em rede de promoção e fortalecimento da organização, porém, cabe esclarecer que o consumo deste tipo de produtos tende a focar-se numa população com certo poder aquisitivo (diferente aos membros do G.A.S que pertencem a uma classe trabalhadora muito diversa, alguns com pouco poder aquisitivo),

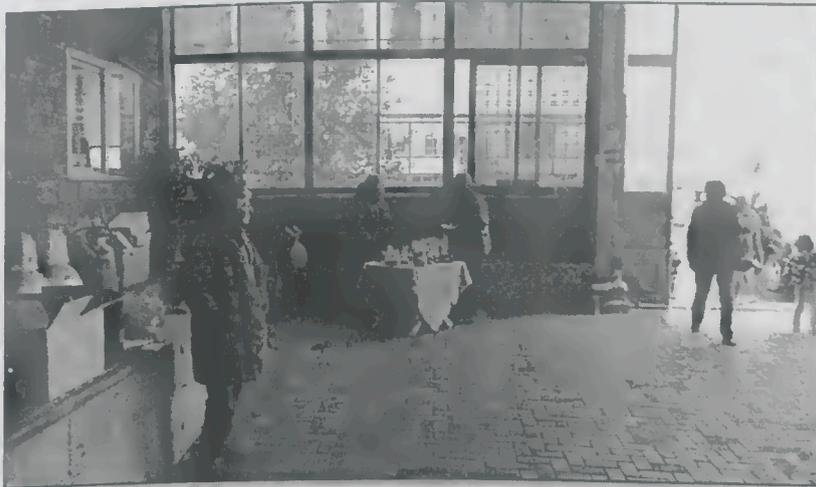
não obstante, seus aspectos a sublinhar são a autenticidade e alta qualidade dos produtos, em que não podemos desconhecer a reorganização do sistema de produção, distribuição e consumo

Ao modo de esclarecimento e contrário à experiência que se explica a continuação, o movimento Slow Food Italia foi estudado não como um caso de estudo particular, e sim através de eventos, reuniões, debates e visitas de campo.

6.1.4 Gruppi d'Acquisto Solidale G.A.S: pequeno, local e solidário

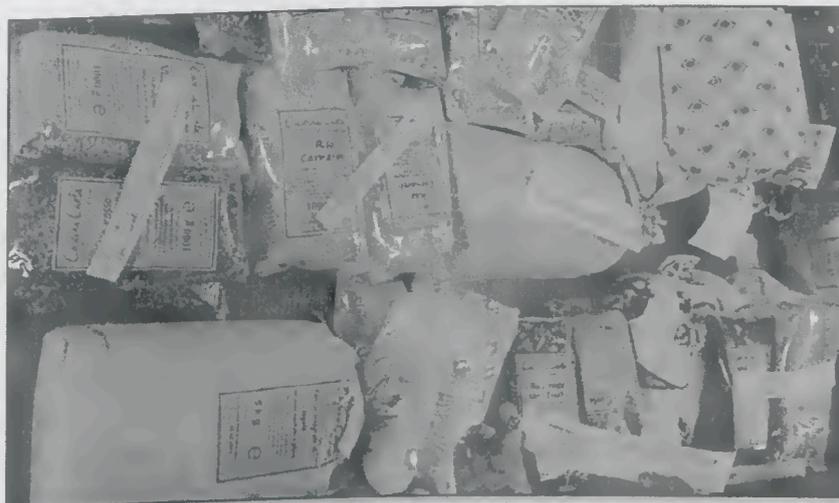
Os “Gruppi d'Acquisto” desenvolvem-se paralelamente ao consumo massificado, são basicamente grupos organizados de cidadãos que planificam coletivamente a compra de alimentos, dotando de consciência o consumo como ato altamente significativo da nossa forma de viver, ainda não questionando o modelo de desenvolvimento que se dá no consumo, porém, os Gruppi d'Acquisto Solidale (G.A.S) (Figura 19) têm um interesse forte em contrastar o modelo de produção, distribuição e consumo, incorporando para isto uns princípios de solidariedade e uma escolha inteligente que privilegie aos pequenos produtores locais (MENEGAT; PERNA, 2011).

Figura - 19. Ecoledia na entrega de produtos mensal, Ivrea



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

Figura - 20. Produtos de Ecoledia prontos para sua entrega



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

Todas estas experiências se centram no que se denomina de Consumo Crítico, movimento que acontece na Itália a partir de 1996 com a experiência do “Centro Nuovo Modelo di Sviluppo” sob a fundação de Francesco Gesualdi, com a primeira edição do livro “Guida al Consumo Crítico”, tornando-se um primeiro ponto de referência e dando informação de como o consumidor pode se organizar. Cabe ressaltar o papel familiar no que se chama “Bilanci di Giustizia”, que propõe que o consumidor faça escolha considerando o comportamento de quem produz este produto. É assim que nasce esta vertente de consumidores que buscam influenciar a produção através da aquisição, do consumo crítico.

Os G.A.S são um grupo de cidadãos que se organizam para adquirir diretamente dos produtores (Figura 20) que sejam respeitosos com o ambiente e as condições de trabalho, que tenham um projeto de território e que possam estabelecer uma ligação direta produtor-consumidor. Esta experiência configura aos poucos uma rede de integração que serve para trocar informações entre os diversos grupos.

Neste sentido, fala-se de “consumatore o co-produttore” numa equivalência do termo *prosumidor*. Quando há uma ligação muito forte. Já que os consumidores junto aos produtores constroem uma “filiera” (cadeia de produção), planejam os produtos do ano, decidem em conjunto o que e como plantar. Não é algo que dê sempre, mas acontece com muitos G.A.S (SAROLDI, 2016).

Então o que entendemos por “filiera corta” e participativa é a pequena distribuição organizada. É importante entender estes dois conceitos, para dimensionar os princípios que alicerçam o funcionamento dos G.A.S. Como salienta o Tavolo per la Rete Italian di Economia Solidale (2013), o primeiro se entende como uma relação comercial direta entre produtores e consumidores, na qual é possível omitir a intermediação da comercialização dos produtos. Este tipo de relações permite priorizar as relações de confiança e um aprofundamento na coprodução, ou melhor, no grau de relacionamento, o que permite conhecer a realidade do que se consume. O segundo termo é a pequena distribuição organizada, de fato, este ponto

determina os preços, o transporte e um custo socioeconômico o qual se pode evidenciar na oferta de emprego local, em outras palavras, a diferença da grande distribuição é o contato direto programado entre produtores e consumidores que permite garantir um preço justo, qualidade (conhecendo a origem do produto) e demais valores simbólicos relacionados a um consumo de escala local, aliás, evitar este tipo de custos socioambientais reduz os custos associados à distância do transporte, ao uso de conservantes, a um emprego terceirizado, deslocado e mal remunerado, entre outros.

Como explicam Perna; Santo (2011, p. 25, tradução nossa), desde o ponto de vista do consumidor crítico “[...] não se trata de demonizar o consumo em si, mas de transformá-lo em uma arma potentíssima de “controle democrático”, que inverte seu papel tipicamente passivo e condicionado” como salienta o autor, este não é um interesse meramente particular, ele pode se transformar numa grande força de valor social, econômico e político, “[...] tornar-se consciente desse poder permite elaborar uma estratégia de condicionamento da política de fornecimento, produção e distribuição das empresas”. Além disso, o grupo pode aumentar o poder decisional e crítico dos consumidores para dinamizar a rede de sujeitos coletivos ativando um papel territorializante em um processo inicialmente de intercâmbio comercial, mas que se torna, com o tempo, um mecanismo concreto de desenvolvimento.

Como explica Saroli (2016), presidente de G.A.S.torino, que foi entrevistado como parte do trabalho empírico da pesquisa, começando o ano 2000 já tinham entrado na Itália outras experiências de economia solidária da França, com financiamento ético, cooperativas, produtores agrícolas, etc. Algumas experiências foram feitas na América Latina, principalmente o pensamento de Euclides André Mance, com o livro “La rivoluzione delle reti. L’economia solidale per un’altra globalizzazione”, o qual também influencia as práticas italianas. Inspirados nisto, criam na Itália uma rede de economia solidária, tentando reunir os G.A.S e os produtores. A filosofia dos G.A.S consiste em que se pode pedir a um produtor para modificar sua forma de produzir se houver alguém disposto a consumir seus produtos.

Dentro destas experiências os G.A.S têm concluído que as pessoas se organizam não somente para uma troca material, mas para trocar ideias em que atores se ativam para procurar uma transformação, dinamizando e mantendo integralmente aos produtores. Nesta esteira, que diferença faz um G.A.S de uma cooperativa de consumo? Segundo Forno; Grasseni; Signori (2013), estas cooperativas tendem a focalizar-se numa solidariedade recíproca interna, orientada à poupança dos associados ou para obter produtos de alta qualidade, não obstante, a sustentabilidade que atinge a cooperativa não é suficiente quando, em termos de solidariedade, esta não é inclusiva, pelo contrário, o G.A.S emite solidariedade entre eles, com o ambiente e com os produtores, inclusive com outros atores. Os G.A.S também se diferenciam de outras iniciativas como as *Farmer’s markets* e os projetos de *Community supported agriculture*, por terem os grupos de aquisição um caráter coletivo da prática de consumo, pois trata-se de “[...] organizar coletivamente a distribuição e a logística de uma gama de produtos dada a partir de uma rede de consumidores”. (FORNO; GRASSENI; SIGNORI, 2013, p. 16, tradução nossa).

Na província de Turim existem aproximadamente 50 G.A.S., há alguns anos nasce uma rede local de G.A.S que se chama GASTorino, que é também uma associação na qual Andrea Saroldi é o presidente. A ideia é que, como expõe Saroldi (2016) na sua entrevista, cada grupo

que faz sua atividade de aquisição possa trocar informações e formar projetos coletivos, por exemplo: a relação com as universidades ou instituições, principalmente com o grupo de pesquisa de Egidio Dansero da Unito (Università degli Studi di Torino). Em alguns contatos com a província ou a comunidade, trabalhamos juntos para retroalimentar este tipo de atividades. Outra atividade são as ordens coletivas entre 40 ou 50 grupos de aquisição, porque algumas aquisições são melhores quando são feitas em conjunto, principalmente com os produtores que estão muito afastados dos centros de troca. Dizem que, se o produtor é da zona, deve comunicar-se com o G.A.S local, mas, contrariamente, se é um produtor afastado, é conveniente adquirir em conjunto para depois subdividir em cada grupo.

Outras experiências (principalmente nos Estados Unidos, França, Bélgica e Japão) são muito ambíguas e difusas no mundo, cada qual com suas particularidades. Temos estudado, salienta Saroldi (2016), principalmente AMAP¹³ (Association pour le maintien d'une agriculture paysanne) em países de língua francófona, estes estabelecem um acordo entre produtores e consumidores, que se assina começando a estação, no qual o consumidor mantém a compra da produção por um ano inteiro, existe uma espécie de reserva dos produtos anualmente. Uma diferença substancial é que o AMAP tem uma ligação muito forte com um fornecedor só, o G.A.S tem uma ligação menos forte, não existe um contrato, é mais um sistema de confiança em que, semanal ou mensalmente, ou em um período mais longo, organizam-se para decidir o tipo, lugar, data e quantidade para ser adquirida, geralmente sempre com os mesmos fornecedores. Além disso, os G.A.S compram em conjunto produtos diversos, não somente alimentar, mas também de limpeza, asseio pessoal, entre outros. Então temos uma ligação mais informal e diversa.

Neste sentido, e como veremos no seguinte item, o movimento Slow Food e os G.A.S são duas experiências bastante diferentes, que se conhecem sim, mas trabalham de forma e com pessoas diversas. Os G.A.S fazem a aquisição em conjunto, organizam-se para fazer isto. Em alguns momentos são feitas atividades em conjunto, explica Saroldi (2016).

Por conseguinte, questionamos a Andrea Saroldi (2016) a esse respeito: *Riprendendo i temi dei GAS come pratiche di economie solidale, che pensa sia il ruolo di questi gruppi, piuttosto dei GAS che si metono in rete con altri soggetti per costruire un Distretto di Economia Solidale (DES), come se manifesta nel territorio? Come stabilisce este un modello di sviluppo locale?*

GASstorino desenvolve dois papéis, um centrado na rede dos G.A.S e outro que tenta levar além a ideia do Distretto di Economia Solidale (DES)¹⁴, para isto procuramos integrar diversos projetos que inserem várias organizações para assim construir projetos coletivos, por exemplo, a distribuição de ordens conjuntas na qual participam duas cooperativas encarregadas dessa atividade. Este é um exemplo de DES porque coloca em conjunto os G.A.S, os produtores e as cooperativas para buscar construir circuitos baseados no consumo; parte do

¹³ Outros grupos com uma atividade parecida são: Community Supported Agriculture (CSA) em países anglo-saxões e os Teikei, um sistema associativo de produção agropecuária nascido no Japão.

¹⁴ "Distretto di Economia Solidale si strutturano attorno a tavoli di coordinamento e di studio con la finalità di organizzare "filie corte" che riguardano progetti di *approvvigionamento collettivo* che in alcuni casi vanno "oltre il cibo" e comprendono anche energie alternative, distretti rurali e altro ancora" (FORNO; GRASSEN; SIGNORI, 2013, p. 16).

dinheiro que pagam os G.A.S destinam-se ao trabalho destas cooperativas que se ocupam da distribuição. Outro projeto é a comunicação com diversos sujeitos involucrados, como a cooperativa social (I.So.La). Aquilo que estamos tentando fazer em Turim através de projetos que integram diversos sujeitos que constroem o circuito local de produtos ou de serviços, e ainda ficamos um pouco atrás em comparação com outros DES que funcionam melhor (SAROLDI, 2016).

A filosofia é construir uma economia baseada na solidariedade. No livro “La Rivoluzione delle Reti” se propõe premissas para construir uma sociedade diversa que parta das experiências existentes e procure seu fortalecimento. Neste aspecto, é importante analisar três tipologias de G.A.S que propõe o Tavolo per la Rete Italiana di Economia Solidale (2013), para conhecer, assim, o papel destes no desenvolvimento do território, de fato, as duas primeiras classificações são as mais passivas. A primeira é um sistema fechado no qual operam estes grupos, hermetismo que responde a um consumo responsável, mas não conseguiu interatuar com outros atores; a segunda tipologia interatua com outros grupos de aquisição, porém, a concorrência faz parte de sua natureza e a aparente superioridade de alguns sobre outros emerge com força. Uma terceira tipologia, coopera com os outros G.A.S e com outros atores, seu papel é a integração e a visão de futuro num plano territorial.

GAStorino ocupa-se de promover o consumo crítico e a economia solidária, mantendo uma estreita relação com diferentes atores do território. Em termos gerais, se o papel dos G.A.S é organizar-se no consumo, nos questionamos, o que é o consumo crítico? Como pode fundamentar a base das territorialidades e se tornar uma estratégia de desenvolvimento local territorial? Tomamos algumas ideias muito importantes de Saroldi (2003) para entender o papel do consumo crítico, colocando-o no primeiro nível de quatro níveis propostos para alicerçar a economia solidária. O agir no quotidiano se apresenta como a base da transformação, uma pequena escolha no dia a dia, a alimentação, as roupas, o transporte, etc., poderíamos chamá-lo de um comportamento da escala humana, como propõe Max Neef (1994), ou compatível com a humanidade como salienta Saroldi. O consumo crítico “Propõe um caminho exemplar que parte do conhecimento dos efeitos das nossas escolhas de consumo, passa pela conversão de nosso hábito e daqueles que estão no redor, por chegar a modificar as escolhas das empresas e a regra do jogo”. (SAROLDI, 2003, p. 13), Além disso, “O consumo crítico se baseia sobre uma consideração muito simples: somos nós que financiamos com as nossas escolhas de consumo, o tipo de produção e da empresa em respeito a outro”. Quer dizer “[...] a capacidade de influenciar através da nossa demanda a oferta das empresas” (SAROLDI, 2003, p. 14).

Em resumo, o objetivo do consumo crítico é aquele que permite

[...]attraverso l'acquisto (e il non acquisto), di influenzare e indirizzare le politiche di produzione, le forme di distribuzione di beni e servizi, le scelte di altri consumatori e delle Pubbliche Amministrazioni e di portare benefici diretti e indiretti, all'ambiente, alla condizione dei lavoratori, ai rapporti unani, alla pace tra i popoli, alla salute fisica, morale e sociale della comunità [...] in una sola espressione, di diventare in prima persona l'unità minima e il primo motore di una 'economia di giustizia' (ACANFORA, 2016, p. 6).

Os outros três níveis da proposta de Saroldi (2003, p. 45, tradução nossa) são: “*costruire cantieri*” um encontro com a nossa realidade coletiva, porque necessitamos “[...] “descolonizar” nosso imaginário coletivo para poder construir formas diversas de economia” dentro desta proposta que faz emergir a importância dos G.A.S e demais empresas solidárias, e propõe Saroldi neste sentido, “*disintossicarsi dal consumismo*” (VELLE, 2002). Um terceiro nível é “*fare mente locale*” inspirada na proposta de “*Il progetto locale*” de Maghaghi (2000). Este nível baseia-se sobre os argumentos já planteados, a construção de território como um projeto coletivo. O quarto nível chamado “*intrecciare reti*” suportado teoricamente no livro do autor brasileiro já mencionado Euclides André Mance (2003), traduzido ao italiano “*La rivoluzione delle reti. L’economia solidale per un’altra globalizzazione*”, podendo resumir a ideia geral do autor num trecho do livro: “Si tratta, infatti di costruire un altro ambito di relazioni di scambio parallelo al mercato capitalista, il quale si realizza nella misura in cui nuove cellule di consumo si organizzano e sorgono nuove unità produttive, ampliando gli scambi materiali tra queste” (MANCE, 2003, p. 142).

6.1.4.1 Ecoredia, do consumo a um projeto coletivo territorial

Em 2003, na cidade de Ivrea, no Piemonte italiano, nasce de uma iniciativa de quase 30 famílias a associação Ecoredia com um projeto que busca ir além da aquisição de coisas. Em princípio, sob o título do “consumo crítico”, sempre preocupado dos circuitos industriais tradicionais de distribuição massificada, afastando-se deste e procurando ter um consumo consciente, respeitoso com o ambiente, com os trabalhadores, de local e pequena produção (cadeia curta), solidária, organizada e em rede, como explica Nevio Perna (2016), membro ativo da organização, que foi entrevistado como parte do trabalho de campo.

Hoje esta organização involucra mais de 200 famílias e administra ordens coletivas para o consumo de produtos principalmente locais, e uma série de projetos de desenvolvimento local que se circunscrevem à identidade própria de um território que denominam de “Anfiteatro Morenico de Ivrea” (AMI) (Figuras 21 e 22).

O Anfiteatro Morenico de Ivrea, produto do material depositado na glaciação dos Alpes (Figura 23), forma uma área de 500 km² a qual se caracteriza por ter três formações geomorfológicas: *pianura*, *montagna* e *collina*, daí vem a distribuição da comunidade. Formado por pequenos povoados ou assentamentos até com 300 habitantes, Ivrea, com 25.000, é a maior e com uma população total aproximada de 100.000 habitantes. Refletimos sobre a “filera corta”, a pequena produção (um ou dois hectares), principalmente hortofrutícola (Figura 24), vinícola e de produção de azeite, lácteo e de cereal, dos quais aproximadamente 14 produtores participam de circuitos de cadeia curta através da produção de bens orgânicos. O AMI se transforma desta maneira no referente territorial no qual se constroem as identidades de “lugar” e as territorialidades que emergem na construção do sistema local territorial.

“Ragionare sul cibo, sulle reti agroalimentari alternative, sul consumo di suolo e sulle prospettive del mondo agricolo nell’AMI rappresenta un’occasione per un territorio che in altri momenti ha saputo essere e che può riproporsi come un anfiteatro di sperimentazioni” (DANSERO, 2011).

Como explica Perna (2016), a matriz destes processos tem a ver com o primeiro Foro Social Mundial (2001). No passado nos reencontramos com pessoas de “*Bilanci de Giustizia*”, grupo que participava desta atividade, principalmente de tipo avaliativo. Este evento torna-se um fato de grande importância para a constituição do Ecoredia dando vida a um verdadeiro projeto de economia solidária, porém refletíamos sobre o modelo de desenvolvimento, apresentando-nos publicamente à cidadania através de um encontro chamado “*Liberi da Questo Mercato*”. Finalizando, o 2004 Ecoredia promove a primeira feira de economia solidária do Canavese “*Sana Terra*”, que hoje se faz a cada dois anos em um período de uma semana (este ano é a 8ª edição), sendo ela um espaço de troca e debate em torno à economia solidária. Além disso, foi publicado um livro a esse respeito, editado por Altreconomia.

Figura 23 - Geomorfologia do Anfiteatro Morenico de Ivrea



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

Figura 24 - Horta de um produtor de Ecoeredia



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

Neste momento estamos ajudando a aumentar os G.A.S através de uma subdivisão da associação. Ecoeredia se subdivide em três grupos autônomos, Ecoeredia, Dora Baltea e Valchiusella, todos com uma distribuição espacial específica. Um dia na semana se reserva à aquisição, selecionamos os produtores e os consumidores, quando fazemos a *consegna* (entrega), se paga no momento do encontro, isto se faz através de dois sites da internet, Ecoeredia.it e PortalGas.it. Outro ponto é que cada produto tem um responsável, o qual, quando fecha-se a ordem, as envia aos produtores. Colocamos todos os dados das pessoas para aqueles que se esquecem (PERNA, 2016).

Inicialmente se devem mudar costumes, como programar a compra de alimentos (três vezes por semana), sempre há uma parte mais ativa que outra, uma vez ao mês se tem uma reunião com uma participação de aproximadamente 20%, mesmo assim, busca-se ter a maior participação possível, e sempre se deve ter uma racionalidade particular, dar uma disponibilidade de tempo, é um sistema de relações flexíveis, que requer uma atitude positiva e ativa, principalmente nos eventos. Também se fazem encontros com os produtores, visitas para conhecer diretamente os produtores e seu método de produção; cada mês se realiza uma assembleia com o mercado mensal, Altromercato, e com outros produtores além do Ecoeredia. Não podemos nos fechar simplesmente a uma série de exigências de qualidade e responsabilidade ambiental, explica Perna, 2016, conforme a Dansero; Putilli (2013, p. 25, tradução nossa): “Para a escolha, a associação não se fornece de produtos biológicos certificados, pois a qualidade é garantida através da confiança nos métodos de produção adotados pelos produtores envolvidos na rede”. Tentamos de estabelecer, em primeiro lugar, uma confiança com os produtores, isto é mais importante, é uma estratégia de desenvolvimento local em que todos participam, e com o tempo tendem a melhorar as condições de quem produz e de quem adquire (PERNA, 2016).

A respeito disso, diferentes produtores têm se organizado sobre o plano de desenvolvimento rural sob responsabilidade do Governo do Piemonte para colocar em disposição um fundo pela agricultura. Cada região deve apresentar um plano de sete anos para as novas instalações, sendo 35.000 euros a “fundo perso”. Em resumo, podemos dizer que é um pequeno motor que busca integrar produtores, consumidores, entre outros atores, para empurrar na mesma direção, aproximadamente 200 famílias com um gasto de 400.000 euros anuais de mercado, dos quais pelo menos a metade é fornecida pela região.

Com o intuito de construir um espaço aberto aos cidadãos, em 2014, o Ecoredia forma parte na fundação de uma cooperativa chamada Zone Attive di Cittadinanza (ZAC) (Figura 25, 26 e 27), com o objetivo de reativar o Movicentro di Ivrea, uma estrutura inutilizada do lado da estação ferroviária. Esta cooperativa se torna a nova sede operativa do Ecoredia numa sinergia que complementa as atividades das duas organizações. Atualmente funciona com quatro pessoas de emprego direto e outras 30 em voluntariado para outros serviços, como limpeza, cozinha ou desenvolvimento de atividades grupais; dividindo as contas com a prefeitura e pagando um aluguel. Ademais, uma porcentagem se reserva para projetos sociais, por exemplo, na inserção de jovens vulneráveis que procuram um espaço onde podem se reunir, talvez tocar alguns instrumentos, ou simplesmente brincar um pouco; este lugar tem se convertido num organismo ativo. O ZAC é um ponto importante na projeção de um grupo que demonstra alto compromisso, o qual se tem transformado num ponto de referência cidadã (PERNA, 2016).

Outra vantagem da instalação do ZAC é que se aproveita para desenvolver feiras semanais como CoseBuone aberta a toda a população, assim como Altromercato (de mercado mensal), que realiza encontros com diferentes agentes da economia solidária, e, sobretudo, a orientação de uma comunidade do consumo crítico. Cabe destacar, que o Ecoredia também participa de diversos projetos, como na organização de campanhas públicas como “Plastic Free” e “Io cambio pannolino”, projetos para educar o consumo crítico com as escolas e com as universidades sobre o sistema territorial agroalimentar na produção, distribuição e consumo.

Figura 25 - Zone Attive di Cittadinanza, sede



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

Figura 26 - Zone Attive di Cittadinanza, salas



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

Figura 27 - Zone Attive di Cittadinanza, restaurante



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

6.2 Considerações finais do capítulo

Conforme o apresentado, é importante salientar que a abordagem do SLoT permite dar maior relevância ao território como ator dinâmico no desenvolvimento, principalmente quando centralizamos a análise no “local”, o qual contém as condições para o agir coletivo. O local, por esta razão, se apresenta no jogo trans e multiescalar, na ligação das relações ao interior da rede de sujeitos com a materialidade do território e na interação com um externo, globalizado, porém, resultado de uma projeção de outros territórios locais. É possível, assim, canalizar os recursos e as territorialidades ativas e do devir solidário.

Um segundo aspecto a sublinhar é o consumo crítico. Num olhar muito superficial parece um elo mais da cadeia econômico-produtiva, não obstante, o produtor pode não comercializar seus produtos e o vendedor pode não se interessar no produto que oferece, porém, todos os sujeitos da cadeia são inevitavelmente consumidores, este comum denominador é por natureza, desde que somos sujeitos organizados em sociedades, um espaço de escolha que movimenta grande parte de nosso comportamento e canaliza em proporções altamente significativas nossa energia produzida pelo trabalho, então, basta refletirmos para termos clareza do nosso poder para influenciar na produção a partir de um coletivo que pode escolher produtos com certa qualidade, como a produção típica e solidária. Finalmente o consumo, a chave de transformação dos processos produtivos e de toda a sedimentação histórica acumulada que chamamos de território, nas mãos da necessidade voltada ao desejo.

CAPÍTULO 7

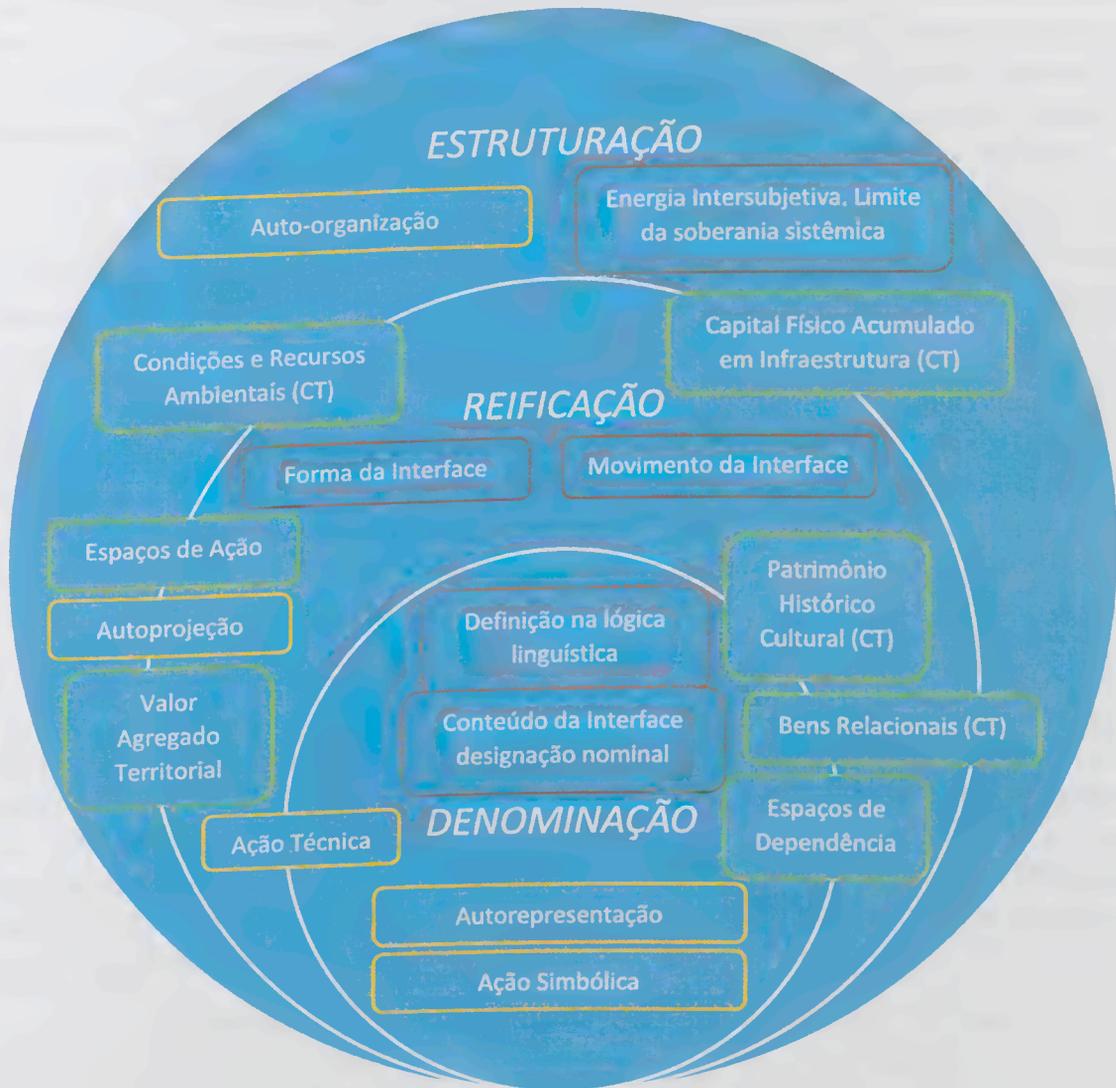
CONSIDERAÇÕES FINAIS. TERRITORIALIDADE NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO-AMBIENTAL: UM PROCESSO DE SÍNTESE

7.1 As territorialidades do Circuito Econômico Solidário como fato geográfico

Com ânimo de compreender as territorialidades identificadas no(s) Circuito(s) Econômico(s) Solidário(s), objetivo 3 e finalidade última do objetivo geral da pesquisa, expomos uma síntese dos principais elementos e as relações estabelecidas que foram identificadas. Apresentamos neste capítulo uma discussão reflexiva do nosso entendimento geográfico-ambiental do(s) CES, principalmente no aprofundamento do circuito Ascrud-coopcomd, dividido em dois subtítulos, além de apresentarmos, num terceiro ponto, a síntese final da pesquisa.

Como já mencionamos, a construção de território se dá na apropriação, uso e representação do espaço, processo no qual a alteridade (em reconhecimento do “outro” através do autorreconhecimento) e a externalidade configuram a territorialização, “[...] il più formidabile strumento autocostruttivo” (TURCO, 2010, p. 49). “O processo de territorialização implementa três formas de controle sobre a superfície terrestre: plano simbólico, material e organizativo” (TURCO, 2010, p. 51, tradução nossa). Neste sentido, pensamos que estes três elementos abrangem os principais resultados obtidos, tendo como referência o projeto de territorialização como uma conquista cultural e um dispositivo social que parte do ambiente e vai ascendendo numa construção mental (i)materializada, do que aqui chamamos de território: denominação, num plano simbólico; reificação, num plano material (transformação de algo abstrato em algo concreto, a materialização no controle do material) e estruturação, num plano organizativo (controle organizativo, ou bem, as “regras do jogo” social de convivência) que construímos com base em Turco (2010) e Dematteis e Governa (2005) (Figura 28).

Figura 28 - Níveis de territorialização em relação à aplicação da técnica metodológica: Interfaces Territoriais para Estudos de Práticas de Inovação Social em Ambientes Solidários.



Técnica metodológica. Interfaces territoriais para estudos de práticas de inovação social em ambientes solidários

Etapa 1 SLoT: interdependências do capital territorial na escala relacional: produção, transformação distribuição e valor agregado territorial

Etapa 2 SLoT: auto-organização, autorepresentação e autoprojeção da ação coletiva na construção de territorialidades vinculadas ao agir técnico e simbólico do trabalho como interfase metabólica culturo-ecossistêmica

Como explica Turco (2010), nestas três formas de controle, o controle simbólico é uma significação em termos gerais, de mundo; como se vê, percebe, sente e representa, porém o autor sublinha a “palavra” como o ato territorial por antonomásia, a palavra confere nome, indica posição, predicação, além de atribuir propriedade, entre outras características de grande relevância. Como salienta Turco (2010), a base deste controle é de tipo linguístico, com articulações que afetam o domínio semântico, aquele sintático ou pragmático, podendo-se expressar também de forma figurativa, arquitetônica, em espécie ou *verbo-iconeicamente*.

No que se refere à *reificação* (também uma coisificação), ou seja, o controle material, Turco (2010) salienta que há uma fusão entre *memória* histórico-cultural e biológica, incidindo a *denominação* sobre a materialidade, principalmente pela vontade de transformar a natureza.

É assim que o evidente poder do homem de exercer controle transforma uma aparente fraqueza, em relação com os outros organismos na mediação técnico-simbólica, histórica e processual, num mecanismo de adaptação e transformação que vai além da dependência orgânica da qual está sujeito qualquer outro ser vivo, mas que o homem soube territorializar num plano simbólico e material organizado. Já no plano da estruturação há regras políticas, econômicas (como as estruturas dadas na troca e consumo) e culturais que influenciam simultaneamente a vida das pessoas e seu desenvolvimento.

Essa *estrutura* como esclarece Turco (2010), são ambientes de exercício onde uma regra de competência ou poder se exerce, podemos agregar ao debate, que as estruturas no CES fazem parte da construção, uso e mediação do território. Como mostramos na Figura 28, representando os dois momentos empíricos e analíticos e sintetizando os principais elementos das três formas de controle. Os elementos foram colocados dentro de cada círculo correspondente, porém, um elemento pode ficar em uma ou mais interfaces, isto forma um tecido de três dimensões não precisamente hierárquico, nem exclusivo e em muitos momentos, com certa simultaneidade de acontecimentos.

Os acontecimentos se articulam e produzem numa atividade de construção, uso e mediação do mesmo território, na realidade geográfica, um processo autorreferencial territorializante gerido por uma coletividade, influenciando a própria reprodução da sociedade. Um exemplo disso são as estruturas territoriais, sistemas históricos acumulados, mais ou menos estáveis, com algum grau de autoaprendizagem que obriga a pensar-se como sociedade resiliente.

Como se apresentou no capítulo 4, foram definidas as três inovações sociais numa lógica linguística, para gerar uma compreensão da inovação como processo. Os resultados foram verbos como ações principais, adjetivos como atributos e advérbios como tecido circunstancial. A Agrosolidaria Seccional Apía demonstrou ter uma visão de integração com uma grande atividade: fortalecer as organizações, só que seu ritmo muito acelerado e os problemas de estrutura administrativa não permitiram atingir o objetivo através da Agrosolidaria. O resultado desse trabalho é um imaginário coletivo territorial de ganho de poder, principalmente a partir de uma consolidação do sistema agropecuário econômico-produtivo, apresentando-se a economia solidária como um grande guarda-chuva em que o trabalhador, pela sua própria qualidade, como sujeito, consegue fazer parte de um sistema justo e equitativo.

Por outro lado, a situação de Ascrud-Cooprocomd é um pouco diferente, já que seu principal objetivo é gerir um modelo de comercialização através de um consumo próprio organizado e eficaz, o resultado é um processo preocupado mais pela representatividade, na ação simbólica: a palavra mais destacada é a integração ou unidade, nada muito diferente com os outros circuitos, mesmo assim, a articulação interinstitucional deste circuito permite uma autorreferência de credibilidade, forte administrativa e financeiramente.

Pelo contrário, ao transformar o perfil produtivo de Agrosolidaria La Celia, parte-se de uma estrutura bastante frágil e um desafio maior, pois não tem um acúmulo de organizações sólidas e, muito menos, um apoio técnico, administrativo, organizacional, de vigilância e controle real, dito com outras palavras, a Ação Técnica, a qual se apresenta na interface de Denominação e Reificação (Figura 28), não é completamente operante. Os Espaços de dependência são evidentes, no entanto, com a falta de segurança e, sobretudo, de soberania alimentar, eles não conseguem suportar os ganhos nos Espaços de Ação, elemento que localizamos dentro da interface material e organizativa.

Outros elementos a serem resgatados são a forma e o movimento da interface. A primeira, por seu lado, conjuga-se com o segundo trabalho empírico, a operacionalização e projeção metodológica do SLoT, principalmente na Etapa 1 com as categorias da Materialidade Específica Potencial, não obstante, com uma marcada diferença, as duas interfaces foram localizadas na Reificação, já que sua leitura focou-se no que chamamos de transgressão, como um indicador de limites, acessos e fluxos, que sem desconhecer suas estruturas, sua materialidade é altamente predominante num modelo simplificado de leitura aplicado sobre um sistema de regulação.

Por este motivo é que tanto as Condições e Recursos Ambientais (CRI), quanto o Capital Físico Acumulado em Infraestrutura (CFAI), representam processos acumulados de longa duração. Nas territorialidades de todos os circuitos, considera-se que as condições ambientais não são um problema significativo, sobretudo, porque o processo produtivo, com suas diferentes falências, tem sido melhorado com ajuda e suporte das organizações; não obstante, quando tratamos da comercialização, a situação e estado do CFAI representam um sério problema, principalmente com a Infraestrutura Rodoviária, pois sem um forte investimento neste aspecto os processos de distribuição e comercialização ficarão ainda mais para trás.

Aliás, as territorialidades vistas como processos de auto-organização, autorrepresentação e autoprojeção do território permitiram trabalhar as três categorias de controle. A partir da auto-organização, questionou-se a origem solidária da organização, sobre seus processos de autonomia, participação, coordenação, interesses na formação do CES e seu papel no desenvolvimento local no exercício de governança; também se verificou o que significa pertencer a uma organização de economia solidária e seu poder na reorganização da dinâmica do mercado, incluindo valores sociais inerentes à qualidade de vida. O resultado deste processo é um forte interesse de transformação através da ação coletiva coordenada, processo que se facilitou com a autorrepresentação, a qual forma um imaginário lógico e encadeado que entende os processos que configuram a inovação social, principalmente na identidade que esta pode significar na construção e agregação de valor através do trabalho solidário. O processo de territorialização ocorrido no município de Belén de Umbría, onde a sensação de insegurança

possibilitou “plantar a primeira semente” de trabalho coletivo, responde justamente a uma rede de segurança civil, fortalecendo o trabalho social, processo que coordena a fundação Aqui Somos Paz.

De outro ponto de vista, a autoprojeção deve se localizar numa interface material e organizativa, neste aspecto, podemos identificar um amplo interesse pela consolidação de um mercado, pela promoção de um consumo qualificado, consciente e crítico, o que preferimos chamar de “as territorialidades no consumo vital”, conforme se trabalhou nos capítulos precedentes. Observou-se como o consumo pode reorganizar os subsistemas do CES, pois cada um deles é em si mesmo uma grande estrutura, porém a diferença que destacamos é que o consumo é uma prática comum e obrigatória, não optativa, já que não envolve uma opção e liberdade de escolha, influenciando a regulação de todo o circuito.

Na *estruturação*, destacam-se dois elementos em nossos níveis de territorialização, a Energia Intersubjetiva (EI) e os Bens Relacionais (BR), os segundos localizados nas três categorias, já que se compõem do Capital Social, Capital Cognitivo Local, Diversidade Cultural e Capacidade Institucional. O processo é tanto simbólico e técnico quanto regularizador; cabe esclarecer que o capital social imprime uma forte liderança na composição dos BR e dá potencialidade territorial. A mediação da ação coletiva do projeto de territorialização parte de um compromisso social, o qual ademais pressupõe Energia Intersubjetiva representada na união, integração e cooperação do CES; argumentação que possibilita conhecer o grau de permeabilidade da organização com o ambiente, o que se traduz na delimitação do campo de influência direto do sistema organizacional, dito de outro modo, no limite da soberania do projeto coletivo, o fino tecido entre a governança exercida nos espaços de ação e o controle material dos espaços de dependência.

7.2 As territorialidades do Circuito Econômico Solidário como fato ambiental

De maneira geral, a territorialidade exerce uma mediação simbólica e técnica nas práticas sócio-espaciais entre a materialidade e a liberação projetual da rede de sujeitos coletivos, em configuração do território, na sua autorregulação marcada por regras de habitabilidade, os códigos de autorreferência social.

Neste ponto, voltamos à argumentação de Turco (2010), na qual ele explica que existe uma conquista na consciência humana, em que o agir do processo territorial denota uma “[...] complexidade originária que fornece ao mundo sua atitude à transformação. A sua disposição ao modelamento antrópico” (TURCO, 2010, p. 161, tradução nossa).

“La configurazione ambientale della territorialità esprime una connotazione profonda della specie umana, probabilmente legata all’istinto di sopravvivenza. Ma insieme testimonia la sapienza geografica che l’uomo ha saputo regolare a se stesso nel corso di millenni di lavoro, di adattamenti e ri-adattamenti, di trasformazione di sé grazie al rimaneggiamento continuo della superficie terrestre” (TURCO, 2010, p. 161).

Como se apresenta na Figura 29, propomos uma reflexão teórica de duas linhas interdependentes, a formação de território e ambiente. Por um lado, no ecossistema como uma base natural relacional, procura-se a reprodução e salvaguarda da biodiversidade como mecanismo de conservação, embora essa biodiversidade na linguagem genética se traduza em preservação da espécie, a cultura sabe utilizar esta transmissão de informação para manter seu potencial cognitivo de transformação; a cultura se inova a si mesma no processo de mediação da ação técnico-simbólica e obtendo, como resultado da práxis espaço-temporal, um autorreferenciamento de construção de identidades que chamamos de territorialização, uma ação projetada das territorialidades. Além disso, a figura ascende na formação de ambiente, um ato complexo de processualidades, claro, também espaço-temporal, mas na formação de singularidades coevolutivas, ou seja, “A emergência do ambiente como fato geográfico” (TURCO, 2010, p. 161 tradução nossa).

As territorialidades, como orientação teórica, permitem-nos compreender as diversas formas, conteúdos e movimentos que existem nesta relação território-ambiente. Podemos pensar no território numa práxis planetária, a qual se serve das particularidades de cada lugar, de cada realidade local, principalmente na intensa dinâmica das pequenas mudanças. A rede de sujeitos a qual tivemos a oportunidade de estudar permitiu ler as diferentes relações do CES com os atores locais e seu rol na construção de desenvolvimento, a multiescalaridade da inovação social, do projeto pessoal até o projeto local-global, assim como o desejo das redes interlocais na conexão complexa da biodiversidade, do uso material das especificidades do contexto.

Neste sentido, olhar para as inovações sociais significou repensar as práticas na economia, uma economia para as inovações sociais, porque se precisa de um “além” no reconhecimento, valoração e incorporação neste âmbito, porém, atualmente, as velhas estruturas e teorias econômicas não se ajustam às novas legitimidades, como a criação criativa e destrutora que faz a inovação social no mesmo processo de territorialização.

7.3 Síntese final: algumas considerações

O objetivo principal da pesquisa foi compreender e explicar as territorialidades do Circuito Econômico Solidário em Risaralda, tentando compreender aspectos de uma realidade complexa, entendendo as inovações sociais como práticas sócio-espaciais num contexto de economia solidária. Nesta esteira, empreendemos a pesquisa a partir de uma argumentação teórica comprometida com um método, uma metodologia e uns conceitos que permitissem dialogar com a processualidade relacional de nossa proposta (a Metodologia de Interfaces adaptada às nossas necessidades).

Estamos convictos que, em uma problemática envolvente como a do Departamento de Risaralda e dos contextos locais, o abandono do Estado em políticas eficientes, em verbas, assessoramento, enfim, em muitas situações que condicionam a migração para as cidades, está na base do entendimento da produção e comercialização agropecuária como uma escolha pouco remunerada e sustentável, no entanto, percebe-se que as pequenas iniciativas locais conseguem mudar progressivamente este tipo de realidades.

Sob esta argumentação, as inovações sociais se apresentam como ações diferenciadoras que legitimam o papel dos sujeitos coletivos na construção territorial. O território, neste sentido, foi compreendido como resultado, processo e condição que parte de uma materialidade espacial, de umas especificidades locais em que participa uma rede de ecossistemas de alcance global, mas que reconhecemos na valia da escala artesanal dos fenômenos: o local, em que a ação coletiva coordenada de economia solidária resulta justamente de uma rede de atores, caracterizando o que chamamos aqui de Circuito Econômico Solidário.

No contexto nacional, a Colômbia estabelece em termos legais diferentes formas de organização solidária, nesta pesquisa, tivemos a oportunidade de estudar com várias cooperativas, uma fundação, uma associação e uma organização solidária de desenvolvimento: diferentes são suas escalas de atuação, algumas se centraram no município, outras no Departamento e região, e todas de algum jeito, atuam em escalas supralocais, nacionais e internacionais.

Quando olhamos para as práticas de inovação social, identificamos processos, elementos e relações que compõem seu contexto e como este tende a focar-se num ou outro perfil ou modelo de desenvolvimento. Assim, questionamo-nos, como qualificar uma inovação social num contexto econômico que procura qualificar todas as iniciativas por sua rentabilidade econômica, seu êxito comercial? A resposta sempre se encontrou no entendimento das inovações como processos interativos sociais espacializados, quer dizer, territorializantes, se pudéssemos ler com total compromisso, pelo menos uma parte de tão grande complexidade, entender-se-ia que a legitimidade de uma prática diferenciada e criativa implica a composição integral do reconhecimento da rede de sujeitos, suas necessidades, desejos e projeções, principalmente como parte de um projeto territorial. Deste modo, a economia solidária permitiu entender os modos como se criam e operacionalizam as interfaces metabólicas de mediação que chamamos “trabalho”, e qualificar este aspecto pode significar mais competência no agir ético de uma instrumentalização técnico-simbólica que dirige a cultura e influencia diretamente os níveis de desenvolvimento.

Um último ponto a destacar, foca-se na separação entre ideias, projetos e uma realidade premente que se consome no tempo da necessidade, em outras palavras, fazer após um ano, um segundo trabalho de campo, permitiu acompanhar mudanças muito importante por parte das organizações, por exemplo: as novas estratégias de autoconsumo e redução dos espaços próprios de venda do circuito ASCRUD-COOPROCOMD, a atomização de Agrosolidaria Seccional Apía, assim como as barreiras de comunicação que isolaram Agrosolidaria La Celia. Este tipo de panorama é resultado de um contexto muito dinâmico e uma estrutura às vezes, pouco definida, que ganha em liderança, mas que carece de uma autonomia e participação mais ativa e horizontalizada. Portanto, como temos já sublinhado, as práticas de inovação social apresentam-se numa processualidade altamente interativa, em que os mesmos CES podem não sempre estar bem definidos, deste modo, olhar para as territorialidades implica densificar de contexto o conteúdo e movimento das ações do sujeito coletivo que aqui chamamos de território.

Dita densificação do contexto, significou repensar o papel de algumas estruturas, por exemplo, o modelo de cooperativa requer de certa organização às vezes difícil de manter para iniciativas recém formadas. O modelo de Agrosolidaria, tendo este uma estrutura mais leve e horizontal que as mesmas cooperativas, não tem o mesmo impacto e duração que sim teve em outros municípios do país. Deste modo, não é à toa que as organizações do município de Apía começaram a se consolidar com graus maiores de autonomia, porém, recirculando num processo de integração ainda mais político que organizacional, pensando o território como um sujeito coletivo que precisa dialogar com uma base cada vez mais plural.

Sem dúvida, o papel da sub-região II do Departamento de Risaralda é notável em nível regional e até nacional. Poderíamos exemplificar o modelo de empreendimento social misto de Aquí Somos Paz, em que o sentido de integração nasce de uma necessidade existencial de segurança (como rede de segurança civil), transformando posteriormente um desejo inicialmente social como fundação, para ativar o potencial transformador econômico e cultural do território, através de um circuito econômico solidário com várias escalas de atuação. Nesta esteira, a sub-região II tem um papel de eixo de desenvolvimento que pode integrar as outras duas sub-regiões do Departamento, de fato, sua condição altamente rural, sua vocação produtiva e seu dinamismo organizativo, têm que descentralizar o desenvolvimento econômico das principais cidades. A economia solidária apresenta-se como uma opção completamente viável e até de obrigatoria referência. Não estamos falando aqui exclusivamente de um marco legal, e sim de uma escolha ou caminho para atingir a justiça social, de autonomia e autodeterminação de uma rede de sujeitos substantivados na forma, no conteúdo e no movimento que coexistem numa inseparável materialidade.

Finalmente esta pesquisa, apresenta-se como uma pequena iniciativa teórica e até metodológica da organização, revelação e avaliação de práticas de inovação social em ambientes solidários, priorizando as leituras reticulares, multiescalares, processuais e históricas do território, olhando para os sujeitos num papel coletivo e focando as inovações no âmago das transformações legitimadas socialmente, produtoras naturais de territorialidades. É importante dar relevância a processos e não somente a resultados específicos, a inovação social, requer pela sua natureza complexa, de análises iguais de complexos, experiências como as que temos

estudado, seriam vistas seguramente na perspectiva tradicional da inovação, como processos não diferenciadores, tal vez apeteceíveis economicamente, mas quiçá só pelo fato de serem empreendimentos e não pelo potencial desestabilizador, orientador de uma ação coletiva coordenada, sistemática e legítima, criativa e operativa na medida em que as administrações locais, regionais e o mesmo Estado, em toda sua expressão, possibilite políticas, programas, projetos e instrumentos que apoiem as iniciativas de economia solidária sem medo de tornar este mundo cada vez mais justo e equitativo.

REFERÊNCIAS

- ACANFORA, Massimo. **Piccola guida al consumo critico**. Acquisti responsabili e stili di vita etici 2.0. 1 ed. Milão: Altra economia, 2016.
- ALBORNOZ, Mario. Indicadores de innovación: las dificultades de un concepto en evolución. **Revista CTS**, Buenos Aires, v. 5, n. 13, p. 9-25, Nov. 2009.
- ALZATE, César, A. Gestión de la innovación en el sector de cafés especiales. Caso de estudio Asociación de Cultivadores de Apía, Risaralda-Asoapia. **Sociedad y Economía**, Cali, v. 25, p. 135-156, 2013.
- ANGEL MAYA, Augusto. **La Diosa Némesis: Desarrollo Sostenible o Cambio Cultural**. 1. ed. Cali: Corporación Universitaria Autónoma de Occidente, 2003.
- ANTUNES, Ricardo. **Los sentidos del trabajo**. 1. ed. Ensayo sobre la afirmación y la negación del trabajo. Ediciones Herramienta: Buenos Aires, 2005.
- _____. **La fragilidad ambiental de la cultura**. 1. Ed. Manizales: Universidad Nacional de Colombia, 1995.
- ANSHELL, Chris; GASH, Alison. Collaborative Governance in Theory and Practice. **Journal of Public Administration Research and Theory**, Berkeley, v. 18, p. 543-571, 2008.
- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.
- AZEVEDO, Francisco; PEREIRA, Rafael; ALIÓ, Maria. Outra maneira de controle do espaço. Outra maneira de controle do espaço. O poder das economias sociais e solidárias no território brasileiro. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA EL CONTROL DEL ESPACIO Y LOS ESPACIOS DE CONTROL, 13., 2014. Barcelona. Anais. Anais: Universidad de Barcelona, 2014.
- BITRÁN, Eduardo; BENAVENTE, José; MAGGI, Claudio. **Bases para una estrategia de innovación y competitividad para Colombia**. Informe Final de Consultoría. Bogotá: Centro de Productividad Universidad Adolfo Ibáñez., 2011.
- BARRETTO, Saulo; Piazzalunga, Renata. Tecnologias sociais. **Tendências**. v. 64, n.4, 2012.
- BAVA, Silvio. Tecnologia social e desenvolvimento local. In: Fundação Banco do Brasil. **Tecnologia social uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 2004, p. 103-116.
- BONETTO, Valentina. Grandi eventi e territorio: il caso Terra Madre. 2011, 323 f. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Cooperazione, Sviluppo, Mercati Transnazionali) - Facolta' di Scienze Politiche, Università degli Studi di Torino, Turim.
- BULA, Victor; ARANGO, Juan; TEJADA, Gonzalo; GRANADOS, Hernando; PULGARÍN, Marta; GALEANO, Liliana. **Experiencia implementación de los circuitos económicos solidarios en la comuna 6 de Medellín**. 1. ed. Esumer Institución Universitaria: Medellín, 2011.
- CHAMBON, J; DAVID, A; DEVEVEY, J. **Les innovations sociales**. 1. ed. Presses Universitaires de France. Paris, 1982.
- CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista**. Categorias e Leis da Dialética. 1. ed. Editora Alfa-Omega. São Paulo, 1982.

CARDENAS, Ruben. **Las organizaciones solidarias en Colombia una experiencia alternativa en la modernización del estado.** (Sem local): Observatorio de la Economía Latinoamericana, 2010.

COLÔMBIA. Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE). Disponible em: <<http://www.dane.gov.co/>>. Acceso em: 14 Ago. 2015.

_____. Gobernación de Risaralda. **Diagnóstico de Risaralda**, Pereira: 2012.

_____. Ministerio de Educación Nacional. Disponible em: <<http://menweb.mineducacion.gov.co/seguimiento/estadisticas/>>. Acceso em: 20 Ago, 2015.

_____. Secretaría de Desarrollo Agropecuario. **Evaluaciones Agropecuarias Municipales**, Bogotá: 2011.

_____. LEY 1286 DE 2009. Congreso de Colombia.

_____. **Plan Departamental de Ciencia, Tecnología e Innovación de Risaralda 2011-2019**. Pereira: CODECYT-RISARALDA, 2010.

_____. Consejo Nacional de Política Económica y Social (CONPES) 3582 de 2009. **Política nacional de ciencia, tecnología e innovación**. Bogotá: Departamento Nacional de Planeación, 2009.

_____. **Plan Regional de Competitividad de Risaralda**. Pereira: Comisión Regional de Competitividad de Risaralda, 2008.

_____. **Plan Nacional de Ciencia Tecnología e Innovación**. Departamento Administrativo de Ciencia, Tecnología e Innovación. Bogotá, COLCIENCIAS, 2010

_____. **Proyecciones de población departamentales por área 2005-2020**. 1ª Edición. Bogotá: Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE), 2015.

_____. **Encuesta de Desarrollo e Innovación Tecnológica 2007-2008**. Bogotá: EDIT-Industria, 2014.

_____. Comisión de Competitividad de Risaralda. **Actualización del Plan Regional de Competitividad**. Pereira: CRC, 2012.

_____. **Plan Departamental de Desarrollo 2012-2015**. Ordenanza número 006. Pereira: Asamblea Departamental de Risaralda, 2012.

_____. **Plan Nacional de Desarrollo 2010-2014 "Prosperidad para Todos"**. Resumen Ejecutivo. Bogotá: Departamento Nacional de Planeación, 2010.

_____. **Foro Departamental Ciencia, Tecnología e Innovación: hacia una sociedad y economía del conocimiento en Risaralda**. Pereira: Movilización Social, 2012.

_____. **Boletín Informativo 2013**. Disponible em: <<http://blog.utp.edu.co/conocimientorisaralda/red-nodos/>>. Acceso em: 12 Agos. 2015.

_____. **Visión de Desarrollo Territorial Departamental, Risaralda Futuro Posible: Construcción Social Visión 2032**. Pereira: Secretaria de Planeación Departamental, 2011.

_____. **Ley 454 de 1998**. Bogotá: Congreso de Colombia, 1998.

_____. **Plan de Ordenamiento Territorial Municipio de Dosquebradas**. Dosquebradas: Secretaría Municipal de Planeación, 2015.

_____. Departamento Nacional de Planeación. Disponible em:
<<https://www.dnp.gov.co/Paginas/inicio.aspx>>. Acesso em: 03 Agos. 2015.

_____. Observatorio Colombiano de Ciencia y Tecnología. Disponible em:
<<http://ocyt.org.co/es-es/>>. Acesso em: 25 Agos. 2015.

_____. Más cerca de la gente. Unidad Administrativa Especial de Organizaciones Solidarias. **Revista Organizaciones Solidarias**. n. 10, 2013.

_____. Cumplimos un año trabajando por el fomento, fortalecimiento y desarrollo de las Organizaciones Solidarias de Colombia. Unidad Administrativa Especial de Organizaciones Solidarias. **Revista Organizaciones Solidarias**. n 4, 2013

_____. **Esquema de Ordenamiento Territorial (EOT)**. Decreto n. 31 de 2000. Apía: Concejo Municipal de Apía, 2000.

_____. **Informe Mensual del Mercado Laboral**. Composición sectorial del empleo en Colombia. Bogotá: Centro de Investigación Económica e Social (Fedesarrollo), 2013.

_____. **Agenda Ambiental**. Plan de Gestión Ambiental 2004-2011. La Celia: Alcaldía Municipal de La Celia, 2004.

_____. **Plan Básico de Ordenamiento Territorial Municipal (PBOT)**. Proyecto de Acuerdo n 055 de 2000. Belén de Umbría: Concejo Municipal de Belén de Umbría, 2000.

_____. Centro de Investigación Económica e Social (Fedesarrollo). Disponible em:
<<http://www.fedesarrollo.org.co/>>. Acesso em: 08 Jul. 2015.

_____. Sistema de Información Ambiental y Estadístico. CARDER. Disponible em:
<<http://siae.carder.gov.co/>>. Acesso em: 08 Agos. 2015.

_____. Sistema de Información Estadística y Territorial. Disponible em:
<<http://planeacion.risaralda.gov.co/SIETE/>>. Acesso em: 01 Agos. 2015.

CONILL, Joana; CARDENAS, Amalia; CASTELLS, Manuel, HLEBIK, SVIATLANA **Otro vida es posible: prácticas económicas alternativas durante la crisis**. Editorial UOC: Barcelona, 2010.

CORAGGIO, Jose. Proposta de economia solidária ante a economia neoliberal. In: PINTUADI, S. M. (Org.). **Economia solidária: um setor em desenvolvimento**. Rio Claro: Prefeitura de Rio Claro, 2002.

_____. **La economía social como vía para otro desarrollo social**. 1. ed. URBARED, Red de Políticas sociales: Los Polvorines, 2002.

COX, K. Spaces of dependence, spaces of engagement and the politics of scale, or: looking for local politics, **Political Geography**, v. 17, n. 1, p. 1-23, 1998.

CROCE, Maria. Algunos elementos geopolíticos del Pacto Cafetero. *Revista Nueva Frontera*. n. 740, 1989.

DAGNINO, Renato; BRANDÃO, Flávio; NOVAES, Henrique. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: Fundação Banco do Brasil. **Tecnologia social uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 2004, p. 15-64.

DANSERO; Egidio, PUTTILLI, Matteo. La realtà degli alternative food networks (AFN) in Piemonte. Riflessioni teoriche ed evidenze empiriche. *Giaccaria_Rota_CS4_2B.indd*, n. 12, v. 30, 2013.

DANSERO, Egidio. L'anfiteatro delle sperimentazioni. In MENEGAT, Stefano, PERNA, Nevio (Org.). **A.M.I. Obiettivo Primario**. Il ruolo dell'agricoltura nell'Anfiteatro morenico di Ivrea, produzioni, filiere e utilizzi del suolo, e ed. Ivrea: TerraUomoCielo, 2011, p. 11-20.

DEMATTEIS, Giuseppe; GOVERNA, Francesca (Org.). **Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: il modello SLoT**. 1 ed. Milão: FancoAngeli, 2005.

DEMATTEIS, Giuseppe. I sistemi territoriali in un'ottica evolucionista. In DEMATTEIS, Giuseppe; GOVERNA, Francesca (Org.). **Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: il modello SLoT**. 1 ed. Milão: FancoAngeli, 2005, p. 89-117.

_____. "Per una geografia della temtorialità attiva e dei valori territoriali". In BONORA, P. (Org.), **SLoT Quaderno** , 2001, p. 11-30.

_____. **Le metafore della terra**. 1ed. La geografia umana tra mito e scienza. Milano: Feltrinelli, 1985.

_____. Rivoluzione quantitativa e nuova geografia. **Laboratorio di Geografia Economica**, n. 5, Università degli Studi di Torino, Torino, 1970.

ECOREDDIA, **Un po' di storia**. Acesso em 05 junho 2016. Disponível em: <<http://www.ecoredia.it/chi-siamo>>.

FERES, Juan; MANCERO, Xavier. **El método de las necesidades básicas insatisfechas (NBI) y sus aplicaciones en América Latina**. 1. ed. Santiago de Chile: División de Estadística y Proyecciones Económicas, CEPAL, 2001.

FONTAN, J, M. **Développement territorial et innovation sociale: l'apport polanyien**. *Revue Interventions économiques*, v. 38, 2008. Acesso em 18 Abril 2015. Disponível em: <<http://interventionseconomiques.revues.org/369>>.

FORNO, Francesca; GRASSEN, Cristina; SIGNORI, Silvana. Dentro il capitale delle relazioni. La ricerca "nazionale" sui Gas in Lombardia. In: TAVOLO PER LA RETE ITALIAN DI ECONOMIA SOLIDALE. (Org.). **Un'economia nuova, dai Gas alla zeta**. 1 ed. Milão: Altra Economia, 2013, p. 13-47.

GAGLIOTTO, Ana; MEZZOMO, Francieli; BRAGA, Luis. O território e a territorialidade: contribuições de Claude Raffestin. In: SAQUET, Marcos; SOUZA, Edson. (Orgs.). **Leituras do conceito de território e de processos espaciais**. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009, p. 33-46.

GAIGER, Luiz. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. *Caderno CRH: Salvador*, n. 39, p. 181-211, 2003.

_____. As organizações do Terceiro Setor e a economia popular solidária. *Revista de Ciências Sociais - Unisinos*. São Leopoldo, v. 37, n. 159, p. 103-151, 2001.

GARAY, Salamanca; BARBERI, Luis; GÓMEZ, Fernando; CARDONA, Iván. *Impactos del TLC con Estados Unidos sobre la economía campesina en Colombia*. 1. ed. Bogotá ILSA - Instituto Latinoamericano de Servicios Legales: 2010.

GIBBONS, M. *La nueva producción de conocimiento*. 1. ed. Barcelona: Pomares Corredor, 1997.

GODELIER, Maurice. D'un mode de production à l'autre: théorie de la transition. *Recherches Sociologiques*. Louvain-la Neuve, v. 12, n. 2, p. 161-193, 1981.

GOVERNA, Francesca. Sul ruolo attivo della territorialità. In DEMATTEIS, Giuseppe; GOVERNA, Francesca (Org.). *Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: il modello SLoT*, 1 ed. Milão: FancoAngeli, 2005, p. 39-67.

GUERRA, Pablo. *Socioeconomía de la Solidaridad*. 1. ed. Editorial Nordan-Comunidad: Montevideo, 2002.

HEIDRICH, Álvaro. Espaço e multiterritorialidade entre territórios: reflexões sobre a abordagem territorial. In: PEREIRA, Sílvia; PINÓS DA COSTA, Benhur; CLEMENTE DE SOUZA, Belo. (Orgs.). *Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 25-36.

HAESBAERT, Rogério. *Territórios Alternativos*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

KAPRON, S. Economía popular solidária: política pública para o desenvolvimento. In: MANCE, E. A. *La revolución de las redes*. La colaboración solidaria como una alternativa pos-capitalista a la globalización actual. 1. ed. Petrópolis - RJ: Editora Vozes, 2002.

LE GALES, Patrick. *Revue française de science politique*, Presses de Sciences Po, n.1, v. 45, p. 1-180, 1995.

LÓPEZ-ISAZA, Giovanni. *Hermenéutica de la innovación para una política de innovación*. In: Congreso Internacional de Gestión Tecnológica e Innovación COGESTEC, 3, 2012. 1 ed. Medellín: Escuela de Tecnología Industrial, Universidad Tecnológica de Pereira, 2012.

LORDA, M, A. *El desarrollo local, estrategia de gestión ambiental de la actividad agrícola en espacios próximos a la ciudad de Bahía Blanca*. 1. ed. Bahía Blanca: Universidad nacional del Sur, 2005.

MACHADO, A. El sector rural no ha sido considerado estratégico. *El Espectador*, n. 4, Bogotá, 2014, p.6.

MAGNAGHI, A. *Il progetto*, Torino: Bollati Boringhieri, 2000.

MANCE, Euclides. *La rivoluzione delle reti. L'economia solidale per un'altra globalizzazione*, Ied. Bologna: EMI, 2003.

MARTINEZ, Jarrison. *Políticas públicas para la economía solidaria en Colombia: una mirada a la última década*. 1. ed. Bogotá: Instituto de economía social e cooperativismo (IDESCO), 2011.

MATTE, Nadja; MOSQUERA, Eli. Deleuze e Guattari e a desterritorialização. In: SAQUET, Marcos; SOUZA, Edson. (Orgs.). *Leituras do conceito de território e de processos espaciais*. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009, p. 23-32.

MAX-NEEF. *Desarrollo a Escala Humana*. Conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones. 1. ed. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 1994.

MENEGAT, Stefano, PERNA, Nevio (Org.). *A.M.I. Obiettivo Primario*. Il ruolo dell'agricoltura nell'Anfiteatro morenico di Ivrea, produzioni, filiere e utilizzi del suolo. 1. ed. Ivrea: TerraUomoCielo, 2011.

MORALES, Carlos. *Seminario sobre Innovación Social en el ámbito de los servicios sociales*. 1. ed. País Vasco: Edefundazioa, 2009.

MOREIRA, Ruy. *Geografia e práxis: A presença do espaço na teoria e na prática geográficas*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

OCDE. ORGANIZACIÓN PARA LA COOPERACIÓN Y EL DESARROLLO ECONÓMICO. *Manual de Oslo*. Guía para la e interpretación de datos sobre innovación. 3. ed. Madrid: OCDE e Eurostat, 2005.

OXFAM. *Expectativas frustradas*. El sector campesino, claro perdedor tras el primer año del TLC entre Colombia y Estados Unidos. 1. ed. Oxfam Media Brief, 2013.

PEANO, Cristiana, SOTTILE, Francesco. *I Presìdi Slow Food in Europa, un modello di sostenibilità*. Valutazione dei risultati socio-culturali, agro-ambientali ed economici 2000-2012. 1. ed. Turim: Unione europea, 2013.

PERNA, Nevio, SANTO, Patrizia dal. Obiettivo Primario dal consumo critico una nuova prospettiva per l'agricoltura. In: MENEGAT, Stefano, PERNA, Nevio (Org.). *A.M.I. Obiettivo Primario*. Il ruolo dell'agricoltura nell'Anfiteatro morenico di Ivrea, produzioni, filiere e utilizzi del suolo, e ed. Ivrea: TerraUomoCielo, 2011.

PESCI, Ruben; PÉREZ, Jorge; PESCI, Lucía. *Proyectar la sustentabilidad*. Enfoque metodológico de FLACAM para proyectos de sustentabilidad. 1. ed. Buenos Aires: Editorial Cepa, 2007.

PICINATTO, Antonio; SPIER, Gilberto, VIERA, Ivanildo, DUTRA, Ricardo. Território na Abordagem geográfica de Bertha Becker. In: SAQUET, Marcos; SOUZA, Edson. (Orgs.). *Leituras do conceito de território e de processos espaciais*. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009, p. 67-77.

POLANYI, Karl. L'économie en tant que procès institutionnalisé. In: POLANYI, K; ARENSBERG, C. *Les systèmes économiques dans l'Histoire et dans la Théorie*. 1. ed. Paris: Larousse, 1975, p. 239-260.

PUGA, Cristina; LUNA, Matilde (Cor.). **Protocolo para la evaluación de asociaciones**. 1. ed. UNAM, Instituto de Investigaciones Sociales. Ciudad de México: El Colegio Mexiquense, 2012.

RAFFESTIN, Claude. **Per una geografia del potere**. 1.ed. Milano: Unicopli, 1981.

_____. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília Faça. 1.ed. São Paulo: Ática S.A, 1993.

RAZETO, Luis. **Empresas de trabajadores y economía de mercado**. 1. ed. Santiago: Ediciones PET, 1982.

_____. **Cátedra Latinoamericana de Economía Solidaria**. 1.ed. Santiago: s.n, 2006.

RAZETO, Luis. Centralidad del trabajo y economía de solidaridad. In: OSORIO, Jorge, WEINSTEIN, Luis . (Orgs.). **El Corazón del Arco Iris**. CEAAL: Santiago de Chile, 1993. Disponível em: < <http://www.luisrazeto.net/content/centralidad-deltrabajo-y-economia-de-solidaridad>>. Acesso em: 25 de Jan. 2015.

SABOURIN, Eric. Gestão territorial e economia social e solidária: uma análise pela reciprocidade. **Guaju**, Matinhos, v.1, n. 1, p. 3-26, Jan, 2015.

SALGADO, C. La Cuestión agraria en Colombia: tierra, desarrollo y paz. **Memorias**. Bogotá: Fundación Hanns Seidel, 2012.

SALONE, Carlo. Il territorio nelle politiche. Reti di soggetti, risorse localizzate e vantaggi competitivi nei processi di sviluppo locale. In: DEMATTEIS, Giuseppe; GOVERNA, Francesca (Org.). **Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: il modello SLoT**, 1 ed. Milão: FancoAngeli, 2005, p. 161-187.

SANTANGELO, Marco. Transcalarità e multiscalarità dello sviluppo locale. In: DEMATTEIS, Giuseppe; GOVERNA, Francesca (Org.). **Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: il modello SLoT**, 1 ed. Milão: FancoAngeli, 2005, p. 68-88.

SANTOS, Boaventura; RODRÍGUEZ, César. Para ampliar el canon de la producción. **Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria**. Los Polvorines, v. 1, n. 1, p.08-13, Jun. 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **Técnica, espaço, tempo**. Globalização e meio técnico-científico-informacional. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Espaço e método**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1992

SAQUET, Marcos. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

- _____. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M; SPOSITO, A. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.
- _____. **Abordagens e conceitos de território**. 1. ed. São Paulo, Editora expressão popular, 2007.
- SAQUET, Marcos, EDUARDO, Márcio; SAQUET, Danielli. **Aspectos da territorialização da indústria no sudoeste paranaense**, Presidente Prudente: Cosmos, 2004.
- SAQUET, Marcos. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST, 2003.
- SAROLDI, Andrea. **Construire economia solidali. Un percorso a 4 livelli**, 1 ed. Bologna: Editrice Missionaria Italiana, 2003.
- SCHUMPETER, J. A. **Capitalism, social and democracy**. 1. ed. U.S.A.: Routledge Taylor & Francis e-Library, 1943.
- SERRANO, Alfredo; MUTUBERRÍA, Valeria. Hacia otra economía en américa latina: el papel de la economía social. In: ENCUESTRO DE LATINOAMERICANISTAS ESPAÑOLES, 14., 2010. **Anais**: Santiago de Compostela, 29-64.
- SILVA, Allain, **Geografia da inovação**. Texto para debate interno do GEDRA, Presidente Prudente: UNESP- FCT, 2014.
- SILVA, Márcia da. A rede social como metodologia e como categoria investigativa: possibilidades para o estudo dos “territórios conservadores de poder”. In: PEREIRA, Sílvia; PINÓS DA COSTA, Benhur; CLEMENTE DE SOUZA, Belo. (Orgs.). **Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 37-52.
- SILVA JUNIOR, Roberto França da. A circulação como um dos fundamentos do espaço: elementos para a busca de um conceito. *Revista Formação e Pesquisa, Ourinhos*. v. 1, n. 1, 2007, p. 118-130.
- SINGER, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.18, 2004.
- _____. **Introdução à Economia Solidária**. 1 ed. Edição. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SOUZA, Marcelo Lopez de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1. ed. Edição. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2013.
- STORPER, M. Le economie locali come beni relazionali, **Sviluppo locale**, IV, 5, p. 5-42, 1997.
- TAVOLO PER LA RETE ITALIAN DI ECONOMIA SOLIDALE. (Org.). **Un’economia nuova, dai Gas alla zeta**. 1 ed. Milão: Altra Economia, 2013.
- TEMPLE, D. L’économie humaine. **La revue du Mauss**, v. 10, n. 1, p. 103-109, 1997.
- _____. **Práticas espaciais insurgentes em um mundo globalizado: da “revolução molecular” à política de escalas**. In: MENDOÇA, Francisco et al. (Orgs.). **Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. 1. ed. Curitiba: ADEMAND, 2009.

THOMAZ, JÚNIOR, A. *Por uma geografia do trabalho*. In: Colóquio Internacional de Geo Crítica, IV, 2002, Barcelona: 2002: Scripta Nova. 119.

TURCO, Angelo. *Configurazioni della territorialità*. 1 ed. Milão: FrancoAngeli, 2010.

UNESCO. Institute for statistics. Disponível em:
<<http://www.uis.unesco.org/Library/Pages/default.aspx/>>. Acesso em: 01 Jun. 2015.

VALLE, A. Disintossicarsi dal consumismo. In: *Famiglia Cristiana*, n 32, 2002.

VARANDA, Ana. *Tecnologias Sociais possibilitam modelos alternativos de desenvolvimento* Disponível em: <<http://www.inobilizadores.org.br/entrevistas/tecnologias-sociais-possibilitam-modelos-alternativos-de-desenvolvimento/>> Acesso em: 05 Jan. 2016.

ZAAR, Miriam. Dos socialismos utopico e revolucionario a economia solidaria, *Marcator*, Fortaleza, v. 12, n. 2, p. 153-167, Set. 2013.

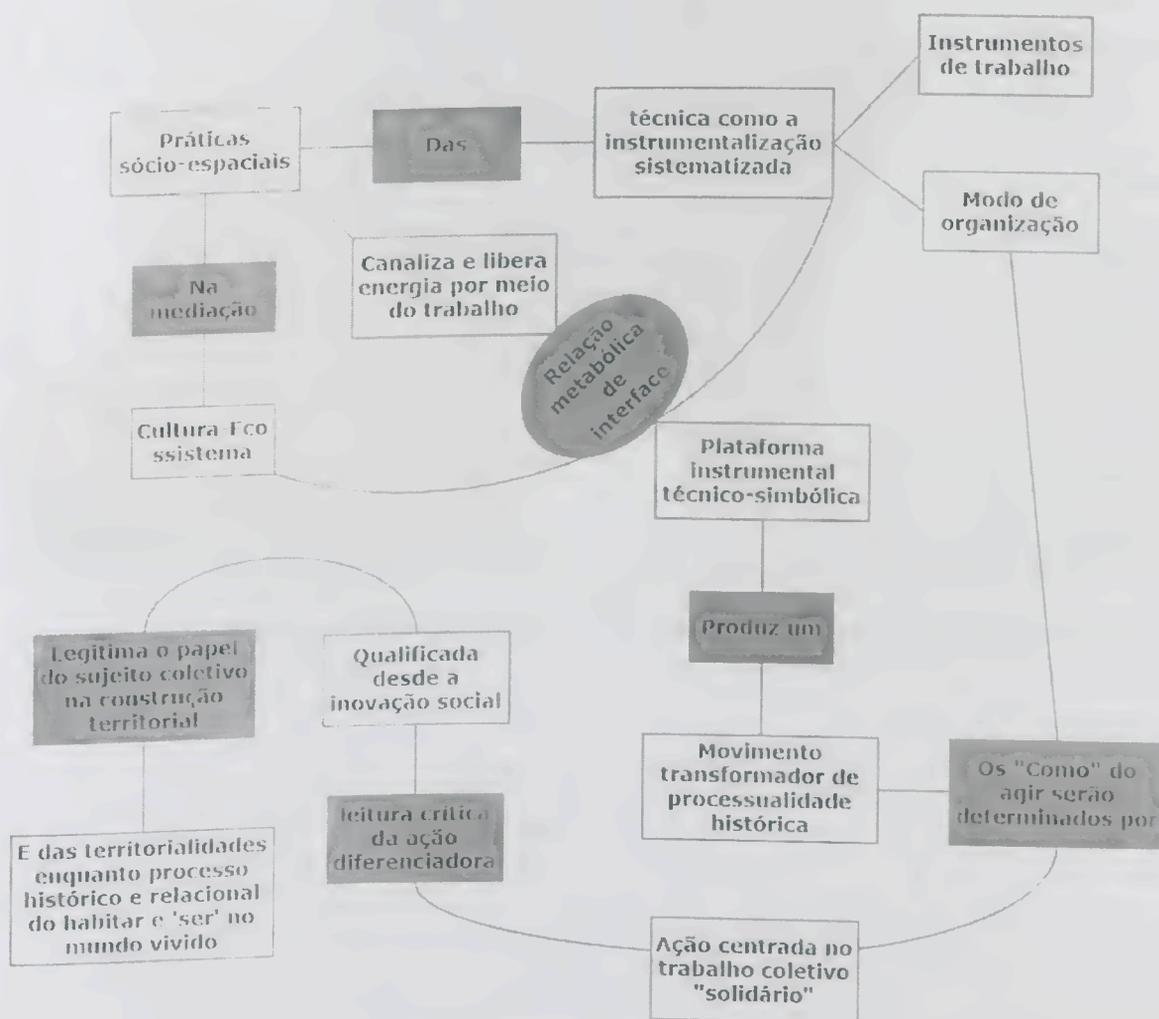
ZABALA, H. *Modelos económicos solidarios*. Guía didáctica y módulo. 1. ed. Medellín: Fundación Universitaria Luís Amigó, 2008.

_____. *Los circuitos económicos solidários*. 1. ed. Medellín: Fundación Universitaria Luís Amigó, 2007.

APÊNDICE A

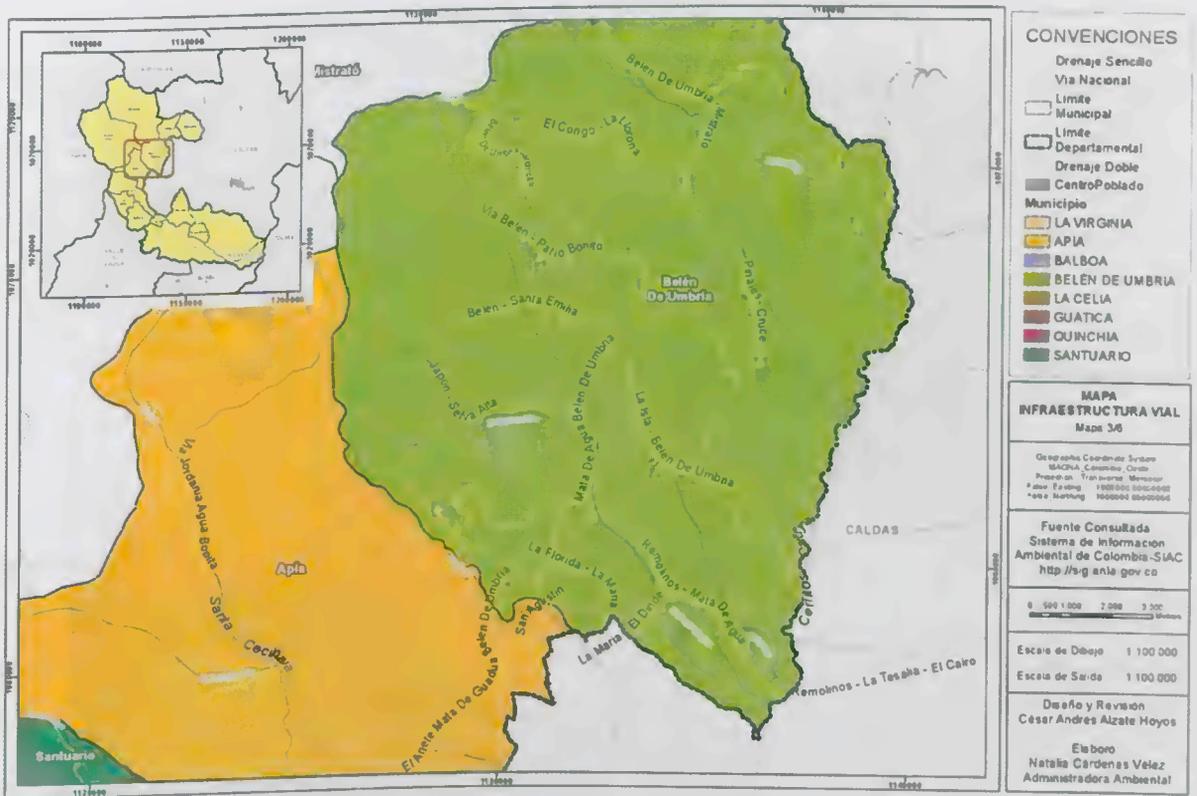
ARGUMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL GRÁFICA: PRINCIPAIS RESULTADOS

Figura 1B - Argumentação Teórico-Conceitual



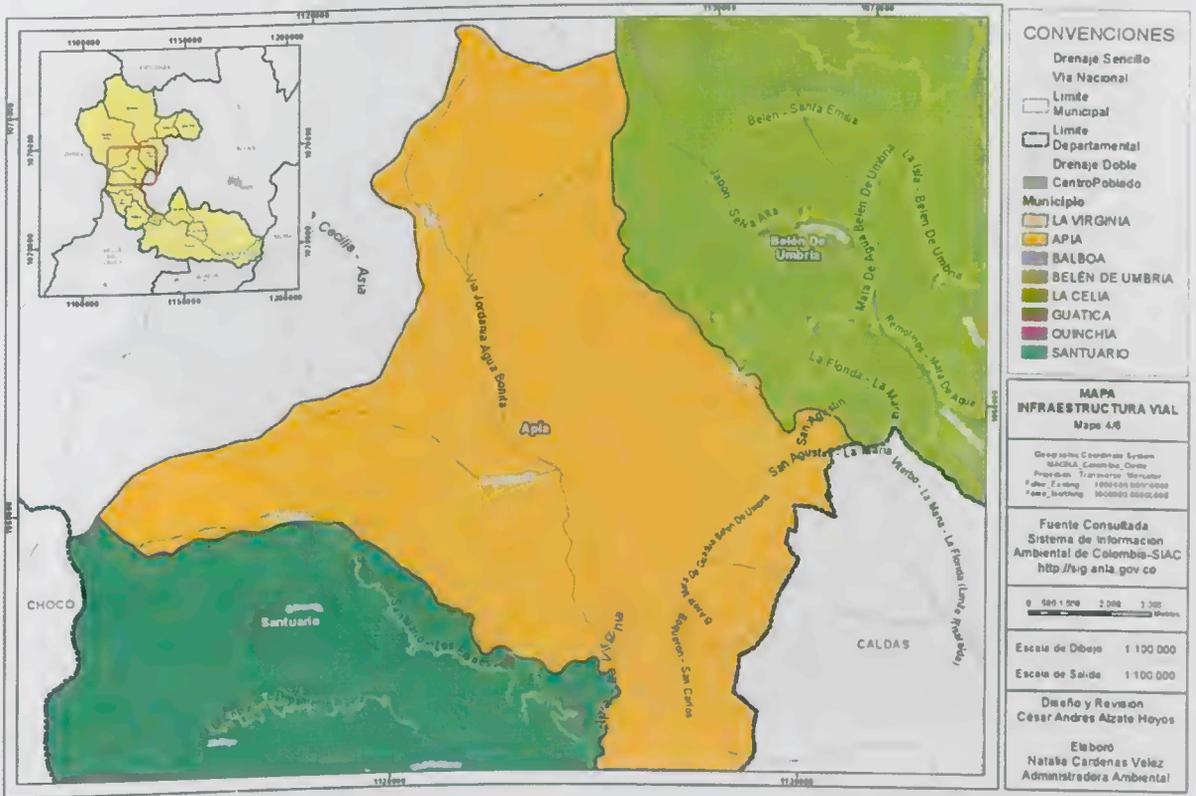
Fonte: Elaboração própria (2016)

Figura - 30 Municipio de Belén de Umbría infraestructura rodoviária



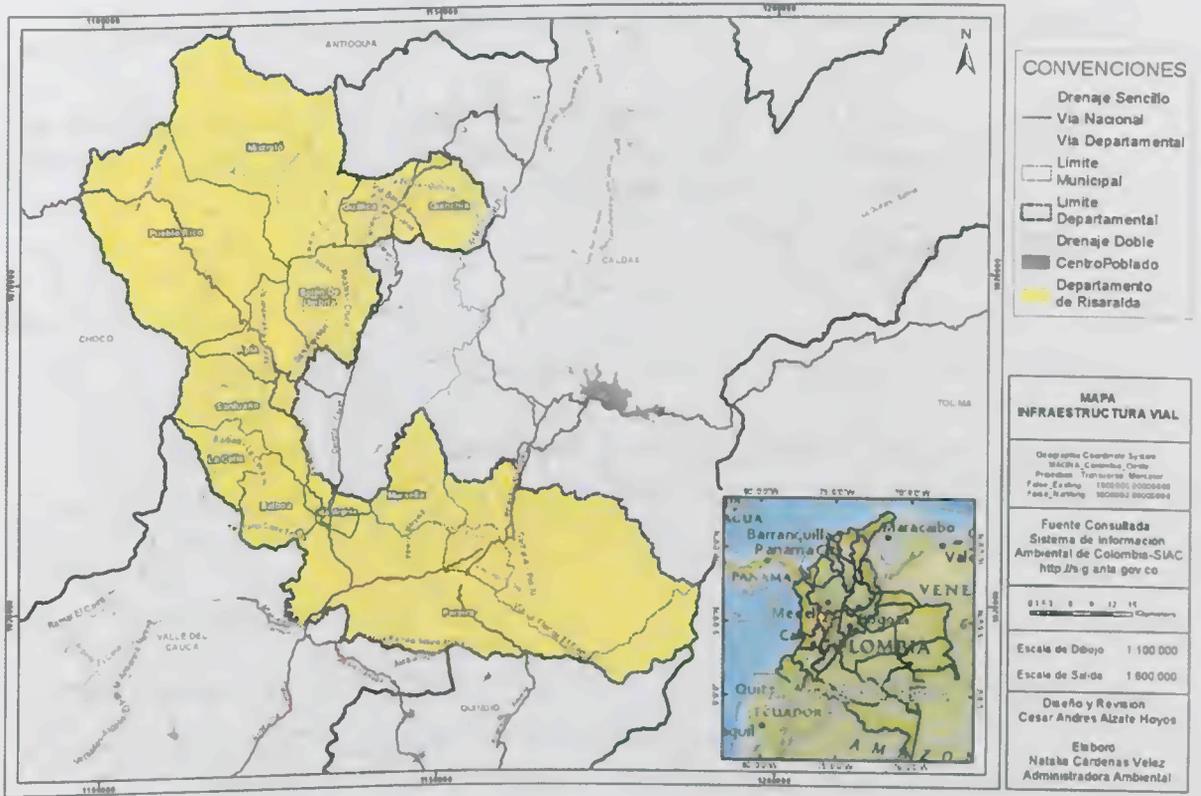
Fonte: Sistema de Información Ambiental de Colombia-SIAC(2016). Elaboração Natalia Cárdenas V.

Figura - 31 Municipio de Apía infraestructura rodoviária



Fonte: Sistema de Información Ambiental de Colombia-SIAC(2016). Elaboração Natalia Cárdenas V.

Figura - 33 Departamento de Risaralda infraestructura rodoviária



Fonte: Sistema de Información Ambiental de Colombia-SIAC(2016). Elaboração Natalia Cárdenas V.

APÊNDICE B

FORMATO ESTRUTURA METODOLÓGICA: 1º TRABALHO DE CAMPO

CIRCUITO ECONÔMICO SOLIDÁRIO: TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS ATRAVÉS DE PRÁTICAS DE INOVAÇÃO SOCIAL NA SUB-REGIÃO II DO DEPARTAMENTO DE RISARALDA-COLÔMBIA

César Andrés Alzate

Primeiro momento:

- i. **Objeto:** Identificar as práticas de inovação social na organização e no circuito econômico solidário
- ii. **Elementos:** plano transformador (inovação); plano instrumental (trabalho e técnica); plano simbólico (cultura); plano organizador (economia solidária e forma de organização política)
- iii. **Etapa 1** Exploração, descrição e identificação

Elementos da hipótese: trabalho, técnica e inovação

- » O trabalho como interface do metabolismo territorial;
- » O trabalho na técnica: organizativo, cultural, tecnológico-instrumental na leitura sociedade natureza;
- » A técnica na inovação como prática é o ponto contrastante entre a criatividade projetada e a ação executada, o impacto qualificante e significante na transformação territorial;
- » O trabalho, a técnica e a inovação precisam ser estudados desde seus conteúdos históricos, teóricos, conceituais e práticos diferenciadores;
- » A economia solidária é necessariamente escalar;

Principais Atores: **Pereira:** Federación Agrosolidaria Risaralda (presidente); e ator promotor de um circuito econômico solidário Pereira-Dosquebradas, Universidad Cooperativa de Colombia. **La Celia:** Asociación de Prosumidores agroecológicos Agrosolidaria La Celia (presidente); **Apía:** Agrosolidaria seccional Apía (Francisco Alzate), Coopgacor; **Belém de Umbría:** Copropaz (presidente).

Subetapas:

A: Ficha de consulta

Tipo de Fonte	Categoria	Nome	Autor (s)	Palavra chave de ingresso	Data de elaboração	Data de consulta	Hipervínculo/localização	Estado

B: formas, funções, estruturas e processos da organização

Formas

- ¿Cómo se organiza la organización? (organigrama, estatutos, principios)
- ¿Cuáles son las organizaciones (o unidades productivas) miembro?
- ¿Quiénes son los socios de las organizaciones? ¿Qué características tiene los campesinos (origen, tipo y área de la propiedad, estructura familiar, escolaridad, etc.)?
- ¿Tiene la organización alguna política de inclusión por género, discapacidad o segmento etario específica?
- ¿Se localiza en qué lugares del municipio, está en otros municipios?
- ¿Reciben apoyo técnico, auxilios, préstamos o subsidios económicos por parte del Estado, o alguna otra entidad (de cooperación por ejemplo)?
- ¿Cuáles son los principales insumos, quien y de dónde vienen?
- ¿Tienen intermediarios? ¿Alguna organización interna asume el papel de intermediación?
- ¿Cuál es la sede principal de la institución? Identificar como es la infraestructura de la institución

Funções

- ¿Cómo funciona la organización? (en términos de: asociados, unidades productivas)
- ¿Cuál es su objetivo económico comercial, político, social y ambiental?
- ¿Existen, procesos, servicios, productos o insumos que dependa de alguna otra organización interna?
- ¿Tiene algún socio o vínculo con el cual desarrolle o comparta productos, procesos, métodos o actividades de innovación o intercambio de información?
- ¿Cómo es la actividad política dentro de la organización? (como toman las decisiones de producción, comercialización...)
- ¿Cómo funciona el transporte, que tan eficiente es la movilidad de los socios y productos?
- ¿En qué proporción el transporte encarece el precio de los productos?
- ¿Abastecen o responde la organización a un consumo local? ¿Quiénes e dónde se ubican los principales consumidores?

Conteúdos

- ¿Participa la organización de espacios políticos, de toma de decisiones a nivel territorial?
- ¿Cree que ha cambiado la dinámica interna de relacionamiento entre los asociados a partir de la construcción y desarrollo de la organización como un sistema solidario?
¿Qué valores rescataría?
- ¿Podría pensarse que existe un buen sistema de comunicación dentro de la organización? ¿Qué tan jerarquizada es esta comunicación?
- ¿Hay un institucionalismo (respaldo institucional, burocracia, centralización de servicios, etc.) fuerte que permee aspectos tales como: la obtención de recursos, viabilidad de proyectos, licencias, etc.?
- ¿Cómo es la estructura productiva de la organización (tipos de productos, insumos, importaciones y exportaciones, valor agregado, certificaciones de calidad, etc.)?
- ¿Cómo calificaría el consumo de productos locales (bueno, regular, malo)? ¿Y la estructura de mercado, es más informal o formal, quien accede a ella? ¿Existe un mercado alternativo, de pequeñas organizaciones, de productos con algún valor agregado?

Processos

- ¿Cómo manejan el tema de capacitación, educación, investigación y transferencia del conocimiento? ¿Cómo funcionan las redes de circulación y comunicación en las cuales están involucrados?
- ¿En qué proporción se utilizan recursos locales para la producción o transformaciones productivas?
- ¿Se dan procesos de autoconsumo, por parte de los asociados, trueque, o ferias locales para la venta de los productos? ¿Se promueve esa práctica de autoconsumo, o se le ve perjudicial?
- ¿Se posee una carta de navegación (visión, programas, proyectos, planes)? ¿Es esta participativa?
- ¿Cuáles son los principales espacios de discusión, socialización o toma de decisiones?

C: formas funções, estruturas e processos do circuito econômico solidário (aproximação perceptual e conceitual)

Formas

- ¿Visualiza una red, o un circuito? ¿Cómo se estructura ese circuito económico solidario? ¿Que tipo de actividades cree son realmente solidarias? ¿Por qué? ¿Cómo son caracterizadas?
- ¿Cómo delimitaría el territorio del circuito económico, hasta dónde llega su campo de interacción? ¿Quiénes son los sujetos que conforman el circuito y cuáles son sus agentes externos más influyentes?
- ¿Cuáles son los principales obstáculos que considera tiene el circuito (topográficos, ambientales, de escala de acción, políticos, macroeconómicos, etc.)?

- ¿Cuáles son las principales entradas (material, insumos, información, trabajo) del circuito, considera estas son rur-urbanas, es decir corresponden a una lógica concatenada e integral de un complejo territorial? ¿Y las salidas del circuito, son lineales o tienen algún grado de retorno (cíclicas)?
- ¿Existe un reconocimiento del circuito, quiénes y cómo se apropian de él?

Funções

- ¿Cuál es la visión del circuito, cómo se proyecta, que objetivo quiere alcanzar?
- ¿Cómo cree que se materializa o manifiesta el papel solidario del circuito? ¿Centraría el trabajo como el principal capital del circuito? ¿Considera que la cooperación le da un nuevo sentido a la competencia, por qué?
- ¿Responde el circuito a un consumo local?
- ¿Consiguió el circuito precios más justos? ¿Es un objetivo del circuito agregar valor a los productos o mercados ofrecidos, cómo eso hace la diferencia en el mercado?
- ¿Quién y cómo comanda el circuito? ¿Está sujeto el circuito a una racionalidad mayor, de que tipo, cómo esta opera?
- ¿Definiría el circuito como un sistema que administra, opera, controla estructuras y procesos del territorio?

Conteúdos

- ¿Considera que el papel de los asociados es proactivo (participativo) en la estructura política del territorio? ¿Existe alguna escalaridad en la estructura de poder (de la organización, al circuito, de este al territorio)?
- ¿Quién considera está concentrando ese poder (político, económico, social, espacial...)?
- ¿Existe una buena comunicación vial entre la zona rural y la zona urbana? ¿Cómo son los canales de comercialización?
- ¿Considera que los atributos de calidad de vida en términos de servicios ha mejorado en el área rural, es amplia la brecha entre lo rural y lo urbano?
- ¿El circuito corresponde o pertenece alguna red mayor, es autónoma de está? ¿Son conectivos entre si los diferentes circuitos?
- ¿Se ha logrado disminuir el número de intermediarios, en qué grado?
- ¿Cómo caracterizaría la estructura productiva del circuito?

Processos

- ¿Cómo cree se recualifica o resignifica el circuito, es un proceso cultural, educacional, socioeconómico, y/o político, a cuál aspecto le daría más énfasis?
- ¿Cómo se dinamiza la apropiación del circuito, es un valor intrínseco de la organización, o hay un proyecto de promoción y difusión de este valor?
- ¿Cuáles considera fueron los principales aspectos que configuraron históricamente la necesidad de integración? ¿Por qué escoger la economía solidaria como un referente organizacional?

- ¿Funciona el circuito como un sistema, se visualiza como una totalidad dialéctica, se aprovechan las fortalezas de cada organización para mejorar o superar las debilidades individuales o colectivas, y por otro lado, se aprovechan las fortalezas del circuito para subsanar problemas puntuales?

Segundo momento:

- i. **Objeto:** a) Analisar o caráter instrumentalizador da inovação na construção de territorialidades vinculadas à ação técnica e simbólica do trabalho no circuito econômico solidário; b) Compreender e explicar as territorialidades identificadas no circuito econômico
- ii. solidário.
- iii. **Elementos:** plano transformador (inovação); Plano de interação (Ambiente-território)

iv. **Etapa 1** Territorialidades

Elementos da hipótese: Dinâmica multiescalar

- » Formas, funções, estruturas e processos nas funções de produção, transformação, financiamento, distribuição e consumo, como interface de fluxo rural-urbano (matriz de interfaces)
- » Análise das interfaces do setor produtivo com as macroestruturas de poder (confronto político, econômico, social e ambiental, e os atributos e estruturas urbanas na escala territorial)

A: diagrama, mapas e mapas semióticos das interfaces (fluxos e pontos mais conflitivos) mais relevantes para o circuito ou circuitos menores

B: texto de análise das estruturas de poder com relação as práticas de inovação social analisadas desde o circuito econômico solidário

v. **Etapa 2** O retorno

Elementos da hipótese: O trabalho na base

- » A reivindicação do trabalho na organização solidária e na perspectiva geográfica. A inovação como o nível mais significativo de diferenciação, agora se retoma a base da economia como metabolismo sociedade-natureza

A: análise gnosiológica numa espiral histórica do trabalho, do poder e das redes de solidariedade, expor a interface que este faz a dialética sociedade-natureza, cultura-ecossistema

vi. **Etapa 3** A sínteses

Elementos da hipótese: Dialética do circuito

- » Discussão das convergências e divergências teórico-práticas na interpretação das territorialidades do circuito econômico solidário num âmbito geográfico-ambiental

A: aprofundamento do entendimento geográfico e ambiental do circuito econômico nas territorialidades

APÊNDICE C

MATRIZES DE ANÁLISE COFOM E COENIFOM

Figura 10 - COFOM

- 1° Escolher o tipo e grau de predominância de M1 sobre M4, e dizer, se predomina o CO (contato), CC (Concentração) ou INT (Intercâmbio) e designa-se um valor (ver Quadro 2).
- 2° Definir o tipo e grau de transgressão de M4 sobre M1, ou seja, a ação que M4 exerce sobre M1 P (Possibilita), OB (Obstaculiza) ou NI (Não Intervém Significativamente) (ver Quadro 1).

COFOM 1		M1. Movimento da Interface					
		Interface Sócio-Espacial		Interface Cultural		Interface Ecológica	
M4. Forma da Interface	Interface Físico-Constructiva	Trans=OB2 Pred=INT2 Impac=3 p Pred=1,5 p Trans=1,5	Trans=P1 Pred=CC3 Impac=3 p Pred=1 p Trans=3	Trans=OB2 Pred=CO3 Impac=2 p Pred=0,67 p Trans=1	Trans=OB2 Pred=CO3 Impac=2 p Pred=0,67 p Trans=1	Trans=OB2 Pred=CO3 Impac=2 p Pred=0,67 p Trans=1	Trans=OB2 Pred=CO3 Impac=2 p Pred=0,67 p Trans=1
	Interface Físico-Natural	Trans=P2 Pred=CO2 Impac=3 p Pred=1,5 p Trans=1,5	Trans=P3 Pred=INT2 Impac=3 p Pred=1,5 p Trans=1	Trans=P3 Pred=INT2 Impac=2 p Pred=1 p Trans=0,67	Trans=P3 Pred=INT2 Impac=2 p Pred=1 p Trans=0,67	Trans=P3 Pred=INT2 Impac=2 p Pred=0,67 p Trans=0,67	Trans=P3 Pred=INT2 Impac=3 p Pred=1 p Trans=1
	Interface Social	Trans=P2 Pred=CC3 Impac=2 p Pred=1 p Trans=0,67	Trans=P3 Pred=INT3 Impac=3 p Pred=1 p Trans=1	Trans=P3 Pred=INT3 Impac=2 p Pred=0,67 p Trans=0,67	Trans=P3 Pred=INT3 Impac=2 p Pred=0,67 p Trans=0,67	Trans=P3 Pred=INT3 Impac=3 p Pred=1,5 p Trans=1,5	Trans=P2 Pred=INT2 Impac=3 p Pred=1,5 p Trans=1,5

AÇÃO (PROCESSO)
M2. Conteúdo da Interface

M2. Conteúdo da Interface
TECIDO CIRCUNSTANCIAL

M2. Conteúdo da Interface
ATRIBUTO (QUALIDADE)

- 3° A) dependendo da ação nominal (Ação, Atributo e Tecido Circunstancial) determinar o grau de Impacto (Impac) de M1 sobre M2. B) Definir o grau de densidade do conteúdo da Ação, Atributo ou Tecido Circunstancial dividindo o resultado do Impacto (M1 sobre M2) sobre o resultado obtido no passo 1° (Pred) e o resultado do passo 2° (Trans) (ver Quadro 2).

Quadrante

Matriz 1 – COFOM 1.

COFOM 1	M1. Movimento da Interface				M2. Conteúdo da Interface	ATRIBUTO (QUALIDADE)
	Interface Sócio-Espacial	Interface Cultural	Interface Ecosistêmica	Trans=OB2 Pred=INT2		
Interface Físico- Construída	Trans=P1 Pred=CC3	Trans=OB2 Pred=CO3	Trans=OB2 Pred=CO3	Trans=OB2 Pred=CO3	AÇÃO (PROCESSO) M2. Conteúdo da Interface	
	Impac=3 p Pred=1,5 p Trans=1,5 Impac=2 p Pred=1 p Trans=1 Impac=1 p Pred=0,5 p Trans=0,5	Impac=3 p Pred=1 p Trans=3 Impac=2 p Pred=0,67 p Trans=2 Impac=1 p Pred=0,33 p Trans=1	Impac=2 p Pred=0,67 p Trans=1 Impac=2 p Pred=0,67 p Trans=1	Impac=2 p Pred=0,67 p Trans=1		
	Trans=P2 Pred=CO2	Trans=P3 Pred=INT2	Trans=P3 Pred=INT3	Trans=P3 Pred=INT3		
Interface Físico- Natural	Impac=3 p Pred=1,5 p Trans=1,5 Impac=2 p Pred=1 p Trans=1 Impac=1 p Pred=0,5 p Trans=0,5	Impac=3 p Pred=1,5 p Trans=1,5 Impac=2 p Pred=1 p Trans=0,67 Impac=1 p Pred=0,67 p Trans=0,67	Impac=3 p Pred=1,5 p Trans=1,5 Impac=2 p Pred=1 p Trans=1 Impac=1 p Pred=0,67 p Trans=0,67	Impac=3 p Pred=1,5 p Trans=1,5 Impac=2 p Pred=1 p Trans=1 Impac=1 p Pred=0,67 p Trans=0,67		
	Trans=P2 Pred=CO3	Trans=P3 Pred=INT3	Trans=P3 Pred=INT3	Trans=P2 Pred=INT2		
Interface Social	Impac=3 p Pred=1,5 p Trans=1,5 Impac=2 p Pred=1 p Trans=0,67	Impac=3 p Pred=1 p Trans=1 Impac=2 p Pred=0,67 p Trans=0,67	Impac=3 p Pred=1,5 p Trans=1,5 Impac=2 p Pred=1 p Trans=1,5	Impac=3 p Pred=1,5 p Trans=1,5 Impac=2 p Pred=1 p Trans=1,5		
	Trans=P2 Pred=CO3	Trans=P3 Pred=INT3	Trans=P3 Pred=INT3	Trans=P2 Pred=INT2		
M4. Forma da Interface					M2. Conteúdo da Interface	TECIDO CIRCUNSTANCIAL

Matriz 2 – COFOM 2.

COFOM 2	M1. Movimento da Interface				AÇÃO (PROCESSO) M2. Conteúdo da Interface
	Interface Sócio-Espacial	Interface Cultural	Interface Ecosistêmica	Trans=OB2 Pred=CO2	
Interface Físico- Construída	Trans=OB2 Pred=CC2 Impac=3 p Pred=1,5 p Trans=1,5	Trans=OB1 Pred=CC2 Impac=2 p Pred=1 p Trans=2	Impac=2 p Pred=1 p Trans=1	Trans=OB2 Pred=CO2	M2. Conteúdo da Interface
	Impac=1 p Pred=0,5 p Trans=0,5	Impac=1 p Pred=0,5 p Trans=1	Impac=2 p Pred=1 p Trans=1	Impac=3 p Pred=1,5 p Trans=1,5	
Interface Físico- Natural	Trans=OB2 Pred=CC2 Impac=3 p Pred=1,5 p Trans=1,5	Trans=OB1 Pred=CC2 Impac=3 p Pred=1,5 p Trans=1	Impac=3 p Pred=1,5 p Trans=1	Trans=OB2 Pred=CO2	M2. Conteúdo da Interface
	Impac=3 p Pred=1,5 p Trans=1,5	Impac=3 p Pred=1,5 p Trans=1	Impac=3 p Pred=1,5 p Trans=1	Impac=3 p Pred=1,5 p Trans=1	
Interface Social	Trans=OB2 Pred=CC2 Impac=3 p Pred=1,5 p Trans=1,5	Trans=OB1 Pred=CC2 Impac=2 p Pred=2 p Trans=2	Impac=2 p Pred=2 p Trans=2	Trans=OB2 Pred=CO2	M2. Conteúdo da Interface
	Impac=3 p Pred=1,5 p Trans=1,5	Impac=2 p Pred=3 p Trans=3	Impac=3 p Pred=1,5 p Trans=1,5	Trans=OB2 Pred=CO2	

M4. Forma da Interface

TECIDO CIRCUNSTANCIAL

M2. Conteúdo da Interface

M2. Conteúdo da Interface

ATRIBUTO (QUALIDADE)

Matriz 3 - COFOM 3

COFOM 3	M1. Movimento da Interface				AÇÃO (PROCESSO) M2. Conteúdo da Interface
	Interface Socio-Espacial	Interface Cultural	Interface Ecosistêmica		
Interface Físico- Construída	Trans=OB2 Pred=CC1	Trans=OB1 Pred=CC1	Trans=OB2 Pred=CC2	Trans=OB2 Pred=CC2	
	Impac=1 p Pred=1,5 p Trans=0,5	Impac=2 p Pred=2 p Trans=2	Impac=3 p Pred=1,5 p Trans=1,5	Impac=3 p Pred=1,5 p Trans=1,5	
	Impac=1 p Pred=1 p Trans=0,5	Impac=2 p Pred=2 p Trans=2	Impac=3 p Pred=1,5 p Trans=1,5	Impac=3 p Pred=1,5 p Trans=1,5	
Interface Físico- Natural	Trans=P3 Pred=CC2	Trans=P2 Pred=CC2	Trans=P3 Pred=CC2	Trans=P3 Pred=CC2	
	Impac=3 p Pred=1,5 p Trans=1	Impac=3 p Pred=1,5 p Trans=1,5	Impac=3 p Pred=1,5 p Trans=1,5	Impac=3 p Pred=1,5 p Trans=1,5	
	Impac=3 p Pred=1,5 p Trans=1	Impac=3 p Pred=1,5 p Trans=1,5	Impac=3 p Pred=1,5 p Trans=1,5	Impac=3 p Pred=1,5 p Trans=1,5	
Interface Social	Trans=P2 Pred=CC1	Trans=OB3 Pred=CC1	Trans=OB3 Pred=CC1	Trans=OB3 Pred=CC1	
	Impac=2 p Pred=2 p Trans=1	Impac=2 p Pred=2 p Trans=0,67	Impac=2 p Pred=2 p Trans=0,67	Impac=2 p Pred=2 p Trans=0,67	
	Impac=2 p Pred=2 p Trans=1	Impac=2 p Pred=2 p Trans=0,67	Impac=2 p Pred=2 p Trans=0,67	Impac=2 p Pred=2 p Trans=0,67	
				ATRIBUTO (QUALIDADE)	
				M2. Conteúdo da Interface	
				TECIDO CIRCUNSTANCIAL	
				M2. Conteúdo da Interface	

Matriz 4- COENIFOM 1

COENIFOM 1		COEFOM Densidade de Predominância (ρ Pred) e Densidade de Transgressão (ρ Trans)									
		Quadrante 1	Quadrante 2	Quadrante 3	Quadrante 4	Quadrante 5	Quadrante 6	Quadrante 7	Quadrante 8	Quadrante 9	Total
M3. Energia Intersubjetiva	Necessidades	Pred INT 2 Trans OB 2 Média: (ρ Pred)= 1 (ρ Trans)= 1	Pred CC 3 Trans P 1 Média: (ρ Pred)= 0,67 (ρ Trans)= 2	Pred CO 3 Trans OB 2 Média: (ρ Pred)= 0,67 (ρ Trans)= 1	Pred CO2 Trans P2 Média: (ρ Pred)= 1 (ρ Trans)= 1	Pred INT 2 Trans P 3 Média: (ρ Pred)= 1,17 (ρ Trans)= 0,78	Pred INT 3 Trans P 3 Média: (ρ Pred)= 0,78 (ρ Trans)= 0,78	Pred CO 3 Trans P 2 Média: (ρ Pred)= 0,17 (ρ Trans)= 0,78	Pred INT 3 Trans P 3 Média: (ρ Pred)= 0,89 (ρ Trans)= 0,89	Pred INT 2 Trans P 2 Média: (ρ Pred)= 1,33 (ρ Trans)= 1,33	3
	Desejos	2	3	3	2	3	3	2	3	3	27
	Projeções	1	2	2	2	2	2	2	2	3	24
Totais/Quadrantes		6	8	8	7	8	7	8	8	9	18

Obs: Com uma mediana de 8 na somatória vertical de cada quadrante se tem um bom resultado, porém, esta inovação demonstra que entre as necessidades e o desejo (27 e 24 pontos respectivamente) de formar, ou melhor dito, de retomar o CES, e a materialização deste como um projeto (18 pontos) que se viabilize no futuro, afasta-se ainda da realidade.

Matriz 5- COENIFOM 2

COENIFOM 2		COEFOM Densidade de Predominância (p Pred) e Densidade de Transgressão (p Trans)									
		Quadrante 1	Quadrante 2	Quadrante 3	Quadrante 4	Quadrante 5	Quadrante 6	Quadrante 7	Quadrante 8	Quadrante 9	Total
M3. Energia Intersubjetiva	Necessidades	Pred CC 2 Trans OB 2 Média: (p Pred)= 1 (p Trans)= 1	Pred CC 2 Trans OB 1 Média: (p Pred)= 0,83 (p Trans)= 1,67	Pred CO 2 Trans OB 2 Média: (p Pred)= 1 (p Trans)= 1	Pred CC2 Trans P3 Média: (p Pred)= 1,5 (p Trans)= 1	Pred CC 2 Trans P 3 Média: (p Pred)= 1,33 (p Trans)= 0,89	Pred INT 2 Trans P 3 Média: (p Pred)= 1,5 (p Trans)= 1	Pred CO 3 Trans P 2 Média: (p Pred)= 1,5 (p Trans)= 1	Pred CC 1 Trans P 1 Média: (p Pred)= 2,33 (p Trans)= 2,33	Pred CO 2 Trans OB 2 Média: (p Pred)= 1,33 (p Trans)= 1,33	22
	Desejos	3	2	2	3	2	3	2	3	2	22
	Projeções	3	2	2	3	2	3	2	2	2	21
Totais/Quadrantes		9	7	6	9	6	9	6	7	6	

Obs: Sendo uma inovação em que M2 (Conteúdo da Interface) exerce bastante força sobre o contexto do movimento e da forma, principalmente do movimento, a inovação ASCRUD-COOPROCOMD foi analisada dentro de um contexto de dependências e independência políticas, deste modo, o nível de permeabilidade apresenta-se como médio-alto, não pelo impacto que a inovação possa exercer na sua livre expressão, senão pelos constrangimentos do contexto que a restringe.

Matriz 6- COENIFOM 3

COENIFOM 3		COEFOM Densidade de Predominância (p Pred) e Densidade de Transgressão (p Trans)									
		Quadrante 1	Quadrante 2	Quadrante 3	Quadrante 4	Quadrante 5	Quadrante 6	Quadrante 7	Quadrante 8	Quadrante 9	Total
M3. Energia Intersubjetiva	Necessidades	Pred CC 1 Trans OB 2 Média: (p Pred)= 1,33 (p Trans)= 0,67	Pred CC 1 Trans OB 1 Média: (p Pred)= 2 (p Trans)= 2	Pred CO 2 Trans OB 2 Média: (p Pred)= 1,33 (p Trans)= 1,33	Pred CC2 Trans P3 Média: (p Pred)= 1,33 (p Trans)= 0,89	Pred CC 2 Trans P 2 Média: (p Pred)= 1,33 (p Trans)= 1,33	Pred CO 2 Trans P 3 Média: (p Pred)= 1,5 (p Trans)= 1	Pred CC 1 Trans P 2 Média: (p Pred)= 2 (p Trans)= 1	Pred CC 1 Trans OB 3 Média: (p Pred)= 2 (p Trans)= 0,67	Pred CC 1 Trans OB 3 Média: (p Pred)= 2,33 (p Trans)= 0,78	
	Desejos	2	2	2	3	2	2	3	2	2	2
	Projeções	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Totais/Quadrantes		7	7	6	8	7	7	9	7	7	18
											20
											27

Obs: Nesta matriz podemos observar uma inovação menos identificada com as tendências do município, tanto assim, que como se detalha nos quadrantes, o contexto sócioespacial e a predominância de fixos, sem serem estes suficientes, limita o movimento natural do município em termos de desenvolvimento territorial. Neste aspecto, o agir do município é um grande projeto socioeconômico expressado nos 27 pontos do item *projeções*.

Etapa 7: Gráficos (todos elaboração própria)

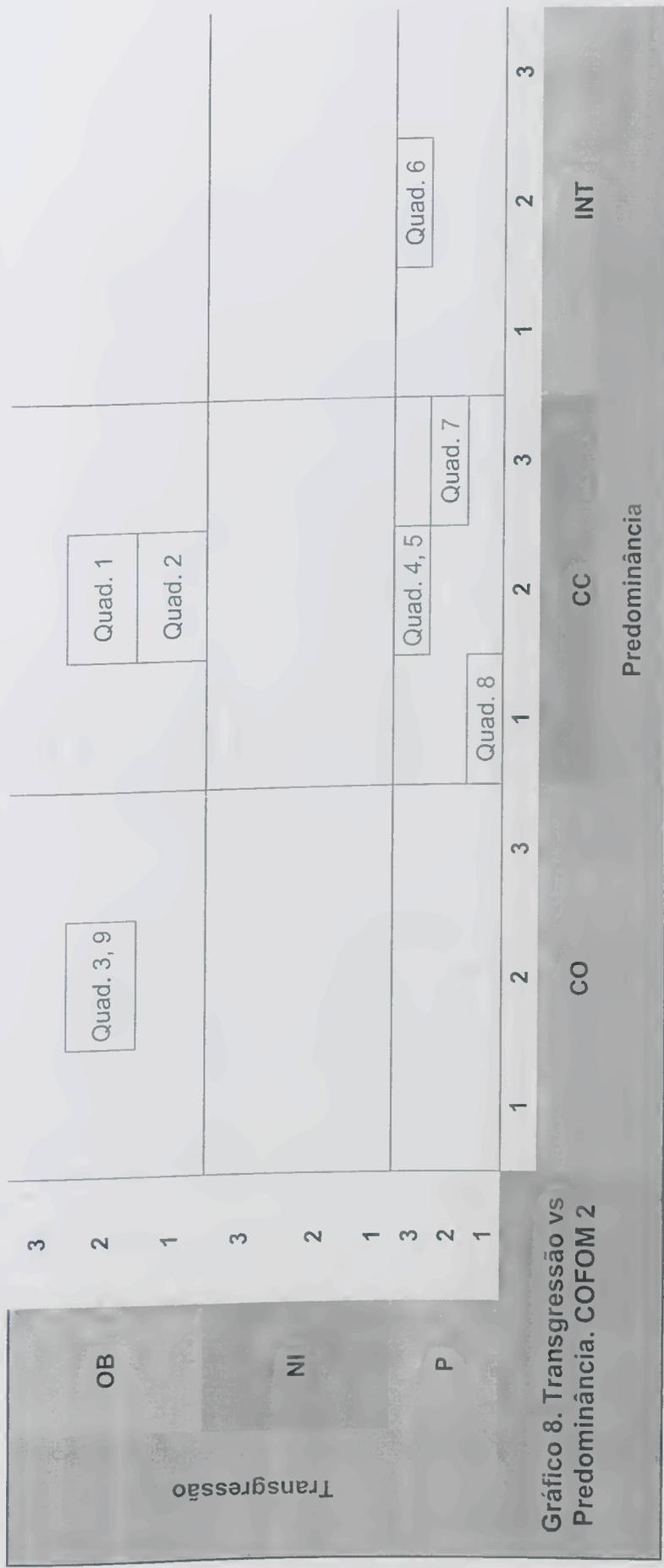


Gráfico 8. Transgressão vs Predominância. COFOM 2

Obs: Em contraste com a inovação anterior, o contexto possibilita e obstaculiza ao mesmo tempo, a predominância dos fixos permite efetuar um desenvolvimento rur-urbano concêntrico, ou seja, Dosquebradas como o centro que comanda o CES interurbano.



Gráfico 11. Densidades por variáveis de M2 nos quadrantes. COFOM 2

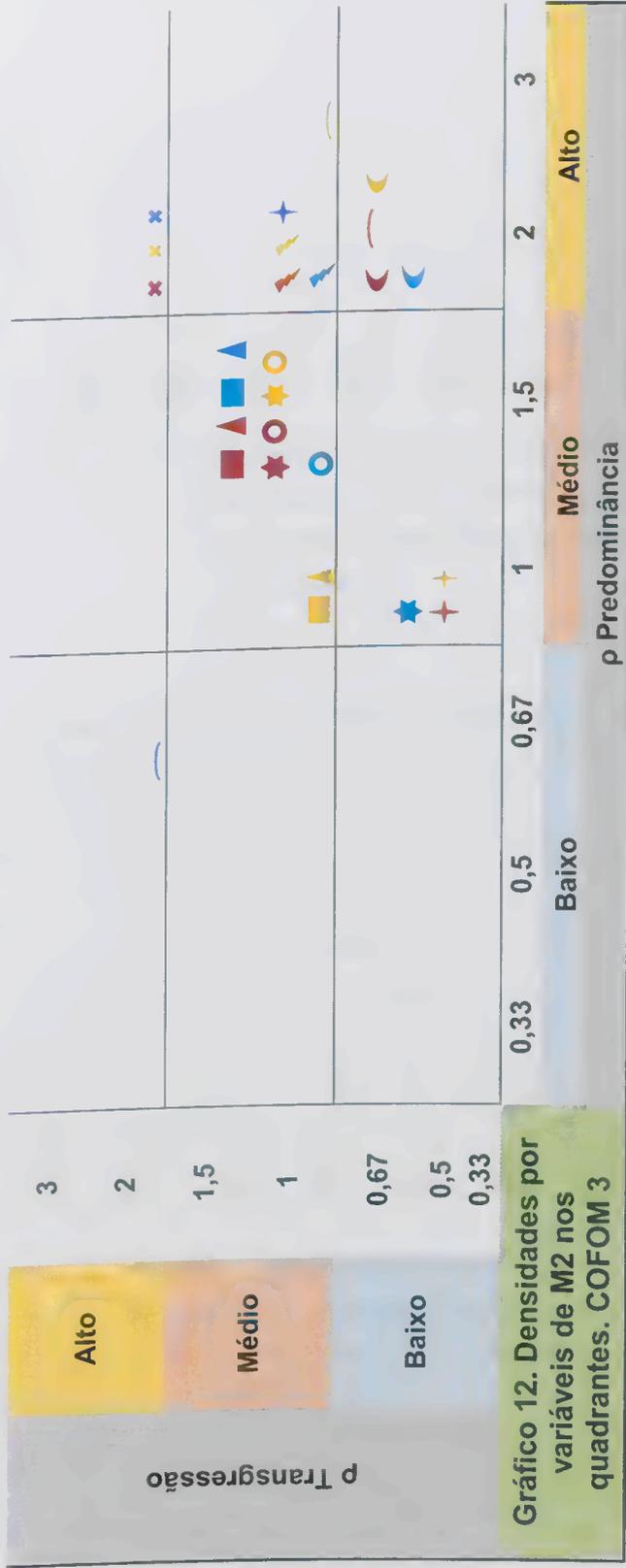


Gráfico 13 - Conteúdo-Energia Intersubjetiva-Forma-Movimento COENIFOM 1.

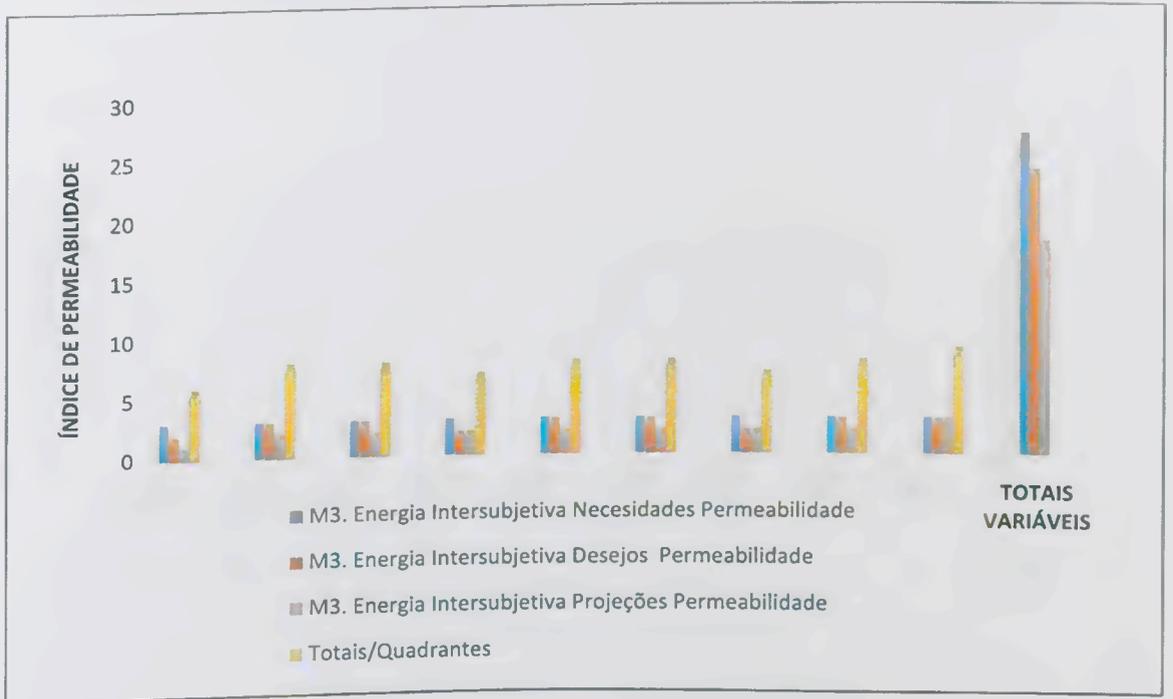


Gráfico 14 - Conteúdo-Energia Intersubjetiva-Forma-Movimento COENIFOM 2.

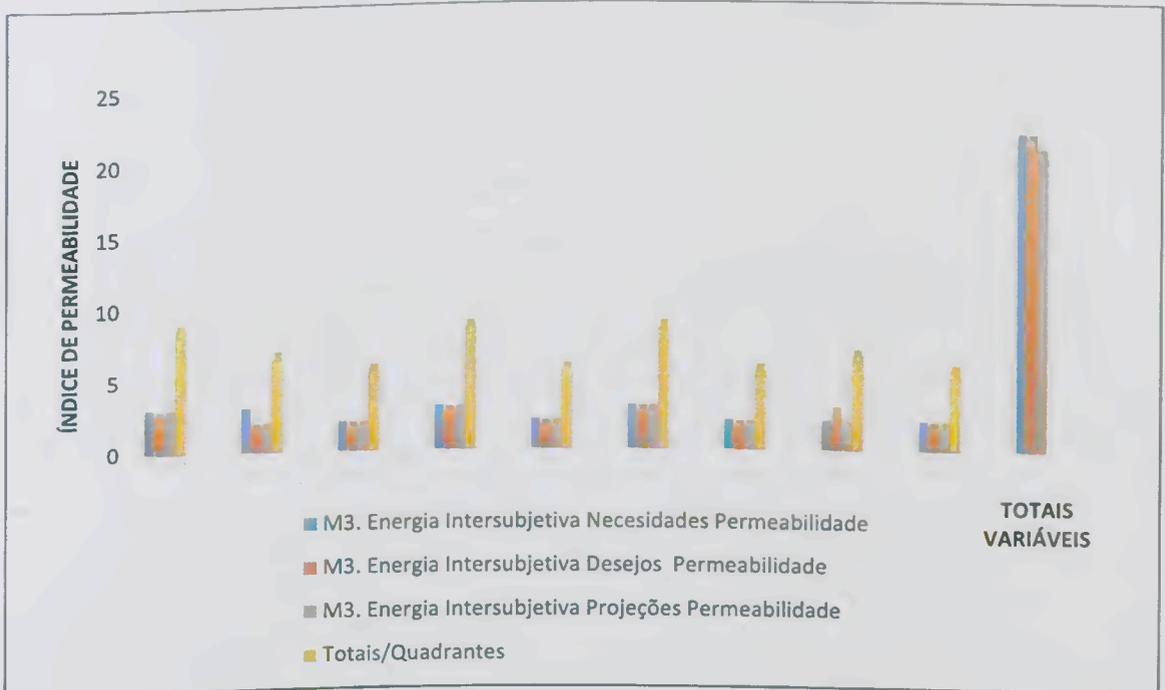
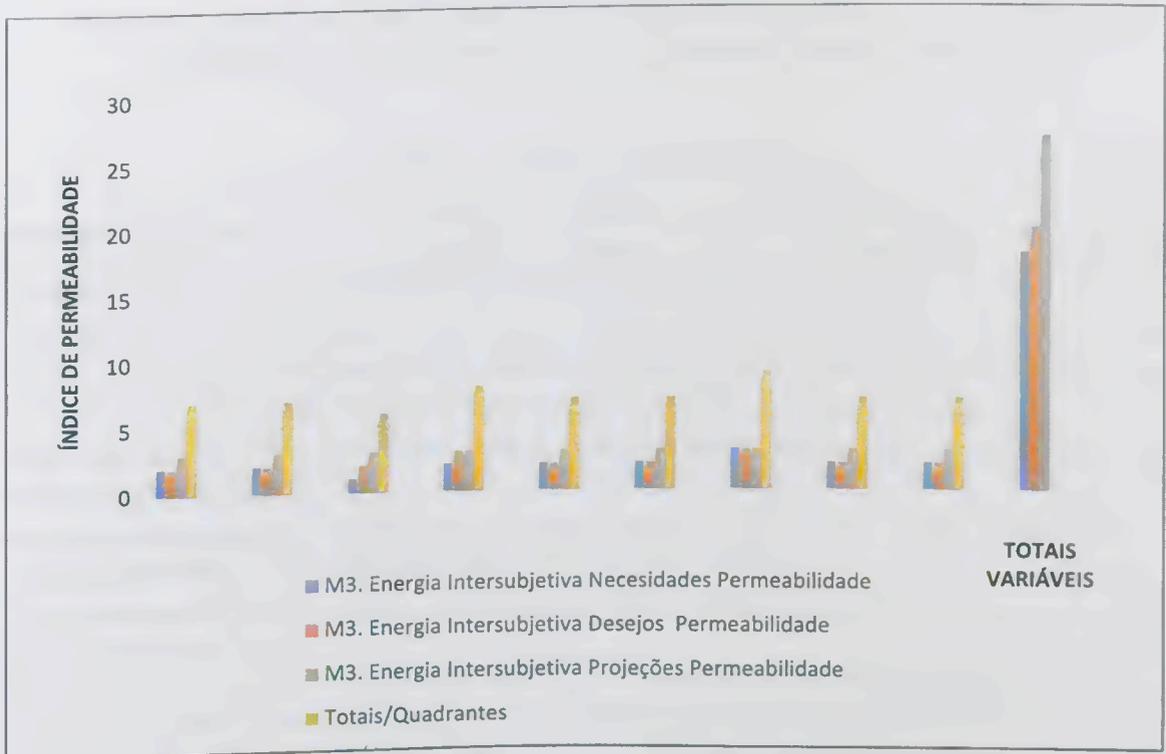


Gráfico 15 - Conteúdo-Energia Intersubjetiva-Forma-Movimento COENIFOM 3.



APÊNDICE D

OPERACIONALIZAÇÃO E PROJEÇÃO METODOLÓGICA DO MODELO DE ANÁLISE SLOT: FORMATO DE QUESTIONÁRIO-ENTREVISTA

Formato 1: quadro de informações Etapa 1

Organização: ASCRUD-COOPROCOMD	Data:	Idade:	Função:	* Baseado em DEMATTEIS; GOVERNA, 2005
	Número:	Sexo:	Antigüidade:	
Inovação: gerenciar um modelo de comercialização reticular através do autoconsumo organizado e eficaz				
Objetivo 2: analisar o caráter instrumentalizador da inovação na construção de territorialidades vinculadas à ação técnica e simbólica do trabalho no circuito econômico solidário				
Etapa 1: interdependências do capital territorial na escala relacional: produção, transformação distribuição e valor agregado territorial				
Produtos: caracterização da percepção que se tem do capital territorial do circuito econômico solidário na descrição e mapeamento dos espaços de dependência e espaços de ação				
Capital Territorial: conjunto localizado de bens comuns que produzem vantagens coletivas não divisíveis nem apropriáveis privadamente				
Bens Relacionais: instrumentos ativos da valorização local que implicam a mediação da ação coletiva				
Espaços de dependência: divisão política e território político regulado. São definidos nas relações sociais, mais ou menos localizados, em que os sujeitos locais dependem da realização de interesses essenciais e pela qual não há substitutos noutra parte. Estas relações definem condições locais para o benefício material dos sujeitos e para a atribuição de uma identidade territorial (SANTANGELO, 2005)				
Espaços de ação: ligados às construções de redes transescalares de sujeitos, assim podem "saltare le scale" e conhecer e fazer próprias logicas que pertencem a um nível territorial diverso. Além de estarem ligadas a determinadas estratégias (desenvolvimento transescalar) caracterizam a ação coletiva territorializada. Deste modo são ambientes espaciais diversos entre os quais os sujeitos locais se movimentam para colocar em ato a própria estratégia de desenvolvimento				
Valor Agregado territorial: transformação dos recursos potenciais específicos territoriais dando valor, adicionando o incrementando o capital territorial (<i>Milieu</i> + ativação + integração escalar)				

Formato 2: roteiro de perguntas Etapa 1

Materialidade Específica Potencial					
Condições e recursos ambientais					
Subsistemas do Circuito Econômico Solidário	Importância	Escala de relacionamento (interdependência)	Escala de atuação-transformação	Estado	Localização e movimento
Produção	Qual considera é o recurso ambiental mais importante que participa nesta fase (1 a 5 em ordem de importância)?	Escala Local () Escala Supralocal ()	Escala Local () Escala Supralocal ()	Muito Bem (5) Bem (4) Regular (3) Ruim (2) Muito ruim (1)	Em sua atividade econômica
	Recurso hídrico () Paisagem () Solo () Sementes () Outros ()				
Transformação	Recurso hídrico () Paisagem () Solo () Sementes () Outros ()	Escala Local () Escala Supralocal ()	Escala Local () Escala Supralocal ()		
Distribuição e comercialização	Recurso hídrico () Paisagem () Solo () Sementes () Outros ()	Escala Local () Escala Supralocal ()	Escala Local () Escala Supralocal ()		
Consumo	Qual recurso ambiental considera é mais valorizado pelos consumidores?	Escala Local () Escala Supralocal ()	Escala Local () Escala Supralocal ()	Que grau de conhecimento e consciência pensa que têm os consumidores dos recursos implícitos ()?	Do produto em relação aos recursos implícitos qual predomina
	Recurso hídrico () Paisagem () Solo () Sementes () Outros ()				
Valor Agregado territorial	Pensa que através das atividades da organização incrementa () ou adiciona () valor a este tipo de recursos ambientais, em que grau ()	Mantem o valor () Adiciona novo valor () Incrementa valor () Diminui o valor ()		Mantem o estado () melhora o estado () Piora o estado ()	Onde pensa se localiza principalmente o valor agregado (principais pontos e subsistemas do CES)?

Materialidade Específica Potencial				
Patrimônio Histórico Cultural (PHC)				
Importância	Escala de relacionamento (interdependência)	Escala de atuação-transformação	Estado	Localização e movimento
Qual considera é o principal patrimônio histórico cultural que participa nesta fase (1 a 5 em ordem de importância)?	Escala Local () Escala Supralocal ()	Escala Local () Escala Supralocal ()	Muito Bem (5) Bem (4) Regular (3) Ruim (2) Muito ruim (1)	Em sua atividade econômica onde se concentra os PHC
Saberes tradicionais () identidade local ou regional () linguagem e comunicação () paisagem cafeeiro () Outros ()				
Saberes tradicionais () identidade local ou regional () linguagem e comunicação () paisagem cafeeiro () Outros ()				
Saberes tradicionais () identidade local ou regional () linguagem e comunicação () paisagem cafeeiro () Outros ()	Escala Local () Escala Supralocal ()	Escala Local () Escala Supralocal ()		
Saberes tradicionais () identidade local ou regional () linguagem e comunicação () paisagem cafeeiro () Outros ()	Escala Local () Escala Supralocal ()	Escala Local (1-5) Escala Supralocal (1-5)		
Qual PHC considera é mais valorizado pelos consumidores?	Escala Local () Escala Supralocal ()	Escala Local () Escala Supralocal ()	Que grau de conhecimento e consciência pensa que têm os consumidores do PCH implícito ()?	Do produto em relação ao PCH implícitos qual predomina?
Saberes tradicionais () identidade local ou regional () linguagem e comunicação () paisagem cafeeiro () Outros ()				
Pensa que através das atividades da organização incrementa ou adiciona valor a este tipo de PHC? Em que grau ()	Mantem o valor () Adiciona novo valor () Incrementa valor () Diminui o valor ()		Mantem o estado () melhora o estado () Piora o estado ()	Onde pensa se localiza principalmente o valor agregado (principais pontos e subsistemas do CES) e qual é seu percurso?

Materialidade Específica Potencial				
Capital Físico Acumulado em Infraestrutura				
Importância	Escala de relacionamento (interdependência)	Escala de atuação-transformação	Estado	Localização e movimento
Qual considera é o capital físico acumulado (CFAI) mais importante que participa nesta fase (1 a 5 em ordem de importância)?	Escala Local () Escala Supralocal ()	Escala Local () Escala Supralocal ()	Muito Bem (5) Bem (4) Regular (3) Ruim (2) Muito ruim (1)	Em sua atividade econômica CFA I
Infraestrutura rodoviária () Espaço público () Serviços domésticos e essenciais () Sistema de transporte () Outros ()				
Infraestrutura rodoviária () Espaço público () Serviços domésticos e essenciais () Sistema de transporte () Outros ()				
Infraestrutura rodoviária () Espaço público () Serviços domésticos e essenciais () Sistema de transporte () Outros ()	Escala Local () Escala Supralocal ()	Escala Local () Escala Supralocal ()		
Infraestrutura rodoviária () Espaço público () Serviços domésticos e essenciais () Sistema de transporte () Outros ()	Escala Local () Escala Supralocal ()	Escala Local () Escala Supralocal ()		
Qual CFAI considera é mais valorizado pelos consumidores?	Escala Local () Escala Supralocal ()	Escala Local () Escala Supralocal ()	Que grau de conhecimento e consciência pensa que têm os consumidores do CFAI implícito ()?	Do produto em relação ao CFAI implícitos qual predomina?
Infraestrutura rodoviária () Espaço público () Serviços domésticos e essenciais () Sistema de transporte () Outros ()				
Pensa que através das atividades da organização incrementa () ou adiciona () valor a este tipo de CFAI? Em que grau (1-5)	Mantem o valor () Adiciona novo valor () Incrementa valor () Diminui o valor ()		Mantem o estado () melhora o estado () piora ()	Onde pensa se localiza principalmente o valor agregado (principais pontos e subsistemas do CES) e qual é seu percurso?

Materialidade Específica potencial				
Bens Relacionais				
Importância	Escala de relacionamento (interdependência)	Escala de atuação-transformação	Estado	Localização e movimento
Qual considera são os bens relacionais (BR) mais importante que participam nesta fase (1 a 5 em ordem de importância)?	Escala Local () Escala Supralocal ()	Escala Local () Escala Supralocal ()	Muito Bem (5) Bem (4) Regular (3) Ruim (2) Muito ruim (1)	Em sua atividade econômica onde se concentra? ()
Capital Social () Capital cognitivo local () Diversidade cultural () Capacidade institucional () Outros ()				
Capital Social () Capital cognitivo local () Diversidade cultural () Capacidade institucional () Outros ()				
Capital Social () Capital cognitivo local () Diversidade cultural () Capacidade institucional () Outros ()	Escala Local (1-5) Escala Supralocal (1-5)	Escala Local () Escala Supralocal ()		
Capital Social () Capital cognitivo local () Diversidade cultural () Capacidade institucional () Outros ()	Escala Local (1-5) Escala Supralocal (1-5)	Escala Local () Escala Supralocal ()		
Qual BR considera é mais valorizado pelos consumidores	Escala Local (1-5) Escala Supralocal (1-5)	Escala Local () Escala Supralocal ()	Que grau de conhecimento e consciência pensa que têm os consumidores dos BR implícitos? ()	Do produto em relação ao CFA implícitos qual predomina?
Capital Social () Capital cognitivo local () Diversidade cultural () Capacidade institucional () Outros ()				
Pensa que através das atividades da organização incrementa () ou adiciona () valor a este tipo de BR, em que grau ()	Mantem o valor () Adiciona novo valor () Incrementa valor () Diminui Valos ()		Mantem o estado () melhora o estado () Piora o esta ()	Onde pensa se localiza pincipalmente o valor agregado (principais pontos e subsistemas dos CES) e qual é seu percurso?

Formato 3: quadro de informações Etapa 2

Organização: ASCRUD-COOPROCOMD	Data:	Idade:	Função:
	Número:	Sexo:	Antiguidade:
Inovação 1: gerenciar um modelo de comercialização reticular através do autoconsumo organizado e eficaz			
Objetivo 2: analisar o caráter instrumentalizador da inovação na construção de territorialidades vinculadas à ação técnica e simbólica do trabalho no circuito econômico solidário			
Etapa 2: auto-organização, autorepresentação e autoprojeção da ação coletiva na construção de territorialidades vinculadas ao agir técnico e simbólico do trabalho como interfase metabólica cultivo-ecossistêmica			
Produtos: aprofundamento do conhecimento das territorialidades do CES			
Auto-organização: focado nos processos de governança			
Autorepresentação: focado nos processos de identidade			
Autoprojeção: focado nos processos de sustentabilidade			
Energia Intersubjetiva: fator solidário no interior da organização			
Cooperação: fator solidário entre organizações			
Ação técnica: os "como" sistematizados das práticas sócio-espaciais com grau de empirização e historicidade (o modo de fazer as coisas)			
Ação Simbólica: a identidade coletiva acumulativa sedimentada através da construção territorial			

Formato 4: roteiro de perguntas Etapa 2

		Ação técnica		
Componentes da ação coletiva local	Energia Intersubjetiva			
Auto-organização	<p>Pensa que a origem da formação da organização à qual pertence foi verdadeiramente solidária? Sim () Não () X () qual poderia ser outra motivação:</p> <p>Representatividade para aceder ao mercado () apoio financeiro () melhores pagos e segurança na compra () melhoramento na qualidade do produto e certificação da propriedade () Outros ()</p>	<p>Pensa que a organização é autônoma em sua tomada de decisões Sim () Não () X () em que grau acha ela depende da ação externa institucional pública ou privada ()?</p>	<p>Participa frequentemente das atividades da organização, é levada em conta sua opinião Sim () Não () X () em que grau ()?</p>	<p>Pensa existe uma coordenação na atuação integral da organização, quer dizer, trabalha como uma unidade Sim () Não () X () em que grau ()?</p>
Autorepresentação	<p>Com quais atividades ou processos definiria o papel da organização em nível local?</p>	<p>Vê-se representado na organização, os interesses desta coincidem com os seus? Sim () Não ()</p>	<p>Como pensa que o trabalho solidário agrega valor em seu produto?</p>	<p>O que elo considera tem maior representatividade na consolidação da economia solidária Produção () Transformação () Distribuição () Consumo () Todos ()?</p>
Autoprojeção	<p>Pensa há uma ação sistematizada e consecutiva das práticas de inovação social da organização Sim () Não ()</p>	<p>Como visualiza a organização no futuro mais dinâmica () mais integradora () maior () exportando () aumentando as vendas locais () Outras ()?</p>	<p>Como melhoraria as relações interpessoais ao interior da organização</p>	<p>Que práticas melhorariam na produção, transformação, distribuição e consumo da organização?</p>

		Ação técnica		
Componentes da ação coletiva local	Cooperação			
Auto-organização	Pensa há um interesse desta e as outras organizações de formar um CES , ou seja, uma rede solidária de trabalho de cooperação Sim () Não () X ()?	Existem espaços de encontro entre estas organizações Sim () Não () X ()? Que tão boa é a comunicação entre estas ()? que tanto sabe da existência de projetos coletivos Nada (1) Pouco (3) Muito (5)	Pensa que este CES exerce alguma mudança no desenvolvimento local Sim () Não () de que tipo Econômico () Social () Político () Cultural () Ambiental () Outros () Todos () Como?	Visualiza um processo de governança do CES, ou seja, uma apropriação política, econômica e social autônoma Sim () Não ()?
Autorepresentação	Pensa que a seguinte inovação social representa a essência do CES Sim () Não () em que grau ()?	Com quais atividades ou processos definiria o papel do CES em nível local?	Quais são as principais práticas comuns na produção e consumo que identifiquem ao CES?	Que práticas ou interesses acha tem mudado no campo político do CES?
Autoprojeção	Pensa que um consumo crítico poderia modificar os outros elos do CES? Que processos propõe para modificar isto?	O Que papel lhe gostaria que exercesse no futuro o CES na localidade?	Como melhoraria o projeto coletivo CES através da: Comunicação () Troca de produtos () Complementariedade de ações () Autoconsumo () Outras () Todas ()?	Com qual dos seguintes elementos pensa melhoraria o CES incentivando a produção local () o próprio consumo da produção () melhorando a qualidade dos produtos () criando um canal de comercialização próprio () através da ação do Estado () Outros ()?

		<u>Ação simbólica</u>		
<u>Componentes da ação coletiva local</u>	Energia Intersubjetiva		Cooperação	
Auto-organização	Que significa para você pertencer a uma organização de economia solidária? Defina-o com uma palavra	Pensa que existe uma função da organização que vai além do lucro econômico Sim () Não () Qual?	Acha que os processos de cooperação entre organizações do CES podem reorganizar a dinâmica do mercado ? Sim () Não () Principalmente desde a produção () Transformação () Distribuição () Consumo ()	Pensa que com o CES se integra mais o campo com a cidade Sim () Não () Como?
Autorepresentação	Com qual palavra definiria o papel da organização em nível local?	Qual palavra pensa definiria melhor as fortalezas da organização Tecnologia () Capital () Terra () administração () Trabalho () Integração ()?	Sente se tem construído uma identidade própria através dos processos de economia solidária do CES? Sim () Não ()	Defina com uma palavra o que significa desenvolvimento local?
Autoprojeção	Com qual palavra definiria a visão da organização?	O que significa para você suportar o futuro da organização sobre o trabalho solidário coletivo e não somente sobre o capital?	Pensa na economia solidária como uma resposta viável ao desenvolvimento local ? Sim () Não () Por que?	Pensa existe um projeto coletivo local de desenvolvimento Sim () Não () com que palavra o definiria?